



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**GOVERNO REGIONAL**  
**Secretaria Regional de Assuntos Parlamentares e Comunidades**

**Correio eletrónico:**

[rvieira@alra.pt](mailto:rvieira@alra.pt); [arquivo@alra.pt](mailto:arquivo@alra.pt)

**C/c:**

[tmelo@alra.pt](mailto:tmelo@alra.pt); [lvargas@alra.pt](mailto:lvargas@alra.pt)

Sua Excelência

O Presidente da Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores

Assembleia Legislativa da Região Autónoma  
dos Açores  
Rua Marcelino Lima  
9901- 858 HORTA

S/ Ref.	S/ Data	N/ Ref.	Data
S/200/2025	20/01/2025	SAI-GSRAPC/2025/72	Ponta Delgada,
Proc.º 54.02.00/68/XIII		00.012.004.002	18 de março de 2025

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO N.º 243/XIII (PS) - “PLANO REGIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E A CIDADANIA (PRISC)”

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados José Miguel Toste, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, cumpre-me informar o seguinte:

Remete-se, em anexo, os documentos solicitados.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Paulo Jorge Abraços Estêvão

**ANEXO(S):** I - Diagnóstico de Suporte ao Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania;  
II - Mapa analítico do PRISC.

S.A./E.G.



Governo dos Açores

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Núcleo de Estudos e Planeamento

# ***Diagnóstico de Suporte ao Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania***

## **FICHA TÉCNICA**

**TÍTULO:** DIAGNÓSTICO DE SUPORTE AO PLANO REGIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E A CIDADANIA

**EDITOR:** VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO:** NÚCLEO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO(NEP)

**ANO:** 2023

**LOCAL DE EDIÇÃO:** ANGRA DO HEROÍSMO

# Índice

Introdução .....	1
1. Situação Macroeconómica .....	3
2. População .....	9
3. Saúde.....	19
4. Educação .....	31
5. Trabalho e Emprego .....	40
6. Habitação.....	50
7. Rendimentos, condições de vida e apoios sociais .....	65
8. Crianças e jovens em risco .....	98
9. Pessoas Sem Abrigo .....	102
10. Respostas sociais no âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais dos Açores...	110
Conclusão .....	129
Glossário .....	132
Síglário .....	138
Bibliografia .....	139

## Índice de Gráficos

Gráfico 1– Evolução do PIB <i>per capita</i> , Portugal e Açores, 2000 – 2021 (milhares €)	3
Gráfico 2 - Rendimento disponível bruto das famílias por habitante, por localização geográfica, 2007 - 2020 (€)	4
Gráfico 3 - Nível de ensino da população residente e empregada na pesca, por localização geográfica 2021 (%)	6
Gráfico 4 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por localização geográfica 2018-2021 (€)	6
Gráfico 5 – Crescimento do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por localização geográfica, 2018 a 2021	7
Gráfico 6 – Índice de poder de compra <i>per capita</i> , por ilha - 2021	8
Gráfico 7 – Índice de poder de compra <i>per capita</i> , por concelho - 2021	8
Gráfico 8– Taxa de crescimento da população residente, por ilha, Açores 2001 – 2011 (%)	10
Gráfico 9 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho, Açores 2001 – 2011 (%)	10
Gráfico 10 – Taxa de crescimento da população residente, por ilha, Açores 2011 – 2021	11
Gráfico 11 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho, Açores 2011 – 2021	11
Gráfico 12 – Distribuição da população residente, por ilha, Açores 2021	12
Gráfico 13- Esperança média de vida à nascença, por local de residência, 2020-2022	19
Gráfico 14 – Taxa de fecundidade na adolescência por local de residência, 2022 (‰)	20
Gráfico 15 – Evolução da taxa de fecundidade na adolescência Açores 2007- 2022 (‰)	20
Gráfico 16 – Indicadores de saúde, Açores 2015 (%)	24
Gráfico 17 - Prevalência de obesidade, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região – 2008, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022	24
Gráfico 18 - Prevalência de excesso de peso, nas crianças dos 6 aos 8 anos por região - 2008, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022	25
Gráfico 19 - Prevalência de peso baixo, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região - 2008, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022	25
Gráfico 20 - Prevalência de categorias de IMC (obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016	26
Gráfico 21 - Prevalências de categorias de IMC (pré-obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016	26
Gráfico 22 - Percentagem de nados-vivos com baixo peso, por localização geográfica – 2012 - 2022	27

Gráfico 23 - Taxa bruta de pré-escolarização, por localização geográfica e ano letivo (%)	32
Gráfico 24 - Taxa de pré-escolarização dos 3 aos 5 anos de idade (rede pública e privada), por ano letivo Açores (%)	32
Gráfico 25 - Taxa de abandono escolar em Portugal, por localização geográfica, à data dos Censos 1991, 2001 e 2011 (%)	33
Gráfico 26 -Taxa de abandono escolar nos Açores, por concelho, à data dos Censos (1991, 2001 e 2011) (%)	34
Gráfico 27 -Taxa de abandono precoce de educação e formação, por localização geográfica, 2012- 2022 (%)	35
Gráfico 28 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por localização geográfica e por ano letivo (%)	36
Gráfico 29 – Taxa de desistência no ensino regular, por ciclo e ano letivo - Açores (%)	37
Gráfico 30 - Taxa de transição/ conclusão no ensino básico por Localização geográfica e nível de ensino (%) - 2022	37
Gráfico 31 - Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo, por local de residência, à data dos Censos - 2021 (%)	38
Gráfico 32 - Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo, por local de residência e grupos etários - 2022 (%)	38
Gráfico 33 - Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo por local de residência à data dos Censos – 2021 (%)	39
Gráfico 34 - Evolução da taxa de desemprego em Portugal e Açores, 2012 – 2022 (%)	42
Gráfico 35 – Desempregados, beneficiários com prestações de desemprego, beneficiários de subsídio de desemprego e ocupados – Açores (dezembro 2018/dezembro 2022)	43
Gráfico 36 – Taxa de atividade feminina, Açores 2018- 2022 (%)	43
Gráfico 37 – Jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, Açores 2018- 2022 (milhares)	48
Gráfico 38- Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação	51
Gráfico 39- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos, por lotação, por ilha Açores 2021	52
Gráfico 40- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos sobrelotados, por concelho - Açores 2021	53
Gráfico 41 - Número de fogos de habitação social por 100 mil habitantes, por localização geográfica 2012- 2015	53
Gráfico 42 - Percentagem de fogos de habitação social e percentagem de famílias a residir em habitação social, por concelho – Açores 2015	55
Gráfico 43 - Distribuição dos fogos de habitação social por destino - Açores 2015 (%)	55
Gráfico 44 - Agregados familiares em habitação social, por número de pessoas no agregado - Açores 2022 (%)	60

Gráfico 45 - Agregados familiares em habitação social, por valor do rendimento mensal bruto dos agregados familiares – Açores 2022 (%)	61
Gráfico 46 - Agregados familiares em habitação social, por valor da renda mensal - Açores 2022 (%)	63
Gráfico 47 – Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social, por local de residência, 2018-2023 (%)	68
Gráfico 48 – Taxa de privação material e social severa, por localização geográfica, 2018-2023 (%)	70
Gráfico 49– Intensidade Laboral per capita muito reduzida, por localização geográfica, 2018-2022 (%)	70
Gráfico 50 - Coeficiente de Gini, por local de residência, 2018 - 2022	71
Gráfico 51 - Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 (nº), por Local de residência, 2018 – 2022	72
Gráfico 52 - Taxa sobrelotação habitação, por localização geográfica, 2018-2021 (%)	72
Gráfico 53 - Taxa de privação severa das condições de habitação, por localização geográfica, 2018-2020 (%)	73
Gráfico 54 - Carga mediana das despesas em habitação, por localização geográfica, 2018-2021 (%)	73
Gráfico 55 - Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por localização geográfica, 2018 - 2021 (%)	74
Gráfico 56 - Valor médio das pensões da segurança social, por Local de residência e por ano (€)	75
Gráfico 57 - Evolução do número de titulares (agregados familiares) beneficiários do RSI Açores 2012 – 2022	76
Gráfico 58 - Evolução do número de beneficiários do RSI Açores 2012 – 2022	76
Gráfico 59 – Percentagem de beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários Açores – dezembro 2022	77
Gráfico 60 – Proporção de beneficiários do RSI, por concelho, face ao total de beneficiários Açores - dezembro 2022	77
Gráfico 61 - Beneficiários do RSI face à população residente, por ilha - Açores 2022 (%)	78
Gráfico 62 – Percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por concelho Açores - dezembro 2022	78
Gráfico 63 - Beneficiários do RSI, por grupo etário - Açores - dezembro 2022 (%)	79
Gráfico 64 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por ilha – Açores - dezembro 2022	79
Gráfico 65 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por concelho - Açores - dezembro 2022	80

Gráfico 66 - Beneficiários do rendimento social de inserção, por 1000 habitantes em idade ativa, por local de residência, 2018 – 2022 (‰)	81
Gráfico 67 – Evolução do número de beneficiários do CSI, Açores 2012-2022	82
Gráfico 68 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por sexo, Açores 2022	83
Gráfico 69 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por ilha, Açores 2022	83
Gráfico 70 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos, por ilha, Açores 2022	84
Gráfico 71 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos, por concelho Açores 2022	84
Gráfico 72 – Distribuição dos beneficiários, do CSI, por valor (intervalos) da prestação mensal, Açores - dezembro 2022	85
Gráfico 73 - Evolução do número de alunos matriculados e alunos subsidiados pela Ação Social Escolar (ASE), por ano letivo - Açores	86
Gráfico 74 - Evolução do número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, por ano letivo e por escalão - Açores	86
Gráfico 75 – Agregados familiares apoiados com subsídios de precaridade económica Açores 2018-2022	90
Gráfico 76 – Agregados familiares apoiados com subsídios de precaridade económica, por tipologia do apoio, Açores 2018-2022	90
Gráfico 77 – Nº total de subsídios atribuídos no âmbito da <i>precaridade económica</i> Açores 2018-2022	91
Gráfico 78 – Nº total de agregados que receberam apoio pela 1ª vez no âmbito da precaridade económica Açores 2018-2022	94
Gráfico 79 – Evolução do número de refeições servidas no âmbito do Programa <i>Cantinas Sociais</i> Açores 2020-2022	96
Gráfico 80 – Beneficiários do FEAC, por ilha, Açores 2020-2022	97
Gráfico 81 - Taxa de incidência de crianças e jovens com comunicações às CPCJ, por ETR e Região Autónoma - 2022	99
Gráfico 82 - Taxa de incidência de crianças e jovens com comunicações às CPCJ, por concelho - 2022	100
Gráfico 83 - Pessoas em situação de sem abrigo e em cada uma das condições, sem teto e sem casa, por sexo – Açores 2020 (%)	103
Gráfico 84 – Pessoas em situação de sem abrigo, sem teto e sem casa, por idade – Açores 2020 (%)	104
Gráfico 85 – Pessoas em situação de sem abrigo, por idade e por concelho – Açores 2020 (%)	104
Gráfico 86 – Pessoas em situação de sem abrigo, sem teto e sem casa, por estado civil – Açores 2020 (%)	105

Gráfico 87 – Pessoas em situação de sem abrigo, por nível de escolaridade – Açores 2020 (%)	105
Gráfico 88 – Pessoas em situação de sem abrigo, por duração – Açores 2020 (%)	106
Gráfico 89 – Pessoas em situação de sem abrigo, por fontes de rendimento – Açores 2020 (%)	107
Gráfico 90 – Causas identificadas para a situação de sem abrigo - Açores 2020	108
Gráfico 91 – Evolução do número de respostas sociais da RESA, Açores 2018-2022	110
Gráfico 92 – Evolução do número de respostas sociais, por área de intervenção social, Açores 2018-2022	111
Gráfico 93 - Distribuição percentual das respostas sociais, por área de intervenção social – Açores 2022	111
Gráfico 94 – Percentagem total de crianças com 1 e 2 anos de idade, beneficiárias do CAAFCJ e integradas em creche, por concelho - Açores 2022	116

## Índice de Quadros

Quadro 1- Evolução da população residente, por concelho e ilha, Açores 2001 – 2021 .....	9
Quadro 2 - População residente por ilha, por concelho e por grupo etário – 2021 .....	14
Quadro 3 - Famílias clássicas residentes em Portugal, por localização geográfica, segundo a dimensão – 2021 .....	15
Quadro 4 - Famílias clássicas residentes, segundo a dimensão, por ilha e concelho Açores- 2021 .....	16
Quadro 5 - Principais indicadores demográficos - Portugal e Açores, 2018 - 2022 .....	17
Quadro 6 - Movimento geral da população, por ilha e concelho de residência, Açores 2022	18
Quadro 7 - Nados-vivos de mães adolescentes residentes, por ilha e concelho, Açores 2018 - 2022 .....	21
Quadro 8 - Taxa de fecundidade por grupo etário, por ilha e concelho (%) Açores 2022 .....	22
Quadro 9 - Taxa de cobertura de médico de família, por Unidade de Saúde de Ilha (USI) - Açores 2022 .....	27
Quadro 10 - Retenção e desistência no ensino básico e secundário, ensino regular e ensino profissional, por nível de ensino e ano letivo - Açores (%) .....	36
Quadro 11 - Evolução dos principais indicadores de emprego em Portugal e nos Açores 2018 – 2022 .....	41
Quadro 12 - Proporção da população ativa segundo o local de residência, por nível de escolaridade completo – 2022 (%) .....	44
Quadro 13 - Taxa de atividade feminina (15 e mais anos) segundo o local de residência, por nível de escolaridade – 2022 (%) .....	45
Quadro 14 - População empregada segundo o local de residência e situação na profissão principal 2022 (%).....	46
Quadro 15 - Proporção de trabalhadores por conta de outrem segundo o local de residência, por escalão de rendimento salarial mensal líquido – 2022.....	46
Quadro 16 - Taxa de desemprego jovem, por grupo etário, por local de residência 2018-2022 (%).....	47
Quadro 17 - Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, por local de residência – 2022 (%) .....	48
Quadro 18 - Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação, por localização geográfica, 2001 – 2011 .....	52
Quadro 19 - Distribuição de alojamentos familiares clássicos e fogos destinados a habitação social, por localização geográfica - Açores 2015 .....	54
Quadro 20 - Fogos de habitação social - Açores 2022 .....	57

Quadro 22 - Nº de agregados familiares em habitação social, por número de pessoas no agregado, por ilha e concelho - Açores 2022 .....	59
Quadro 23 - Nº de agregados familiares em habitação social, por valor do rendimento mensal bruto dos agregados familiares, por ilha e concelho – Açores 2022 .....	60
Quadro 24 - Nº de agregados familiares em habitação social, por valor da renda mensal, por ilha e concelho Açores 2022.....	62
Quadro 25 - Habitação Social - Distribuição dos candidatos segundo o sexo e grupo etário - Açores 2022 .....	63
Quadro 26 - Candidaturas e número de contratos celebrados – Programa Grave Carência Habitacional Açores 2022 .....	64
Quadro 27 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (rendimento monetário), por local de residência, 2005-2022 - ano dos rendimentos (%).....	65
Quadro 28 - Taxa de risco de pobreza, calculadas com base em linhas de pobreza regionais, 2017 - 2022 (%).....	68
Quadro 29 - Valores de referência ( <i>per capita</i> ), segundo o escalão de Ação Social Escolar (ASE) Açores 2022 .....	87
Quadro 30 – Valor do Complemento Regional de Pensão, por escalão do rendimento mensal - 2022 .....	88
Quadro 31 - Nº total de apoios atribuídos no âmbito da <i>precaridade económica</i> , por tipologia e por concelho e ilha, Açores 2018-2022 .....	91
Quadro 32 - Nº total de apoios atribuídos no âmbito da <i>precaridade económica</i> , por tipologia e por concelho e ilha, Açores 2018-2022 .....	92
Quadro 33 - Nº total de apoios atribuídos no âmbito da <i>precaridade económica</i> , por montante Açores 2018-2022.....	93
Quadro 34 - Nº de pessoas que beneficiaram do apoio, por ano, Açores 2019- 2022 .....	94
Quadro 35 - Cabazes alimentares - nº de pedidos de apoio, nº de famílias apoiadas e nº de pessoas apoiadas pelos Bancos Alimentares, por ilhas e por anos - Açores 2021-2022 .....	95
Quadro 36 - Pessoas em situação de sem abrigo, por concelho e ilha – Açores 2020 .....	102
Quadro 37 - Respostas sociais para pessoas em situação de sem abrigo, por concelho e ilha – Açores 2022 .....	109
Quadro 38 - Evolução do número de respostas sociais, por ilha, concelho e área de intervenção social Açores 2018-2022.....	112
Quadro 39 - Evolução do número de respostas sociais para a Infância e Juventude, capacidade e frequência, 2018-2022.....	113
Quadro 40 – Creche – Número de respostas sociais, capacidade instalada, frequência, taxa efetiva de cobertura, taxa potencial de cobertura e taxa de utilização, por ilha e concelho -2022 .....	114

Quadro 41 - Crianças com 1 e 2 anos de idade, beneficiárias do CAAFCJ, integradas em creche, por escalão e por concelho e ilha - Açores 2022 .....	117
Quadro 42 - Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – Número de respostas sociais, capacidade instalada, frequência, taxa efetiva de cobertura, taxa potencial de cobertura e taxa de utilização, por concelho e ilha - Açores 2022.....	118
Quadro 43 - Evolução do número de respostas sociais para a <i>População Adulta</i> , capacidade e frequência Açores 2018-2022 .....	119
Quadro 44 - Serviço de Apoio Domiciliário – Número de respostas sociais, capacidade instalada, frequência, taxa efetiva de cobertura, taxa potencial de cobertura e taxa de utilização, por ilha e concelho Açores 2022.....	120
Quadro 45 - Taxas de cobertura das Centros de Dia, por ilha e concelho - Açores 2022 .....	121
Quadro 46 - Taxas de cobertura das Estruturas Residenciais para Idosos - Açores 2022.....	123
Quadro 47 - Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência, capacidade instalada e frequência, por ilha e concelho, Açores 2018-2022.....	124
Quadro 48 - Evolução do número de centros de atividades e capacitação para a inclusão, da capacidade instalada e frequência, por ilha e concelho, Açores 2018-2022.....	125
Quadro 49 - Evolução do número de Lares Residenciais, capacidade instalada e frequência, por ilha e concelho, Açores 2018-2022 .....	126
Quadro 50 - Evolução do número de respostas sociais para a <i>Família e Comunidade</i> , capacidade instalada e frequência, por área de intervenção e subtipologia, Açores, 2018-2022.....	128



## Introdução

O presente documento, por um lado, atualiza a informação que serviu de base à elaboração do Diagnóstico de suporte à *Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028*, e, por outro, acrescenta nova informação, procedendo também à revisão e atualização dos principais indicadores que foram mobilizados no sentido de fundamentar o *Plano Regional para a Inclusão Social e Cidadania*, a ser implementado no período 2024-2028.

O *Diagnóstico* constitui uma etapa necessária e indispensável que antecede a elaboração e execução de qualquer *Plano* ou *Estratégia*. É através dos indicadores utilizados que poderemos medir e compreender a pobreza num determinado território, no caso em apreço, na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Infelizmente, a não ser os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), nomeadamente o Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) e o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), a RAA não tem criado, de forma sistemática e sistematizada, indicadores abundantes que permitam medir a pobreza, de forma a fazer-se uma leitura permanente e rigorosa deste fenómeno nos Açores. Assim, os indicadores utilizados, não obstante as suas vantagens, inconvenientes e limitações, são os que estão disponíveis.

À semelhança do já efetuado em 2018, decidiu-se, tendo em conta a multidimensionalidade do problema, analisar a pobreza a partir, sobretudo, de sete grupos de indicadores: *Situação Macroeconómica, População, Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e Emprego e Rendimento e Condições de Vida*. Neste capítulo acrescentaram-se, agora, outros dados, nomeadamente os que se relacionam com os indivíduos/famílias em situação de carência socioeconómica e que são objeto de apoio monetário direto e pontual, concedido através do Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA). Inclui-se também neste *Diagnóstico* um capítulo relativo às *crianças e jovens em risco* e outro referente às *pessoas sem abrigo*.

Entendeu-se que seria útil inserir, ainda, informação sobre programas/medidas criadas pela Administração Regional e que contribuem para o aumento do rendimento ou para a diminuição da severidade pobreza, nomeadamente as majorações aos salários e os complementos regionais de algumas prestações sociais.

Tendo em conta que as respostas sociais são, em muitas situações, dirigidas às pessoas mais vulneráveis, incluiu-se um capítulo através do qual se dá conta da evolução das mesmas, no período 2018-2022, sobretudo das mais relevantes.

A presente análise é realizada tendo em conta três objetivos: i) comparar os Açores com Portugal e, sempre que possível, com as regiões NUTS II (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), para os dados mais atuais, utilizando-se normalmente o período 2018-2022, por forma a poder situar-se, comparativamente, a

Região face ao conjunto do território nacional; ii) avaliar a evolução verificada nos Açores, e iii) apresentar os dados – sempre que disponíveis - por ilhas e concelhos, neste caso, para, a partir dos dados do último ano disponível, procurar conhecer as desigualdades entre estes territórios, detetando assim onde existe a maior concentração de situações de pobreza.

Sublinhamos que este *Diagnóstico* é, sobretudo, um documento de apresentação e análise de dados estatísticos, ficando o respetivo enquadramento e aprofundamento científico, na sua relação com a pobreza, nos documentos que suportam o *Plano Regional para a Inclusão Social e Cidadania*.

## 1. Situação Macroeconómica

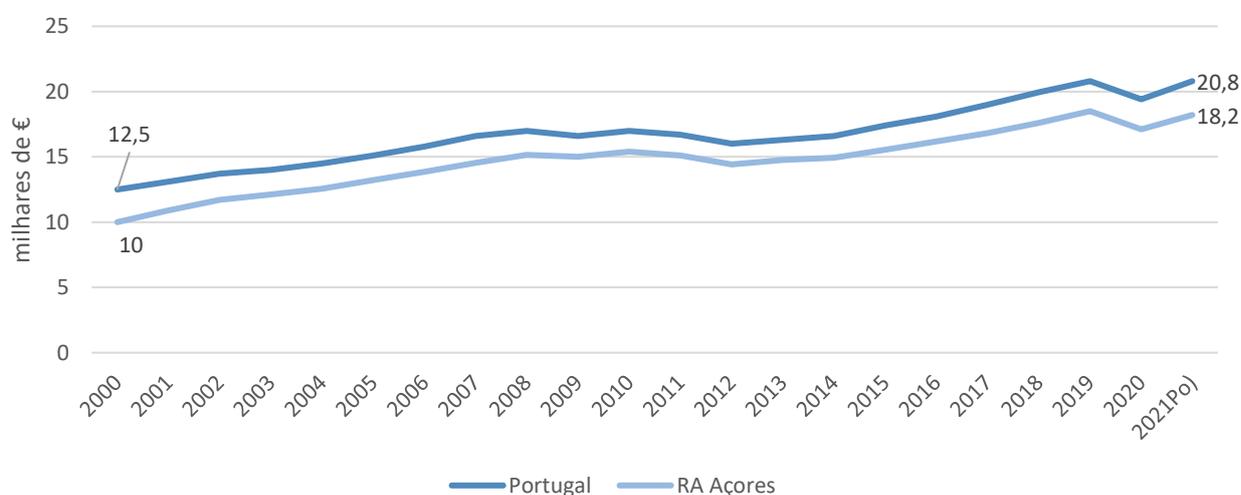
A evolução da economia regional, medida através do Produto Interno Bruto (PIB), tem seguido a tendência nacional, tendo entrado em fase recessiva a partir de 2011, com a retoma a fazer-se sentir a partir do ano de 2014, período a partir do qual se verificou uma tendência evolutiva positiva, até 2020.

Em 2020, o PIB, em volume, diminuiu em todas as regiões, mas mais intensamente no Algarve (-16,7%) e na Região Autónoma da Madeira (-14,3%). Na Área Metropolitana de Lisboa (-9,5%) e na Região Autónoma dos Açores (-9,2%) diminuiu mais que no país (-8,4%). O Alentejo (-8,3%), o Norte (-7,0%) e o Centro (-5,9%) tiveram os desempenhos menos negativos (INE).

O PIB *per capita* que, em 2010, foi de 15 400€, decresceu até 2012, registando o valor de 14 400€, voltando, daí em diante, a mostrar uma trajetória crescente, cifrando-se, no ano de 2019, em 18 500€, valor inferior à média nacional (20 800€). Resultado da pandemia de Covid19, o valor do PIB volta a decrescer no ano de 2020, para 17 100€, continuando inferior à média nacional.

De acordo com as estimativas para 2021, o valor do PIB *per capita* em Portugal volta ao valor de 2019, sendo de 18 200€ nos Açores, ligeiramente abaixo de 2019 (18 500€). Tendo em conta estes valores, significa que o PIB *per capita* na RAA representou, em 2021, 87,6% do PIB *per capita* nacional. Quando comparado com a média da União Europeia (a 27 países), o valor do PIB *per capita* em paridade do poder de compra da Região, em 2021, representou 56,3% da média da União Europeia, um dos valores mais baixos, sendo o valor médio de Portugal de 75,1% (Eurostat).

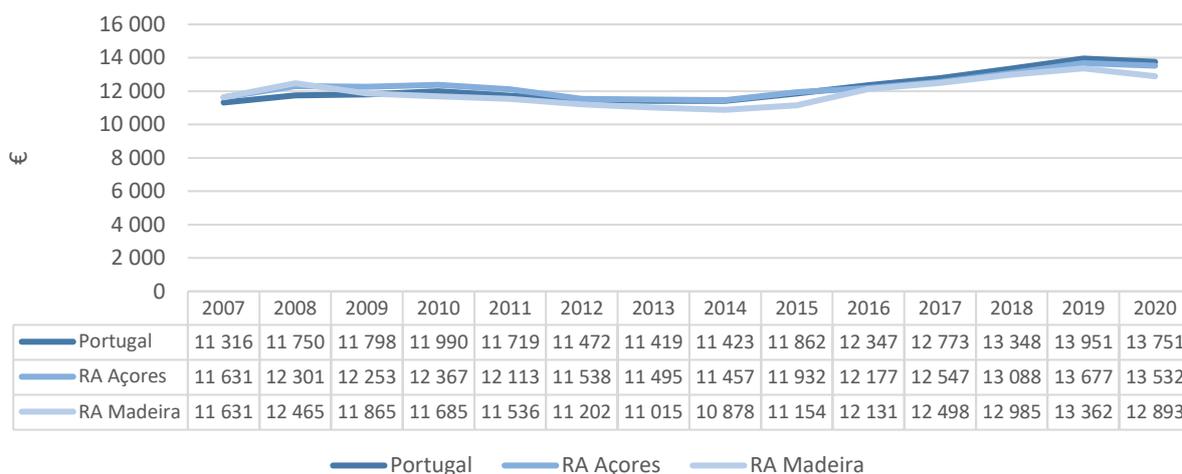
**Gráfico 1– Evolução do PIB *per capita*, Portugal e Açores, 2000 – 2021 (milhares €)**



Fonte: INE.

O rendimento disponível bruto das famílias que vinha seguindo, também, uma linha de crescimento até 2010, inverteu essa tendência nos dois anos seguintes, cifrando-se nos 11 457€, em 2014. A partir de 2015, voltou a subir, fixando-se em 11 932€, nesse ano, sendo de 13 677€ em 2019, decrescendo novamente no ano de 2020 para 13 532€.

**Gráfico 2 - Rendimento disponível bruto das famílias por habitante, por localização geográfica, 2007 - 2020 (€)**



Fonte: INE.

A dinâmica da economia foi, ao longo dos últimos anos, diferenciada nos vários setores. Segundo dados do Observatório do Emprego e Formação Profissional, o número total de empresas não financeiras<sup>1</sup>, na Região, era de 5 172 no ano de 2021, contra 5 831 em 2010 (-11,3%)<sup>2</sup>.

As atividades dominantes para o ano de 2010 foram o “comércio e reparação de veículos automóveis” (31,2%), “alojamento, restauração e similares” (12,5%) e “construção” (10,1%), abrangendo no seu conjunto mais de metade (53,7%) do total das empresas/entidades, mantendo-se, em 2021, o mesmo tipo de atividades principais: “Comércio, reparação de automóveis e motocicletas” – 25,3% (1 302), “Alojamento, restauração e similares” – 16,1% (826), “Construção” – 9,1% (468) | “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” – 9,1% (466)<sup>3</sup>.

Entre os anos de 2010 e de 2021, o setor do “alojamento e restauração” aumentou em 3,6 p.p. Em sentido inverso, o setor da “construção civil” registou uma quebra de 1. p.p. de empresas a operar,

<sup>1</sup> São consideradas apenas as empresas que se encontram na situação de entidades empregadoras, que tenham ao seu serviço trabalhadores regulados pelo Código do Trabalho.

<sup>2</sup> Fonte: *Relatório Único 2021*, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

<sup>3</sup> Fonte: *Relatório Único, 2010 e 2021*, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

enquanto o setor do “comércio e reparação de veículos automóveis” passou de 31,2% para 25,3%, menos 5,9 p.p.

Os grupos profissionais com maior número de trabalhadores por conta de outrem são constituídos pelos “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” – 24,3% (12 841) trabalhadores não qualificados” – 22,1% (11 700) e “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” – 14,7% (7 763).<sup>4</sup> No entanto, é de considerar que as atividades incluídas no setor agroindustrial com particular incidência na produção de carne e leite, têm ainda um peso muito significativo na economia açoriana.

No setor das Pescas, é de referir que “nos Açores existe cerca de meia centena de comunidades piscatórias cuja principal fonte de rendimento provém daquilo que conseguem retirar do mar”<sup>5</sup>, sendo que as mesmas se debatem com vários constrangimentos que condicionam os rendimentos obtidos, com impacto direto no risco de pobreza.

“A frota pesqueira da Região Autónoma dos Açores é uma frota artesanal, constituída maioritariamente por embarcações com comprimentos inferiores a dez metros que, apesar de apresentarem uma diminuição ao longo do tempo ainda representam, em 2021, cerca de 73% da totalidade da frota pesqueira ativa da RAA. A frota regional de pesca é dominada por embarcações que desenvolvem a sua atividade com aparelhos de linhas e anzóis e que representam 84% do total da frota ativa da Região”<sup>6</sup>.

De acordo com os Censos 2021, a população empregada com atividade económica na pesca e aquicultura, nos Açores, era de 1 301 indivíduos, 1,2% da população empregada, sendo de apenas 0,2% em Portugal.

Na comunidade piscatória, as qualificações são tradicionalmente baixas. Segundo dados disponibilizados pelo INE, os pescadores com habilitações iguais ou inferiores ao 2º ciclo, representavam, no todo nacional 60,0% do total de pescadores, apresentando, nos Açores, um peso de 75,7%, valor inferior a 2011 (87,9%), sendo que 13,2% não possuíam nenhum nível de ensino (19,9% em 2011).<sup>7</sup>

---

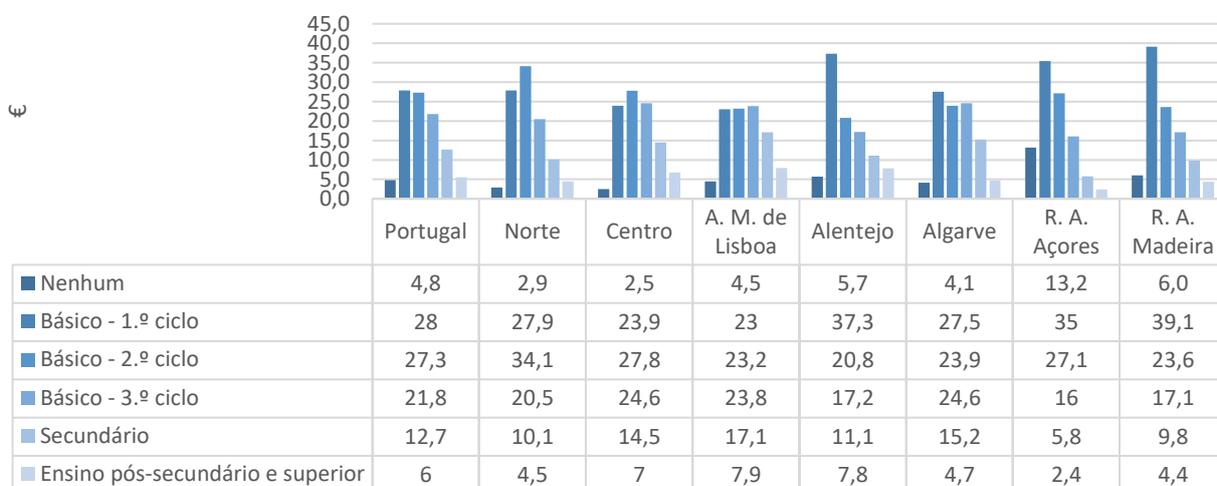
<sup>4</sup> Fonte: *Relatório Único 202*, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

<sup>5</sup> In: *Melhor Pesca, Mais Rendimento - Medidas Estratégicas para o Setor da Pesca dos Açores 2015-2020*, Governo dos Açores 2015.

<sup>6</sup> In: *Frota de Pesca Portuguesa – 2021*, Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

<sup>7</sup> Fonte: *Estatísticas da Pesca 2022*, INE.

**Gráfico 3 - Nível de ensino da população residente e empregada na pesca, por localização geográfica 2021 (%)**



Fonte: INE, Censos 2021; Estatísticas da Pesca 2022.

De acordo com a mesma fonte, nos Açores, em 2021, 27,2% do total da população empregada na pesca tinha menos de 35 anos (43,1% em 2011), sendo de 18,3% o valor médio nacional. É na RAA que a população empregada neste setor de atividade é mais jovem.

No que se refere ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, como se pode verificar no gráfico abaixo, e para 2021, era, na RAA, de 1 126€ menos 163,0€ do que a média nacional, ficando à frente apenas da Região do Algarve.

**Gráfico 4 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por localização geográfica 2018-2021<sup>8</sup> (€)**

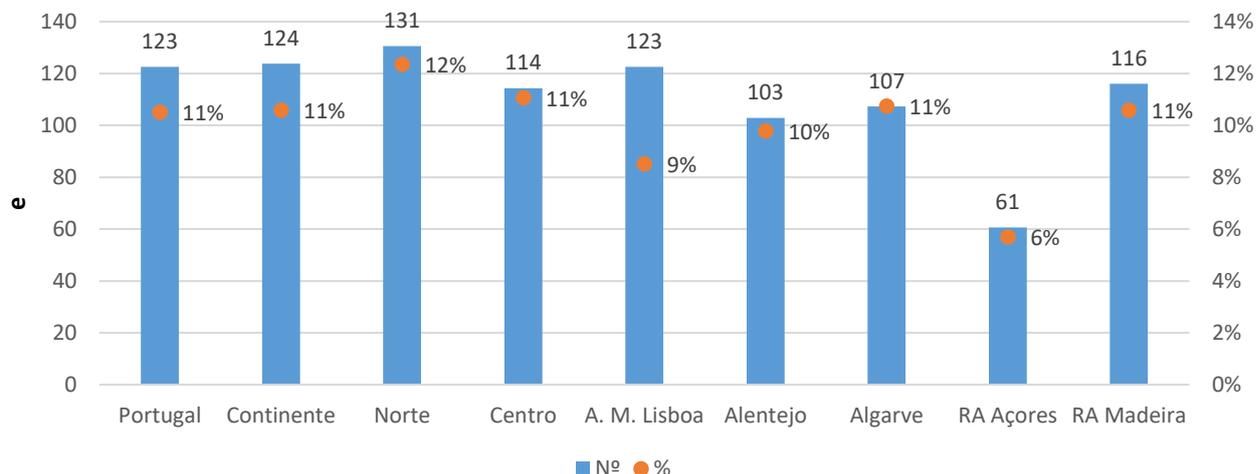


Fonte: INE.

<sup>8</sup> Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.

Por outro lado, foi também na RAA que se verificou o menor crescimento do ganho médio mensal no período 2018-2021. Enquanto a média de crescimento em Portugal foi de 123€ (cerca de 11%), nos Açores foi de 61,0€ (aproximadamente 6%).

**Gráfico 5 – Crescimento do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por localização geográfica, 2018 a 2021**

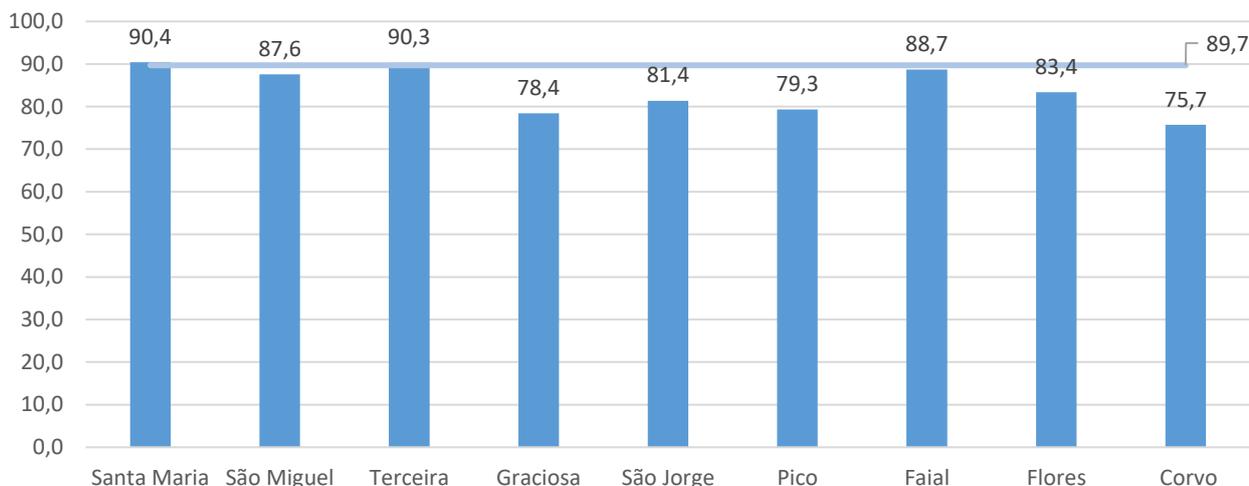


O Indicador *per capita* (IpC) do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado, em termos per capita, nos diferentes municípios e regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A leitura dos resultados do IpC para 2021 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,6 para o Continente e era, respetivamente, de 87,4 e 87,2 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A Área Metropolitana de Lisboa (121,4) constituía a única região NUTS II com valor acima do valor nacional (INE).

O poder de compra na RAA tem vindo a convergir com o resto do país, passando de 65,5% da média nacional, em 2000 (PORDATA), para 87,4% em 2021. Neste último ano, observa-se uma disparidade assinalável entre as várias ilhas e concelhos da Região, destacando-se, com os valores mais elevados, as ilhas Santa Maria (90,4) e Terceira (90,3).

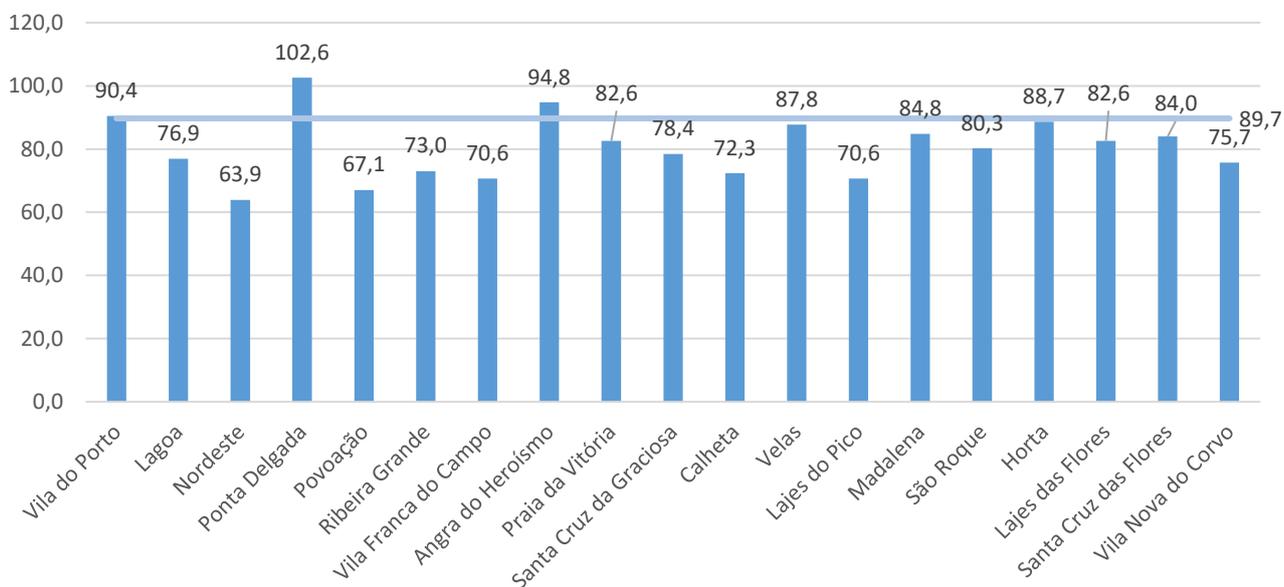
**Gráfico 6 – Índice de poder de compra per capita, por ilha - 2021**



Fonte: INE; Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2021.

Analisando os dados por concelho, verificamos que são os concelhos de Ponta Delgada (102,6) e Vila do Porto (90,4) os que apresentam maior poder de compra, estando em situação oposta, os concelhos de Nordeste com 63,9 e Povoação com 67,1.

**Gráfico 7 – Índice de poder de compra per capita, por concelho - 2021**



Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2021.

## 2. População

Segundo os últimos Censos (2021), a população dos Açores representava 2,3% da população portuguesa, sendo que este peso não sofreu variações significativas face aos anteriores dados (2011).

A Região Autónoma dos Açores apresenta uma situação demográfica muito heterogénea, incluindo, simultaneamente, o concelho mais jovem do país e um dos mais envelhecidos. Entre 2011 e 2021, a população residente nos Açores, passou de 246 772 habitantes para 236 413 (menos 10 359), o que corresponde a uma taxa de crescimento negativo de 4,2%.

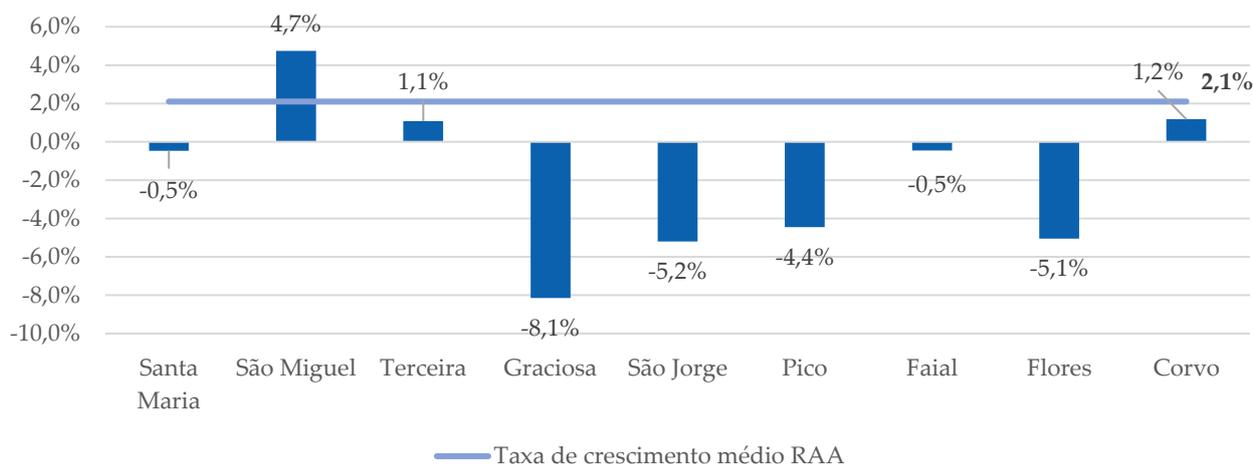
**Quadro 1- Evolução da população residente, por concelho e ilha, Açores 2001 – 2021**

Ilha/concelho	2001	2011	2021	Varição 2001 - 2011 (%)	Varição 2011 - 2021 Nº	Varição 2011 - 2021 (%)
<b>Santa Maria</b>	<b>5 578</b>	<b>5 552</b>	<b>5 406</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-146</b>	<b>-2,6%</b>
Vila do Porto	5 578	5 552	5 406	-0,5%	-146	-2,6%
<b>São Miguel</b>	<b>131 609</b>	<b>137 856</b>	<b>133 288</b>	<b>4,7%</b>	<b>-4 568</b>	<b>-3,3%</b>
Lagoa	14 126	14 442	14 189	2,2%	-253	-1,8%
Nordeste	5 291	4 937	4 368	-6,7%	-569	-11,5%
Ponta Delgada	65 854	68 809	67 229	4,5%	-1 580	-2,3%
Povoação	6 726	6 327	5 791	-5,9%	-536	-8,5%
Ribeira Grande	28 462	32 112	31 388	12,8%	-724	-2,3%
Vila Franca do Campo	11 150	11 229	10 323	0,7%	-906	-8,1%
<b>Terceira</b>	<b>55 833</b>	<b>56 437</b>	<b>53 234</b>	<b>1,1%</b>	<b>-3 203</b>	<b>-5,7%</b>
Angra do Heroísmo	35 581	35 402	33 771	-0,5%	-1 631	-4,6%
Praia da Vitória	20 252	21 035	19 463	3,9%	-1 572	-7,5%
<b>Graciosa</b>	<b>4 780</b>	<b>4 391</b>	<b>4 090</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-301</b>	<b>-6,9%</b>
Santa Cruz da Graciosa	4780	4391	4 090	-8,1%	-301	-6,9%
<b>São Jorge</b>	<b>9 674</b>	<b>9 171</b>	<b>8 373</b>	<b>-5,2%</b>	<b>-798</b>	<b>-8,7%</b>
Calheta	4 069	3 773	3 437	-7,3%	-336	-8,9%
Velas	5605	5 398	4 936	-3,7%	-462	-8,6%
<b>Pico</b>	<b>14 806</b>	<b>14 148</b>	<b>13 879</b>	<b>-4,4%</b>	<b>-269</b>	<b>-1,9%</b>
Lajes do Pico	5 041	4 711	4 340	-6,5%	-371	-7,9%
Madalena	6 136	6 049	6 319	-1,4%	270	4,5%
São Roque do Pico	3 629	3 388	3 220	-6,6%	-168	-5,0%
<b>Faial</b>	<b>15 063</b>	<b>14 994</b>	<b>14 331</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-663</b>	<b>-4,4%</b>
Horta	15 063	14 994	14 331	-0,5%	-663	-4,4%
<b>Flores</b>	<b>3 995</b>	<b>3 793</b>	<b>3 428</b>	<b>-5,1%</b>	<b>-365</b>	<b>-9,6%</b>
Lajes das Flores	1 502	1 504	1 408	0,1%	-96	-6,4%
Santa Cruz das Flores	2 493	2 289	2 020	-8,2%	-269	-11,8%
<b>Corvo</b>	<b>425</b>	<b>430</b>	<b>384</b>	<b>1,2%</b>	<b>-46</b>	<b>-10,7%</b>
Vila Nova do Corvo	425	430	384	1,2%	-46	-10,7%
<b>RA Açores</b>	<b>241 763</b>	<b>246 772</b>	<b>236 413</b>	<b>2,1%</b>	<b>-10 359</b>	<b>-4,2%</b>

Fonte: INE - Censos 2001; Censos 2011; Censos 2021.

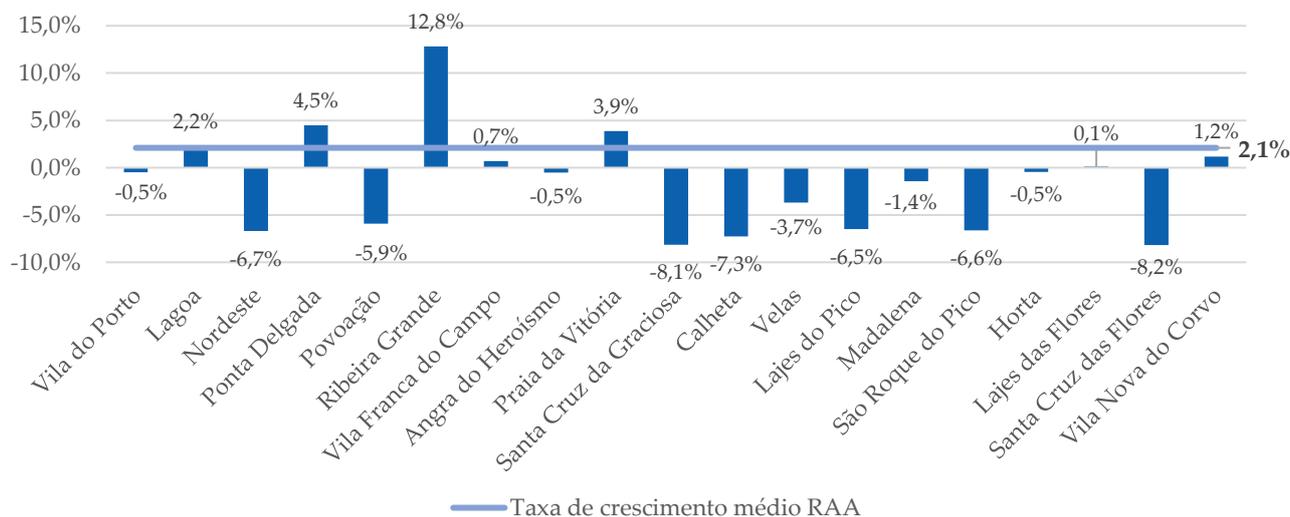
No período compreendido entre os anos de 2001 e 2011, o maior crescimento populacional verificou-se na ilha de São Miguel, apresentando uma taxa de crescimento de 4,7% (mais 6 247 pessoas). A população da ilha Terceira cresceu 1,1% (ganhando 604 residentes) e, a da ilha do Corvo, 1,2% (um saldo positivo de cinco residentes). As restantes ilhas perderam população, com taxas de crescimento negativas a oscilarem entre -0,5% (Santa Maria e Faial) e -8,1% (Graciosa).

**Gráfico 8– Taxa de crescimento da população residente, por ilha, Açores 2001 – 2011 (%)**



Fonte: INE - Censos 2001; Censos 2011;

**Gráfico 9 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho, Açores 2001 – 2011 (%)**



Fonte: INE - Censos 2001; Censos 2011

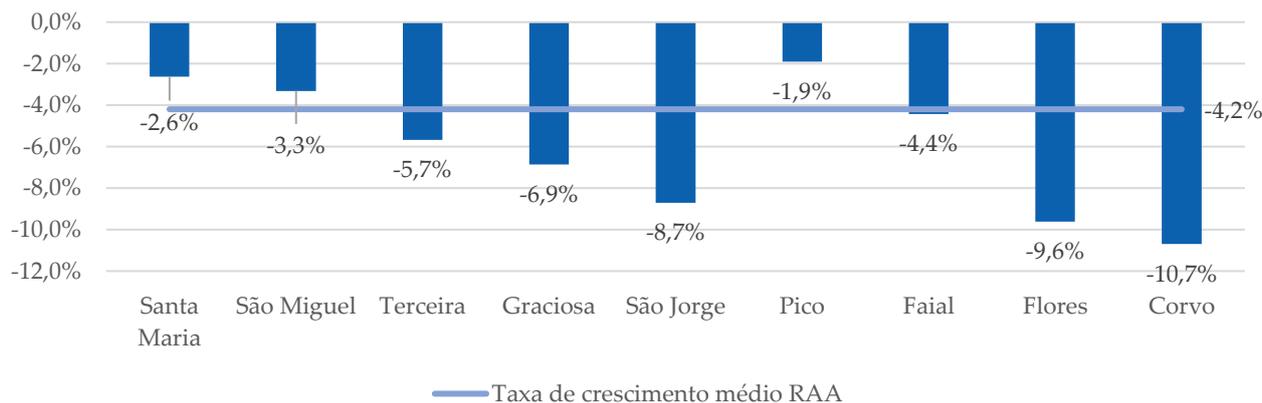
Doze dos dezanove concelhos registaram uma redução da respetiva população residente, dos quais se destacam Santa Cruz das Flores (-8,2%); Santa Cruz da Graciosa (-8,1%); Calheta (-7,3%); Nordeste (-6,7%); São Roque do Pico (-6,6%); Lajes do Pico (-6,5%) e Povoação (-5,9%).

Apenas os concelhos de Ponta Delgada (4,5%), Ribeira Grande (12,8%), Lagoa (2,2%) e Praia da Vitória (3,9%) apresentaram um crescimento significativo.

Releva-se que, mesmo na ilha onde se verificou um crescimento populacional mais elevado (São Miguel), registou-se um assinalável decréscimo em dois dos seus concelhos, Nordeste e Povoação.

Entre 2011 e 2021, todas as ilhas perderam população. Destacam-se as ilhas de São Jorge, Flores e Corvo como sendo as que, percentualmente, mais perderam residentes.

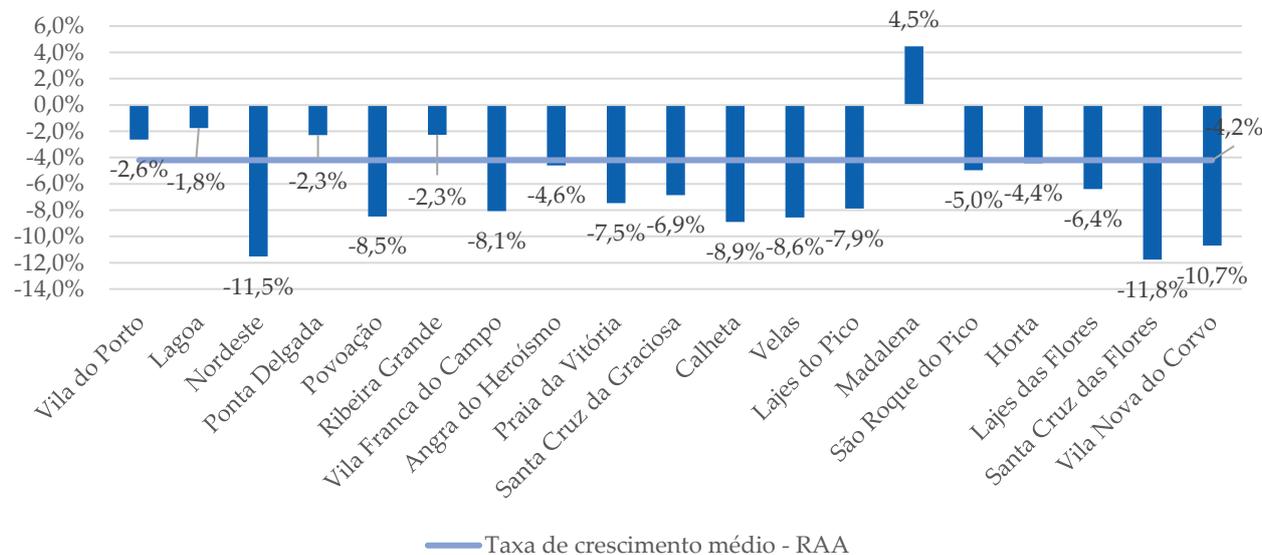
**Gráfico 10 – Taxa de crescimento da população residente, por ilha, Açores 2011 – 2021**



Fonte: INE - Censos 2011; Censos 2021.

Entre 2011 e 2021, apenas o concelho de Madalena do Pico registou um crescimento populacional (4,5%). Os concelhos de Nordeste (-11,5%) e de Santa Cruz das Flores (-11,8%) foram os que mais perderam população. Apenas os concelhos de Vila do Porto, Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande registam um crescimento que, embora negativo, é menor do que o crescimento médio regional (-4,2%).

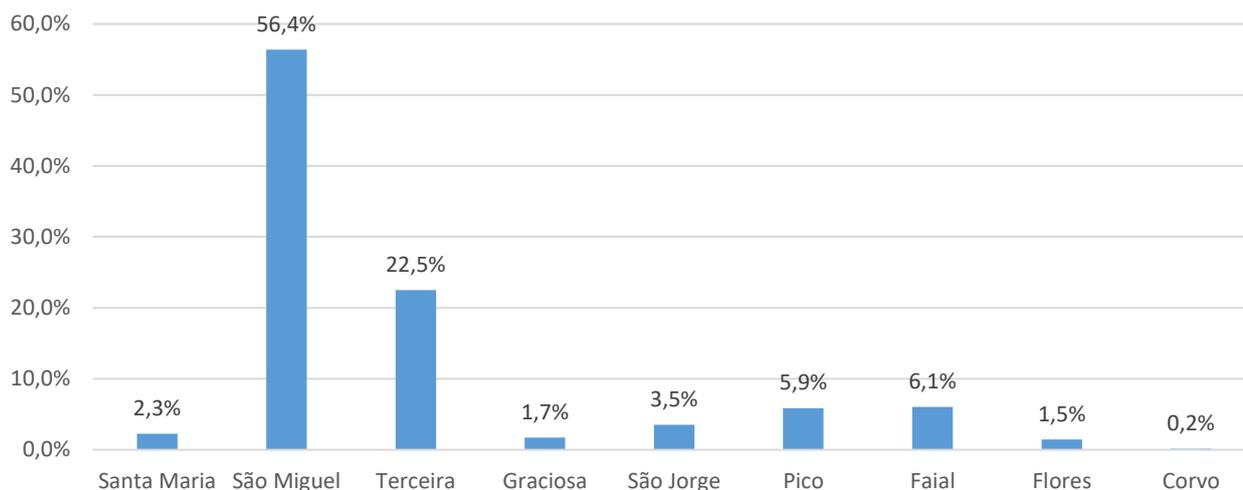
**Gráfico 11 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho, Açores 2011 – 2021**



Fonte: INE - Censos 2011; Censos 2021.

No que respeita à distribuição da população residente, as desigualdades entre ilhas estão associadas a uma característica demográfica específica da Região: a concentração da sua população em duas ilhas. De acordo com os últimos Censos, 56,4% da população açoriana residia na ilha de São Miguel e 22,5% na ilha Terceira. Nas outras sete ilhas (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo) viviam os restantes 21,1%.

**Gráfico 12 – Distribuição da população residente, por ilha, Açores 2021**



Fonte: INE, Censos 2021

*Esta concentração da população, sobretudo na ilha de São Miguel, mas também na ilha Terceira, acarreta, necessariamente, consequências na forma como os recursos públicos são alocados às diferentes ilhas e tem, sobretudo, impacto sobre a forma como se evidenciam nos Açores, os mais diversos fenómenos e processos sociais, incluindo a pobreza. O peso da ilha de São Miguel é, de tal modo, expressivo que acaba por dissimular importantes diversidades intrarregionais, vindo os dados dos Açores a refletir, maioritariamente, os dados desta ilha. Por si só, esta questão permite perceber que não é possível abordar qualquer problema social sem se compreender como é que este se distribui no território regional.*

*Através de uma pequena incursão nos números referentes aos principais grupos populacionais, demonstrar-se-á que a pobreza em Portugal tende a ter uma incidência bastante diferenciada entre crianças e jovens, por um lado, e idosos, por outro, sendo bastante mais relevante no primeiro grupo do que no segundo. Os problemas associados a estas duas etapas da vida são, também, bastante distintos, condicionando, naturalmente, os efeitos da pobreza que cada uma sofre (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 – Diagnóstico).*

De acordo com os Censos 2021, verifica-se que, nos Açores, a percentagem de população jovem [0-14 anos] é superior (14,6%) à média nacional (12,9%), e apresenta uma menor proporção de pessoas idosas [65 ou mais anos] (16,5%), contra 23,4%, valor médio do país.

Contudo, e como tem sido possível observar, regista-se uma distribuição bastante desigual no que se refere à proporção de jovens e idosos nas diferentes ilhas e concelhos. A ilha de São Miguel é a mais jovem, com 15,6% da população com idade inferior a 15 anos e, nesta, é o concelho de Ribeira Grande aquele que regista a maior percentagem de população no escalão etário 0-14 anos (18,8%). Por outro lado, são os concelhos de Lajes do Pico (24,9%) e de Calheta (23,7%) aqueles que apresentam maior proporção de população com 65 ou mais anos, valores superiores à média nacional.

Erro! Utilize o separador Base para aplicar Cabeçalho 1 ao texto que pretende que apareça aqui.

**Quadro 2 - População residente por ilha, por concelho e por grupo etário – 2021**

Localização geográfica	Sexo		Total	Grupo etário									
	Homens	Mulheres		0-14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		15 - 64 anos		≥65 anos	
				Nº absoluto	%								
<b>Santa Maria</b>	<b>2 590</b>	<b>2 816</b>	<b>5 406</b>	<b>772</b>	<b>14,3%</b>	<b>619</b>	<b>11,5%</b>	<b>3 070</b>	<b>56,8%</b>	<b>3 689</b>	<b>68,2%</b>	<b>945</b>	<b>17,5%</b>
Vila do Porto	2 590	2 816	5 406	772	14,3%	619	11,5%	3 070	56,8%	3 689	68,2%	945	17,5%
<b>São Miguel</b>	<b>65 147</b>	<b>68 141</b>	<b>133 288</b>	<b>20 764</b>	<b>15,6%</b>	<b>17 231</b>	<b>12,9%</b>	<b>76 566</b>	<b>57,4%</b>	<b>93 797</b>	<b>70,4%</b>	<b>18 727</b>	<b>14,1%</b>
Lagoa	6 976	7 213	14 189	2 345	16,5%	1 927	13,6%	8 097	57,1%	10 024	70,6%	1 820	12,8%
Nordeste	2 154	2 214	4 368	576	13,2%	515	11,8%	2 353	53,9%	2 868	65,7%	924	21,2%
Ponta Delgada	32 385	34 844	67 229	9 630	14,3%	8 280	12,3%	39 217	58,3%	47 497	70,6%	10 102	15,0%
Povoação	2 850	2 941	5 791	777	13,4%	724	12,5%	3 289	56,8%	4 013	69,3%	1 001	17,3%
Ribeira Grande	15 605	15 783	31 388	5 905	18,8%	4 465	14,2%	17 677	56,3%	22 142	70,5%	3 341	10,6%
Vila Franca do Campo	5 177	5 146	10 323	1 531	14,8%	1 320	12,8%	5 933	57,5%	7 253	70,3%	1 539	14,9%
<b>Terceira</b>	<b>25 863</b>	<b>27 371</b>	<b>53 234</b>	<b>7 126</b>	<b>13,4%</b>	<b>5 895</b>	<b>11,1%</b>	<b>30 130</b>	<b>56,6%</b>	<b>36 025</b>	<b>67,7%</b>	<b>10 083</b>	<b>18,9%</b>
Angra do Heroísmo	16 367	17 404	33 771	4 494	13,3%	3 762	11,1%	19 004	56,3%	22 766	67,4%	6 511	19,3%
Praia da Vitória	9 496	9 967	19 463	2 632	13,5%	2 133	11,0%	11 126	57,2%	13 259	68,1%	3 572	18,4%
<b>Graciosa</b>	<b>2 020</b>	<b>2 070</b>	<b>4 090</b>	<b>591</b>	<b>14,4%</b>	<b>424</b>	<b>10,4%</b>	<b>2 185</b>	<b>53,4%</b>	<b>2 609</b>	<b>63,8%</b>	<b>890</b>	<b>21,8%</b>
Santa Cruz da Graciosa	2 020	2 070	4 090	591	14,4%	424	10,4%	2 185	53,4%	2 609	63,8%	890	21,8%
<b>São Jorge</b>	<b>4 150</b>	<b>4 223</b>	<b>8 373</b>	<b>1 045</b>	<b>12,5%</b>	<b>826</b>	<b>9,9%</b>	<b>4 658</b>	<b>55,6%</b>	<b>5 484</b>	<b>65,5%</b>	<b>1 844</b>	<b>22,0%</b>
Calheta	1 707	1 730	3 437	427	12,4%	344	10,0%	1 853	53,9%	2 197	63,9%	813	23,7%
Velas	2 443	2 493	4 936	618	12,5%	482	9,8%	2 805	56,8%	3 287	66,6%	1 031	20,9%
<b>Pico</b>	<b>6 776</b>	<b>7 103</b>	<b>13 879</b>	<b>1 842</b>	<b>13,3%</b>	<b>1 341</b>	<b>9,7%</b>	<b>7 671</b>	<b>55,3%</b>	<b>9 012</b>	<b>64,9%</b>	<b>3 025</b>	<b>21,8%</b>
Lajes do Pico	2 126	2 214	4 340	534	12,3%	416	9,6%	2 311	53,2%	2 727	62,8%	1 079	24,9%
Madalena	3 079	3 240	6 319	883	14,0%	653	10,3%	3 521	55,7%	4 174	66,1%	1 262	20,0%
S. Roque	1 571	1 649	3 220	425	13,2%	272	8,4%	1 839	57,1%	2 111	65,6%	684	21,2%
<b>Faial</b>	<b>6 989</b>	<b>7 342</b>	<b>14 331</b>	<b>1 929</b>	<b>13,5%</b>	<b>1 518</b>	<b>10,6%</b>	<b>8 027</b>	<b>56,0%</b>	<b>9 545</b>	<b>66,6%</b>	<b>2 857</b>	<b>19,9%</b>
Horta	6 989	7 342	14 331	1 929	13,5%	1 518	10,6%	8 027	56,0%	9 545	66,6%	2 857	19,9%
<b>Flores</b>	<b>1 740</b>	<b>1 688</b>	<b>3 428</b>	<b>435</b>	<b>12,7%</b>	<b>340</b>	<b>9,9%</b>	<b>1 974</b>	<b>57,6%</b>	<b>2 314</b>	<b>67,5%</b>	<b>679</b>	<b>19,8%</b>
Lajes das Flores	730	678	1 408	157	11,2%	153	10,9%	806	57,2%	959	68,1%	292	20,7%
Santa Cruz das Flores	1 010	1 010	2 020	278	13,8%	187	9,3%	1 168	57,8%	1 355	67,1%	387	19,2%
<b>Corvo</b>	<b>205</b>	<b>179</b>	<b>384</b>	<b>49</b>	<b>12,8%</b>	<b>45</b>	<b>11,7%</b>	<b>231</b>	<b>60,2%</b>	<b>276</b>	<b>71,9%</b>	<b>59</b>	<b>15,4%</b>
Vila Nova do Corvo	205	179	384	49	12,8%	45	11,7%	231	60,2%	276	71,9%	59	15,4%
<b>RA Açores</b>	<b>115 480</b>	<b>120 933</b>	<b>236 413</b>	<b>34 553</b>	<b>14,6%</b>	<b>28 239</b>	<b>11,9%</b>	<b>134 512</b>	<b>56,9%</b>	<b>162 751</b>	<b>68,8%</b>	<b>39 109</b>	<b>16,5%</b>
<b>Portugal</b>	<b>4 920 220</b>	<b>5 422 846</b>	<b>10 343 066</b>	<b>1 331 188</b>	<b>12,9%</b>	<b>1 088 087</b>	<b>10,5%</b>	<b>5 500 152</b>	<b>53,2%</b>	<b>6 588 239</b>	<b>63,7%</b>	<b>2 423 639</b>	<b>23,4%</b>

Fonte: INE: Censos 2021.

Embora a população tenha decrescido, o número de famílias aumentou entre 2011 e 2021, sendo 81 715 e 85 301, respetivamente. Repare-se que 20,3% das mesmas são constituídas por apenas uma pessoa e 9,6% por cinco ou mais pessoas, sendo a média do país de 5,6%.

**Quadro 3 - Famílias clássicas residentes em Portugal, por localização geográfica, segundo a dimensão – 2021**

Localização geográfica	Total de famílias clássicas	Número e percentagem de famílias clássicas por número de pessoas									
		Com 1 pessoa	%	Com 2 pessoas	%	Com 3 pessoas	%	Com 4 pessoas	%	Com 5+ pessoas	%
Portugal	4 149 096	1 027 871	24,8%	1 382 996	33,3%	894 451	21,6%	611 861	14,7%	231 917	5,6%
Continente	3 968 951	988 119	24,9%	1 330 620	33,5%	852 612	21,5%	581 453	14,7%	216 147	5,4%
Norte	1 380 696	290 181	21,0%	450 114	32,6%	328 279	23,8%	226 902	16,4%	85 220	6,2%
Centro	909 312	229 461	25,2%	319 732	35,2%	188 276	20,7%	129 630	14,3%	42 213	4,6%
Lisboa	1 193 148	336 274	28,2%	392 111	32,9%	238 291	20,0%	160 982	13,5%	65 326	5,5%
Alentejo	291 767	79 290	27,2%	101 944	34,9%	59 369	20,3%	38 116	13,1%	13 048	4,5%
Algarve	194 192	52 913	27,2%	66 719	34,4%	38 397	19,8%	25 823	13,3%	10 340	5,3%
<b>RA Açores</b>	<b>85 301</b>	<b>17 348</b>	<b>20,3%</b>	<b>24 853</b>	<b>29,1%</b>	<b>19 968</b>	<b>23,4%</b>	<b>14 948</b>	<b>17,5%</b>	<b>8 184</b>	<b>9,6%</b>
RA. da Madeira	94 844	22 404	23,6%	27 523	29,0%	21 871	23,1%	15 460	16,3%	7 586	8,0%

Fonte: INE – Censos 2021.

No que respeita aos tipos de família, observa-se que estes se distribuem de forma bastante desigual entre as diversas ilhas do arquipélago. As pessoas que vivem só, apresentam os quantitativos mais baixos em São Miguel (18%), na Terceira (21,5%) e no Pico (22,2%) e os mais elevados nas Flores (29,5%) e em São Jorge (26,5%).

No extremo oposto da dimensão dos agregados familiares, São Miguel destaca-se, claramente, como a ilha onde existe uma maior proporção de famílias numerosas (12,3%).

**Quadro 4 - Famílias clássicas residentes, segundo a dimensão, por ilha e concelho Açores- 2021**

Ilha/Concelho	Nº de famílias clássicas residentes		Número e percentagem de famílias clássicas, por número de pessoas - 2021									
			Com 1	%	Com 2	%	Com 3	%	Com 4	%	Com 5 ou mais	%
	2011	2021										
<b>Santa Maria</b>	<b>1 998</b>	<b>2 166</b>	<b>549</b>	<b>25,3%</b>	<b>682</b>	<b>31,5%</b>	<b>490</b>	<b>22,6%</b>	<b>322</b>	<b>14,9%</b>	<b>123</b>	<b>5,7%</b>
Vila do Porto	1 998	2 166	549	25,3%	682	31,5%	490	22,6%	322	14,9%	123	5,7%
<b>São Miguel</b>	<b>42 987</b>	<b>45 245</b>	<b>8 138</b>	<b>18,0%</b>	<b>11 880</b>	<b>26,3%</b>	<b>10 752</b>	<b>23,8%</b>	<b>8 918</b>	<b>19,7%</b>	<b>5 557</b>	<b>12,3%</b>
Lagoa	4 380	4 486	628	14,0%	1085	24,2%	1 094	24,4%	1 008	22,5%	671	15,0%
Nordeste	1 764	1 679	403	24,0%	513	30,6%	340	20,3%	311	18,5%	112	6,7%
Ponta Delgada	22 499	23 930	4 848	20,3%	6 683	27,9%	5 653	23,6%	4 285	17,9%	2 461	10,3%
Povoação	2 106	2 139	430	20,1%	628	29,4%	518	24,2%	392	18,3%	171	8,0%
Ribeira Grande	8 991	9 668	1 345	13,9%	2 163	22,4%	2 297	23,8%	2 204	22,8%	1 659	17,2%
Vila Franca do Campo	3 247	3 343	484	14,5%	808	24,2%	850	25,4%	718	21,5%	483	14,4%
<b>Terceira</b>	<b>19 518</b>	<b>20 240</b>	<b>4 354</b>	<b>21,5%</b>	<b>6 437</b>	<b>31,8%</b>	<b>4 866</b>	<b>24,0%</b>	<b>3 252</b>	<b>16,1%</b>	<b>1 331</b>	<b>6,6%</b>
Angra do Heroísmo	12 195	12 732	2 834	22,3%	4 020	31,6%	2 949	23,2%	2 033	16,0%	896	7,0%
Praia da Vitória	7 323	7 508	1 520	20,2%	2 417	32,2%	1 917	25,5%	1 219	16,2%	435	5,8%
<b>Graciosa</b>	<b>1 658</b>	<b>1 597</b>	<b>401</b>	<b>25,1%</b>	<b>500</b>	<b>31,3%</b>	<b>353</b>	<b>22,1%</b>	<b>239</b>	<b>15,0%</b>	<b>104</b>	<b>6,5%</b>
Santa Cruz da Graciosa	1 658	1 597	401	25,1%	500	31,3%	353	22,1%	239	15,0%	104	6,5%
<b>São Jorge</b>	<b>3 413</b>	<b>3 459</b>	<b>915</b>	<b>26,5%</b>	<b>1 207</b>	<b>34,9%</b>	<b>695</b>	<b>20,1%</b>	<b>449</b>	<b>13,0%</b>	<b>193</b>	<b>5,6%</b>
Calheta	1 405	1 432	394	27,5%	502	35,1%	256	17,9%	191	13,3%	89	6,2%
Velas	2 008	2 027	521	25,7%	705	34,8%	439	21,7%	258	12,7%	104	5,1%
<b>Pico</b>	<b>5 042</b>	<b>5 346</b>	<b>1 187</b>	<b>22,2%</b>	<b>1 770</b>	<b>33,1%</b>	<b>1 232</b>	<b>23,0%</b>	<b>735</b>	<b>13,7%</b>	<b>422</b>	<b>7,9%</b>
Lajes do Pico	1 672	1 667	371	22,3%	564	33,8%	366	22,0%	207	12,4%	159	9,5%
Madalena	2 129	2 376	508	21,4%	751	31,6%	564	23,7%	370	15,6%	183	7,7%
São Roque do Pico	1 241	1 303	308	23,6%	455	34,9%	302	23,2%	158	12,1%	80	6,1%
<b>Faial</b>	<b>5 449</b>	<b>5 661</b>	<b>1 341</b>	<b>23,7%</b>	<b>1 850</b>	<b>32,7%</b>	<b>1 253</b>	<b>22,1%</b>	<b>861</b>	<b>15,2%</b>	<b>356</b>	<b>6,3%</b>
Horta	5 449	5 661	1 341	23,7%	1 850	32,7%	1 253	22,1%	861	15,2%	356	6,3%
<b>Flores</b>	<b>1 464</b>	<b>1 432</b>	<b>423</b>	<b>29,5%</b>	<b>477</b>	<b>33,3%</b>	<b>288</b>	<b>20,1%</b>	<b>159</b>	<b>11,1%</b>	<b>85</b>	<b>5,9%</b>
Lajes das Flores	599	605	187	30,9%	219	36,2%	109	18,0%	56	9,3%	34	5,6%
Santa Cruz das Flores	865	827	236	28,5%	258	31,2%	179	21,6%	103	12,5%	51	6,2%
<b>Corvo</b>	<b>186</b>	<b>155</b>	<b>40</b>	<b>25,8%</b>	<b>50</b>	<b>32,3%</b>	<b>39</b>	<b>25,2%</b>	<b>13</b>	<b>8,4%</b>	<b>13</b>	<b>8,4%</b>
Vila Nova do Corvo	186	155	40	25,8%	50	32,3%	39	25,2%	13	8,4%	13	8,4%
<b>RA Açores</b>	<b>81 715</b>	<b>85 301</b>	<b>17 348</b>	<b>20,3%</b>	<b>24 853</b>	<b>29,1%</b>	<b>19 968</b>	<b>23,4%</b>	<b>14 948</b>	<b>17,5%</b>	<b>8 184</b>	<b>9,6%</b>

Fonte: INE, Censos 2021.

Além dos dados apresentados acima, recorreu-se a um conjunto de indicadores demográficos, dos quais se destacam os mais significativos.

A taxa de natalidade é, ainda, superior à média nacional (8,6‰), verificando-se, no entanto, uma redução da mesma, entre 2018 e 2022, associada ao progressivo envelhecimento da população na Região, ao qual se associa também o decréscimo do efetivo demográfico (no mesmo período).

Saliente-se que, partir de 2018, o índice sintético de fecundidade nos Açores passou a ser inferior ao valor médio do país, situação que se tem mantido, apresentando um valor de 1,34 face a 1,43 do todo nacional (2022).

Em contraste, é de relevar o valor do índice de rejuvenescimento da população ativa (87,0) ser superior ao valor médio nacional (75,2). Os Açores apresentam, também, um índice de envelhecimento inferior à média nacional (respetivamente 117,2 e 185,6). Por sua vez, o índice de dependência demográfica é bastante inferior (46,1) ao valor médio do país (58,4).

**Quadro 5 - Principais indicadores demográficos - Portugal e Açores, 2018 - 2022**

Indicadores	2018		2019		2020		2021		2022	
	Portugal	RAA								
Taxa de natalidade (‰)	8,5	9,3	8,4	8,8	8,2	8,7	7,6	8,6	8	8,6
Taxa de mortalidade (‰)	11	9,4	10,9	9,4	11,9	10,1	12	9,9	11,9	11,3
Taxa de mortalidade infantil (‰)	3,3	4,0	2,8	2,3	2,4	4,8	2,4	2,4	2,6	2,9
Taxa de crescimento natural (%)	-0,25	-0,02	-0,25	-0,06	-0,38	-0,14	-0,43	-0,14	-0,39	-0,27
Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,14	-0,42	0,19	-0,02	0,02	-0,25	0,26	0,49	0,44	0,48
Índice de envelhecimento (nº)	163,2	99,6	169,4	104,7	175,6	108,7	181,3	113,6	185,6	117,2
Índice de rejuvenescimento da população ativa (nº)	76,9	93,4	76,3	89,9	76,1	88,2	75,5	87,5	75,2	87,0
Índice de dependência demográfica (nº)	55,1	43,3	55,6	43,5	55,9	43,5	57,9	46,1	58,4	46,1
Taxa de fecundidade geral (‰)	37,9	36,7	37,9	34,9	37,2	34,5	35,8	36	38	36,5
Taxa de fecundidade na adolescência (‰)	7,5	11,6	7,8	12,7	6,7	12,2	5,8	10,7	6,2	10,9
Índice sintético de fecundidade (nº)	1,42	1,39	1,43	1,35	1,41	1,35	1,35	1,32	1,43	1,34

Fonte: INE.

Os dados desagregados por ilhas e concelhos, relativos ao movimento geral da população referentes ao ano de 2022, e constantes no quadro abaixo, permitem observar diferenças significativas entre os diferentes territórios que constituem a Região Autónoma dos Açores. Verifica-se que, em 2022, apenas os concelhos de Lagoa e Ribeira Grande apresentaram um saldo natural ligeiramente positivo, sendo o saldo médio para a RAA negativo (-642).

A taxa de natalidade na RAA é, ainda superior à média nacional - respetivamente, de 8,6‰ e 8,0 ‰ – registando-se o valor mais elevado nas ilhas do Corvo (9,5‰) e de São Miguel (9,3‰) e, nesta, no concelho de Ribeira Grande (10,9‰). Em contraste, é nos concelhos de Santa Cruz das Flores (4,8‰) e Lajes do Pico (6,8‰) que se registam as mais baixas taxas de natalidade.

Relativamente ao índice de envelhecimento, este é mais baixo na ilha de São Miguel (92,7) e mais elevado na ilha de São Jorge (177,6), com o concelho de Ribeira Grande a apresentar um índice de envelhecimento de 59,3 e, o das Lajes do Pico, de 200,4 observando-se, por esta via, realidades demográficas muito distintas no arquipélago, como se tem vindo a sublinhar.

**Quadro 6 - Movimento geral da população, por ilha e concelho de residência, Açores 2022**

Ilha/concelho	Saldo natural (nº)	Taxa de Natalidade (‰)	Taxa de Mortalidade		Taxa de Fecundidade (‰)	Índice de Envelhecimento (%)	Índice de Dependência Demográfica (%)
			Total (‰)	Infantil (‰)			
<b>Santa Maria</b>	<b>-31</b>	<b>6,9</b>	<b>12,6</b>	<b>0</b>	<b>29,8</b>	<b>120,9</b>	<b>46,9</b>
Vila do Porto	-31	6,9	12,6	0,0	29,8	120,9	46,9
<b>São Miguel</b>	<b>-81</b>	<b>9,3</b>	<b>9,9</b>	<b>1,6</b>	<b>37,5</b>	<b>92,7</b>	<b>42,9</b>
Lagoa	8	9,4	8,8	7,3	36,8	78,7	41,9
Nordeste	-43	7,4	17,1	0,0	35,1	159,0	50,9
Ponta Delgada	-54	9,1	9,9	1,6	36,8	107,2	42,8
Povoação	-53	6,1	15,1	0,0	26,9	135,0	44,7
Ribeira Grande	83	10,9	8,3	0,0	42,5	59,3	42,4
Vila Franca do Campo	-22	8	10,1	0,0	33,4	106,0	43,1
<b>Terceira</b>	<b>-255</b>	<b>7,8</b>	<b>12,6</b>	<b>0,0</b>	<b>34,6</b>	<b>143,1</b>	<b>49,1</b>
Angra do Heroísmo	-177	7,8	13	0,0	34,5	147,0	49,3
Praia da Vitória	-78	7,8	11,8	0,0	34,8	136,5	48,7
<b>Graciosa</b>	<b>-26</b>	<b>10</b>	<b>16,3</b>	<b>24,4</b>	<b>46,9</b>	<b>148,6</b>	<b>57,2</b>
Santa Cruz da Graciosa	-26	10	16,3	24,4	46,9	148,6	57,2
<b>São Jorge</b>	<b>-68</b>	<b>7,7</b>	<b>15,7</b>	<b>0,0</b>	<b>36,3</b>	<b>177,6</b>	<b>53,5</b>
Calheta	-33	8	17,4	0,0	38,9	196,3	57,8
Velas	-35	7,5	14,5	0,0	34,6	164,6	50,5
<b>Pico</b>	<b>-97</b>	<b>7,9</b>	<b>14,7</b>	<b>0,0</b>	<b>36,4</b>	<b>163,9</b>	<b>53,7</b>
Lajes do Pico	-41	6,8	16,2	0,0	32,7	200,4	58,6
Madalena	-47	8,4	15,6	0,0	37	140,5	51,5
São Roque do Pico	-9	8,4	11,1	0,0	40,1	167,9	51,8
<b>Faial</b>	<b>-59</b>	<b>7,8</b>	<b>11,9</b>	<b>26,8</b>	<b>34,7</b>	<b>153,4</b>	<b>51,2</b>
Horta	-59	7,8	11,9	26,8	34,7	153,4	51,2
<b>Flores</b>	<b>-27</b>	<b>5,7</b>	<b>13,4</b>	<b>0,0</b>	<b>26</b>	<b>163,5</b>	<b>47,7</b>
Lajes das Flores	-9	7	13,3	0,0	33,1	194,3	48,2
Santa Cruz das Flores	-18	4,8	13,5	0,0	21,4	145,6	47,3
<b>Corvo</b>	<b>2</b>	<b>9,5</b>	<b>4,7</b>	<b>0</b>	<b>44,9</b>	<b>141,3</b>	<b>45,2</b>
Vila Nova do Corvo	2	9,5	4,7	0,0	44,9	141,3	45,2
<b>RA Açores</b>	<b>-642</b>	<b>8,6</b>	<b>11,3</b>	<b>2,6</b>	<b>36,5</b>	<b>117,2</b>	<b>46,1</b>
Portugal	-40 640	8	11,9	2,6	38,0	183,5	58,1
Continente	-38 644	8	11,9	2,6	38,2	185,9	58,7
RA Madeira	-1 345	6,9	12,3	1,7	31,9	161,6	49,3

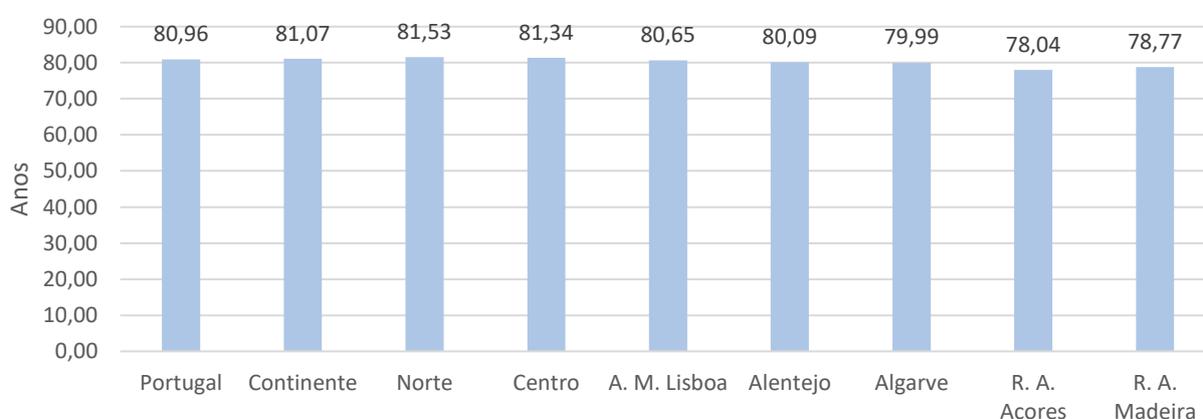
Fonte: INE.

### 3. Saúde

No presente capítulo apresentam-se alguns indicadores de saúde relativos à população residente na Região Autónoma dos Açores, dando destaque àqueles que, de alguma forma, se relacionam com a pobreza.

No que respeita à esperança média de vida à nascença - neste caso, para o período de 2020 a 2022 - os Açores e a Madeira apresentam as médias mais baixas do país, com uma diferença, relativamente às restantes, de sensivelmente três anos. Algo que se traduz num valor de 78,04 anos nos Açores; era, no entanto, de 75,86 em 2010.

**Gráfico 13- Esperança média de vida à nascença, por local de residência, 2020-2022**



Fonte: INE: Tábuas de Completas de Mortalidade, 2020-2022

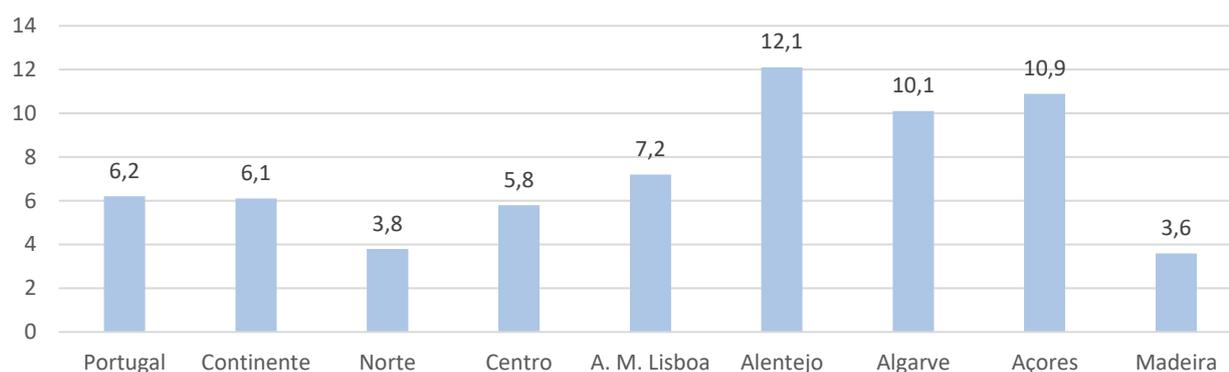
A gravidez na adolescência é uma das questões realçadas no relatório sobre o estado de saúde dos jovens na União Europeia, dado que implica um significativo aumento do risco para problemas sociais, económicos e de saúde da mãe e do bebé (European Commission, 2000). Esta problemática que, embora com uma tendência de descida, tem tido, ao longo do tempo, uma expressão significativa na RAA. A gravidez na adolescência “tem origem num conjunto diverso de circunstâncias desfavoráveis, sobretudo do ponto de vista social e psicológico, e resulta muitas vezes em consequências adversas, quer para a mãe quer para o bebé.

“A maior parte dos estudos disponíveis, conduzidos em Portugal e nos restantes países ocidentais, dá conta do mesmo panorama: a gravidez ocorre sobretudo junto das adolescentes que vivem nas situações mais desfavorecidas do ponto de vista social, económico, pessoal e cultural. As condições sociais e económicas desfavoráveis, mais correntemente assinaladas como estando na origem da gestação na adolescência, são: a pobreza, os baixos níveis educacionais e a exclusão do sistema

escolar e do emprego, em estudos realizados quer no nosso país quer nos restantes países ocidentais”<sup>9</sup>

Este fenómeno assume especial relevo nos Açores se considerarmos que a taxa de fecundidade na adolescência se traduziu em 10,9‰ em 2022, por contraste com valores de 6,2‰ para o conjunto do país.

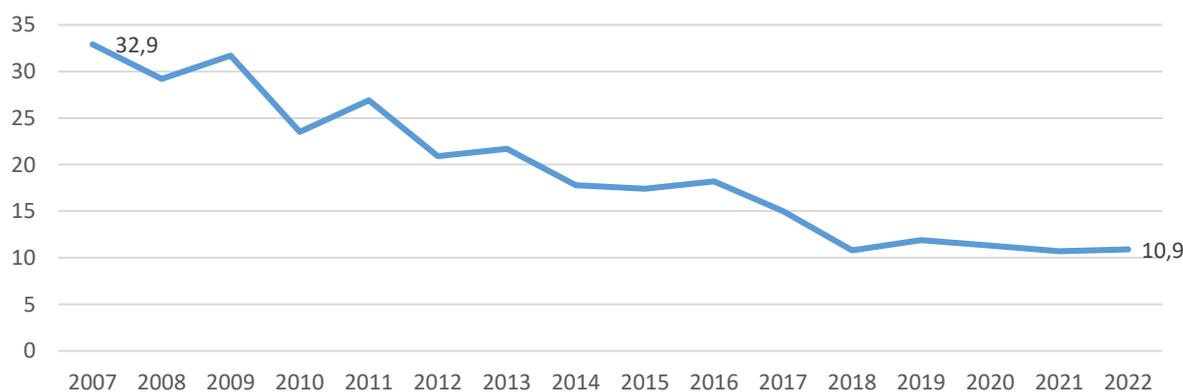
**Gráfico 14 – Taxa de fecundidade na adolescência por local de residência, 2022 (‰)**



Fonte: INE.

Como se observa no gráfico 15, os valores da gravidez na adolescência na RAA vieram - embora com algumas oscilações - a diminuir de ano para ano, até 2015, verificando-se uma ligeira subida em 2016, sendo de 10,9‰ em 2022, em contraponto com a taxa de 32,9‰ em 2007.

**Gráfico 15 – Evolução da taxa de fecundidade na adolescência Açores 2007- 2022 (‰)**



Fonte: INE.

<sup>9</sup> Gravidez na adolescência: das circunstâncias de risco às circunstâncias que favorecem a adaptação à gravidez, publicado no *International Journal of Clinical and Health Psychology*, disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33760107>

Uma análise mais aprofundada, recorrendo aos dados do INE, permite verificar que, em 2018, de entre 2 253 nados-vivos nascidos nos Açores, registaram-se 82 partos de mães adolescentes, traduzindo-se numa taxa de 3,6%, descendo para 73 em 2022, o que equivale a 3,5% do total de nados vivos. O fenómeno verifica-se com particular incidência na ilha de São Miguel, a qual regista 72,6% do total de partos de mães adolescentes na Região (2022) e, nesta, é sobretudo nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, com 14 e 23 nados-vivos, respetivamente, em 2022.

A análise do intervalo entre 2018 e 2022 permite observar que esta concentração nos concelhos referenciadas se verifica ao longo de todo este período, algo que nos permite afirmar que é nestes concelhos que o problema tem maior expressão.

**Quadro 7 - Nados-vivos de mães adolescentes residentes, por ilha e concelho, Açores 2018 - 2022**

Ilha/concelho	Período de referência														Total
	2018			2019			2020			2021			2022		
	-15	15 - 19	Total	-15	15 - 19	Total	-15	15 - 19	Total	-15	15 - 19	Total	-15	15 - 19	
<b>Santa Maria</b>	0	2	2	0	1	1	0	1	2	0	0	0	0	2	2
Vila do Porto	0	2	2	0	1	1	0	1	2	0	0	0	0	2	2
<b>São Miguel</b>	1	54	55	1	62	63	1	54	55	0	56	56	1	52	53
Lagoa	0	2	2	0	4	4	0	7	7	0	6	6	0	12	12
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	2
Ponta Delgada	0	28	28	0	27	27	1	24	25	0	24	24	0	14	14
Povoação	0	1	1	0	1	1	0	3	3	0	2	2	0	1	1
Ribeira Grande	1	21	22	0	26	26	0	17	17	0	19	19	1	22	23
Vila Franca do Campo	0	2	2	1	4	5	0	3	3	0	4	4	0	1	1
<b>Terceira</b>	0	16	16	0	14	14	0	18	18	0	13	13	0	12	12
Angra do Heroísmo	0	10	10	0	12	12	0	11	11	0	9	9	0	5	5
Praia da Vitória	0	6	6	0	2	2	0	7	7	0	4	4	0	7	7
<b>Graciosa</b>	0	0	0	1	2	3	0	2	0	0	0	0	0	1	1
Santa Cruz da Graciosa	0	0	0	1	2	3	0	2	0	0	0	0	0	1	1
<b>São Jorge</b>	0	2	2	0	2	2	0	2	2	0	0	0	0	1	1
Calheta	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Velas	0	2	2	0	1	1	0	2	2	0	0	0	0	0	0
<b>Pico</b>	0	2	2	0	4	4	0	3	2	0	2	2	0	3	3
Lajes do Pico	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Madalena	0	1	1	0	4	4	0	1	1	0	1	1	0	2	2
São Roque do Pico	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1
<b>Faial</b>	0	5	5	0	0	0	0	0	5	0	1	1	0	1	1
Horta	0	5	5	0	0	0	0	0	5	0	1	1	0	1	1
<b>Flores</b>	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Lajes das Flores	0	0		0	1	1	0	0		0	0	0	0	0	0
Santa Cruz das Flores	0	0		0	0	0	0	1		0	0	0	0	0	0
<b>Corvo</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Nova do Corvo	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
<b>RA Açores</b>	1	81	82	2	86	88	1	81	82	0	72	72	1	72	73

Fonte: INE

A partir dos dados do quadro 8, podemos obter uma visão mais alargada da situação da natalidade na Região, a partir da perspetiva da fecundidade. Observando estes dados no contexto da fecundidade por concelho, verifica-se, em 2022, que é nos concelhos de Vila Nova do Corvo (44,9‰) e Santa Cruz da Graciosa (46,9‰) que existe a maior taxa de fecundidade geral, sendo que o valor médio da Região é de 36,5‰.

**Quadro 8 - Taxa de fecundidade por grupo etário, por ilha e concelho (‰)  
Açores 2022**

Ilha/concelho	Grupo etário							
	Total (15-49)	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
<b>Santa Maria</b>	<b>29,8</b>	<b>12,7</b>	<b>27,8</b>	<b>69,4</b>	<b>68,2</b>	<b>36,6</b>	<b>4,9</b>	<b>0</b>
Vila do Porto	29,8	12,7	27,8	69,4	68,2	36,6	4,9	0
<b>São Miguel</b>	<b>37,5</b>	<b>12,8</b>	<b>42,6</b>	<b>73,9</b>	<b>87,1</b>	<b>47,2</b>	<b>13,4</b>	<b>1,4</b>
Lagoa	36,8	24,1	38,1	49,8	103,9	48,8	11,4	0
Nordeste	35,1	15,8	29,2	72,6	114,3	30,7	12,9	0
Ponta Delgada	36,8	7,2	40,6	69,8	85	52,4	14	1,7
Povoação	26,9	6,3	24,9	42,3	78,4	26,3	18,5	0
Ribeira Grande	42,5	20,5	61	94,5	86,8	41,6	12	1,6
Vila Franca do Campo	33,4	3,5	19	85,5	72,4	43,9	14,9	2,3
<b>Terceira</b>	<b>34,6</b>	<b>8,8</b>	<b>26,4</b>	<b>65,6</b>	<b>76,3</b>	<b>52,7</b>	<b>16,2</b>	<b>2,4</b>
Angra do Heroísmo	34,5	5,6	26,1	64	75,3	58,2	15	2,3
Praia da Vitória	34,8	14,6	27	68,5	78	43	18,1	2,6
<b>Graciosa</b>	<b>46,9</b>	<b>11,2</b>	<b>97,3</b>	<b>84,5</b>	<b>83,7</b>	<b>50,5</b>	<b>18,8</b>	<b>0</b>
Santa Cruz da Graciosa	46,9	11,2	97,3	84,5	83,7	50,5	18,8	0
<b>São Jorge</b>	<b>36,3</b>	<b>4,9</b>	<b>57</b>	<b>77,9</b>	<b>74,7</b>	<b>51,8</b>	<b>9,3</b>	<b>3</b>
Calheta	38,9	10,8	36,8	68,6	112,2	50,2	8,5	0
Velas	34,6	0	69,8	84,7	49	53	9,8	4,7
<b>Pico</b>	<b>36,4</b>	<b>9,4</b>	<b>29,6</b>	<b>79,9</b>	<b>71,4</b>	<b>49,5</b>	<b>24</b>	<b>0</b>
Lajes do Pico	32,7	0	41,2	85,3	56,7	40,2	24,9	0
Madalena	37	12,7	16,7	79,8	67,8	72,9	15,3	0
São Roque do Pico	40,1	16,5	42,9	73,2	93,2	16,6	42	0
<b>Faial</b>	<b>34,7</b>	<b>2,9</b>	<b>19,5</b>	<b>71,8</b>	<b>80,6</b>	<b>68,4</b>	<b>13,1</b>	<b>1,6</b>
Horta	34,7	2,9	19,5	71,8	80,6	68,4	13,1	1,6
<b>Flores</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>18,2</b>	<b>48,2</b>	<b>84,1</b>	<b>36,2</b>	<b>7,1</b>	<b>0</b>
Lajes das Flores	33,1	0	22,5	54,8	111,1	40,8	21,7	0
Santa Cruz das Flores	21,4	0	15,3	43	70,4	32,5	0	0
<b>Corvo</b>	<b>44,9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>76,9</b>	<b>90,9</b>	<b>121,2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Vila Nova do Corvo	44,9	0	0	76,9	90,9	121,2	0	0
<b>RA Açores</b>	<b>36,5</b>	<b>10,9</b>	<b>37,9</b>	<b>72,2</b>	<b>82,5</b>	<b>49,7</b>	<b>14,2</b>	<b>1,5</b>

Fonte: PORDATA

Ainda no âmbito da Saúde, no presente documento, e uma vez que não existem outros dados mais atualizados, mantivemos a mesma análise efetuada a partir do Inquérito Regional de Saúde, 2015, e que consta no Diagnóstico de Suporte à Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028.

O acesso à saúde por parte das pessoas em situação de pobreza não se proporciona de forma idêntica ao da restante população. Também nesta área a pobreza se revela um fator condicionante. Desde logo, pela dificuldade em custear o acesso à saúde privada, a que a população portuguesa tende a recorrer em muitas circunstâncias, mas também por outros motivos, nomeadamente associados à literacia. Destaque-se a obesidade infantil, a título de exemplo, que tende a ser mais prevalente nas pessoas pobres. A análise das dificuldades em matéria de Saúde, sentidas pelas pessoas em situação de pobreza, assenta, necessariamente, nos dados regionais de carácter geral, visto não existirem indicadores ou estudos específicos.

Do Inquérito Regional de Saúde (InReS Açores), realizado em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP (INSA, IP), que abrangeu a população residente na RAA com idades compreendidas entre os 20 e os 74 anos (2014), destaca-se que a grande maioria dos açorianos está satisfeita com os cuidados de saúde que recebe. Mais concretamente, cerca de 60% dos inquiridos consideram-se satisfeitos e, 12%, totalmente satisfeitos.

Existem algumas características da saúde e da sua relação com os modos de vida que afetam particularmente as pessoas em situação de pobreza.

Uma das características dos empregos associadas às pessoas em situação de pobreza é a penosidade. Esta traduz-se, entre outras coisas, no manuseio de objetos pesados ou na repetição de gestos prolongada no tempo. O inquérito em análise permitiu, justamente, aferir a percentagem da população açoriana que se encontrava envolvida neste tipo de atividades, algo que correspondia a, sensivelmente, um terço do total dos residentes.

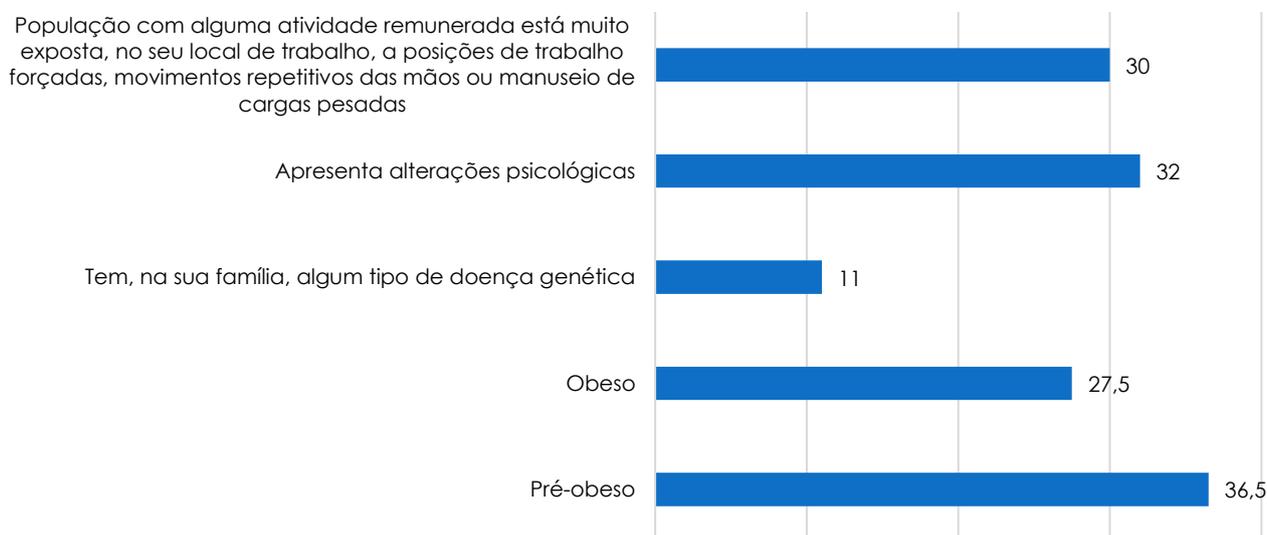
A existência de doenças do foro psicológico, nomeadamente depressões, tem sido associada às pessoas pobres com maior frequência do que ao conjunto total dos cidadãos, embora, neste caso, não existam resultados para os Açores. Não obstante, através do Inquérito Regional de Saúde podemos observar este problema através de um indicador indireto, designadamente a existência de alterações psicológicas, algo que afeta, também, sensivelmente, um terço dos açorianos.

A existência de doenças genéticas no seio familiar tem sido apontada como um fator agravador do risco de pobreza. No caso concreto dos Açores, essa relação é clara, por exemplo, com a doença Machado-Joseph. Os dados do Inquérito Regional de Saúde permitem perceber que a existência de doenças genéticas no seio familiar é uma realidade para 11% dos inquiridos.

Finalmente, a nível internacional, a obesidade representa um problema associado aos indivíduos e famílias menos escolarizados, de classe mais baixa e até em situação de pobreza nos países mais ricos, como é o caso de Portugal. Este problema tende a potenciar diversas patologias e riscos para a saúde dos indivíduos, crescendo aos fatores geradores de pobreza. No caso dos Açores, os obesos e pré-obesos representam um total de 64% da população. Nem todos se encontram em

situação de pobreza, mas a incidência deste problema nesta categoria social é, normalmente, mais pronunciada e superior à incidência na população em geral que aqui se apresenta" (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).

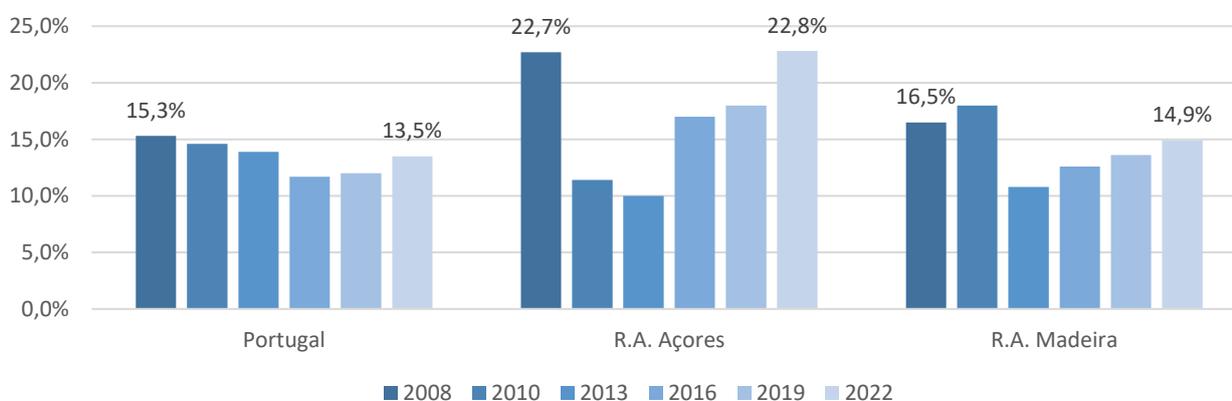
**Gráfico 16 – Indicadores de saúde, Açores 2015 (%)**



Fonte: Inquérito regional de saúde, 2015

A Região tem vindo a participar no estudo COSI, o sistema de vigilância da obesidade infantil (crianças entre os 6 e os 8 anos) da Organização Mundial de Saúde (OMS), designadamente nas edições de 2008, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022. Os dados apontam para uma diminuição da prevalência de obesidade infantil até ao ano de 2013, no entanto, em 2016 verificou-se um aumento substancial, subindo ainda mais em 2022 (22,8%) tal como se pode constatar nos gráficos 17e 18.

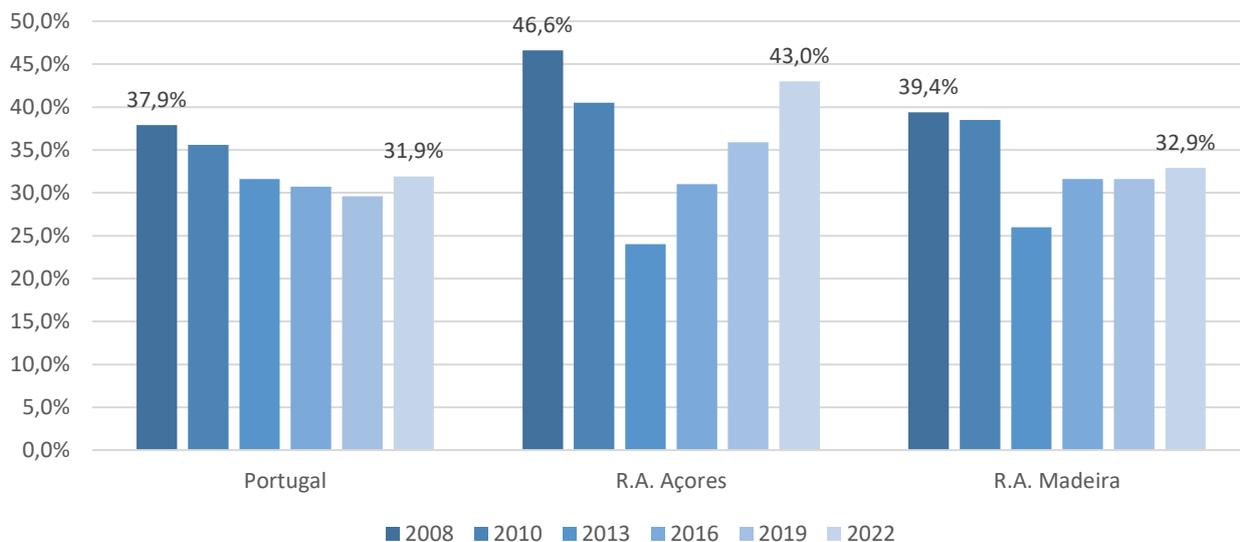
**Gráfico 17 - Prevalência de obesidade, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região – 2008, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022**



Fonte: COSI Portugal (2008/2010/2013/2016/2019/2022)

No que se refere ao excesso de peso, os valores também aumentaram entre os anos de 2013 e 2022 sendo de 43,0% neste ano.

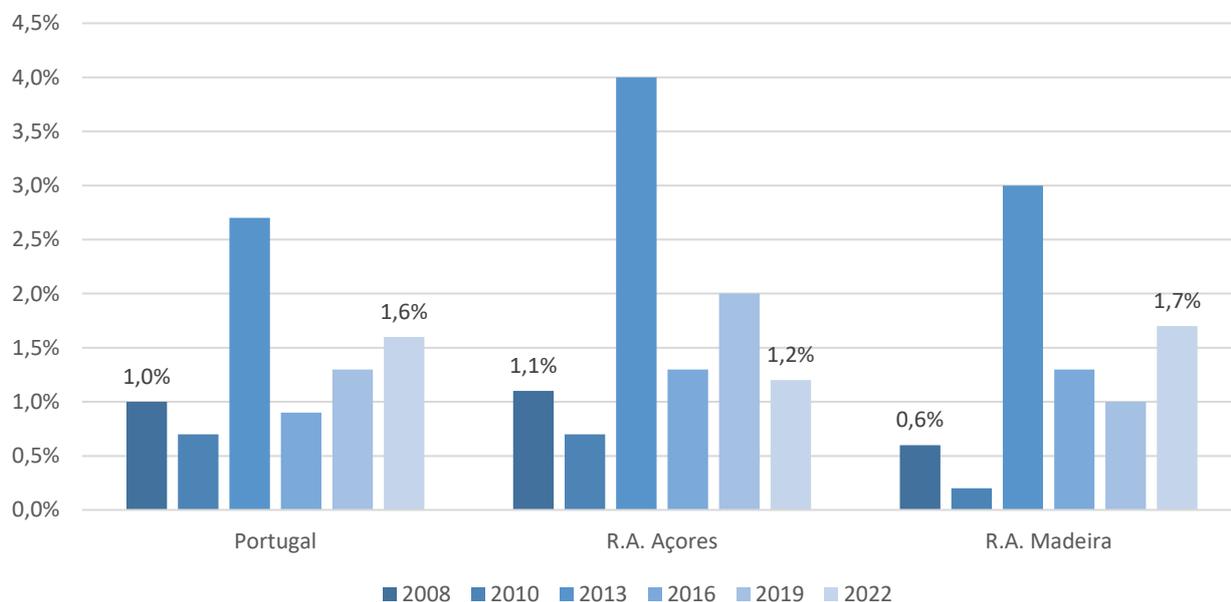
**Gráfico 18 - Prevalência de excesso de peso, nas crianças dos 6 aos 8 anos por região - 2008, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022**



Fonte: COSI Portugal (2008/2010/2013/2016/2019/2022)

No que se refere à prevalência de peso baixo, nas crianças dos 6 aos 8 anos, os valores dos Açores e do país não diferem de forma muito significativa (1,2% e 1,6%, respetivamente).

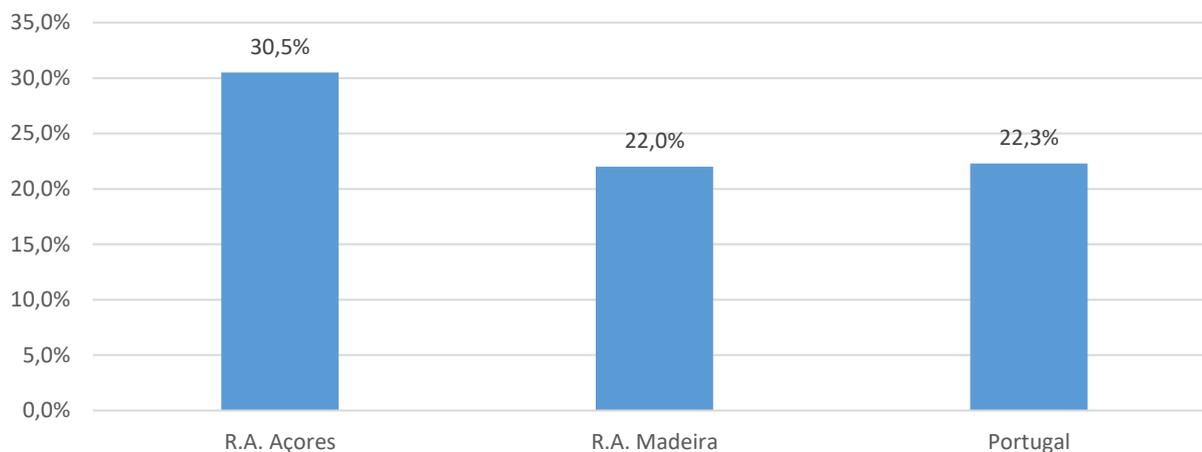
**Gráfico 19 - Prevalência de peso baixo, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região - 2008, 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022**



Fonte: COSI Portugal (2008/2010/2013/2016/2019/2022)

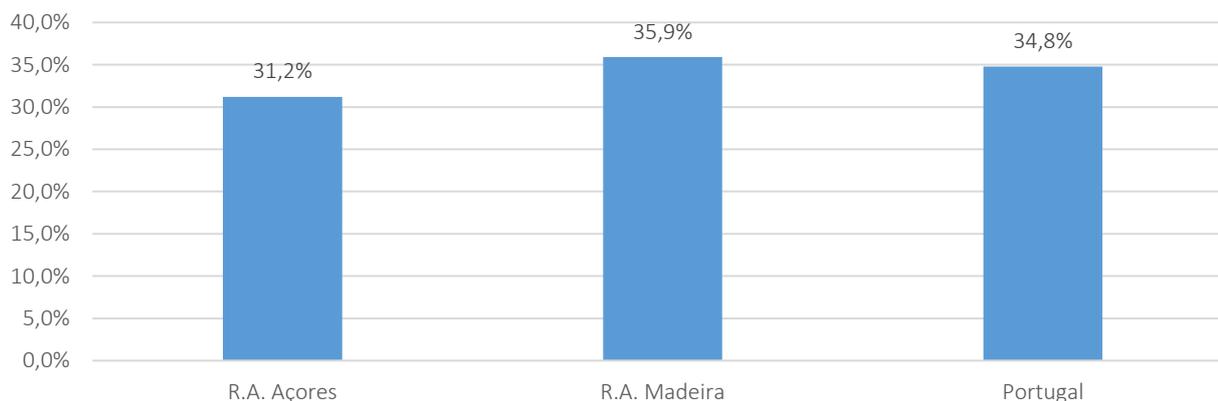
No âmbito do estudo *Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física 2015-2016 (IAN-AF 2015-2016)*, projeto cuja população-alvo foram os residentes em Portugal com idades compreendidas entre os 3 meses e os 84 anos, apurou-se, para a RAA, uma prevalência de obesidade de 30,5% e de pré-obesidade de 31,2% (gráficos 20 e 21).

**Gráfico 20 - Prevalência de categorias de IMC<sup>10</sup> (obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016**



Fonte: IAN-AF 2015-2016

**Gráfico 21 - Prevalências de categorias de IMC (pré-obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016**



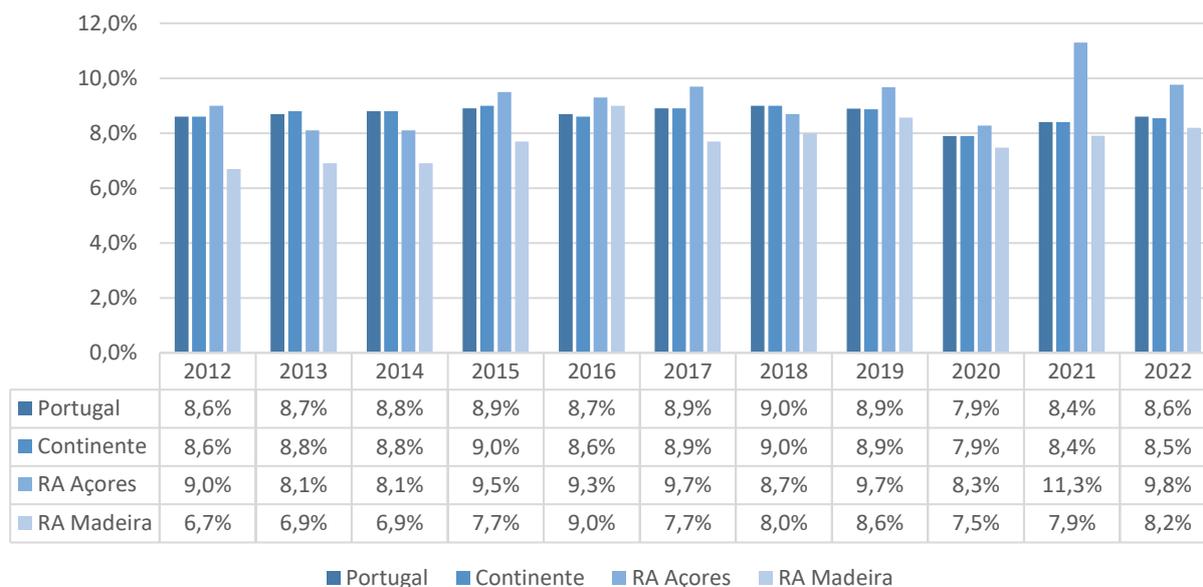
Fonte: IAN-AF 2015-2016

Como é possível observar a partir do gráfico n.º 22, a RAA, no ano de 2022, apresenta ainda uma percentagem de nados-vivos com baixo peso (9,8%), superior ao valor médio nacional (8,6%), tendo, nos últimos anos, apresentado um comportamento oscilante.

---

<sup>10</sup> O índice de massa corporal foi categorizado com base nos pontos de corte preconizados pela OMS para adultos e crianças

Gráfico 22 - Percentagem de nados-vivos com baixo peso, por localização geográfica – 2012 - 2022



Fonte: INE

De acordo com informação disponibilizada pela Secretaria Regional da Saúde e Desporto, e no que se refere à cobertura de médico de família, entre os utentes das Unidades de Saúde de Ilha (USI), a proporção de utentes abrangidos por médico de família varia entre as várias ilhas e concelhos, oscilando entre 65,5% na ilha Graciosa e cerca de 100% em São Jorge.

Quadro 9 - Taxa de cobertura de médico de família, por Unidade de Saúde de Ilha (USI) - Açores 2022

Ilha /concelho	Com Médico (A)	Sem Médico (B)	Sem Médico por Opção do utente (C)	Não Especificado (D)	TOTAL	Taxa cobertura= (CM+SMpO)/Total %
<b>USI Santa Maria</b>	<b>5 351</b>	<b>488</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>5 849</b>	<b>91,66%</b>
<b>USI São Miguel</b>	<b>140 204</b>	<b>8 119</b>	<b>718</b>	<b>6</b>	<b>149 047</b>	<b>94,55%</b>
CS Nordeste	4 950	5	4	0	4 959	99,90%
CS Ponta Delgada	86 468	7 627	355	1	94 451	91,92%
CS Povoação	6 443	1	4	0	6 448	99,98%
CS Ribeira Grande	30 875	480	248	0	31 603	98,48%
CS Vila Franca do Campo	11 468	6	107	5	11 586	99,91%
<b>USI Terceira</b>	<b>48 932</b>	<b>6 472</b>	<b>686</b>	<b>0</b>	<b>56 090</b>	<b>88,46%</b>
CS Angra do Heroísmo	29 737	5 173	565	0	35 475	85,42%
CS Praia da Vitória	19 195	1 299	121	0	20 615	93,70%
<b>USI Graciosa</b>	<b>2842</b>	<b>1504</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>4363</b>	<b>65,53%</b>
<b>USI São Jorge</b>	<b>9008</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>9016</b>	<b>99,92%</b>
CS Calheta	3770	2	0	0	3772	99,95%
CS Velas	5238	5	1	0	5244	99,90%
<b>USI Pico</b>	<b>14888</b>	<b>234</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>15143</b>	<b>98,45%</b>

Ilha /concelho	Com Médico	Sem Médico	Sem Médico por Opção do utente	Não Especificado	TOTAL	Taxa cobertura=(CM+SMpO)/Total %
	(A)	(B)	(C)	(D)		
CS Lajes	4200	10	0	0	4210	99,76%
CS Madalena	6404	216	14	0	6634	96,74%
CS São Roque	4284	8	7	0	4299	99,81%
<b>USI Faial</b>	<b>12630</b>	<b>2520</b>	<b>74</b>	<b>0</b>	<b>15224</b>	<b>83,45%</b>
<b>USI Flores</b>	<b>3645</b>	<b>14</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>3692</b>	<b>99,62%</b>
<b>USI Corvo</b>	<b>381</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>384</b>	<b>99,22%</b>
<b>RA Açores</b>	<b>237 881</b>	<b>19 361</b>	<b>1 560</b>	<b>6</b>	<b>258 808</b>	<b>92,52%</b>

Fonte: SISA. Relatórios P01\_R08 Inscritos Médico de Família, extraídos no dia 03/01/2023

No âmbito do presente *Diagnóstico*, e associado à saúde dos indivíduos, não é possível deixar de referir o problema dos comportamentos aditivos, os quais estão a tomar uma proporção muito preocupante – como veremos adiante – e, conseqüentemente, farão agravar as situações de pobreza e exclusão social nos Açores, provocadas pelo desemprego, pela rutura familiar, pela delinquência, pela criminalidade, etc. Por outro lado, “o uso de substâncias psicoativas tem uma interligação muito estreita com os níveis de saúde mental da população e tem também uma relação muito estreita com as circunstâncias de vida da população” (João Goulão, diretor geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – SICAD -, RTP, 07-12-2022).

Os dados que a seguir se apresentam sobre os comportamentos aditivos assentam no Relatório do SICAD, de 2022.

No IV *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral*, Portugal 2016/17 (INPG 2016/17) realizado na população residente em Portugal (15-74 anos), as prevalências de consumo de qualquer droga foram de 10% ao longo da vida, 5% nos últimos 12 meses e de 4% nos últimos 30 dias, verificando-se aumentos face a 2012, sobretudo do consumo recente e atual (SICAD, 2022)<sup>11</sup>. Para além deste panorama nacional, persistem relevantes heterogeneidades regionais. Os Açores e o Norte (NUTS II) apresentaram as prevalências de consumo recente e atual de qualquer droga mais altas nos 15-74 anos, sendo que nos 15-34 anos foram também estas, a par do Centro e Lisboa.

O padrão nacional de evolução das prevalências de consumo recente entre 2012 e 2016/17 – subida das de canábis e estabilidade ou descida da maioria das outras substâncias – manteve-se em quase todas as regiões. Assinalam-se entre as exceções, a descida da canábis no Alentejo, os aumentos dos consumos de cocaína e de ecstasy nos Açores e Madeira (superiores nos 15-34 anos),

<sup>11</sup> A Situação no País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, Relatório Anual 2021, SICAD.

e as subidas do consumo recente de novas substâncias psicoativas (NSP) em várias regiões, em particular nos Açores, mas também na Madeira, Norte, Centro e Algarve, mais acentuadas nos 15-34 anos (SICAD, 2022).

Em relação às duas outras substâncias com prevalências de consumo recente mais altas a nível nacional, a cocaína e o ecstasy, foram as regiões dos Açores (0,8% e 0,3% nos 15-74 anos e 1,5% e 0,4% nos 15-34 anos) e de Lisboa (0,5% e 0,2% nos 15-74 anos e 0,9% e 0,5% nos 15-34 anos) que apresentaram as prevalências de consumo recente mais altas, sendo de destacar também, no caso do ecstasy, a Madeira (0,3% nos 15-74 anos e 0,5% nos 15-34 anos). Por sua vez, o consumo recente de NSP é bem mais prevalente sobretudo nos Açores (3,6% na população de 15-74 anos e 6,1% na de 15-34 anos), mas também na Madeira (0,4% na população de 15-74 anos e 0,8% na de 15-34 anos), por comparação com as outras regiões. (SICAD, 2022).

Em 2021, foi realizada a 6.ª edição do inquérito anual Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, que teve como população-alvo os jovens que completaram 18 anos em 2021. Tal como nos anos anteriores, são de destacar as prevalências mais elevadas de consumo recente de canábis no Algarve (28%) e as mais baixas na R. A. Madeira (17%). A R. A. Açores e o Algarve apresentaram as prevalências mais altas (9% e 8%) de consumo recente de outras drogas que não canábis (consideradas no seu conjunto), sendo estas prevalências nas restantes regiões do país cerca de 7% (SICAD, 2022).

O padrão nacional de evolução das prevalências de consumo recente entre 2019 e 2020 – descida das prevalências de consumo recente de qualquer droga e de canábis e estabilidade da de outras drogas que não canábis – verificou-se em quase todas as regiões. São de destacar entre as exceções, a estabilidade da prevalência de consumo recente de qualquer droga nos Açores e as descidas das de outras drogas que não canábis no Algarve, Alentejo e Lisboa (SICAD, 2022).

Continuam a existir heterogeneidades regionais, destacando-se as regiões (NUTS II) dos Açores e de Lisboa com as prevalências de consumo recente de cocaína mais altas. Os consumos de cocaína continuam a ser mais elevados nos rapazes, sendo as prevalências de consumo recente e atual de 5% e 2% no grupo masculino e de 2% e 0,6% no feminino. Tal como nos anos anteriores, existem algumas diferenças regionais, surgindo uma vez mais as R. A. da Madeira e dos Açores com prevalências de consumo de cocaína um pouco superiores (SICAD, 2022).

O consumo de opiáceos continua a ser bem mais expressivo nos rapazes do que nas raparigas, com prevalências de consumo recente e atual de 1,9% e 1,3% naqueles, e de 0,5% e 0,3% nestas. São de assinalar as heterogeneidades regionais destes consumos, destacando-se a R.A. Açores com as maiores prevalências de consumo de opiáceos. Em 2019 e 2021 verificaram-se descidas nas prevalências de consumo de opiáceos a nível nacional, atingindo em 2021 os valores mais baixos desde 2016. Em quase todas as regiões do país houve diminuições em 2021, exceto no Centro (estabilidade das prevalências de consumo recente e ligeiro aumento das de consumo atual) e na R. A. Açores (estabilidade das prevalências de consumo recente).

Em 2016/2017 foi realizado em Portugal o IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/2017, replicando os estudos de 2012, 2007 e 2001. Continuam a existir heterogeneidades regionais ao nível dos consumos de ecstasy e, destacando-se as regiões (NUTS II) dos Açores, Madeira e de Lisboa com as prevalências de consumo recente mais altas, quer na população de 15-74 anos, como na de 15-34 anos (SICAD, 2022).

As maiores taxas por habitantes, de 15-64 anos, condenados por situação face às drogas (62 condenações) verificaram-se na Região Autónoma dos Açores e nos distritos de Lisboa, Portalegre e Viana do Castelo (2021).

A distribuição distrital dos condenados segundo o tipo de droga envolvida evidencia uma maior concentração de condenados nos distritos de Lisboa e Porto para as várias drogas consideradas, com exceção da heroína, em que a R. A. Açores voltou a apresentar a maior proporção de condenações (SICAD, 2022).

Os dados respeitantes aos comportamentos de consumo de substâncias psicoativas dos adolescentes açorianos<sup>12</sup>, e que englobam os jovens oriundos de todas as ilhas do arquipélago, realizado no ano de 2018, mostram-nos que 16.7% dos participantes já foram incentivados por terceiros a consumir estas substâncias.

No que concerne a ter experiências com o consumo de substâncias psicoativas, 38% da amostra total de adolescentes (N=8622) afirma já ter experimentado estas substâncias, sendo que a substância consumida em maior percentagem, pelos jovens com consumos, é o álcool (97,5%), seguido da canábis (16,4%) e do consumo de medicamentos de forma indevida (4,9%). As percentagens de consumo de álcool, obtidas no total de participantes da RAA apontam para 37% de jovens com consumo destas substâncias, seguidos de 6,2% com consumo de canábis e 1,9% com consumo indevido de medicamentos. Salienta-se que a experiência de consumo das restantes substâncias psicoativas situou-se abaixo de 1%.

Passando da experimentação ao consumo atual, os dados recolhidos mostram-nos que 21% dos adolescentes inquiridos assumem o comportamento atual de consumo de substâncias psicoativas, sendo as bebidas alcoólicas a substância mais consumida (95,6%) seguida pela canábis (12,8%).

---

<sup>12</sup> Fonte: *Estudo de Caracterização dos Comportamentos Aditivos na Região Autónoma dos Açores, 2018*. Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências.

## 4. Educação

Uma multiplicidade de questões faz da educação uma área da maior relevância para as sociedades desenvolvidas. Estas transcendem em muito o fenómeno da pobreza, mas estão intimamente relacionadas com ela. São conhecidos os seus efeitos no desenvolvimento, em particular, na economia e na participação política e cidadã dos indivíduos, assim como nos níveis de saúde e na mortalidade. No caso específico da economia, estão em causa questões como a produtividade dos trabalhadores, o empreendedorismo, a inovação e a capacidade de gestão dos empresários.

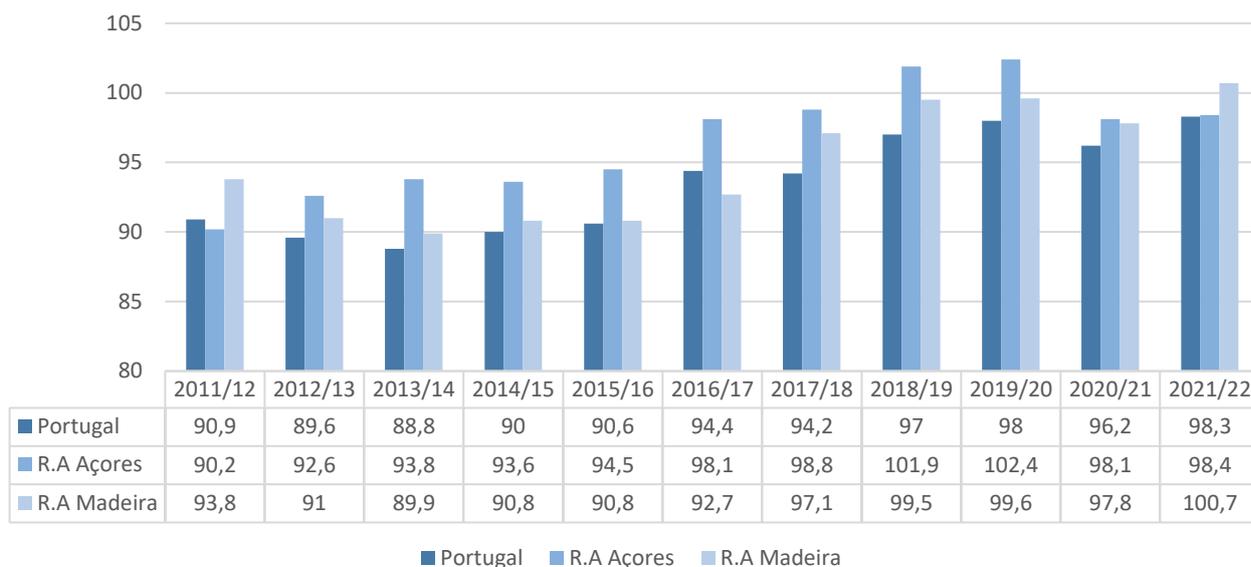
Os estudos realizados em Portugal têm demonstrado uma ligação clara entre pobreza e educação, contexto que também se verifica nos Açores. Quanto menor a escolaridade de um indivíduo, maior a probabilidade de este ser pobre, sobretudo se estiver enquadrado num agregado familiar em que os adultos que contribuem para o rendimento familiar têm baixa escolaridade (incluindo o próprio).

Na sua relação com a educação, a pobreza está também associada a atividades profissionais pouco qualificadas, mal remuneradas, precárias, perigosas e penosas. O papel da educação na pobreza (ou na sua ausência) é amplificado pela relação que tem com o emprego. Os empregos que mais protegem da pobreza caracterizam-se por exigirem qualificações escolares, em regra, elevadas e, por sua vez, geram rendimentos e uma identidade social que afasta os indivíduos da pobreza. Nesse sentido, ter sucesso escolar é determinante para sair ou não cair na pobreza.

Existem diversas variáveis caracterizantes dos indivíduos que estão associadas ao seu sucesso escolar. Desde logo, a escolaridade da mãe e a classe social da sua família de enquadramento. Naturalmente, o sistema de ensino também representa um importante contributo para o sucesso, desde a cultura organizacional de cada escola e o desempenho dos professores, quer individualmente quer como grupo nas escolas onde desenvolvem a sua atividade. O ingresso no sistema de ensino numa idade precoce é outra variável individual considerada relevante para o sucesso dos indivíduos ao longo de toda a sua carreira escolar (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).

A Região Autónoma dos Açores, no ano letivo 2021/22, apresentava uma taxa de pré-escolarização (98,4%) praticamente idêntica à média nacional (98,3%), tendo subido 6,3 p.p. em 10 anos. Este é, aliás, um dos indicadores educativos em que os Açores se destacam pela positiva, considerando que, de uma forma geral e como veremos mais à frente, os indicadores açorianos de escolaridade e de escolarização estão ainda bastante afastados dos índices nacionais e europeus.

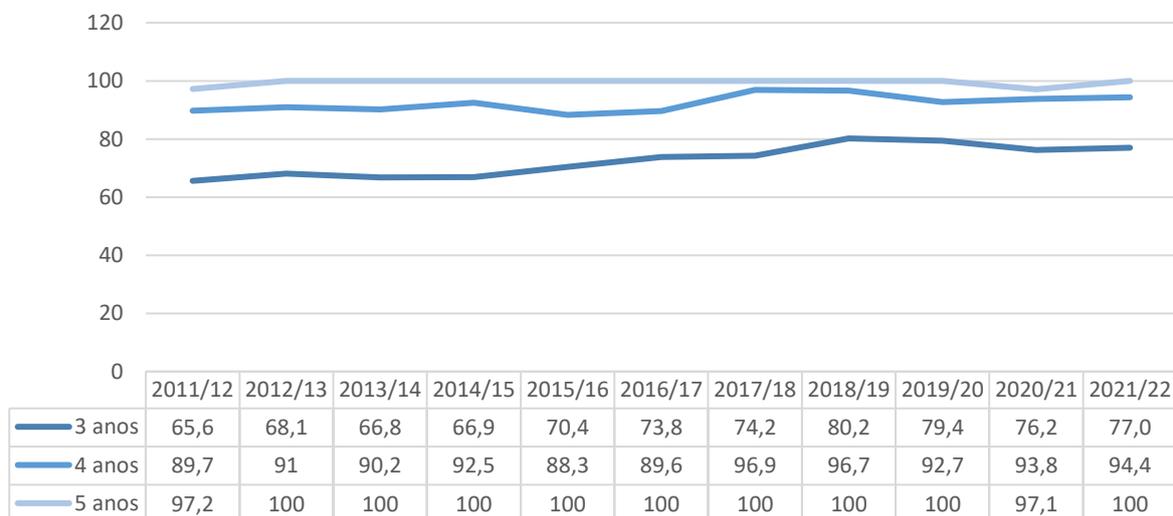
**Gráfico 23 - Taxa bruta de pré-escolarização, por localização geográfica e ano letivo (%)**



Fonte: INE

Uma análise, por idades, referentes ao ano letivo 2021/22, permite verificar que, aos 5 anos, a taxa de frequência do pré-escolar continua nos 100%, já alcançada há uma década. Para os 4 anos, esta taxa é de 94,4%. Para os 3 anos é de 77,0%.

**Gráfico 24 - Taxa de pré-escolarização dos 3 aos 5 anos de idade (rede pública e privada), por ano letivo Açores (%)**



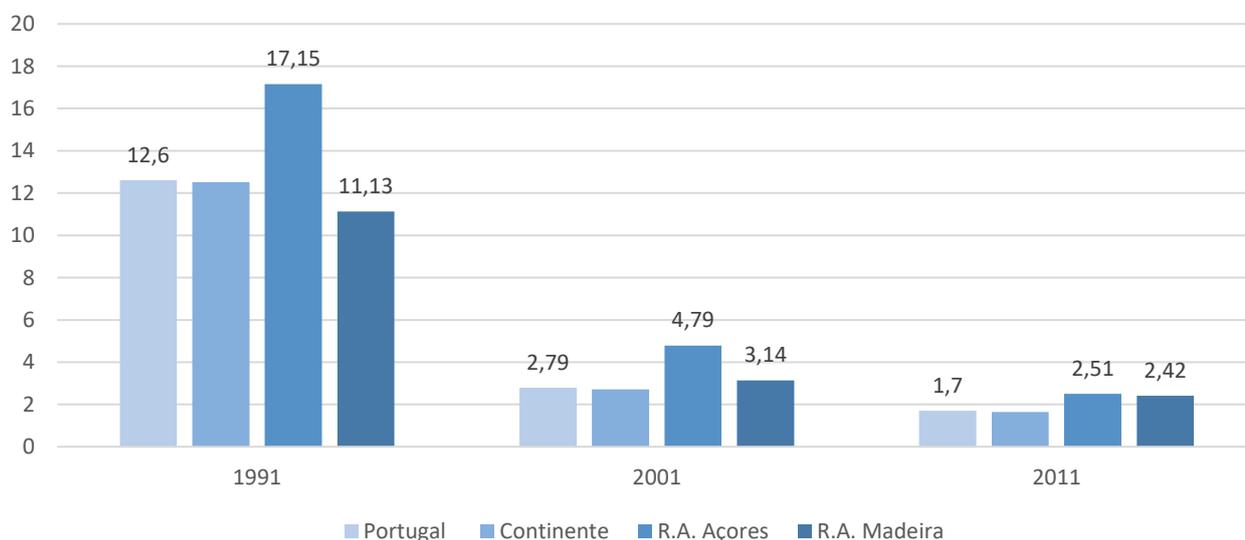
Fonte: SREAC

O problema da baixa escolaridade das pessoas em situação de pobreza tem sido associado a uma variedade de fatores. Contudo, a sua medição é geralmente associada a dois indicadores em particular: o abandono e retenção. Estes indicadores partilham as vantagens de serem facilmente

aférveis a partir das longas séries temporais disponíveis e da comparabilidade nacional e internacional (Diagnóstico de Suporte à Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028).

A partir dos dados disponíveis pelos Censos de 1991, 2001 e 2011, constata-se que a taxa de abandono escolar tem diminuído de forma significativa no país, tendo os Açores seguido a tendência nacional, embora apresentando valores sempre superiores. Assim, em Portugal e de acordo com os censos de 1991, 12,6% dos indivíduos entre 10 e 15 anos tinham abandonado a escola (sem concluir o 9º ano). Na Região, esse valor cifrava-se em 17,15%. Nos censos seguintes, a distância entre os Açores e o conjunto do país tem vindo a reduzir-se. Em 2011, o valor para Portugal foi de 1,7% e, para a RAA, de 2,51%. A diferença reduziu de 4,55 p.p. para 0,81 p.p. em 20 anos e o valor dos Açores desceu 14,64 p.p.

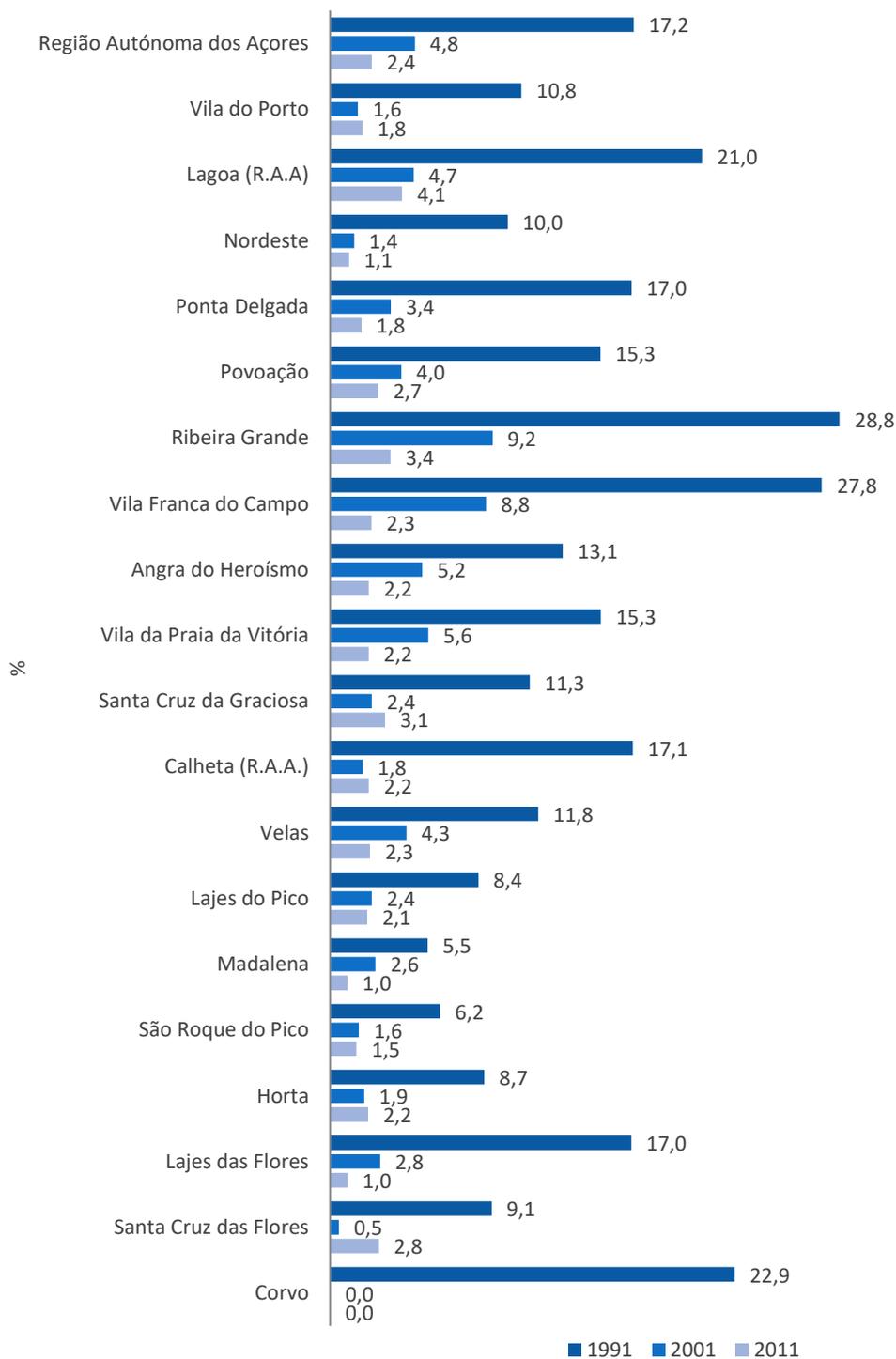
**Gráfico 25 - Taxa de abandono escolar em Portugal, por localização geográfica, à data dos Censos 1991, 2001 e 2011 (%)**



Fonte: SREAC - Estatísticas da Educação 2013/2014

Tendo por base os dados de 2011, é possível observar que o abandono escolar não se distribui uniformemente pelos diferentes territórios da RAA, salientando-se, com os valores mais elevados, os concelhos de Lagoa (4,1%) e Ribeira Grande (3,4%), na Ilha de São Miguel, e de Santa Cruz (3,1%), na ilha Graciosa. Em sentido inverso, os maiores concelhos da Região estão já abaixo da média regional, cifrando-se os valores para Ponta Delgada em 1,8% e, para Angra do Heroísmo, em 2,2%.

**Gráfico 26 -Taxa de abandono escolar nos Açores, por concelho, à data dos Censos (1991, 2001 e 2011) (%)**

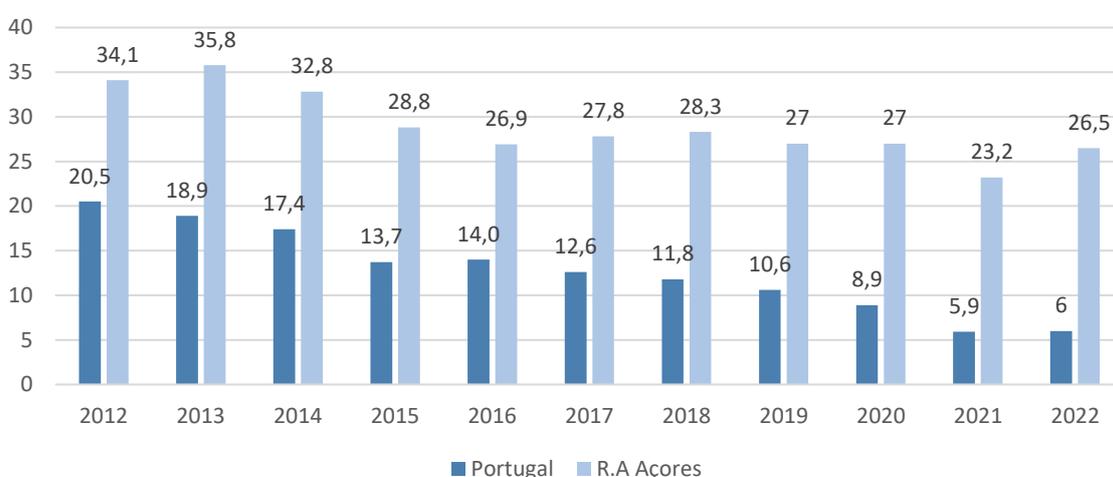


Fonte: SREAC - Estatísticas da Educação 2013/2014

Se a questão do abandono escolar parece estar em clara regressão, a RAA continua a apresentar valores demasiados elevados no que se refere ao abandono precoce de educação e formação.

O primeiro indicador que integrou as metas para 2020 na área da educação é a redução da taxa de abandono escolar precoce — população entre os 18 e os 24 anos que deixa a escola sem concluir o ensino secundário obrigatório e não está em qualquer ação de formação — para os 10%. Como se pode verificar através do gráfico abaixo, a taxa de abandono escolar precoce de educação e formação, constitui um dos piores indicadores relativos à Educação nos Açores, uma vez que a mesma, embora tenha vindo a diminuir de forma significativa, é ainda mais do quádruplo da média nacional, sendo de 26,5% e 6,0% (2022), respetivamente. Saliente-se que este indicador, nos Açores, piorou de 2021 para 2022, subindo 3,3 p.p.

**Gráfico 27 -Taxa de abandono precoce de educação e formação, por localização geográfica, 2012- 2022<sup>13</sup> (%)**

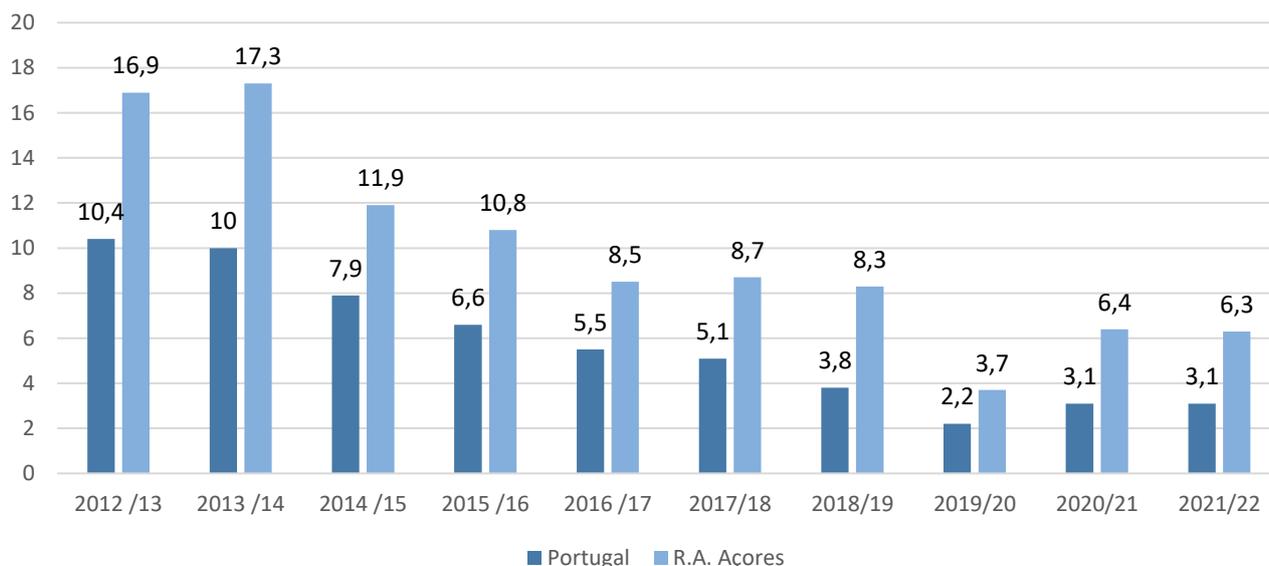


Fonte: INE

Outra questão que assume particular relevo é o insucesso escolar, entendido como a retenção dos alunos num dado ano escolar por não terem adquirido as competências necessárias para transitar de ano. Um indicador usado com regularidade nas estatísticas oficiais para o medir é a taxa de retenção e desistência. Quando se compara a taxa de retenção e desistência do ensino básico verifica-se que os Açores apresentavam, no ano letivo 2012/13, um valor de 18,2%, ou seja, 7,8 p.p. acima da média nacional (10,4%), registando, contudo, uma redução assinalável nos últimos anos, mantendo-se, no entanto, ainda em 6,4% no ano letivo 2020/21, mais do dobro da média nacional.

<sup>13</sup> Percentagem de homens ou mulheres, entre os 18 e os 24 anos, que deixou de estudar sem completar o ensino secundário. O "abandono precoce de educação e formação era anteriormente designado por "Abandono escolar precoce". Os valores apresentados seguem a metodologia de cálculo do Eurostat.

**Gráfico 28 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por localização geográfica e por ano letivo (%)**



Fonte: INE e DGEEC,

Uma análise por ciclos permite perceber que o insucesso é maior nos ciclos mais avançados, em especial, no ensino secundário. Este ciclo apresentou uma taxa de retenção e desistência de 14,5% no ano letivo 2021/22, distinta da taxa de 25,5% no ano letivo 2012/13. Os restantes graus de ensino apresentavam, também uma tendência de descida.

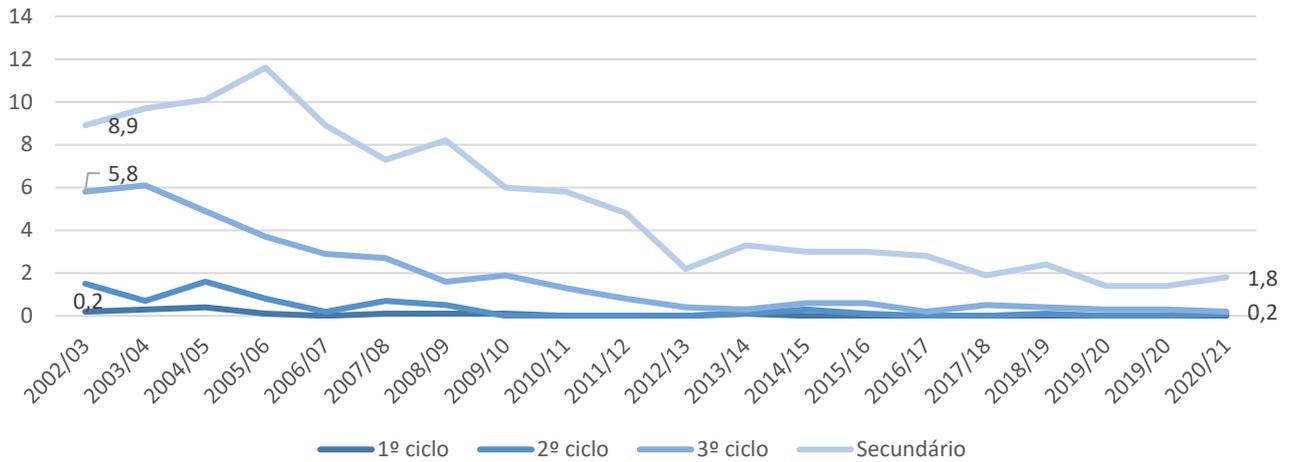
**Quadro 10 - Retenção e desistência no ensino básico e secundário, ensino regular e ensino profissional, por nível de ensino e ano letivo - Açores (%)**

Nível de ensino	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Ensino básico	18,2	17,3	11,9	10,8	8,5	8,7	8,3	3,7	6,4	6,3
1.º Ciclo	13,9	12,9	5,8	8,5	6,2	6,7	6,5	3	4,7	5,8
2.º Ciclo	17,0	17,6	13,0	9,6	6,6	7,4	6,6	1,9	4,4	3,5
3.º Ciclo	24,9	23,2	19,8	14,9	12,9	12,5	12	5,8	9,9	8,7
Ensino secundário	25,5	26,0	24,1	22,9	19,8	20,3	18,1	12,2	11,5	14,5

Fonte: SREAC, Estatísticas da Educação.

No que se refere à taxa de desistência do ensino regular, esta só tem algum significado para o secundário, com 1,8% em 2020/21. Nos restantes ciclos, o valor é residual ou mesmo inexistente. Em termos evolutivos, o 1º e o 2º ciclo apresentam valores nulos ou praticamente nulos no período em análise. O 3º ciclo evolui de 5,8%, no início do período, para 0,3%, e o secundário de 8,9% para 1,8%.

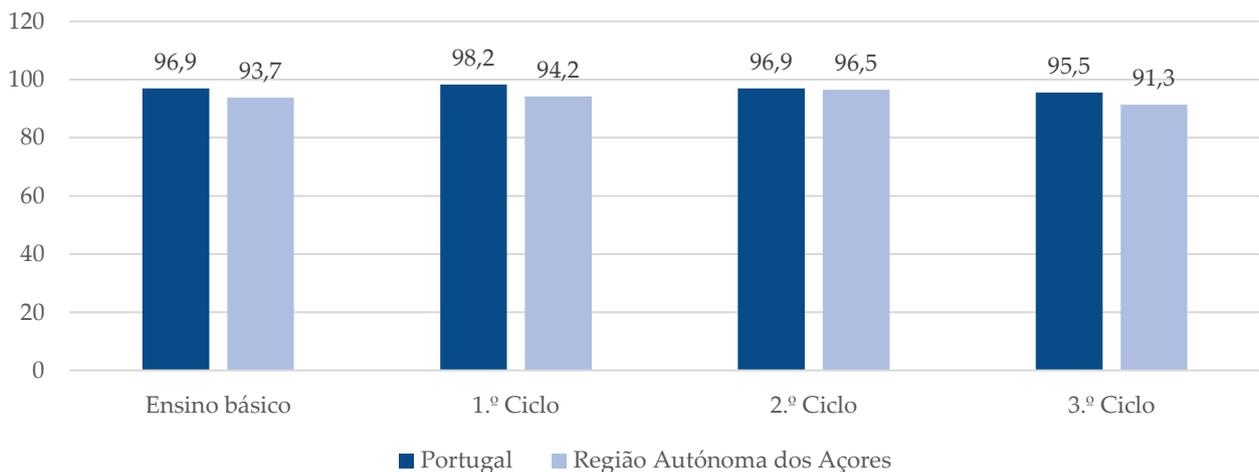
**Gráfico 29 – Taxa de desistência no ensino regular, por ciclo e ano letivo - Açores (%)**



Fonte: SREAC, Estatísticas da Educação.

No que se refere à taxa de transição/conclusão do ensino básico, constata-se que, no ano de 2022, a RAA apresenta ainda um valor mais baixo do que a média nacional, quer para o ensino básico (globalmente) quer para os diferentes ciclos, quando se compara com a média nacional, 96,9% e 93,7%, respetivamente. Apenas no 2º ciclo é que se regista uma diferença pouco significativa.

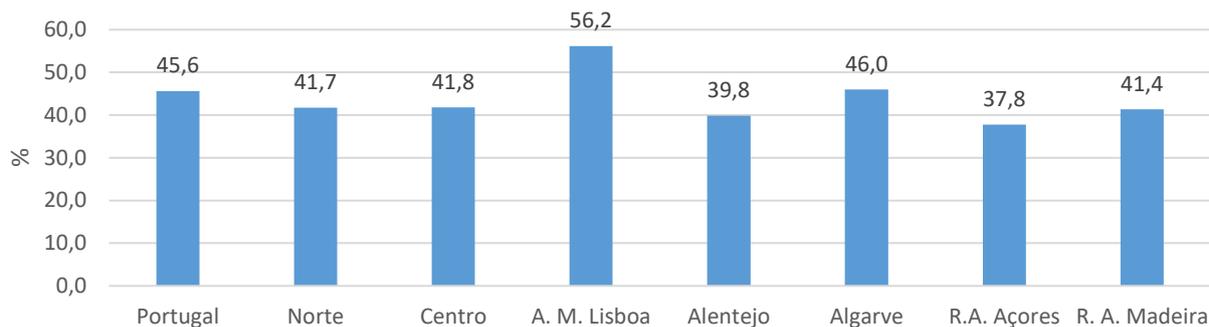
**Gráfico 30 - Taxa de transição/ conclusão no ensino básico por Localização geográfica e nível de ensino (%) - 2022**



Fonte: INE e DGEEC.

Tomando por base os dados dos Censos de 2021, verificamos que a taxa de escolaridade da população com pelo menos o ensino secundário completo, é de 37,8% para os Açores e de 45,6% para o país, sendo a RAA a região que apresenta a menor taxa de escolaridade com o ensino secundário.

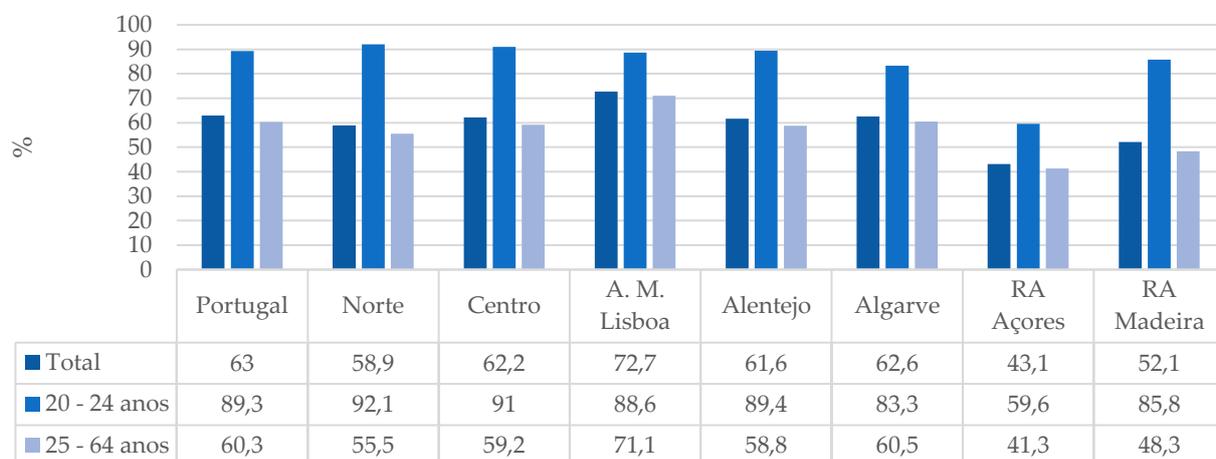
**Gráfico 31 - Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo, por local de residência, à data dos Censos - 2021 (%)**



Fonte: INE. Censos 2021.

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, relativo ao ano de 2022, tendo em conta o grupo etário 20-64 anos, a diferença ainda se acentua mais em relação à média nacional. No grupo etário 20-24 anos, são cerca de 60% os açorianos com ensino secundário, uma diferença de quase 30 p.p. em relação à média de Portugal (89,3%). Para o grupo etário 25-64 anos, a RAA também se afasta em 19 p.p. Neste grau de escolarização, os Açores apresentam os piores indicadores quando comparamos com todas as regiões NUTS II, conforme o gráfico abaixo.

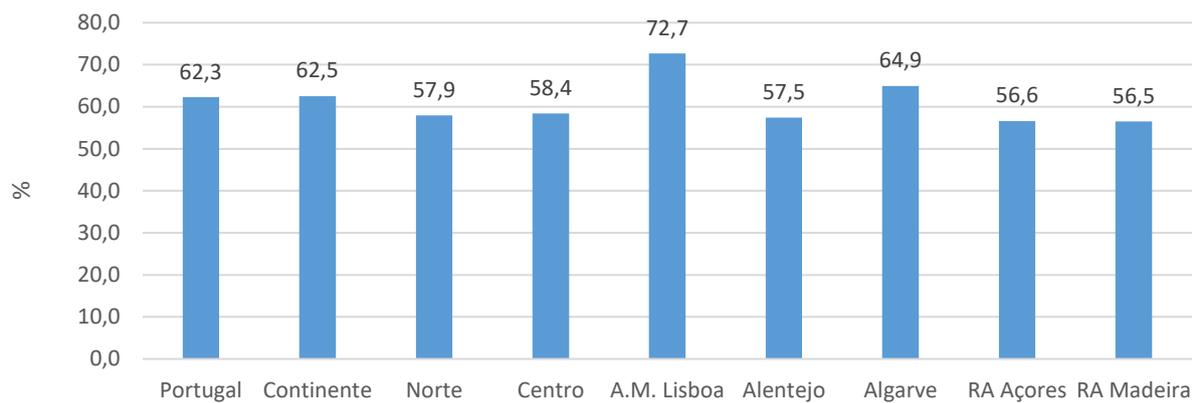
**Gráfico 32 - Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo, por local de residência e grupos etários - 2022 (%)**



Fonte: INE. Inquérito ao Emprego.

Se considerarmos a proporção de população com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico, são as regiões autónomas dos Açores e da Madeira que também apresentam os valores mais baixos: 56,6% e 56,5%, respetivamente, por contraste com a média nacional de 62,3%.

**Gráfico 33 - Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo por local de residência à data dos Censos – 2021 (%)**



Fonte: INE, Censos 2021.

## 5.Trabalho e Emprego

*Se a pobreza está associada a escassez de rendimentos e a uma grande desigualdade na sua distribuição, também está associada a outras características sociais que a descrevem e ajudam a explicar. Selecionaram-se duas questões principais para a caracterizar, o trabalho e a educação, considerando a importância que ambas têm para a definição do lugar do indivíduo na sociedade (Capucha, 2005: 124- 126 e Diogo, 2007: 6), mas também porque o trabalho proporciona os recursos económicos necessários ao desempenho das atividades e à realização dos consumos associados a cada lugar de classe, bem como contribui fortemente para definir a identidade social de cada indivíduo (Diogo, 2007) e, claro, para o facto de se encontrar ou não em situação de pobreza.*

*A análise da pobreza passa, por se tratar de um dos seus pontos centrais, pela questão do trabalho e do emprego nas suas múltiplas dimensões. Ter um emprego, com o trabalho que lhe está associado, é uma questão que continua a ser determinante para definir a posição e identidade dos indivíduos na sociedade, sendo certo que as fontes de posicionamento social se têm multiplicado.*

*Na medida em que permitem aos indivíduos adquirir os produtos e bens de que necessitam para sobreviver e para manterem um estilo de vida socialmente reconhecido e integrador na sociedade, os recursos financeiros proporcionados pelo emprego e pelo trabalho são, também, evidentemente relevantes para a medição oficial da pobreza.*

*As estatísticas oficiais possibilitam analisar estas questões, sobretudo a partir da perspetiva da atividade, do desemprego, do tipo de vínculo e do montante auferido. Trata-se de informação que permite uma primeira abordagem a um importante eixo da vida quotidiana com impactos claros e diretos na questão da pobreza. Neste sentido, foram selecionados os principais indicadores de emprego disponíveis para os últimos cinco anos como contributo para a compreensão do seu impacto na pobreza nos Açores (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).*

**Quadro 11 - Evolução dos principais indicadores de emprego em Portugal e nos Açores  
2018 – 2022**

Indicadores de Emprego	2018		2019		2020		2021		2022	
	Portugal	RA Açores								
População ativa com idade entre 16 e 64 anos (milhares)	4 932,7	118,5	4 946,6	119,7	4 871,4	117,6	4 957,0	115,9	5 009,5	119,8
População ativa (milhares)	5 084,5	120,7	5 115,7	122,1	5 034,5	119,6	5 151,1	118,9	5 222,6	122,7
População empregada (milhares)	4 718,7	110,2	4 776,2	112,4	4 683,7	112,2	4 812,3	110,4	4 908,7	115,4
População desempregada (milhares)	365,8	10,5	339,5	9,7	350,8	7,4	338,8	8,5	313,9	7,4
População inativa (16 e mais anos) - milhares	3 654,1	81,1	3 644,8	79,1	3 757,1	83,5	3 655,6	84,2	3 586,2	80,5
Taxa de atividade (16-64 anos)	75,8%	71,0%	76,1%	72,3%	75,0%	70,7%	76,4%	70,0%	77,6%	72,4%
Taxa de atividade da população em idade ativa	58,7%	60,1%	58,9%	61,0%	57,8%	59,2%	59,2%	58,9%	60,1%	60,7%
Taxa de emprego	54,5%	54,9%	55,0%	56,1%	53,8%	55,5%	55,3%	54,7%	56,5%	57,0%
Taxa de desemprego	7,2%	8,7%	6,6%	8,0%	7,0%	6,2%	6,6%	7,2%	6,0%	6,0%
Taxa de inatividade (16 e mais anos)	41,8%	40,2%	41,6%	39,3%	42,7%	41,1%	41,5%	41,5%	40,7%	39,6%
Taxa de emprego da população com idade entre 16 e 64 anos	70,2%	64,7%	71,0%	66,5%	69,7%	66,3%	71,3%	64,9%	72,8%	68,0%
Taxa de atividade feminina (população em idade ativa)	54,6%	53,5%	55,0%	53,9%	54,0%	53,1%	55,3%	52,8%	56,3%	55,5%

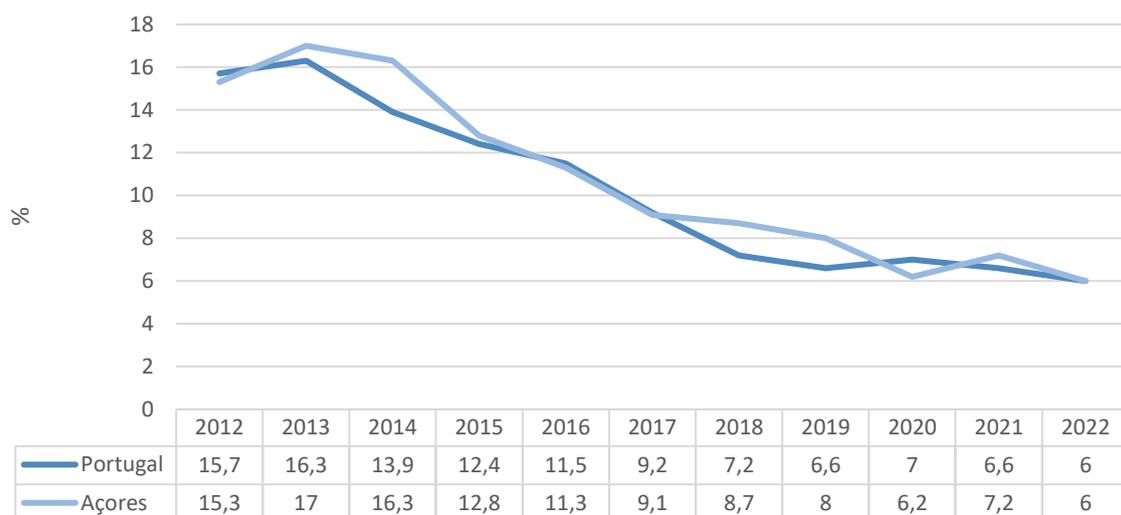
Fonte: INE: Inquérito ao Emprego.

O primeiro indicador relevante respeita à taxa de atividade. Em 2022 (valor médio do ano), estima-se que a população ativa nos Açores, era de cerca de 122 700 indivíduos, o valor mais elevado do período em análise. A taxa de atividade regional em 2022 (16-64 anos) é mais baixa do que a média nacional (72,4% e 77,6% e respetivamente).

*Tradicionalmente, e de acordo com a literatura disponível, a pobreza nos Açores tem estado mais associada às características do mercado de emprego do que ao desemprego. De entre as diversas características relevantes, destacava-se um elevado número de mulheres não integradas no mercado de trabalho, desempenhando funções domésticas, ocupação que estava associada à idade e às baixas qualificações. No caso das mulheres em situação de pobreza, tendia a ser uma condição generalizada (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).*

Outro indicador importante relativamente à atividade e à pobreza é a taxa de desemprego. Em 2013, a mesma, nos Açores, ainda estava ligeiramente acima da média nacional – 17,0% e 16,3%, respetivamente. Esta taxa tem vindo a reduzir-se ao longo dos últimos anos, situando-se, em 2022, em 6,0%, igual à média nacional.

**Gráfico 34 - Evolução da taxa de desemprego em Portugal e Açores, 2012 – 2022 (%)**



Fonte: INE.

No período 2018-2022<sup>14</sup>, o número de desempregados baixou de forma sustentada, passando de 7 697 para 5 657 (-26,5%), o mesmo acontecendo com os beneficiários com prestações de desemprego e com subsídio de desemprego, -27,6% e -30,2%, respetivamente, embora com algumas oscilações entre 2020 e 2022. É de salientar que, em dezembro de 2022, cerca de 57% dos desempregos auferiam subsídio de desemprego. O conjunto de todas as prestações de desemprego<sup>15</sup> abrangia perto de 83% dos desempregados.

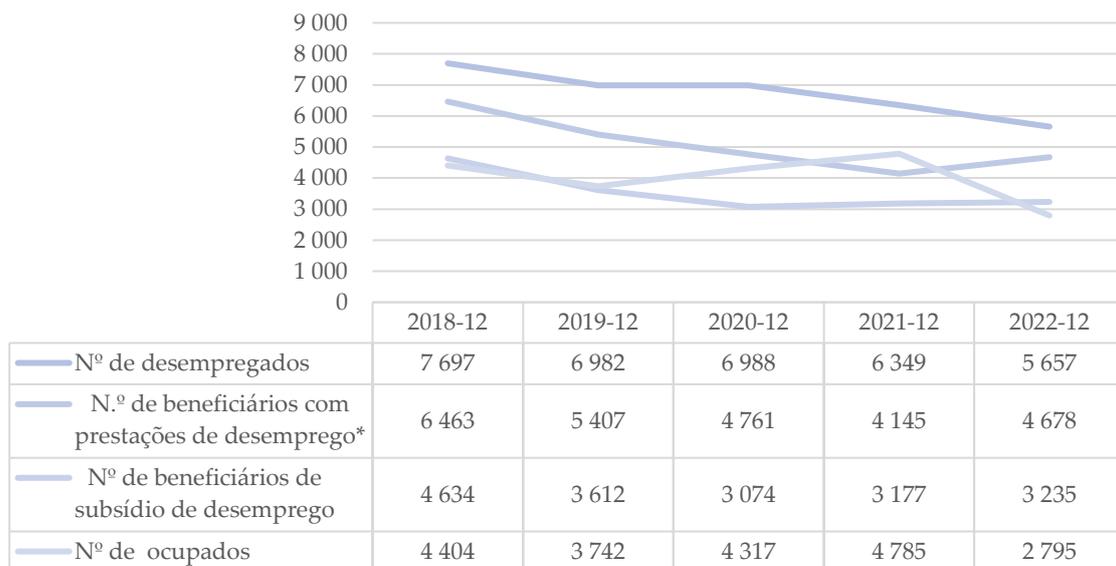
É no número de ocupados, que se observa a maior descida no período em análise, sendo de 4 404, em dezembro de 2018 e 2 795 em dezembro de 2022, equivalendo a uma redução de 36,5%. Saliente-se que, em janeiro de 2015, eram 7 815 (IEFP).<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Dados a dezembro de cada ano.

<sup>15</sup> As prestações de desemprego incluem o subsídio de desemprego, o subsídio de desemprego parcial e o subsídio social de desemprego

<sup>16</sup> A categoria ocupados respeita a indivíduos que se encontram ao abrigo de programas ocupacionais ou de formação profissional, com exceção dos programas que visem a integração direta no mercado de trabalho, em regra substitutivos do desemprego e das respetivas prestações.

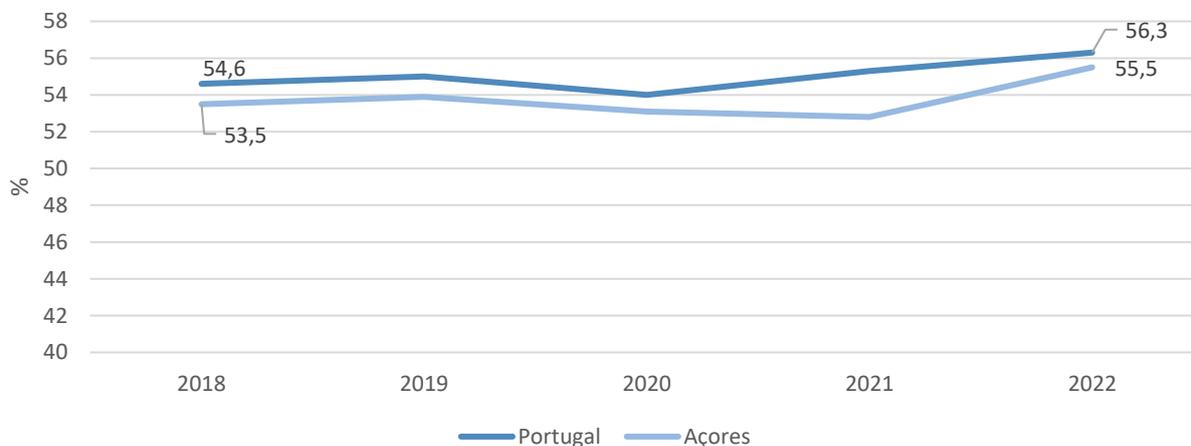
**Gráfico 35 – Desempregados<sup>17</sup>, beneficiários com prestações de desemprego, beneficiários de subsídio de desemprego e ocupados – Açores (dezembro 2018/dezembro 2022)**



Fonte: Portal da Segurança Social; IEFP; ISSA.

Por sua vez a taxa de atividade feminina nos Açores fixou-se nos 55,5% em 2022, muito próxima da média nacional (56,3%).

**Gráfico 36 – Taxa de atividade feminina<sup>18</sup>, Açores 2018- 2022 (%)**



Fonte: PORDATA.

Num passado recente, o número de mulheres em situação de pobreza a trabalhar era baixo e as atividades que desenvolviam eram menos qualificadas, mais precárias e pior remuneradas que as dos homens na mesma condição. Ademais, a inexistência de um ordenado feminino numa parcela

<sup>17</sup> São considerados os desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

<sup>18</sup> Tomando como base a população 16-89 anos.

significativa dos agregados pobres nos Açores tinha um duplo efeito. Se, por um lado, significava, em muitos casos, a diferença entre estar abaixo ou acima da linha de pobreza (o segundo ordenado podia retirar os agregados da situação de pobreza), por outro, a dependência de um único provedor de rendimentos aumentava o risco de cair em situação de pobreza ou da sua intensificação, na eventualidade de perda deste rendimento: por desemprego, acidente ou doença.

Como já tivemos oportunidade de demonstrar, a baixa escolarização é uma questão central na produção e reprodução da pobreza. Se acima se abordou este problema do ponto de vista do sistema escolar, faz sentido, dada a sua importância, retomar o assunto do ponto de vista do trabalho e do emprego. Em regra, os indivíduos menos qualificados têm maiores dificuldades em aceder a atividades laborais melhor remuneradas. A escolaridade é, pois, outro dos fatores importantes no mercado de emprego na proteção dos indivíduos contra pobreza. A existência de um elevado número de postos de trabalho que exigem baixa escolaridade é outra característica do mercado de emprego açoriano que está associada à pobreza (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).

Em 2022, e no que se refere ao peso da população ativa por nível de escolaridade completo, constata-se que é a Região Autónoma dos Açores aquela que apresenta a segunda menor percentagem de população ativa com ensino secundário e pós-secundário (26,8%) e a menor com ensino superior (22,4%), no contexto nacional. O conjunto do país apresenta, para estes dois níveis de escolaridade, valores de 31,3% e 34,0% respetivamente.

**Quadro 12 - Proporção da população ativa segundo o local de residência, por nível de escolaridade completo – 2022 (%)**

Local de residência Nível de escolaridade completo	Portugal	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Nenhum	0,4	-	-	-	-	-	-	-
Básico - 1.º ciclo	7,0	8,4	7,5	4,5	6,6	6,7	10	11,3
Básico - 2.º ciclo	9,6	11,7	9,7	5,8	9,8	8,5	17,1	14,1
Básico - 3.º ciclo	17,7	17,4	18,8	15,3	20,9	21,6	22,6	18,7
Secundário e pós-secundário	31,3	30,2	31,6	31,3	35,3	34,9	26,8	30,1
Superior	34,0	31,9	32,0	42,7	26,8	27,8	22,4	24,7

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2022.

Outro indicador relevante é a taxa de atividade feminina (15 e mais anos). Esta é calculada, não com base no total da população feminina, mas com base no conjunto das mulheres com 15 e mais anos. Esta variável tem a vantagem de permitir cruzar a atividade feminina com a escolaridade.

A taxa de atividade feminina (15 e mais anos) apresenta, para os Açores e para 2022, um valor de 55,5%, valor praticamente igual à taxa nacional de 56,3%. Em relação à escolaridade, constata-se que os Açores apresentam valores semelhantes aos nacionais nas diversas categorias. Releve-se

que a RAA apresenta uma maior percentagem de população ativa feminina com ensino secundário e pós-secundário, 75,2%, sendo a média nacional de 70,5%. Em matéria de educação e emprego, podemos observar que 87,5% das mulheres em idade ativa que possuem o ensino superior estão realmente ativas, valor superior à média nacional.

**Quadro 13 - Taxa de atividade feminina (15 e mais anos) segundo o local de residência, por nível de escolaridade – 2022 (%)**

Local de residência	Total (HM)	M	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
Portugal	60,1	56,3	4,1	17	56,6	53,6	70,5	82,9
Continente	60	56,3	4,1	16,8	56,4	53,5	70,4	82,8
Norte	60	55,3	n. d.	18,3	60,3	56,8	69,4	83,6
Centro	59,4	55,8	n. d.	16,1 §	53,6	59,6	73,5	83,3
Área Metropolitana de Lisboa	60,7	57,9	n. d.	15,7 §	50,9 §	44,6	67,8	81,4
Alentejo	58,8	54,6	n. d.	14,7 §	56,6 §	53,5	72,7	84,9
Algarve	62,1	59	n. d.	15,9 §	57 §	56,1	74,4	82,9
<b>R. A. Açores</b>	<b>60,7</b>	<b>55,5</b>	<b>n. d.</b>	<b>17 §</b>	<b>56,3</b>	<b>55,1</b>	<b>75,2</b>	<b>87,5</b>
R. A. Madeira	60,7	56,1	n. d.	22,8 §	61,9 §	58,2	71,5	85,8

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2022.

§- Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado.

Não se verificam diferenças muito significativas no que concerne à população empregada por situação na profissão principal, quando comparamos as diferentes regiões, nomeadamente no que se refere ao trabalho por conta de outrem. Os Açores apresentam, no entanto, a segunda taxa mais baixa de trabalhadores por conta própria -isolado (8,4%), menos que 1 p.p. em relação à média do país (9,3%). No que se refere a contratos com termo (13,9%) apresenta valores semelhantes a outras regiões do país e praticamente igual à média do país.

**Quadro 14 - População empregada segundo o local de residência e situação na profissão principal 2022 (%)**

Local de Residência	Portugal	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
<b>Situação na profissão principal</b>								
<b>Trabalhador por conta de outrem</b>	<b>84,8%</b>	<b>84,7%</b>	<b>83,6%</b>	<b>85,9%</b>	<b>85,6%</b>	<b>81,3%</b>	<b>86,4%</b>	<b>88,3%</b>
Contrato sem termo	83,5%	84,2%	83,5%	83,3%	84,2%	80,2%	83,1%	80,8%
Contrato com termo	13,8%	13,7%	14,3%	12,5%	13,6%	17,3%	13,9%	17,2%
Outro tipo de contrato de trabalho	2,7%	2,1%	2,2%	4,2%	2,3%	2,5%	2,9%	n. d.
<b>Trabalhador por conta própria (empregador)</b>	<b>5,2%</b>	<b>5,4%</b>	<b>6,0%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,5%</b>	<b>6,8%</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,1%</b>
<b>Trabalhador por conta própria (isolado)</b>	<b>9,3%</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,6%</b>	<b>9,5%</b>	<b>9,4%</b>	<b>11,2%</b>	<b>8,4%</b>	<b>7,2%</b>
<b>Trabalhador familiar não remunerado</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,8%</b>	<b>n. d.</b>	<b>n. d.</b>	<b>n. d.</b>	<b>n. d.</b>	<b>n. d.</b>	<b>n. d.</b>

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2022.

Uma percentagem significativa de trabalhadores dos Açores, cerca de 46%, revela auferir salários situados entre €600 e €900, valor percentual superior à média do país (39,3%). É de registar que apenas 13,5% dos trabalhadores açorianos se situam no intervalo de rendimentos entre €900 e €1200, igual à RA Madeira, os valores mais baixos de todas as regiões e inferior à média nacional (17,2%), sendo que, no intervalo seguinte (1 200€ a 1 800€), o valor também está abaixo da média nacional. No escalão 1 800€ a 2 500€, os Açores apresentam um valor próximo das restantes regiões (4,1%) ainda que 1,1 p.p. inferior à média nacional. Regista-se uma percentagem elevada de respostas não fornecidas (16,2%).

**Quadro 15 - Proporção de trabalhadores por conta de outrem segundo o local de residência, por escalão de rendimento salarial mensal líquido – 2022**

Local de residência	Portugal	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
<b>Escalão de rendimento salarial mensal líquido</b>								
Menos de 310 euros	1,5%	1,4%	1,4%	1,5%	n. d.	n. d.	2,4%	2,2%
De 310 a menos de 600 euros	3,9%	3,7%	4,0%	3,6%	4,8%	3,8%	3,8%	7,2%
De 600 a menos de 900 euros	39,3%	43,0%	43,2%	29,3%	41,7%	41,3%	45,6%	45,8%
De 900 a menos de 1.200 euros	17,2%	16,4%	17,5%	18,3%	18,3%	18,8%	13,5%	13,5%
De 1.200 a menos de 1.800 euros	17,0%	15,3%	15,6%	21,5%	16,6%	15,4%	13,3%	13,1%
De 1.800 a menos de 2.500 euros	5,2%	4,3%	4,0%	8,0%	4,1%	3,6%	4,1%	3,0%
De 2.500 a menos de 3.000 euros	1,1%	1,0%	n. d.	2,1%	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
3.000 euros e mais euros	1,2%	1,0%	n. d.	2,3%	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
NS/NR	13,6%	13,9%	13,1%	13,3%	12,3%	15,1%	16,2%	14,6%

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2022.

No que se refere ao desemprego jovem<sup>19</sup>, para o ano de 2022, a taxa de desemprego entre os jovens dos 16 aos 24 anos era de 17,5%, menos 1,5 p.p. do que a média nacional (19%). Em 2019, era de 26,1%.

No grupo etário 25-34 anos, em 2022, nos Açores, a taxa de desemprego era de 7,3%, ligeiramente abaixo da média nacional (8,0%) e bastante abaixo do valor registado em 2021 (12,5%).

Ainda assim, entre 2018 e 2022, as taxas de desemprego jovem (16-24 e 25-34 anos) são sempre superiores às gerais, sublinhando a importância do combate ao desemprego para estes grupos etários.

**Quadro 16 - Taxa de desemprego jovem, por grupo etário, por local de residência 2018-2022 (%)**

Local de residência \ Anos	2018			2019			2020			2021			2022		
	Total	16 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	16 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	16 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	16 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	16 - 24 anos	25 - 34 anos
Portugal	7	20,3	7,5	6,5	18,3	7,0	6,8	22,6	9,2	6,6	23,4	9,2	6	19,0	8,0
Continente	6,9	19,8	7,3	6,4	17,9	6,9	6,8	22,3	9,1	6,5	23,4	9,0	6	19,0	8,0
Norte	7,3	19	6,7	6,7	16,7	5,9	6,8	19,4	9,5	6,6	23,3§	8,7 §	5,9	17,5	6,8 §
Centro	5,6	18,9	7,7	4,9	14,6	7,0	5,6	25,2	7,1	5,8	20,4 §	8,4 §	5,1	21,0	6,9 §
Área Metropolitana de Lisboa	7,4	20,8	7,4	7,1	21,2	7,4	7,7	23,7	9,7	6,8	26,3 §	8,9 §	7,2	19,4	10,8 §
Alentejo	7,2	21,5	9,1	6,9	19,2	8,7	5,9	21,7	9	6,6	n. d.	9,5 §	4,8	n.d.	n.d.
Algarve	6,4	§	§	7,1	20,8	8,9	8,3	29,9	12,9	8,2	22,8 §	14,5 §	5,7	n.d.	10,8 §
<b>RA Açores</b>	<b>8,6</b>	<b>§</b>	<b>§</b>	<b>7,9</b>	<b>26,1</b>	<b>7,9</b>	<b>6,1</b>	<b>22,1</b>	<b>9,5</b>	<b>7,2</b>	<b>n. d.</b>	<b>12,5 §</b>	<b>6</b>	<b>17,5 §</b>	<b>7,3 §</b>
RA Madeira	8,8	§	§	7	25,3	9,8	7,9	33,6	13,4	7,9	31 §	12,4 §	7	n.d.	9,7 §

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

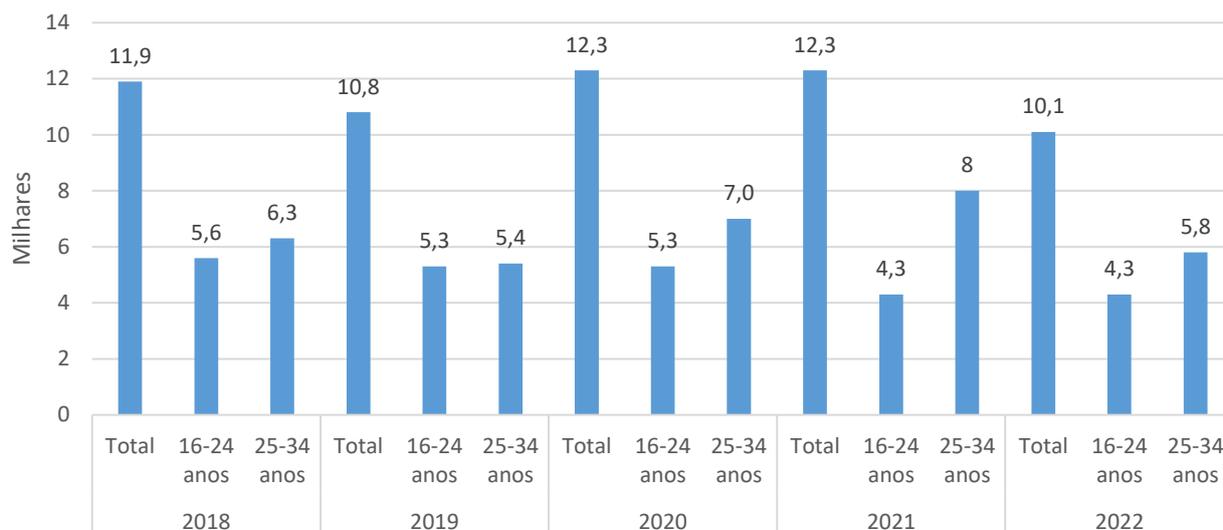
§ - Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado.

A questão do desemprego remete imediatamente para uma importante questão conexa: a dos jovens que não estão empregados, em formação ou na escola (NEEF, vulgo nem-nem).

No ano de 2022 o número total de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação era de cerca de 10 100, dos quais, 4 300 com idade entre 16 e 24 anos, valor inferior ao registado em 2018 (5 600).

<sup>19</sup> De relevar que o desemprego jovem nos Açores por vezes apresenta algumas flutuações devido à pequena dimensão da amostra. Dessa forma, a fiabilidade destes dados nem sempre é absolutamente garantida.

**Gráfico 37 – Jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, Açores 2018- 2022 (milhares)**



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Reportando-nos apenas ao ano de 2022, e de acordo com a mesma fonte (Inquérito ao Emprego do INE), 15,8% dos jovens açorianos, entre os 15 e os 24 anos, não estavam empregados, nem frequentavam educação ou formação, uma taxa muito superior à média nacional (7,2%). No grupo de idades (25-34 anos), sobe para 17,3% valor mais elevado que a respetiva média nacional (11,3%).

*A literatura sobre a Região é parca em resultados sobre esta categoria. No entanto, permite inferir que estes jovens tendem a ser do género feminino, com baixa escolaridade sem qualquer experiência de trabalho, que se encontram em casa, assumindo funções domésticas. Mas, se este é um perfil frequente, a condição de nem-nem não exclui outros tipos de jovens, nomeadamente jovens com mais qualificações. A relevância estatística desta categoria é um motivo adicional para focalizar o interesse neste grupo etário.*

**Quadro 17 - Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, por local de residência – 2022 (%)**

Local de residência	Grupos etários		
	Total	16 - 24 anos	25 - 34 anos
Portugal	9,4	7,2	11,3
Continente	9	6,8	10,9
Norte	8,7	6,6 §	10,5
Centro	8,6 §	7,5 §	9,6 §
Área Metropolitana de Lisboa	9,4	6 §	12,5 §
Alentejo	8,4 §	8 §	8,8 §
Algarve	12 §	8,7 §	15,2 §
<b>RA Açores</b>	<b>16,7</b>	<b>15,8 §</b>	<b>17,3 §</b>
RA Madeira	13,3	10,4 §	16,0 §

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2022.

§ - Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado.

Como já atrás referido, a integração dos indivíduos no mercado de trabalho é fundamental para definir a sua posição na sociedade e a sua identidade social, perante si próprio e perante os outros. Por sua vez, a posição no mercado de trabalho é largamente definida pelo grau escolar alcançado. Situações como a dos nem-nem, em que se verificam dificuldades nestas duas dimensões, acarretam especial vulnerabilidade à pobreza. No caso dos Açores, estes jovens têm dificuldades acrescidas em aceder ao mercado de trabalho com as características que se pretende: estabilidade, segurança, conforto e ordenados condignos (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).

## 6. Habitação

As condições de habitação são um dos quatro domínios de pobreza, juntamente com as condições de saúde, educação e emprego/desemprego (Simões, 2010). A habitação é uma necessidade básica que reflete a satisfação, qualidade de vida e dignidade de um indivíduo/ família (Cáritas, 2014; Maryse, 2008). As famílias em condições de pobreza habitacional, mesmo que possam ascender a níveis de rendimento acima dos limiares de pobreza são, em geral, consideradas pobres em função do grau de privação que as caracteriza em aspetos fundamentais de habitação e meio ambiente. Este tipo de pobreza apresenta uma forte tendência para transmitir-se intergerações (Bruto da Costa, 1985). Os sem-abrigo são o caso extremo de pobreza habitacional (e, em geral, outras dimensões de pobreza).

Os instrumentos fundamentais para medir a pobreza habitacional incidem nos seguintes parâmetros: tipos de alojamento, regime de propriedade, qualidade da habitação e acessibilidade da habitação em termos de custo. As medidas mais comuns de pobreza habitacional, usadas em geral na análise dos dados na Europa são:

**Aspetos de privação** – Este(s) indicador(es) referem-se à falta de casa de banho, infiltrações no telhado ou falta de luminosidade.

**Sobrelotação** - Um dos principais indicadores para avaliar a qualidade das condições de habitação é a disponibilidade de espaço suficiente no alojamento. A taxa de sobrelotação descreve a percentagem de pessoas que vivem em alojamentos sobrelotados, definidos pelo número de divisões à disposição do agregado familiar, a dimensão do agregado familiar, bem como as idades e a situação familiar dos seus membros. A taxa de privação habitacional grave é dada pela percentagem de pessoas que vivem num alojamento sobrelotado e que simultaneamente apresentam, pelo menos, um dos aspetos de privação.

**Acessibilidade em termos de custos** - Este indicador é fundamental. Refere-se ao peso dos gastos com habitação no rendimento (equivalente) disponível das famílias.

**Estado dos edifícios** - O presente indicador reflete-se sobre a qualidade da habitação, ou seja, as condições externas e internas do alojamento que foram mencionadas anteriormente para que possam garantir o bem-estar das famílias".<sup>20</sup>

Os dados utilizados no presente *Diagnóstico* assentam sobretudo nos Censos 2011 e 2021 (no que concerne à informação relativa à evolução do estado de conservação dos edifícios e lotação), no

---

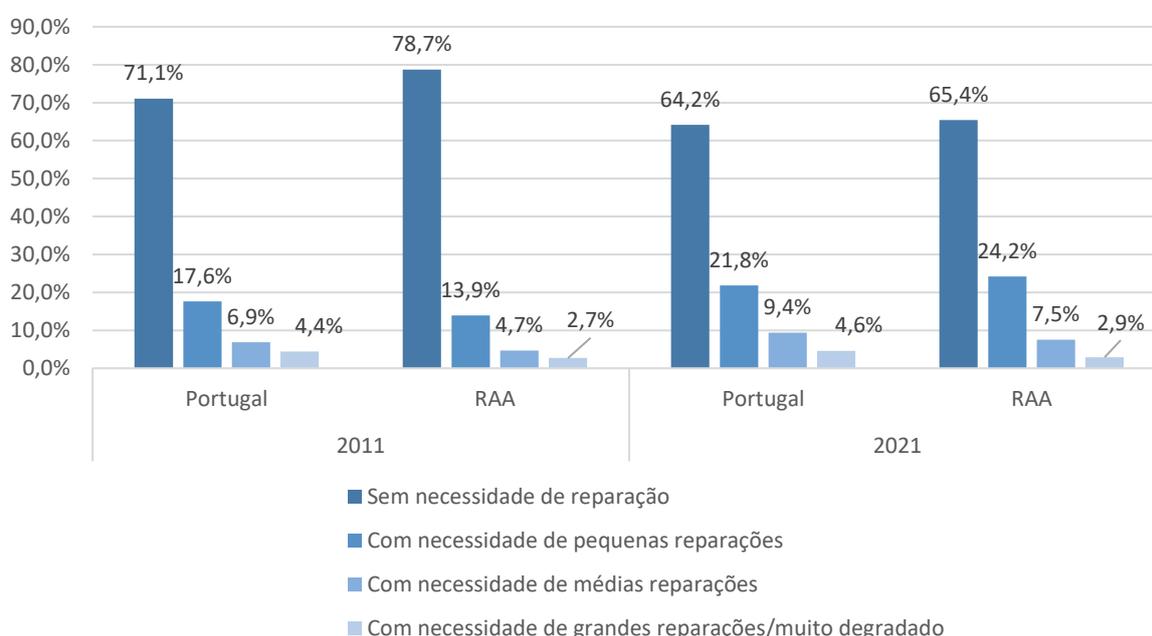
<sup>20</sup> <sup>20</sup> *Tipologias de respostas à pobreza habitacional: um estudo de caso*, Escola Superior de Tecnologias e Gestão, Politécnico do Porto, 2016. Disponível em: [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/9823/1/DM\\_PatriciaGon%c3%a7alves\\_MGO3S\\_2016.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/9823/1/DM_PatriciaGon%c3%a7alves_MGO3S_2016.pdf)

Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015, e a dados fornecidos pela Direção Regional da Habitação (DRH), os quais permitem aprofundar a análise das questões habitacionais, realçando o peso da habitação social e a sua distribuição territorial.

Em 2021, na RAA, 65,4% dos edifícios registados não necessitavam de reparações (menos 13,3 p.p. do que em 2011); 24,2% apresentavam necessidade de pequenas reparações (mais 10,3 p.p. do que em 2011); 7,5% precisavam de médias reparações (mais 2,8 p.p. do que nos Censos anteriores) e 2,9% encontravam-se com necessidade de grandes reparações e muito degradados, valor próximo do registado em 2011.

**Gráfico 38- Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação**

**Açores 2011 – 2021**



Fonte: PORDATA.

Efetuada uma análise por ilha, verifica-se que as ilhas Graciosa (5,7%), São Jorge (3,8%), Pico (4,3%), Flores (8,8%) e Corvo (5,6%) são aquelas que apresentam a maior proporção de edifícios clássicos a necessitar de grandes reparações ou que se encontram muito degradados. É também nestas ilhas que se observa a maior percentagem de edifícios que necessitam de médias reparações.

Quanto aos edifícios sem necessidade de reparação, a proporção da RAA é superior à média nacional, sendo estas de 78,7% e 71,1% respetivamente. Isto significa que, em regra, o parque habitacional na RAA se encontra em melhor estado do que o do conjunto do país.

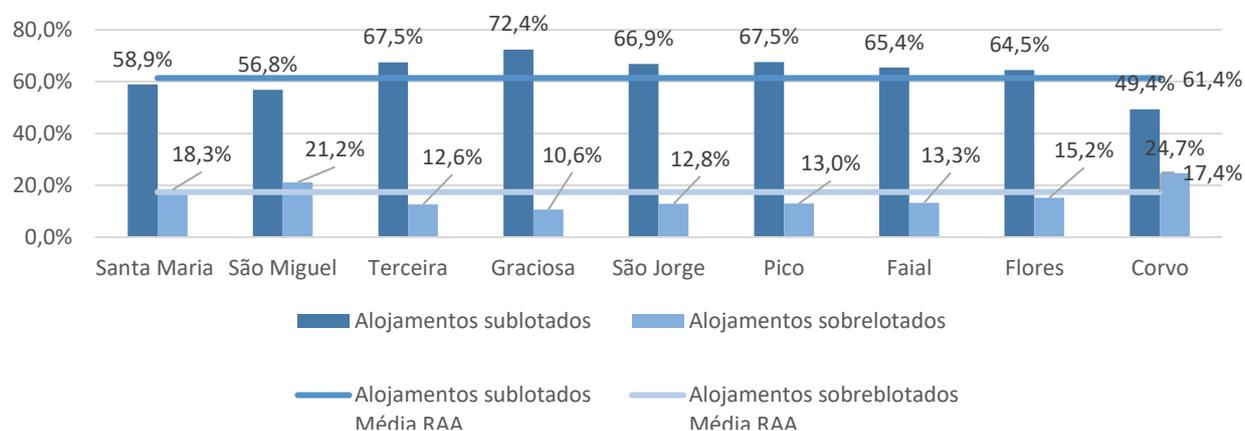
**Quadro 18 - Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação, por localização geográfica, 2001 – 2011**

Localização geográfica	Sem necessidade de reparação %			A necessitar de pequenas reparações %			A necessitar de médias reparações %			Com necessidade de grandes reparações/muito degradado %		
	2011	2021	variação (2011-2021) p.p.	2011	2021	variação (2011-2021) p.p.	2011	2021	variação (2011-2021) p.p.	2011	2021	variação (2011-2021) p.p.
Santa Maria	59,3%	52,7%	-6,6	22,2%	34,0%	11,8	10,9%	9,6%	-1,2	7,6%	3,6%	-4,0
São Miguel	78,6%	70,6%	-8	14,5%	21,3%	6,8	4,3%	5,9%	1,6	2,6%	2,2%	-0,4
Terceira	82,7%	68,0%	-14,7	11,7%	22,2%	10,6	3,8%	6,9%	3	1,8%	2,9%	1,1
Graciosa	75,7%	35,7%	-40	18,1%	41,2%	23,1	4,9%	17,5%	12,6	1,4%	5,7%	4,3
São Jorge	73,2%	68,0%	-5,2	15,0%	18,5%	3,5	6,5%	9,7%	3,2	5,3%	3,8%	-1,4
Pico	79,0%	39,9%	-39,1	12,6%	43,6%	31	5,4%	12,2%	6,9	3,0%	4,3%	1,3
Faial	89,3%	78,6%	-10,7	6,8%	14,7%	7,9	2,3%	4,8%	2,5	1,6%	1,9%	0,3
Flores	55,4%	40,2%	-15,2	28,7%	34,1%	5,5	11,2%	16,9%	5,8	4,8%	8,8%	4,0
Corvo	47,5%	54,9%	7,4	34,3%	27,7%	-6,6	12,2%	11,8%	-0,4	6,1%	5,6%	-0,4
<b>RA Açores</b>	<b>78,7%</b>	<b>65,4%</b>	<b>-13,3</b>	<b>13,9%</b>	<b>24,2%</b>	<b>10,2</b>	<b>4,7%</b>	<b>7,5%</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,9%</b>	<b>0,2</b>
<b>Portugal</b>	<b>71,0%</b>	<b>64,2%</b>	<b>-6,8</b>	<b>17,6%</b>	<b>21,8%</b>	<b>4,2</b>	<b>6,9%</b>	<b>9,4%</b>	<b>2,5</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,6%</b>	<b>0,2</b>

Fonte: PORDATA.

Quanto aos alojamentos familiares clássicos sobrelotados na RAA, em 2021, é nas ilhas do Corvo (24,7%) e de São Miguel (21,12%), que se regista a maior taxa de sobrelotação, superior à média regional (17,4%).

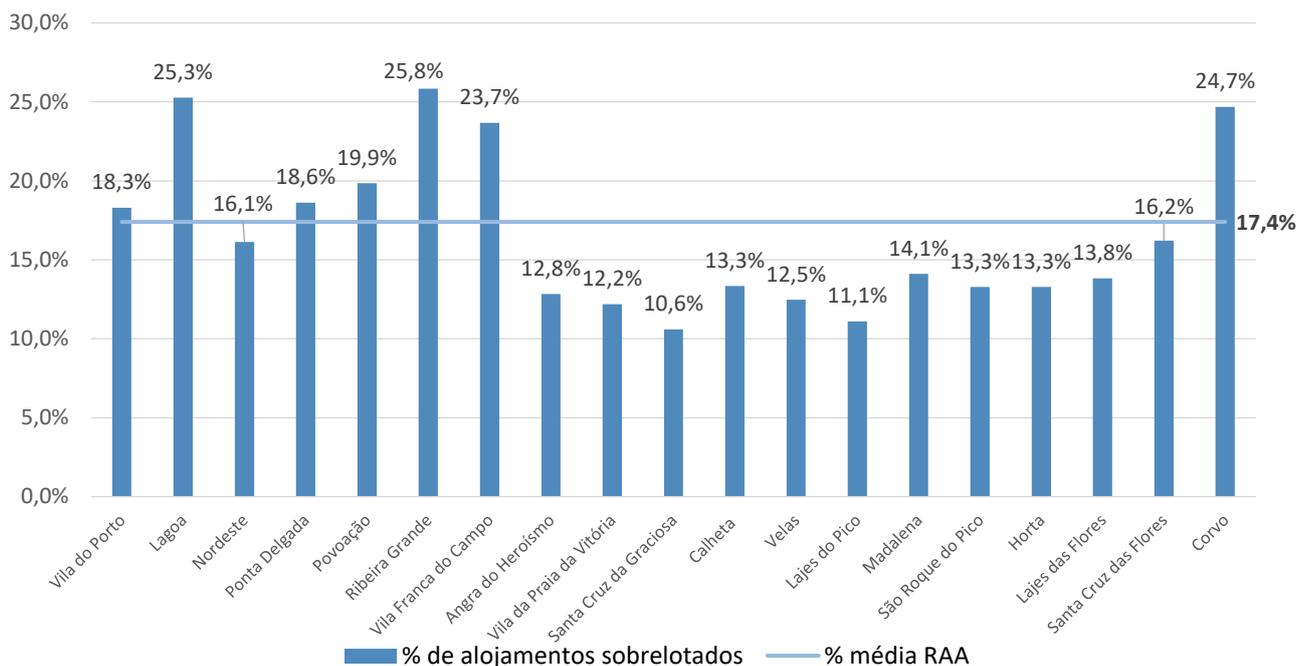
**Gráfico 39- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos, por lotação, por ilha Açores 2021**



Fonte: Censos 2021

Efetuada uma análise por concelho, constata-se que são os concelhos de Ribeira Grande (25,8%), Lagoa (25,3%) e Vila Franca do Campo (23,7%), os que apresentam as maiores taxas de sobrelotação concelhia.

**Gráfico 40- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos sobrelotados, por concelho - Açores 2021**

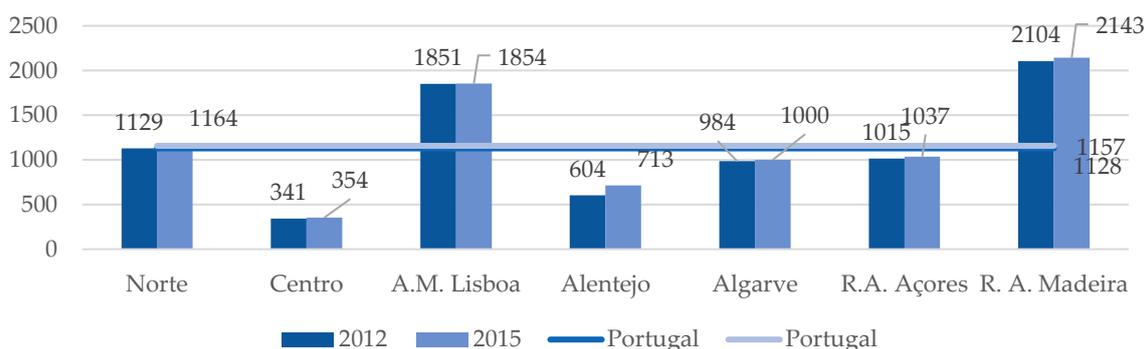


Fonte: Censos 2021. PORDATA.

Recorrendo a outra fonte, o *Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015*, é possível, abaixo, aprofundar-se a análise das questões habitacionais, realçando o peso da habitação social e a sua distribuição territorial.

Tendo por base a população residente em 2015, existiam na RAA 1 037 fogos de habitação social por 100 mil habitantes, valor próximo da média nacional (1 157) e bastante inferior à Região Autónoma da Madeira (2 143).

**Gráfico 41 - Número de fogos de habitação social por 100 mil habitantes, por localização geográfica 2012- 2015**



Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social, 2015.

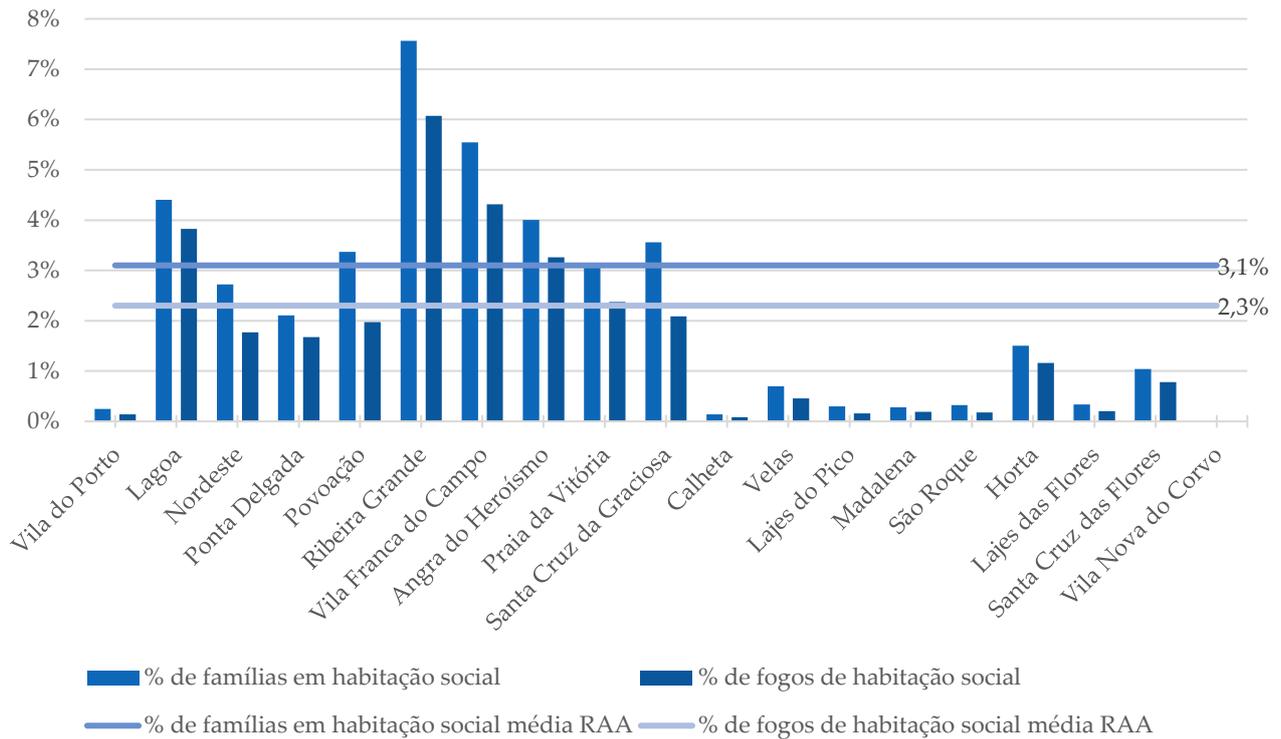
**Quadro 19 - Distribuição de alojamentos familiares clássicos e fogos destinados a habitação social, por localização geográfica - Açores 2015**

Localização geográfica	N.º de alojamentos familiares clássicos	N.º de famílias	N.º de edifícios de habitação social	N.º de fogos de habitação social	% de fogos de habitação social	% de famílias em habitação social	% de fogos de habitação social face ao total de fogos de habitação social da ilha
Vila do Porto	3 596	1 998	5	5	0,1%	0,3%	100,0%
<b>Santa Maria</b>	<b>3 596</b>	<b>1 998</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,3%</b>	<b>100,0%</b>
Lagoa	5 048	4 380	193	193	3,8%	4,4%	13,5%
Nordeste	2 707	1 764	48	48	1,8%	2,7%	3,4%
Ponta Delgada	28 308	22 499	341	474	1,7%	2,1%	23,9%
Povoação	3 598	2 106	70	71	2,0%	3,4%	4,9%
Ribeira Grande	11 195	8 991	618	680	6,1%	7,6%	43,3%
Vila Franca do Campo	4 174	3 247	158	180	4,3%	5,5%	11,1%
<b>São Miguel</b>	<b>55 030</b>	<b>42 987</b>	<b>1 428</b>	<b>1 646</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,8%</b>	<b>100,0%</b>
Angra do Heroísmo	14 971	12 195	398	488	3,3%	4,0%	65,6%
Praia da Vitória	9 524	7 323	209	226	2,4%	3,1%	34,4%
<b>Terceira</b>	<b>24 495</b>	<b>19 518</b>	<b>607</b>	<b>714</b>	<b>2,9%</b>	<b>3,7%</b>	<b>100,0%</b>
Santa Cruz da Graciosa	2 829	1 658	59	59	2,1%	3,6%	100,0%
<b>Graciosa</b>	<b>2 829</b>	<b>1 658</b>	<b>59</b>	<b>59</b>	<b>2,1%</b>	<b>3,6%</b>	<b>100,0%</b>
Calheta	2 386	1 405	2	2	0,1%	0,1%	12,5%
Velas	3 083	2 008	14	14	0,5%	0,7%	87,5%
<b>São Jorge</b>	<b>5 469</b>	<b>3 413</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,5%</b>	<b>100,0%</b>
Lajes do Pico	3 187	1 672	5	5	0,2%	0,3%	33,3%
Madalena	3 162	2 129	6	6	0,2%	0,3%	40,0%
São Roque	2 267	1 241	4	4	0,2%	0,3%	26,7%
<b>Pico</b>	<b>8 616</b>	<b>5 042</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,3%</b>	<b>100,0%</b>
Horta	7 059	5 449	67	82	1,2%	1,5%	100,0%
<b>Faial</b>	<b>7 059</b>	<b>5 449</b>	<b>67</b>	<b>82</b>	<b>1,2%</b>	<b>1,5%</b>	<b>100,0%</b>
Lajes das Flores	998	599	4	2	0,2%	0,3%	18,2%
Santa Cruz das Flores	1 157	865	9	9	0,8%	1,0%	81,8%
<b>Flores</b>	<b>2 155</b>	<b>1 464</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,8%</b>	<b>100,0%</b>
Vila Nova do Corvo	190	186	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Corvo</b>	<b>190</b>	<b>186</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>RA Açores</b>	<b>109 439</b>	<b>81 715</b>	<b>2 210</b>	<b>2 548</b>	<b>2,3%</b>	<b>3,1%</b>	<b>-</b>
<b>Portugal</b>	<b>5 866 152</b>	<b>4 043 726</b>	<b>26 195</b>	<b>119 691</b>	<b>4,6%</b>	<b>3,0%</b>	<b>-</b>

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015 e Censos 2011.

Analisando a distribuição dos fogos de habitação social pelo total de alojamentos, verifica-se que os concelhos que apresentam maior volume de habitação social localizam-se na ilha de São Miguel, especificamente Ribeira Grande (6,1%), Vila Franca do Campo (4,3%) e Lagoa (3,8%), sendo a média da RAA de 2,3%. É também nestes concelhos que existe o maior número de famílias a residir neste tipo de alojamento, em relação à população residente.

**Gráfico 42 - Percentagem de fogos de habitação social e percentagem de famílias a residir em habitação social, por concelho – Açores 2015**



Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015 e Censos 2011.

Os fogos de habitação social na RAA encontram-se quase exclusivamente em regime de arrendamento, com 96% (mais 2,3 p.p. que a média nacional). Os fogos vagos ou ocupados ilegalmente representam 3% e 1%, respetivamente.

**Gráfico 43 - Distribuição dos fogos de habitação social por destino - Açores 2015 (%)**



Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social, 2015.

Em suma, pode observar-se que, na RAA, a maioria das famílias e das habitações sociais se concentra na ilha de São Miguel, quer em termos absolutos quer em termos relativos, isto é, em

relação ao total de fogos e à população residente, em particular nos concelhos de Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Lagoa. O mesmo se verifica em relação à sobrelotação dos fogos, também mais preponderante nesta ilha.

Efetuada uma análise mais atualizada dos dados referentes à habitação social, propriedade da RAA, fornecidos pela Direção Regional da Habitação (DRH), verifica-se que a RAA dispõe de 2 358 fogos de arrendamento acessível, sendo que cerca de metade estão localizados na ilha de São Miguel, sobretudo nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande. A maioria dos fogos (73%) são de tipologia T2 e T3. Constata-se que existem 430 fogos vagos, dos quais, 289 (67,2%) situam-se na ilha Terceira, sendo a maior parte casas devolutas onde residiam familiares de militares dos Estados Unidos da América que deixaram de residir na Base Aérea das Lajes.

De notar ainda a existência de 1 120 agregados com rendas em atraso.

Quadro 20 - Fogos de habitação social - Açores 2022

Ilha Concelho	Nº total de fogos arrendamento acessível - Propriedade RAA	Nº Fogos RAA com contrato de arrendamento	Nº Contratos (arr./subarr.)	Nº total de agregados - arrendamento e subarrendamento	Nº de fogos ocupados ilegalmente - arrendados e subarrendados	Nº Agregados com rendas em atraso - arrendamento e subarrendamento	Nº de fogos vagos	Número de fogos objeto de reabilitação (2021 e 2022)	Fogos T0 e T1	Fogos T2 e T3	Fogos >=T4	Tipologia indefinida
<b>AÇORES</b>	<b>2 358</b>	<b>1 901</b>	<b>2 317</b>	<b>2 344</b>	<b>27</b>	<b>1 120</b>	<b>430</b>	<b>226</b>	<b>116</b>	<b>1 729</b>	<b>47</b>	<b>466</b>
<b>Santa Maria</b>	<b>114</b>	<b>111</b>	<b>116</b>	<b>116</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>71</b>	<b>0</b>	<b>29</b>
Vila do Porto	114	111	116	116	0	34	3	8	14	71	0	29
<b>São Miguel</b>	<b>1 193</b>	<b>1 085</b>	<b>1 449</b>	<b>1 472</b>	<b>23</b>	<b>697</b>	<b>85</b>	<b>178</b>	<b>65</b>	<b>875</b>	<b>33</b>	<b>220</b>
Lagoa	73	67	78	78	0	25	6	10	3	56	3	11
Ponta Delgada	569	509	754	764	10	335	50	43	40	410	11	108
Povoação	75	63	63	63	0	29	12	7	3	54	1	17
Ribeira Grande	371	346	454	467	13	278	12	66	15	279	16	61
Vila Franca do Campo	68	66	66	66	0	17	2	27	3	50	2	13
<b>Terceira</b>	<b>815</b>	<b>522</b>	<b>563</b>	<b>567</b>	<b>4</b>	<b>326</b>	<b>289</b>	<b>26</b>	<b>8</b>	<b>627</b>	<b>2</b>	<b>178</b>
Angra do Heroísmo	370	300	342	344	2	196	68	1	7	275	2	86
Praia da Vitória	445	222	221	223	2	130	221	25	1	352	0	92
<b>Graciosa</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Santa Cruz da Graciosa	13	12	12	12	0	6	1	1	0	13	0	0
<b>São Jorge</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
Velas	21	18	23	23	0	8	3	1	0	13	0	8
Calheta	2	2	3	3	0	2	0	0	1	1	0	0
<b>Pico</b>	<b>34</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>7</b>
Lajes do Pico	8	5	5	5	0	2	3	1	0	5	0	3
Madalena	13	9	9	9	0	4	4	0	2	7	1	3

Ilha Concelho	Nº total de fogos arrendamento acessível - Propriedade RAA	Nº Fogos RAA com contrato de arrendamento	Nº Contratos (arr./subarr.)	Nº total de agregados - arrendamento e subarrendamento	Nº de fogos ocupados ilegalmente - arrendados e subarrendados	Nº Agregados com rendas em atraso - arrendamento e subarrendamento	Nº de fogos vagos	Número de fogos objeto de reabilitação (2021 e 2022)	Fogos T0 e T1	Fogos T2 e T3	Fogos >=T4	Tipologia indefinida
São Roque do Pico	13	11	11	11	0	5	2	0	1	11	0	1
<b>Faial</b>	<b>149</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	<b>0</b>	<b>31</b>	<b>38</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>93</b>	<b>10</b>	<b>22</b>
Horta	149	111	111	111	0	31	38	11	24	93	10	22
<b>Flores</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Santa Cruz das Flores	11	10	10	10	0	3	1	0	1	10	0	0
Lajes das Flores	5	4	4	4	0	2	1	0	0	3	1	1
<b>Corvo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Vila Nova do Corvo	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: DRH.

No quadro nº 22, abaixo apresenta-se alguma informação relativamente à dimensão dos agregados familiares que vivem em habitação social. Do total de 1 742, verifica-se que cerca de 79% são constituídos por menos de cinco pessoas e cerca de 21% por cinco ou mais, sendo que 17,2% por 5 e 6 pessoas e 4% por 7 ou mais.

De relevar que cerca de 80% dos agregados que são constituídos por 5 e 6 pessoas se localizam na ilha de São Miguel, e do total que são formados por 7 ou mais elementos, 88% situam-se também naquela ilha, com maior destaque no concelho da Ribeira Grande.

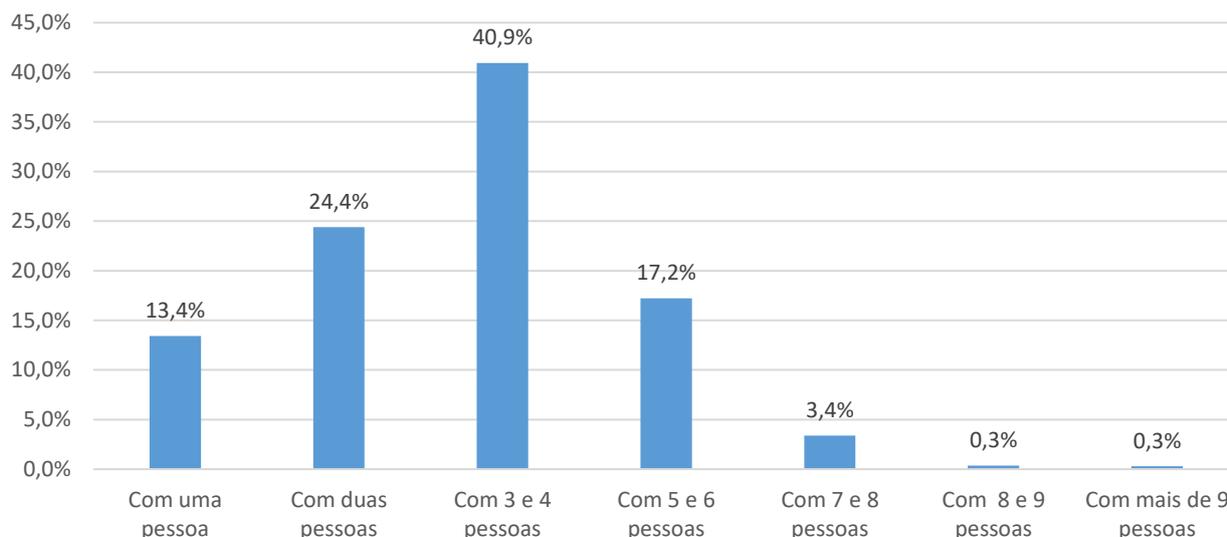
De referir ainda que 234 (13,4%) dos agregados de habitação social são unipessoais.

**Quadro 21 - Nº de agregados familiares em habitação social, por número de pessoas no agregado, por ilha e concelho - Açores 2022**

Ilha/Concelho	Com uma pessoa	Com duas pessoas	Com 3 e 4 pessoas	Com 5 e 6 pessoas	Com 7 e 8 pessoas	Com 8 e 9 pessoas	Com mais de 9 pessoas	Total	% face ao total
<b>Santa Maria</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>2%</b>
Vila do Porto	9	9	8	2	2	0	0	30	2%
<b>São Miguel</b>	<b>98</b>	<b>223</b>	<b>479</b>	<b>239</b>	<b>51</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1 101</b>	<b>63%</b>
Lagoa	6	12	19	12	2	1	0	52	3%
Nordeste	2	3	14	6	1	0	0	26	1%
Ponta Delgada	51	135	224	97	19	0	3	529	30%
Povoação	13	13	27	8	0	0	0	61	4%
Ribeira Grande	19	46	170	106	20	5	2	368	21%
Vila Franca do Campo	7	14	25	10	9	0	0	65	4%
<b>Terceira</b>	<b>85</b>	<b>144</b>	<b>179</b>	<b>41</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>454</b>	<b>26%</b>
Angra do Heroísmo	56	77	103	27	3	0	0	266	15%
Vila da Praia da Vitória	29	67	76	14	2	0	0	188	11%
<b>Graciosa</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>1%</b>
Santa Cruz da Graciosa	2	0	5	3	0	0	0	10	1%
<b>São Jorge</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>1%</b>
Velas	5	8	4	4	0	0	0	21	1%
Calheta	0	1	2	1	0	0	0	4	0%
<b>Pico</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>1%</b>
Lajes do Pico	1	2	1	1	0	0	0	5	0%
Madalena	1	4	4	0	0	0	0	9	1%
São Roque do Pico	2	1	1	0	0	0	0	4	0%
<b>Faial</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>92</b>	<b>5%</b>
Horta	30	30	25	6	1	0	0	92	5%
<b>Flores</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>1%</b>
Santa Cruz das Flores	1	2	3	1	0	0	0	7	0%
Lajes das Flores	0	0	2	2	0	0	0	4	0%
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0%</b>
Vila Nova do Corvo		1						1	0%
<b>Açores</b>	<b>234</b>	<b>425</b>	<b>713</b>	<b>300</b>	<b>59</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1 742</b>	<b>100%</b>
<b>%</b>	<b>13,4%</b>	<b>24,4%</b>	<b>40,9%</b>	<b>17,2%</b>	<b>3,4%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: DRH.

**Gráfico 44 - Agregados familiares em habitação social, por número de pessoas no agregado - Açores 2022 (%)**



Fonte: DRH.

No que se refere ao rendimento mensal bruto destes agregados, constata-se que 56,2% dos mesmos têm um rendimento inferior a 700,0€, sendo que destes, 8,5% não auferem mais do que 300,0€. Cerca de 33% declaram rendimentos superiores a 800,0€.

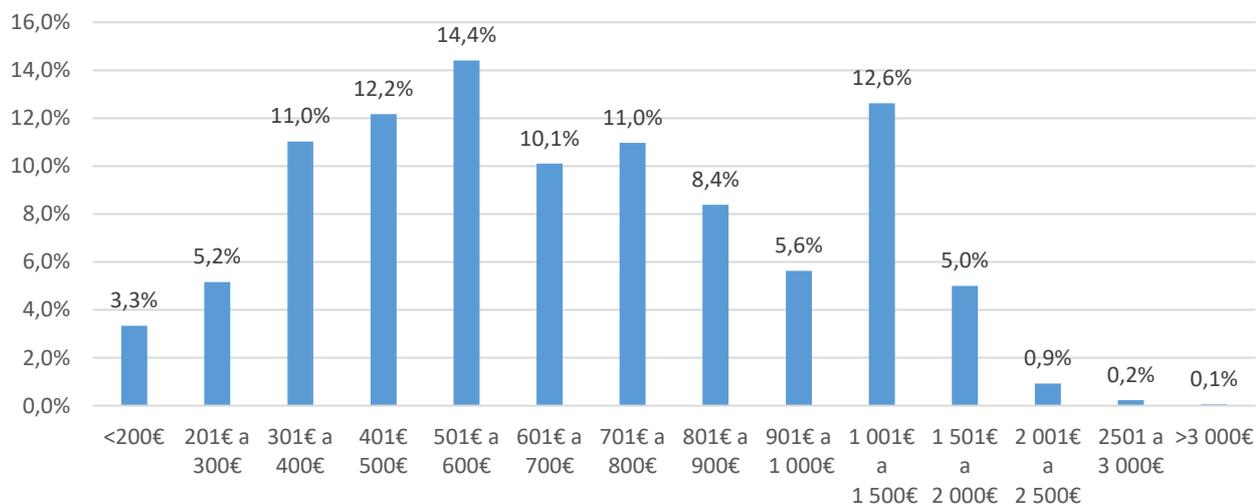
**Quadro 22 - Nº de agregados familiares em habitação social, por valor do rendimento mensal bruto dos agregados familiares, por ilha e concelho – Açores 2022**

Ilha/concelho	<200€	201€ a 300€	301€ a 400€	401€ a 500€	501€ a 600€	601€ a 700€	701€ a 800€	801€ a 900€	901€ a 1 000€	1 001€ a 1 500€	1 501€ a 2 000€	2 001€ a 2 500€	2501 a 3 000€	>3 000€
<b>Santa Maria</b>	2	2	1	2	6	2	2	1	3	6	3	0	0	0
Vila do Porto	2	2	1	2	6	2	2	1	3	6	3	0	0	0
<b>São Miguel</b>	18	58	112	155	173	134	140	97	57	121	33	3	0	0
Lagoa	0	4	5	8	4	8	4	7	4	7	1	0	0	0
Nordeste	0	3	1	1	5	4	3	2	3	3	1	0	0	0
Ponta Delgada	10	25	49	56	78	72	79	55	21	58	23	3	0	0
Povoação	0	3	11	7	9	5	6	6	5	7	2	0	0	0
Ribeira Grande	6	17	44	70	65	39	41	24	23	33	6	0	0	0
Vila Franca do Campo	2	6	2	13	12	6	7	3	1	13	0	0	0	0
<b>Terceira</b>	27	26	67	39	57	28	35	33	27	61	42	8	3	1
Angra do Heroísmo	17	7	49	22	34	13	23	19	18	32	25	5	1	1
Vila da Praia da Vitória	10	19	18	17	23	15	12	14	9	29	17	3	2	0
<b>Graciosa</b>	0	0	0	1	3	1	1	1	1	2	0	0	0	0
Santa Cruz da Graciosa	0	0	0	1	3	1	1	1	1	2	0	0	0	0
<b>São Jorge</b>	1	1	2	4	2	2	4	2	2	5	0	0	0	0
Velas	1	1	1	4	2	2	3	2	1	4	0	0	0	0
Calheta	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0

Ilha/concelho	<200€	201€ a 300€	301€ a 400€	401€ a 500€	501€ a 600€	601€ a 700€	701€ a 800€	801€ a 900€	901€ a 1 000€	1 001€ a 1 500€	1 501€ a 2 000€	2 001€ a 2 500€	2501 a 3 000€	>3 000€
<b>Pico</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Lajes do Pico	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	0	1	0
Madalena	0	0	0	3	0	0	3	0	2	0	1	0	0	0
São Roque do Pico	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0
<b>Faial</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Horta	9	3	10	6	8	6	5	7	5	23	7	3	0	0
<b>Flores</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Santa Cruz das Flores	0	0	0	1	2	1	0	1	1	1	0	0	0	0
Lajes das Flores	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Vila Nova do Corvo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Açores</b>	<b>58</b>	<b>90</b>	<b>192</b>	<b>212</b>	<b>251</b>	<b>176</b>	<b>191</b>	<b>146</b>	<b>98</b>	<b>220</b>	<b>87</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
% em relação ao total	3,3%	5,2%	11,0%	12,2%	14,4%	10,1%	11,0%	8,4%	5,6%	12,6%	5,0%	0,9%	0,2%	0,1%

Fonte: DRH.

**Gráfico 45 - Agregados familiares em habitação social, por valor do rendimento mensal bruto dos agregados familiares – Açores 2022 (%)**



Fonte: DRH.

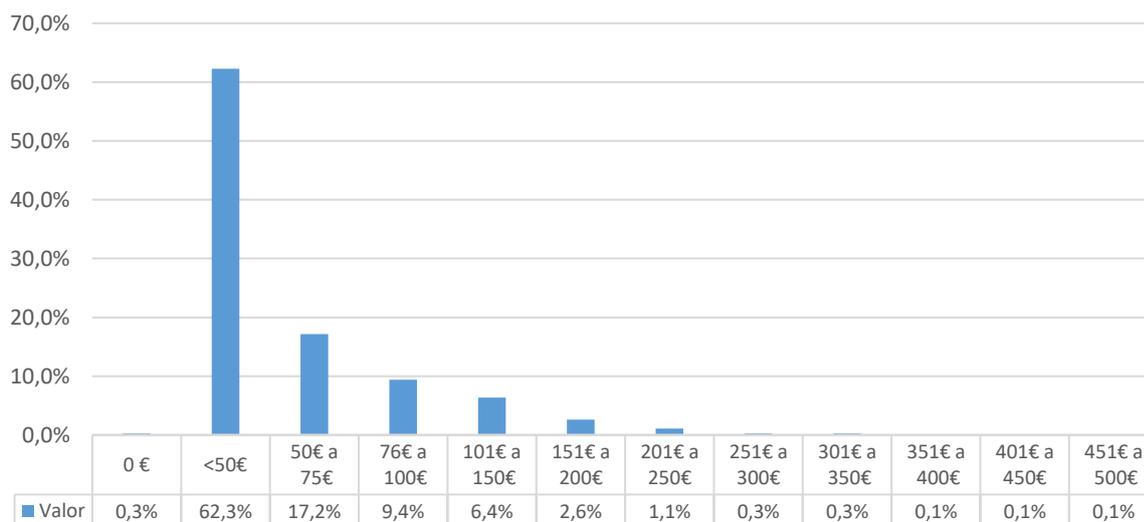
Relativamente ao valor da renda mensal paga pelos agregados familiares que vivem em habitação social, constata-se que mais de 62% dos mesmos pagam menos de 50,0€ por mês; 26,6% entre 50,0€ e 100,0€ e apenas 10,8% pagam mais de 100,0€.

**Quadro 23 - N° de agregados familiares em habitação social, por valor da renda mensal, por ilha e concelho Açores 2022**

Ilha/concelho	0 €	<50€	50€ a 75€	76€ a 100€	101€ a 150€	151€ a 200€	201€ a 250€	251€ a 300€	301€ a 350€	351€ a 400€	401€ a 450€	451€ a 500€	>500€
<b>Santa Maria</b>	0	13	6	3	4	2	1	1	0	0	0	0	0
Vila do Porto	0	13	6	3	4	2	1	1	0	0	0	0	0
<b>São Miguel</b>	1	630	215	127	82	28	13	1	3	1	0	0	0
Lagoa	0	33	8	8	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	15	5	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Delgada	0	279	105	60	52	21	8	1	3	0	0	0	0
Povoação	0	33	11	14	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Grande	1	229	76	30	21	5	5	0	0	1	0	0	0
Vila Franca do Campo	0	41	10	11	3	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Terceira</b>	4	359	57	20	10	2	0	1	1	0	0	0	0
Angra do Heroísmo	4	212	35	9	3	1	0	1	1	0	0	0	0
Vila da Praia da Vitória	0	147	22	11	7	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>Graciosa</b>	0	6	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz da Graciosa	0	6	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>São Jorge</b>	0	18	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Velas	0	15	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Calheta	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Pico</b>	0	7	6	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Lajes do Pico	0	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Madalena	0	4	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
São Roque do Pico	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Faial</b>	0	47	5	8	12	10	4	2	1	0	2	1	0
Horta	0	47	5	8	12	10	4	2	1	0	2	1	0
<b>Flores</b>	0	5	3	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz das Flores	0	4	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Lajes das Flores	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
<b>Corvo</b>	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Nova do Corvo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Açores</b>	<b>5</b>	<b>1 085</b>	<b>299</b>	<b>164</b>	<b>111</b>	<b>45</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>% em relação ao total</b>	<b>0,3%</b>	<b>62,3%</b>	<b>17,2%</b>	<b>9,4%</b>	<b>6,4%</b>	<b>2,6%</b>	<b>1,1%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>

Fonte: DRH.

**Gráfico 46 - Agregados familiares em habitação social, por valor da renda mensal - Açores 2022 (%)**



Fonte: DRH.

Do total de candidatos a habitação social registados em 2022, cerca de 73% são do sexo masculino e 37,6% situam-se no escalão etário 31 a 40 anos.

**Quadro 24 - Habitação Social - Distribuição dos candidatos segundo o sexo e grupo etário - Açores 2022**

Sexo	Nº candidatos	%
Masculino	124	72,9%
Feminino	46	27,1%
<b>Total</b>	<b>170</b>	
Grupo etário	Nº de candidatos	%
< 20 anos	0	0,0%
21 a 30 anos	28	16,5%
31 a 40 anos	64	37,6%
41 a 50 anos	41	24,1%
51 a 60 anos	24	14,1%
> 61 anos	13	7,6%
<b>Total</b>	<b>170</b>	

Fonte: DRH.

No ano de 2022, registaram-se 169 candidaturas ao Programa "Grave carência habitacional", tendo sido celebrados 68 contratos, a maioria dos quais na ilha de São Miguel.

**Quadro 25 - Candidaturas e número de contratos celebrados – Programa Grave Carência Habitacional Açores 2022**

Ilha/Concelho	Candidaturas grave carência habitacional 2022	Nº de contratos efetuados em 2022
<b>Santa Maria</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Vila do Porto	4	4
<b>São Miguel</b>	<b>116</b>	<b>39</b>
Lagoa	5	5
Ponta Delgada	44	18
Povoação	3	0
Ribeira Grande	41	15
Vila Franca do Campo	21	0
<b>Terceira</b>	<b>37</b>	<b>20</b>
Angra do Heroísmo	20	11
Praia da Vitória	17	9
<b>Graciosa</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Santa Cruz da Graciosa	0	1
<b>São Jorge</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Velas	1	2
Calheta	0	0
<b>Pico</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Lajes do Pico	0	0
Madalena	0	0
São Roque do Pico	3	0
<b>Faial</b>	<b>8</b>	<b>2</b>
Horta	8	2
<b>Flores</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Santa Cruz das Flores	0	0
Lajes das Flores	0	0
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Vila Nova do Corvo	0	0
<b>RA Açores</b>	<b>169</b>	<b>68</b>

Fonte: DRH.

## 7. Rendimentos, condições de vida e apoios sociais

A fonte oficial que nos permite conhecer a evolução do fenómeno da pobreza em Portugal, anualmente, é o Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR). Através deste instrumento adquirimos informações sobre a taxa de risco pobreza ou exclusão social em Portugal, calculada através da taxa de risco pobreza, privação material severa e pelas pessoas em agregados com intensidade laboral muito reduzida.

Estes indicadores combinam dados referentes ao ano de aplicação do inquérito com dados do ano anterior ao inquérito, nomeadamente ao nível dos rendimentos e da inserção no mercado de trabalho. Como tal, o conhecimento da pobreza ou exclusão social feita através desta via tem sempre o constrangimento de um retrato desfocado por algum desfasamento temporal.

Este inquérito, implementado anualmente desde 2004, tem sido utilizado para medir a desigualdade na distribuição dos rendimentos monetários em Portugal e na União Europeia e para retratar de forma quantificada o fenómeno da pobreza monetária e da exclusão social.

Em anos anteriores, os dados sobre a pobreza na Região foram retirados de um outro inquérito, realizado de cinco em cinco anos - o Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF). A taxa de risco de pobreza, referente ao rendimento monetário (*r. monetário*), é a mais próxima do ICOR, pelo que foi a considerada neste Diagnóstico. A taxa que inclui o rendimento total (*r. total*) é sempre mais baixa, uma vez que inclui nos rendimentos dos agregados, valores que não se traduzem em dinheiro, como a produção para autoconsumo de produtos agrícolas ou o equivalente ao valor de renda de casa referente a casas próprias, emprestadas ou cedidas (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).

**Quadro 26 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (rendimento monetário), por local de residência, 2005-2022 - ano dos rendimentos (%)**

Local de residência	IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias			ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento					
	2005	2009	2014	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Portugal	19	17,3	19,1	17,3	17,2	16,2	18,4	16,4	17,0
Norte	21	17,6	20,1	18,6	18,3	18,1	21,1	20,0	18,8
Centro	20	18,9	20,1	18,6	17,3	16,6	19,9	15,6	15,6
A.M. Lisboa	12	15,8	15,4	12,3	13,3	11,1	12,8	10,4	14,7
Alentejo	20	15,8	18,1	16,9	17,9	16,9	17,1	14,9	14,1
Algarve	19	14,7	20,9	18,6	18,7	17,7	21,6	22,1	19,7
<b>RA Açores</b>	<b>23</b>	<b>20,3</b>	<b>28,3</b>	<b>31,6</b>	<b>31,8</b>	<b>28,5</b>	<b>21,9</b>	<b>25,1</b>	<b>26,1</b>
RA Madeira	24	18,8	27,8	27,5	27,8	26,3	24,2	25,9	24,8

Fonte: INE (IDEF; ICOR).

A partir da análise dos resultados do IDEF e do ICOR, é possível estabelecer a evolução da taxa de risco de pobreza açoriana (rendimento monetário).

Assim, observa-se que esta se fixava em 23% em 2005. Isto significa que, entre 2005 e 2009, esta taxa registou um decréscimo de, sensivelmente, 3 p.p. Na comparação nacional, verifica-se que a RAA, em 2014, apresentava a maior taxa de risco de pobreza (28,3%), superior ao conjunto do país (19,1%). Ainda na comparação entre 2009 e 2014, verifica-se que todas as regiões, à exceção de Lisboa, viram esta taxa aumentar.

A partir dos dados do ICOR<sup>21</sup>, verifica-se que este indicador passa de 31,8% em 2018, para 28,5%, em 2019, sendo de 21,9% em 2020. Nos anos de 2021 e de 2022, regista-se uma nova subida, para 25,1% e 26,1%, respetivamente. Neste último ano, embora tenha havido uma ligeira ascensão do valor médio nacional (0,6 p.p.), na RAA foi de 1 p.p., ficando esta ainda a uma distância de 9,1 p.p. em relação ao todo nacional. Continuam as regiões autónomas dos Açores e da Madeira a apresentar as taxas de risco de pobreza mais elevadas, sendo que se verificou agora uma tendência inversa quando comparadas, com subida na RAA e descida na RAM.

A taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, em 2022, correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores a 7 095€ (591€ por mês). Este limiar, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana (11 825€) da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes, que aumentou 7,4% em relação ao ano anterior (11 013€). Em 2022, existiam, em Portugal, 1 779 milhares de residentes em risco de pobreza, mais 81 mil do que no ano anterior, 1 698 milhares de pessoas em 2021 (INE). Considerando a taxa de risco de pobreza de 26,1% para os Açores, em 2022, podemos inferir que cerca de 61 700 açorianos eram pobres.

O aumento do rendimento monetário líquido em 2022 decorreu essencialmente dos acréscimos dos rendimentos do trabalho por conta de outrem (mais 12,6% em relação ao ano anterior) e dos rendimentos de pensões de velhice, mais 4,2% (INE).

Ainda de acordo com os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), em Portugal, em 2022, 22,7% da população que apenas tinha concluído o ensino básico era pobre, um valor significativamente superior às proporções de 13,5% para a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e de 5,8% para a população que tinha concluído o ensino superior.

A taxa de risco de pobreza para a população empregada diminuiu de 10,3% em 2021 para 10,0% em 2022, mas aumentou para a população desempregada, de 43,4% para 46,4%.

As transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social contribuíram para a redução do risco de pobreza em 4,2 p.p. (de 21,2% para 17,0%), um contributo inferior ao do ano anterior (5,1 p.p.).

---

<sup>21</sup> Os dados do ICOR referem-se sempre aos rendimentos do ano anterior à realização do Inquérito.

O aumento da taxa de risco de pobreza afetou mais significativamente as mulheres (mais 0,9 p.p., de 16,8% em 2021 para 17,7% em 2022) do que os homens (mais 0,3 p.p., de 15,9% em 2021 para 16,2% em 2022).

O aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa nos menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior). O risco de pobreza dos adultos em idade ativa aumentou 0,2 p.p. e o da população idosa aumentou 0,1 p.p.

Em 2022, a taxa de risco de pobreza aumentou tanto para os agregados sem crianças dependentes (15,2%, mais 0,4 p.p. em relação a 2021) como para os agregados com crianças dependentes (18,9%, mais 0,9 p.p. do que no ano anterior).

O risco de pobreza relativa aumentou principalmente para os adultos que vivem sozinhos, de 22,7% em 2021, para 24,9% em 2022, e para as famílias constituídas por um adulto e pelo menos uma criança dependente, de 28,0% para 31,2%, e por dois adultos e duas crianças dependentes, de 12,8% para 13,9%.

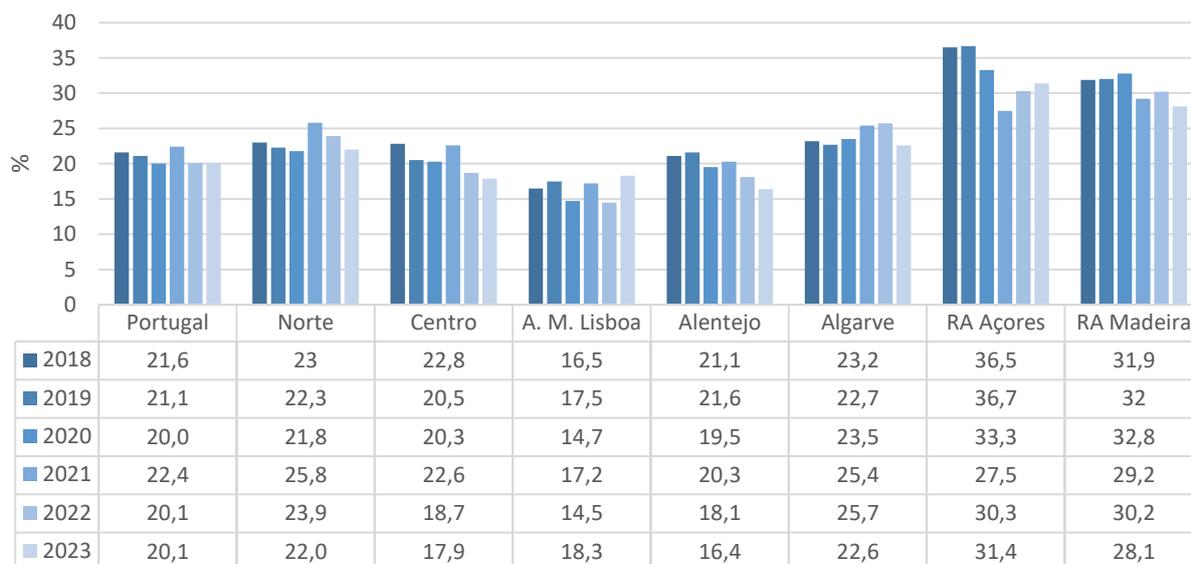
Alguns grupos registaram uma melhoria relativa em termos de pobreza entre 2021 e 2022, principalmente as famílias constituídas por dois adultos com menos de 65 anos e sem crianças dependentes (de 14,1% para 12,7%).

Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 41,8% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2022. Os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram em 2022 para um decréscimo de 20,6 p.p. no risco de pobreza, resultando assim numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 21,2% (INE).

A estratégia Europa 2030, definiu um novo indicador de monitorização da população em risco de pobreza ou exclusão social, que conjuga as condições de pobreza relativa, de privação material e social severa e de intensidade laboral per capita muito reduzida. Em conformidade com a convenção europeia, o indicador toma como referência o ano a que respeita a situação material e social severa, apesar do risco de pobreza relativa ser o elemento determinante na sua trajetória (INE).

O risco de pobreza ou exclusão social diminuiu em quase todas as regiões NUTS II, com exceção da Região Autónoma dos Açores, onde aumentou 1,1 p.p. em relação ao ano anterior, e da Área Metropolitana de Lisboa, onde aumentou 3,8 p.p. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registavam valores de 31,4% e 28,1%, respetivamente, superiores ao valor nacional (20,1%). Contudo, enquanto que na RAM este valor desce em relação ao ano anterior, na RAA verifica-se a subida de 1,1 p.p.

**Gráfico 47 – Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social, por local de residência, 2018-2023 (%)**



**Fonte:** INE – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2023.

Como é possível verificar no quadro abaixo, a utilização de linhas de pobreza regionais atenua as diferenças nas taxas de risco de pobreza entre regiões. Em cada região NUTS II, a linha de pobreza regional corresponde à proporção de habitantes nessa região que vivem com rendimentos monetários disponíveis equivalentes inferiores a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes dessa mesma região.

A utilização de linhas de pobreza regionais resulta no aumento do risco de pobreza para as regiões com rendimento mediano superior ao rendimento mediano nacional: 21,4%, na Área Metropolitana de Lisboa e 14,4% no Alentejo, e na redução dos riscos de pobreza para as restantes, muito expressiva, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, de 24,8%, com base na linha nacional, para 19,7%, com base na linha regional; e na Região Autónoma dos Açores, de 26,1%, com base na linha nacional, para 20,7% com base na linha regional (INE).

**Quadro 27 - Taxa de risco de pobreza, calculadas com base em linhas de pobreza regionais, 2017 - 2022 (%)**

Período de referência dos rendimentos	Taxa de risco pobreza (Portugal)	Regiões						
		Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A Açores	R.A. Madeira
2017	17,3%	16,4%	16,6%	18,9%	14,2%	16,6%	21,6%	22,3%
2018	17,2%	16,0%	15,9%	19,4%	16,3%	17,0%	23,6%	19,7%
2019	16,2%	16,6%	15,9%	17,2%	14,7%	15,2%	20,4%	17,3%
2020	18,4%	19,1%	18,9%	19,1%	16,6%	17,7%	18,0%	18,2%
2021	16,4%	16,9%	14,4%	15,7%	14,0%	15,1%	17,6%	17,6%
2022	17,0%	16,3%	15,6%	21,4%	14,4%	19,7%	20,7%	19,7%

**Fonte:** INE – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2023.

A estratégia Europa 2030 define ainda o conceito de privação material e social para a monitorização de pobreza e exclusão social. Os indicadores de privação material e social baseiam-

se num conjunto de treze itens relacionados com as necessidades sociais e económicas e de bens duráveis das famílias. Ao contrário dos indicadores anteriores relativos à privação material, focados na família e nas dificuldades económico-financeiras, os novos indicadores de privação material e social acrescentam os aspetos relacionados com o bem-estar de cada indivíduo (roupa nova, calçado e dinheiro de bolso) e com o lazer e a interação social.

A informação relativa a cada um destes itens, recolhida de abril a julho de 2023, e referente aos últimos 12 meses, revela o aumento da proporção de pessoas afetadas pelas seguintes limitações por dificuldades económicas:

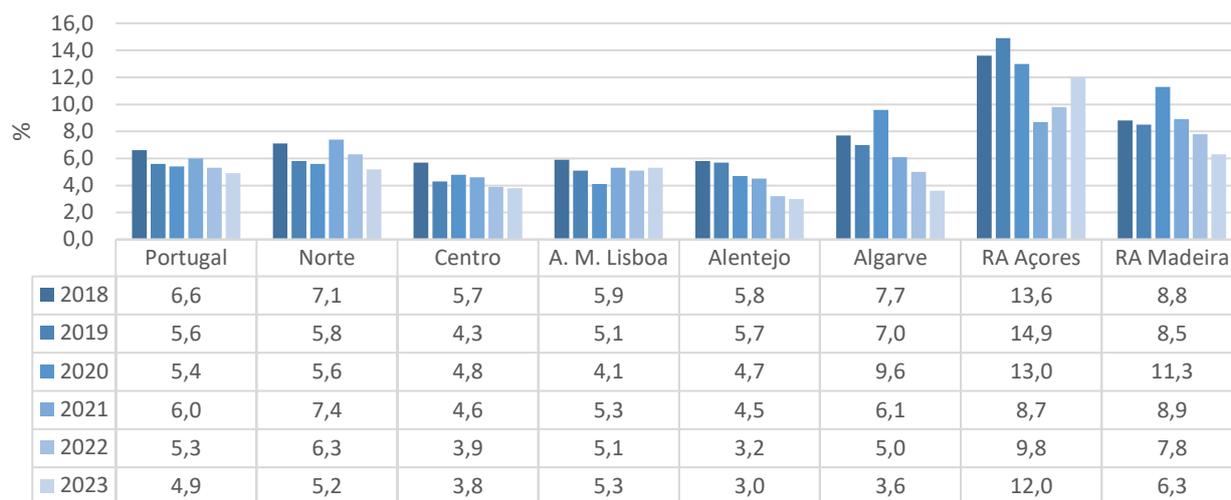
- 39,8% das pessoas vivem em agregados sem capacidade financeira para substituir mobiliário usado (36,3% em 2022).
- 38,9% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (37,2% em 2022).
- 30,5% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo) (29,9% em 2022).
- 20,8% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (17,5% em 2022).
- 7,7% das pessoas não podem encontrar-se com amigos/familiares para uma bebida/refeição, pelo menos uma vez por mês, por motivos económicos (6,1% em 2021).

A percentagem das pessoas que vivem em agregados que tiveram atrasos em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal, diminuiu de 6,1% para 5,2%

Em 2023, em Portugal, regista-se o aumento do número de pessoas em privação material e social, 12,0%, e uma diminuição daqueles que se encontravam em privação material e social severa (4,9%, menos 0,4 p.p.) INE.

A percentagem de pessoas em privação material e social severa, entre 2022 e 2023, reduziu-se em todas as regiões do país, à exceção da Área Metropolitana de Lisboa (+0,2 p.p.) e dos Açores, com um aumento de 2,2 p. p., mais do dobro da média nacional.

**Gráfico 48 – Taxa de privação material e social severa, por localização geográfica, 2018-2023 (%)**

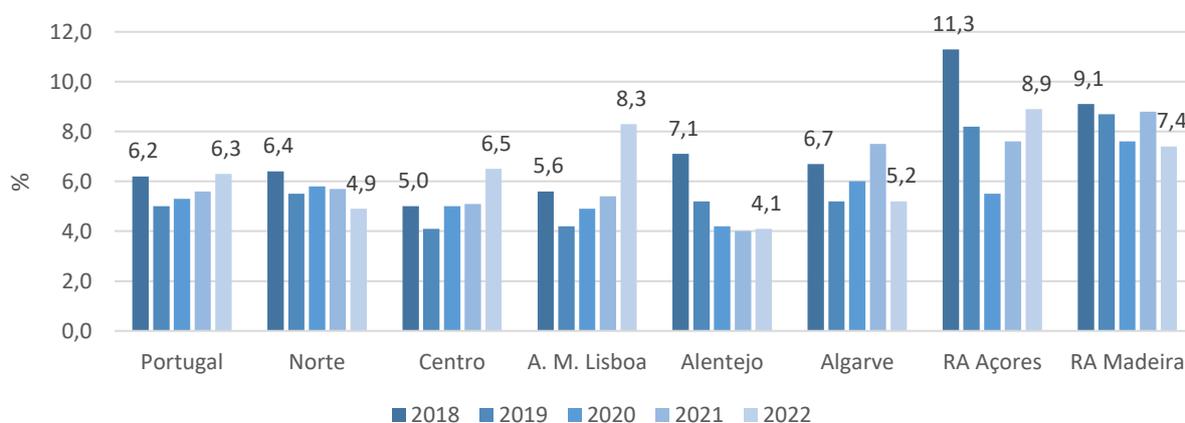


Fonte: INE – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2013.

Para além do rendimento, existem outras condições que podem potenciar o risco de exclusão social de uma família, nomeadamente, o grau de participação dos seus membros no mercado de trabalho. De acordo com o INE, consideram-se em intensidade laboral per capita muito reduzida todas as pessoas com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta dos 18 aos 64 anos trabalhou em média menos de 20% do tempo de trabalho possível (excluem-se os estudantes dos 18 aos 24 anos, os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez e as pessoas inativas com 60-64 anos e que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões).

Em 2022, a proporção da população com menos de 65 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral per capita muito reduzida foi, em média, em Portugal, de 6,3%, sendo que nos Açores foi de 8,9%, mais 1,3 p.p. do que no ano anterior, e 2,6 p.p. acima da média nacional.

**Gráfico 49– Intensidade Laboral per capita muito reduzida, por localização geográfica, 2018-2022 (%)**



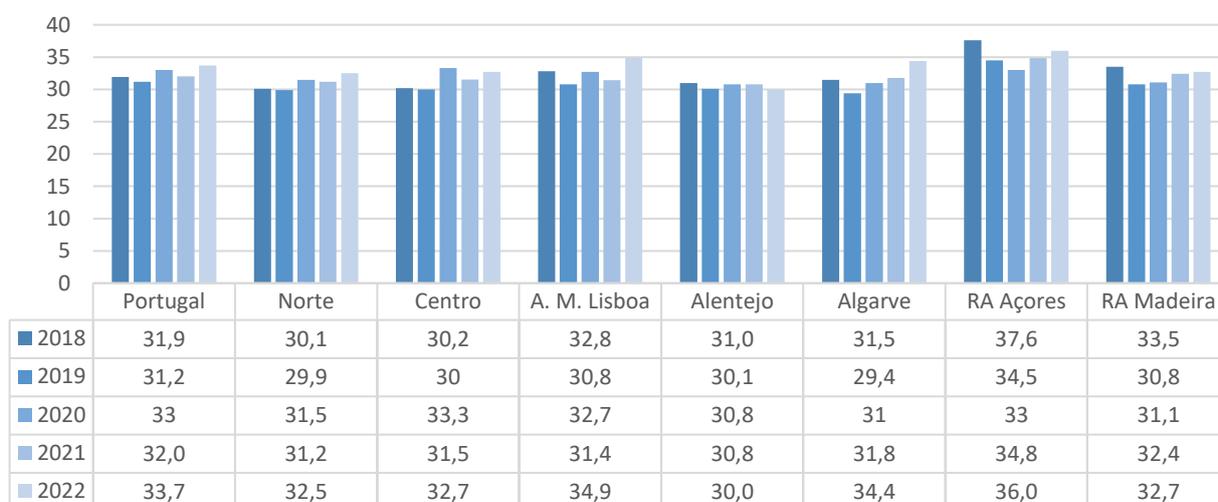
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2023.

Para além da taxa de risco de pobreza, deveremos ter em conta outro indicador que ajuda a situar o problema da pobreza: o Coeficiente de Gini. Este índice varia entre 0 - igualdade teórica dos

rendimentos entre todos os membros de um dado país - e 100, em que um único indivíduo concentra todos os rendimentos desse país.

A relevância deste índice radica no facto da pobreza estar, em geral, e no caso dos países desenvolvidos, associada a uma profunda desigualdade de distribuição de rendimentos. Os dados da OCDE e da UE mostram isso mesmo: independentemente dos níveis de rendimento de cada país, os países mais desiguais tendem a registar uma maior taxa de risco de pobreza. No contexto destas duas organizações internacionais, Portugal apresenta-se como um dos países com maiores níveis de desigualdade ao nível da distribuição de rendimento.

**Gráfico 50 - Coeficiente de Gini, por local de residência, 2018 - 2022**



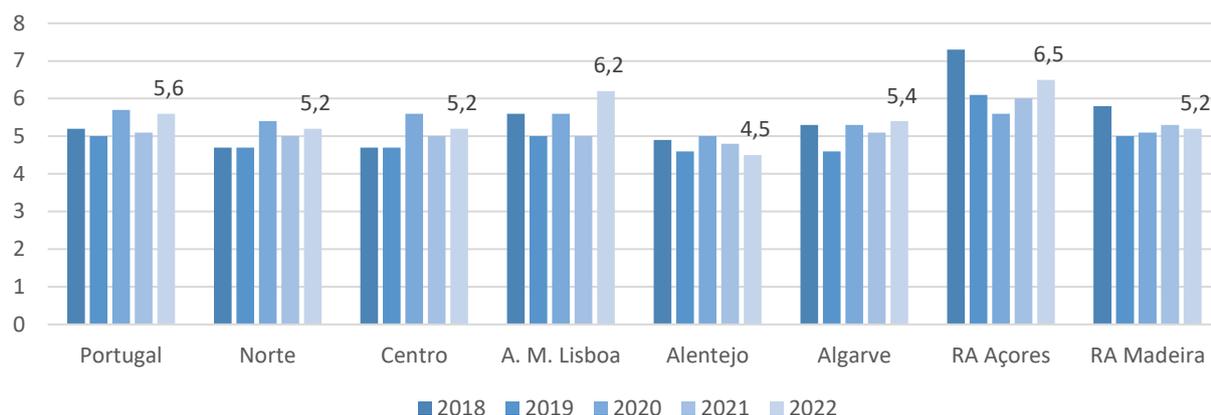
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2022.

No caso dos Açores, o índice de Gini para 2022, foi de 36,0, superior à média nacional em 2,3 p.p. e o mais elevado por regiões. Fazendo uma análise comparativa 2018-2020, pode observar-se que os Açores viram o seu nível de desigualdade de distribuição de rendimento baixar significativamente, no entanto, este índice volta a subir entre 2021 e 2022. Refira-se, porém, que a desigualdade aumentou em todas as regiões, à exceção do Alentejo, sendo que a Área Metropolitana de Lisboa foi aquela onde a desigualdade mais aumentou, de 31,4 em 2021 para 34,9 em 2022.

O rácio S80/S20 - que compara a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos - passou de 5,1 em 2021 para 5,6 em 2022.

Também neste indicador a RAA apresenta o valor mais elevado (6,5), 0,9 pontos acima da média nacional, subindo 0,5 pontos face ao último ano.

**Gráfico 51 - Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 (nº), por Local de residência, 2018 – 2022**



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2023.

Para melhor caracterizar as condições de vida são utilizados outros indicadores como a taxa de sobrelotação da habitação; a taxa de privação severa das condições de habitação; a carga mediana das despesas em habitação e a taxa de sobrecarga das despesas em habitação.

No que se refere à taxa de sobrelotação da habitação<sup>22</sup>, notamos que no ano de 2021 (ainda não está disponibilizado este indicador para 2022) os Açores apresentam valores próximos da média nacional, 11,2% e 10,6%, respetivamente.

**Gráfico 52 - Taxa sobrelotação habitação, por localização geográfica, 2018-2021 (%)**

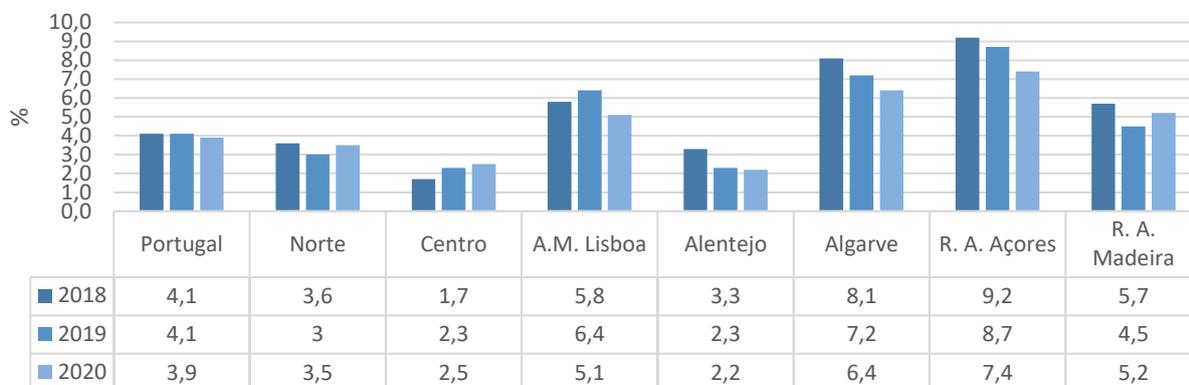


Fonte: INE – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2021.

<sup>22</sup> Taxa de sobrelotação da habitação corresponde à proporção da população que vive em alojamentos em que o número de divisões habitáveis é insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado.

Relativamente à taxa de privação severa das condições de habitação<sup>23</sup> é na RAA que se observa o valor mais elevado por regiões (7,4%), por oposição a 3,9% para o todo do país. Era, no entanto, de 9,2% em 2018.

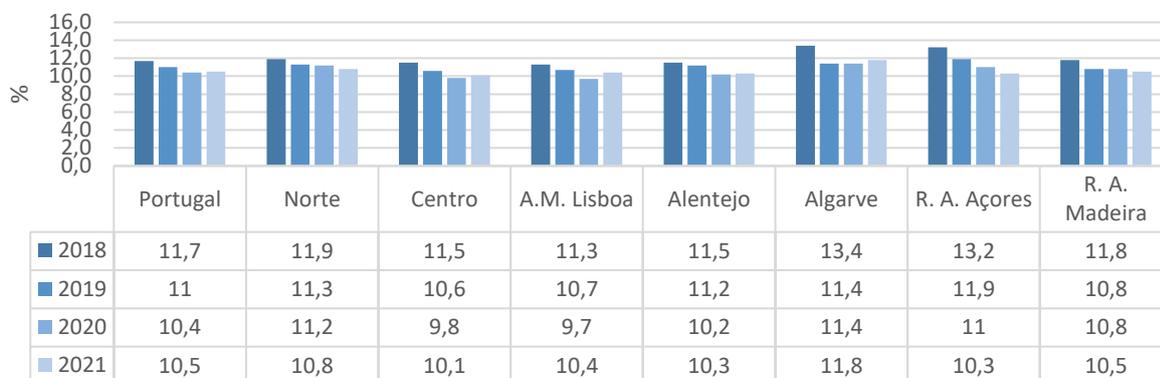
**Gráfico 53 - Taxa de privação severa das condições de habitação, por localização geográfica, 2018-2020<sup>24</sup> (%)**



Fonte: INE – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2021.

No que concerne à carga mediana de despesas habitação<sup>25</sup> todas as regiões apresentam valores próximos em 2021.

**Gráfico 54 - Carga mediana das despesas em habitação, por localização geográfica, 2018-2021 (%)**



Fonte: INE – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2021.

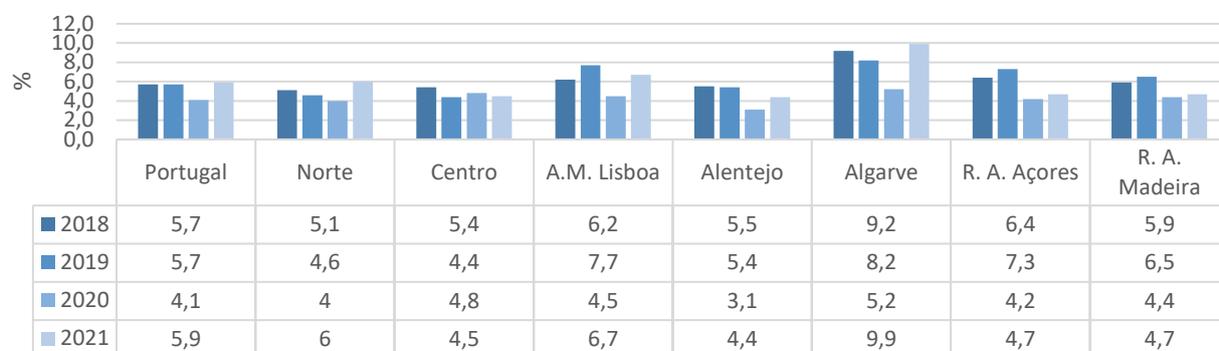
<sup>23</sup> Taxa de privação severa das condições de habitação corresponde à proporção da população que vive num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

<sup>24</sup> Sem dados disponíveis para 2021.

<sup>25</sup> Carga mediana de despesas habitação corresponde à mediana da distribuição da carga das despesas associadas a habitação.

Observando os dados relativos à taxa de sobrecarga das despesas habitação<sup>26</sup>, vimos que esta desceu entre 2018 e 2021, passando de 6,4% para 4,7%, respetivamente, abaixo do valor de 5,9% para Portugal.

**Gráfico 55 - Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por localização geográfica, 2018 - 2021 (%)**



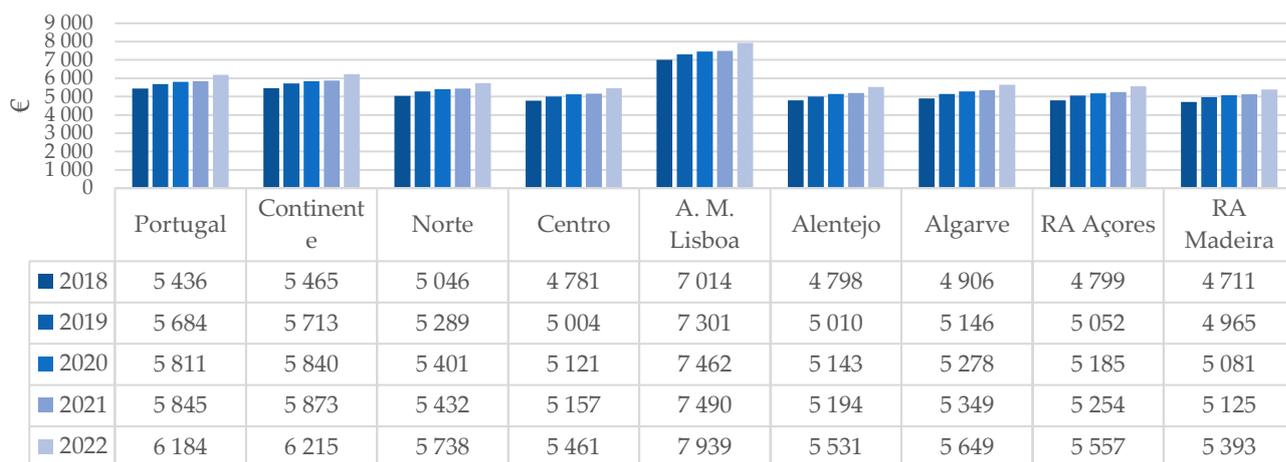
Fonte: INE – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2021.

Efetuada uma análise da evolução do valor médio das pensões da segurança social, verificamos que, no ano de 2018, era para a RAA de 4 799,0€, passando para 5 557,0€ em 2022, equivalendo a uma média mensal de 399,90€ e 463,10€, respetivamente, equivalendo a um crescimento acumulado de 15,8%, superior ao crescimento médio do país (13,8%). Contudo, como se observa no gráfico 48, o valor médio das pensões é inferior nos Açores quando comparado com Portugal, respetivamente, 5 557,0€ e 6 184,0€. Observe-se, porém, que a RA da Madeira, o Alentejo e o Centro apresentam valores mais baixos do que a RA dos Açores.

Saliente-se ainda que, para os pensionistas açorianos, existe um acréscimo às pensões – o complemento regional de pensão - o qual abordaremos mais à frente.

<sup>26</sup> Taxa de sobrecarga das despesas habitação proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%. Linha de pobreza - limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza.

**Gráfico 56 - Valor médio das pensões da segurança social, por Local de residência e por ano (€)**



Fonte: INE.

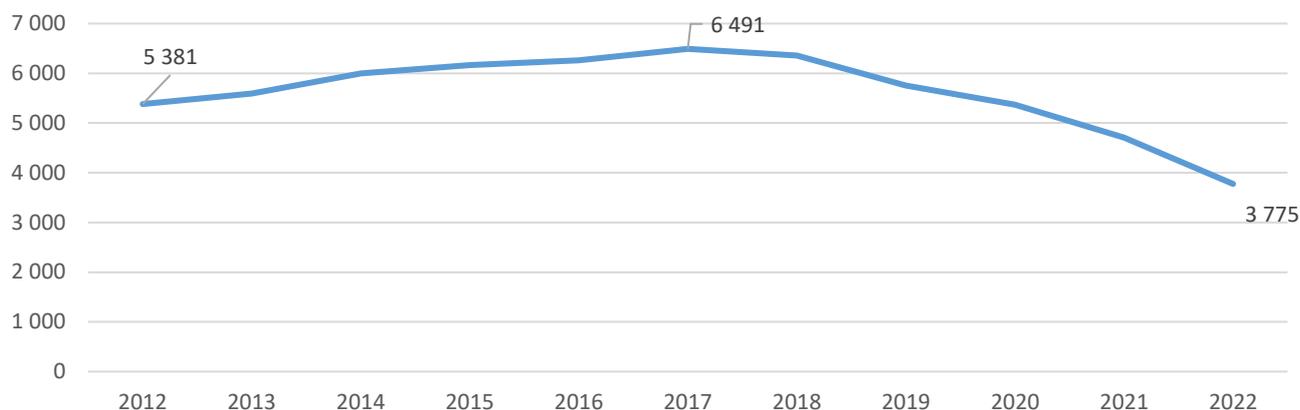
Sendo os dados sobre a pobreza nos Açores relativamente escassos, recorreu-se a outros indicadores, nomeadamente ao Rendimento Social de Inserção (RSI), ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), à Ação Social Escolar (ASE), aos apoios concedidos pelo ISSA, normalmente designados como *Subsídios de Precariedade Económica (SPE)*, aos complementos regionais e a outros apoios sociais.

As análises baseadas no RSI têm algumas limitações pois nem todos os indivíduos em situação de pobreza podem aceder-lhe dada a existência de quatro constrangimentos: i) a prestação máxima por pessoa representa, sensivelmente, um a dois quartos do limiar de pobreza, pelo que muitos pobres não são elegíveis para a medida ii) é uma prestação que exige que os indivíduos se candidatem e muitos não o fazem, por motivos vários iii) implica cumprir programas de inserção, algo que, por vezes, se traduz no não acesso ou na exclusão por incumprimento e iv) as mudanças legislativas aplicadas à medida têm-na complexificado burocraticamente, dificultado o acesso e reduzindo os montantes das prestações paga.

Acrescente-se que esta medida de apoio social exclui os indivíduos que não cumprem as obrigações contratualizadas, pelo que, por um motivo ou outro, não compreende todos os indivíduos em condições financeiras de dela usufruir. Saliencia-se, igualmente, o facto de, por opções políticas nacionais, tem sofrido, ao longo dos anos, alterações legislativas com impacto na elegibilidade dos indivíduos, o que, por sua vez, faz com que a evolução dos seus dados não corresponda à realidade da sociedade. Apesar destas limitações, o RSI tende a ser utilizado como indicador de pobreza por apresentar dados para o conjunto do território com um elevado nível de desagregação e com uma periodicidade mensal (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).

No período 2012-2022 registamos duas fases distintas: uma entre 2012 e 2017 com valores entre 5 000 e 6 500 agregados familiares e a fase seguinte de permanente descida, atingindo-se 3 775 agregados em dezembro de 2022.

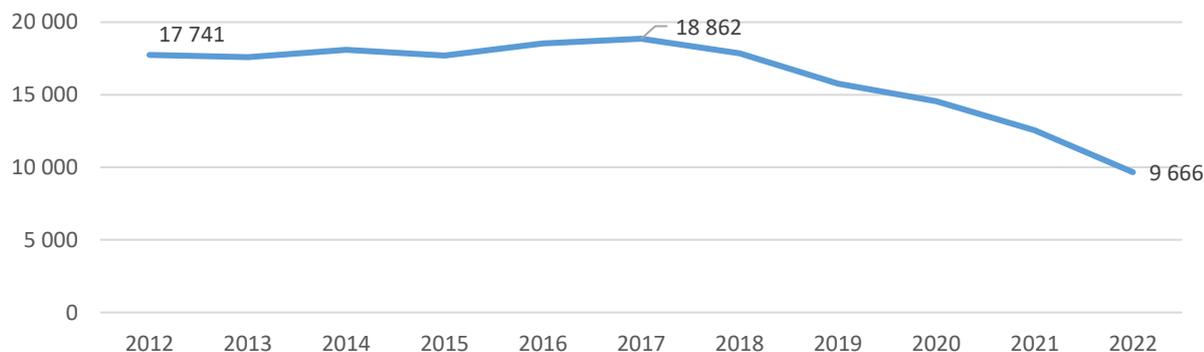
**Gráfico 57 - Evolução do número de titulares (agregados familiares) beneficiários do RSI Açores 2012 – 2022<sup>27</sup>**



Fonte: ISSA e Portal da Segurança Social.

Como se pode observar no gráfico abaixo, entre os anos de 2012 e 2017, o número de beneficiários situa-se entre 17 000 e quase 19 000. Desde então tem-se vindo a registar uma permanente descida, situando-se em 9 666 em dezembro de 2022, menos 9 196 beneficiários, equivalendo a uma redução de cerca de 49% no período 2017-2022.

**Gráfico 58 - Evolução do número de beneficiários do RSI Açores 2012 – 2022<sup>28</sup>**



Fonte: ISSA e Portal da Segurança Social.

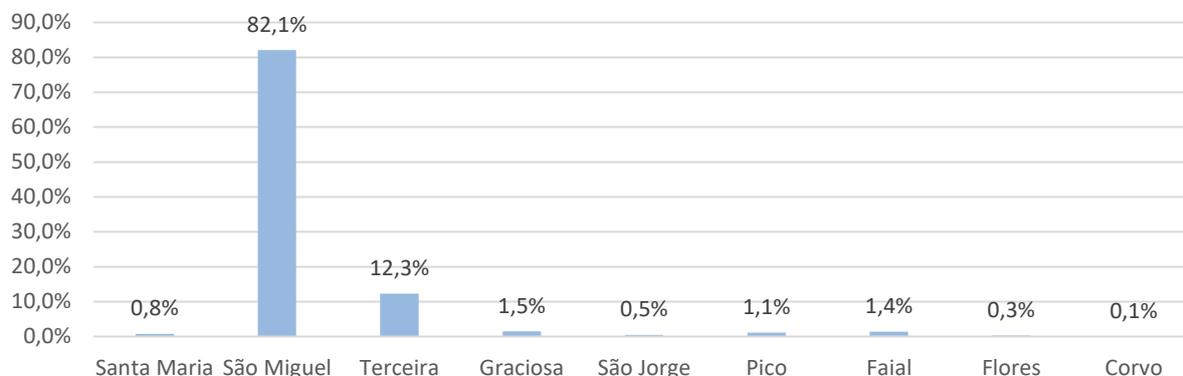
Analisando a distribuição dos beneficiários, na RAA, observam-se diferenças muito acentuadas entre as ilhas. Desde logo, 82,1% dos beneficiários estão concentrados numa ilha, São Miguel, com cerca de 56% da população total de residentes no arquipélago. A única outra ilha em que a percentagem de beneficiários tem algum significado é a ilha Terceira, com 12,3%. Ainda assim, a

<sup>27</sup> Dados a dezembro de cada ano.

<sup>28</sup> Dados a dezembro de cada ano.

percentagem de beneficiários residentes na Terceira é substancialmente inferior ao seu peso na população residente no arquipélago (22,5%). O peso das restantes ilhas no total dos beneficiários é inferior a 1,5%.

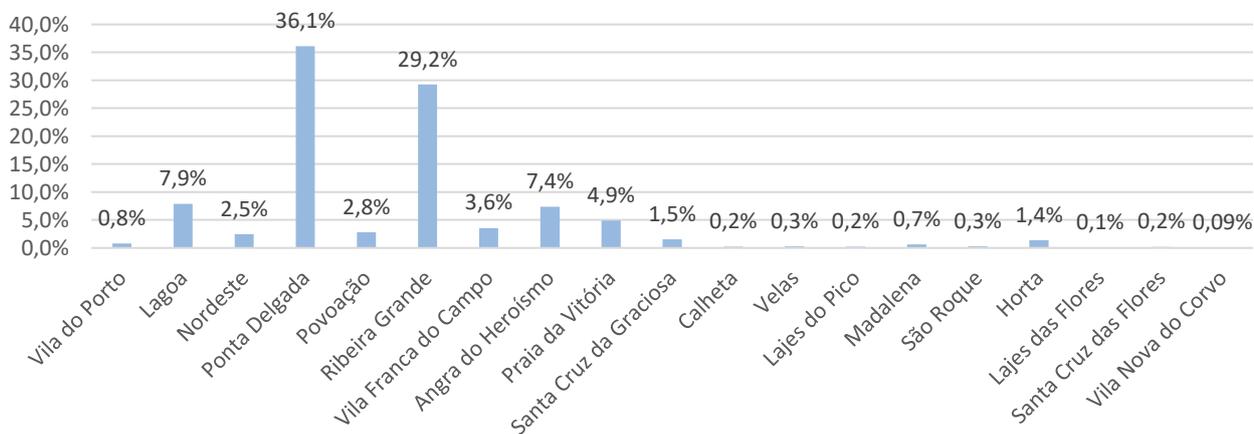
**Gráfico 59 – Percentagem de beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários Açores – dezembro 2022**



Fonte: ISSA

Os concelhos de Ponta Delgada (36,1%) e Ribeira Grande (29,2%) concentram 65,3% do total de beneficiários da Região, seguindo-se os concelhos de Angra do Heroísmo (7,4%), Lagoa (7,9%) e Praia da Vitória (4,9%).

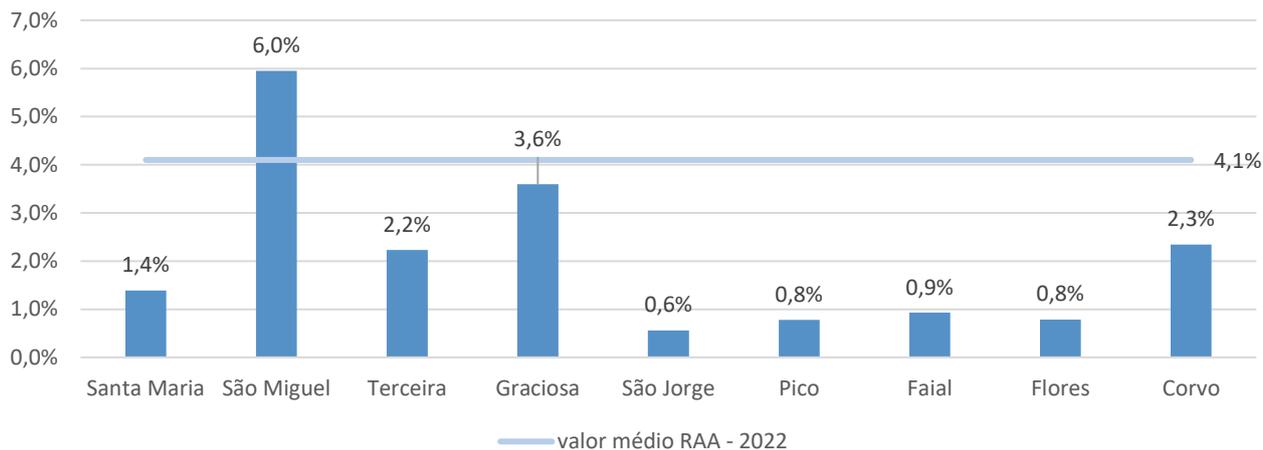
**Gráfico 60 – Proporção de beneficiários do RSI, por concelho, face ao total de beneficiários Açores - dezembro 2022**



Fonte: ISSA

Numa análise por ilha, verifica-se que 6,0% da população da ilha de São Miguel era beneficiária do RSI, seguindo-se a ilha Graciosa com 3,6%. Todas as outras ilhas apresentam taxas inferiores à média regional, de 4,1%.

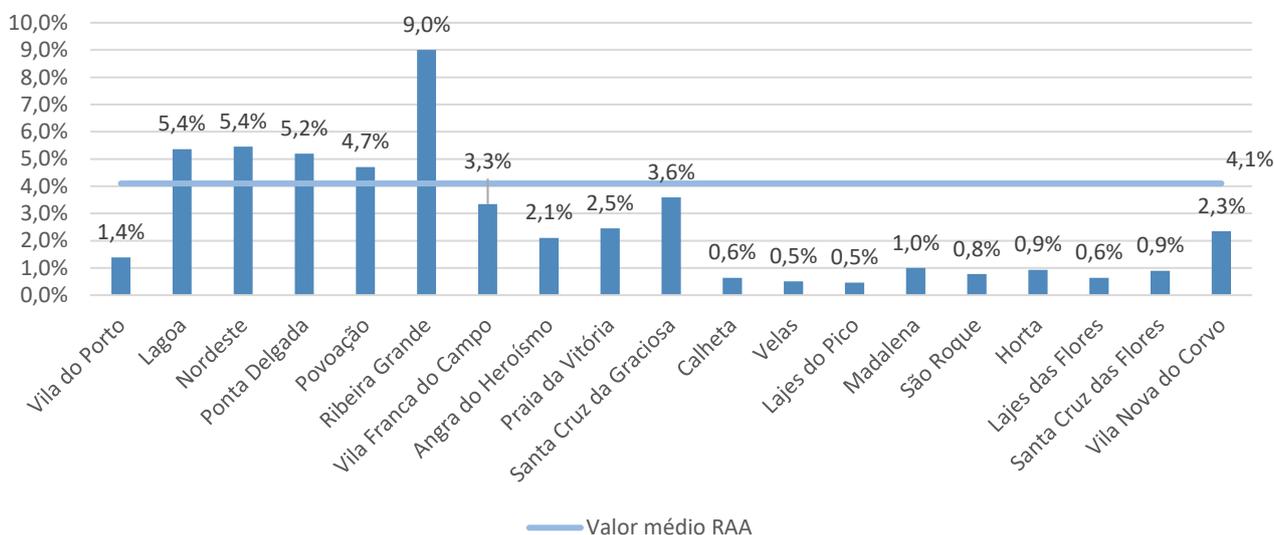
**Gráfico 61 - Beneficiários do RSI face à população residente, por ilha - Açores 2022 (%)**



Fonte: ISSA; Censos 2021.

Estamos, portanto, perante um cenário, no que se refere à proporção de beneficiários do RSI face à população residente, que varia entre os 0,5% de Lajes do Pico e Velas e os 9,0% de Ribeira Grande, constatando-se que todos os concelhos com valor acima da média da RAA (4,1%) se situam em São Miguel.

**Gráfico 62 – Percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por concelho Açores - dezembro 2022**

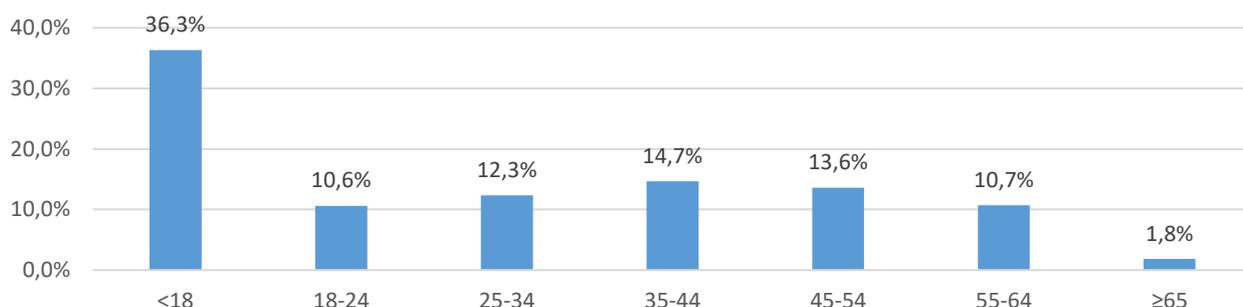


Fonte: ISSA; Censos 2021.

Analisam-se, de seguida, algumas informações relativas às crianças<sup>29</sup>, considerando, conforme já demonstrado, a particular vulnerabilidade à pobreza deste grupo etário em Portugal. Naturalmente que esta distribuição acompanha a tendência global no que se refere à repartição geográfica dos beneficiários, conforme se infere dos dados constantes nos gráficos seguintes.

Observa-se que 36,3% dos beneficiários do RSI têm idades inferiores a 18 anos, seguindo-se o escalão etário 35-44 anos, representando 14,7% do total.

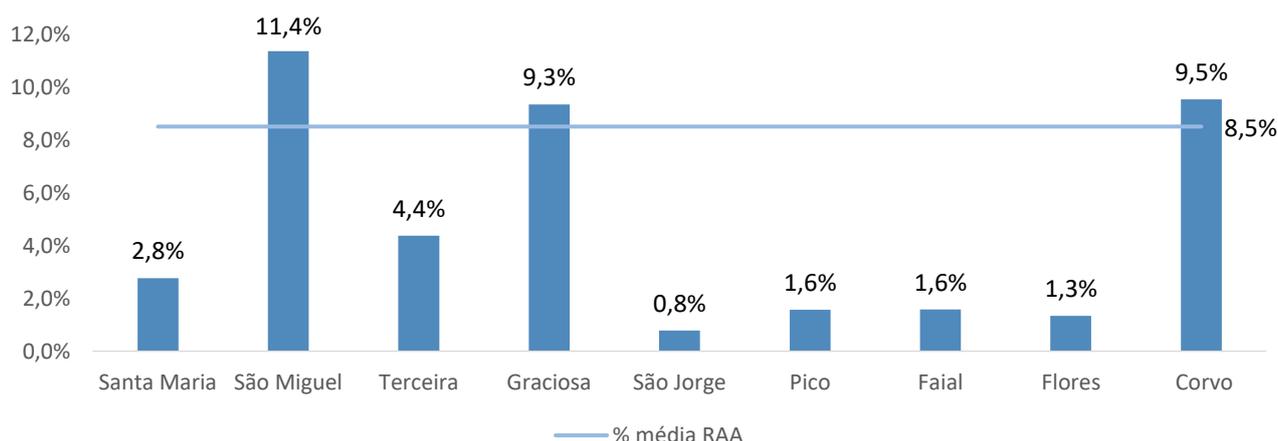
**Gráfico 63 - Beneficiários do RSI, por grupo etário - Açores - dezembro 2022 (%)**



Fonte: ISSA.

Mais uma vez, é a ilha de São Miguel (11,4%) que apresenta a mais elevada percentagem de beneficiários menores de 18 anos em relação à população situada nessa faixa etária, seguindo-se a ilha Graciosa (9,3%). É o valor de São Miguel que influencia, de forma significativa, a média regional (8,5%).

**Gráfico 64 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por ilha – Açores - dezembro 2022**

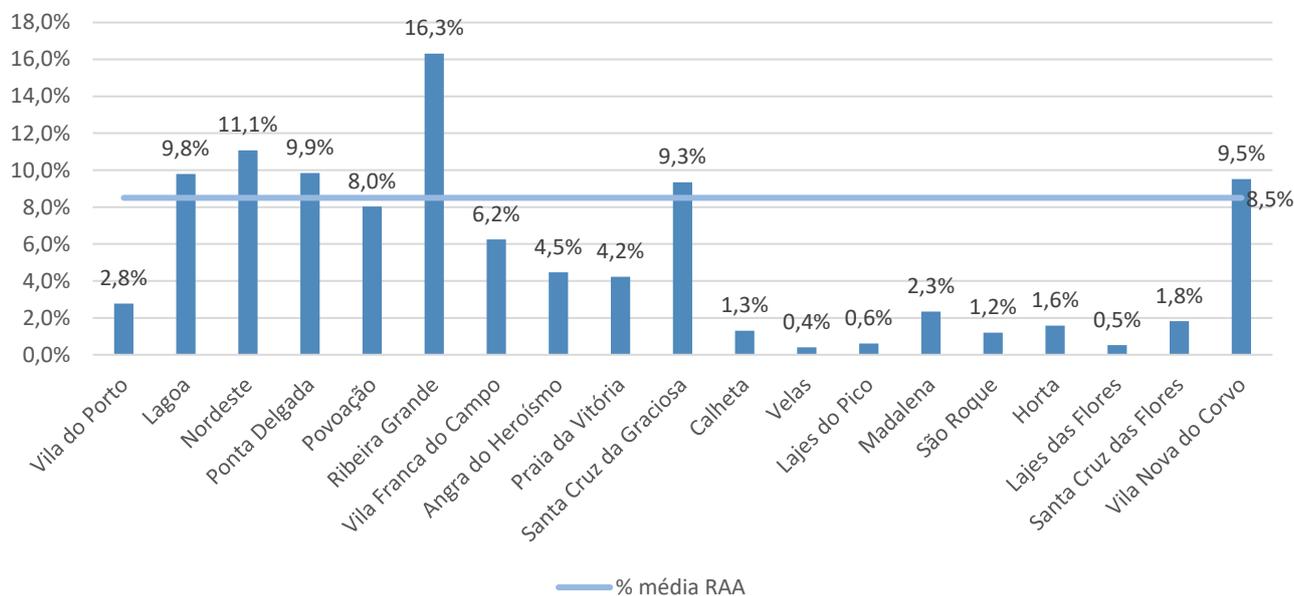


O concelho de Ribeira Grande apresenta a maior percentagem de crianças (0-17 anos) beneficiárias face à população total com a mesma idade (16,3%), seguindo-se os concelhos de

<sup>29</sup> Usou-se aqui a definição de criança das Nações Unidas: indivíduos com idade inferior a 18 anos.

Nordeste (11,1%), Ponta Delgada, Lagoa e Santa Cruz da Graciosa e Vila Nova do Corvo, sendo que a média regional é de 8,5%

**Gráfico 65 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por concelho - Açores - dezembro 2022**



Fonte: ISSA.

De acordo com os dados disponíveis (ISSA, Sínteses mensais), verifica-se que, do total de beneficiários existentes, em dezembro de 2022 (9 666), 2 506 (cerca de 26%) auferem rendimentos (de todo o tipo), sendo que 26,5% auferem rendimentos do trabalho.<sup>30</sup>

*Esta situação não pode ser dissociada de três questões particulares. Em primeiro lugar, o facto de a condição de beneficiário estar associada a um rendimento abaixo do limiar da pobreza, algo que significa poucos ou nenhuns rendimentos (do trabalho ou outros). Em segundo, por apresentarem menos de 18 anos, estes beneficiários (36,3%) não estão integrados no mercado de trabalho. É muito provável que o facto de existir um número considerável de beneficiários que apresenta rendimentos resulte da conjugação de rendimentos de trabalho (baixos e precários) com contextos familiares numerosos (Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, Diagnóstico).*

Quando consideramos o número de beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa, verificamos que os Açores apresentam uma taxa muito superior à média nacional, de 70,2%, e 28,9%, respetivamente. Assinale-se, no entanto, uma descida de 40,5 pontos entre 2018 e 2022.

<sup>30</sup> Tendo por base o número total de beneficiários com rendimentos. O valor é de 6,9% tendo por base o número total de Beneficiários (ISSA, Síntese Mensais).

**Gráfico 66 - Beneficiários do rendimento social de inserção, por 1000 habitantes em idade ativa, por local de residência, 2018 – 2022 (%o)**



Fonte: INE.

Já a análise do valor da prestação mensal, por agregado, mostra que os Açores apresentavam (dezembro de 2022) 277,4 euros, sendo de 86,2 euros por beneficiário, a menor, por regiões/distritos do país.<sup>31</sup> Ou seja, o valor por beneficiário nos Açores é baixo no contexto nacional. Aliás, esta é uma das características que concorre para explicar o elevado número de beneficiários na Região. Como o acesso à medida é estipulado em função do rendimento do agregado, os agregados maiores com rendimentos baixos têm maiores probabilidades de reunir as condições de ingresso na medida. Tal deve-se à dimensão das famílias beneficiárias e à distribuição dos beneficiários por tipo de família.

Outro indicador que permite, simultaneamente, relacionar a pobreza e o apoio social do Estado é o Complemento Solidário para Idosos (CSI), criado pelo Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de dezembro. Introduzido em 2006, aplicou-se, nesse ano, às pessoas com idade igual ou superior a 80 anos. Em 2007, o limite inferior de idade passou para os 70 anos e, em 2008, para os 65. Estas alterações não devem ser ignoradas numa análise da evolução do número de beneficiários.

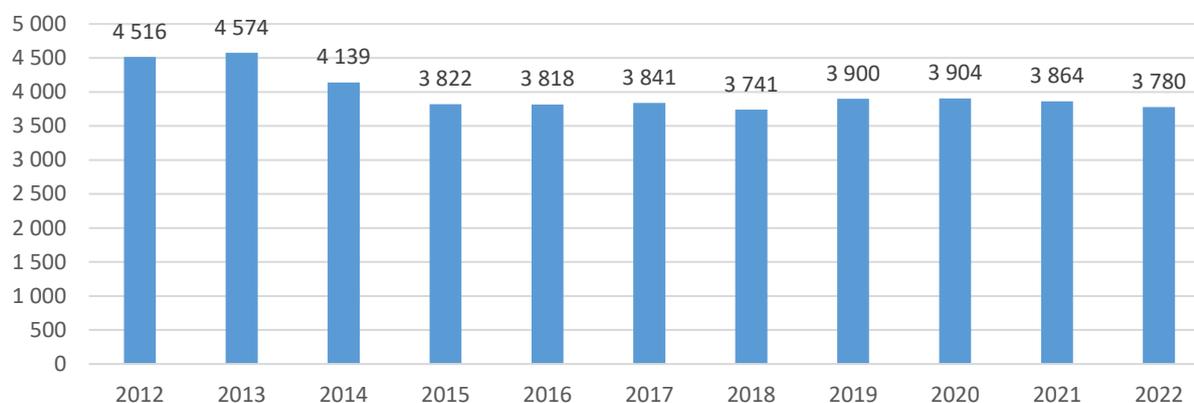
É um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e quatro meses (2022) e residentes em Portugal. Encontram-se, também, abrangidos por esta medida os titulares da Pensão de Invalidez do Regime Geral e Pensão de Invalidez Social do Regime Especial de Proteção na Invalidez, que não sejam titulares da Prestação Social para a

<sup>31</sup> Fonte: Segurança Social, Estatísticas.

Inclusão. O CSI traduz-se numa prestação, paga em dinheiro, para os estratos da população idosa com menores rendimentos, que visa atenuar as situações de maior carência.

No ano de 2012 existiam na Região 4 516 beneficiários do CSI, registando-se, no período em análise (2012-2022), o valor mais baixo no ano de 2018 (3 741), descendo para 3 780 no ano de 2022.

**Gráfico 67 – Evolução do número de beneficiários do CSI, Açores 2012-2022**

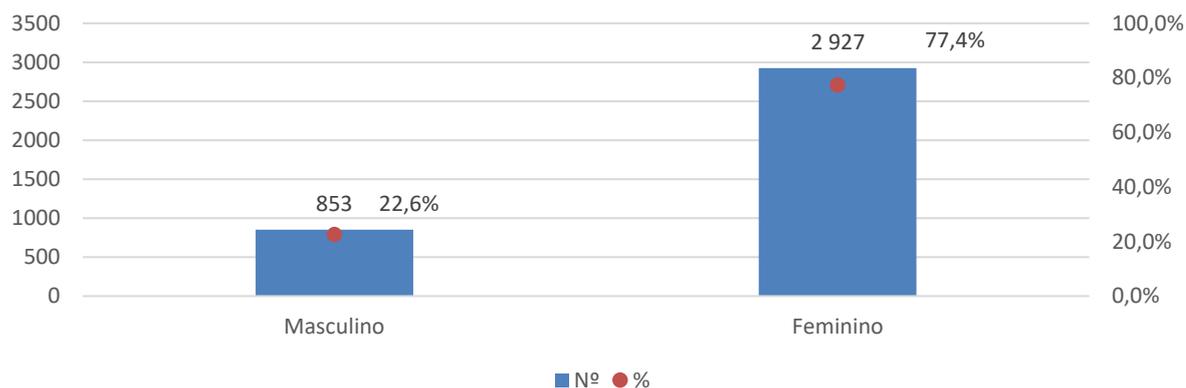


Fonte: Portal da Segurança Social.

Uma análise por género permite verificar que 77,4% dos beneficiários do CSI são mulheres. Tal facto deve-se, em primeiro lugar, à maior longevidade das mulheres. Contudo, um outro fator muito relevante diz respeito à baixa taxa de atividade feminina que, até recentemente, se registou nos Açores. A literatura existente sobre a pobreza nos Açores levanta um terceiro fator a ter em conta: as mulheres que trabalham têm, com mais frequência que os homens, empregos de menor qualidade, com salários mais baixos, com maior precariedade e sem descontos para o sistema de Segurança Social.

Muitas mulheres não fizeram qualquer contribuição para o sistema de pensões, ou fizeram uma contribuição reduzida, pelo que, quando atingem a idade da reforma, são elegíveis para esta medida de apoio social.

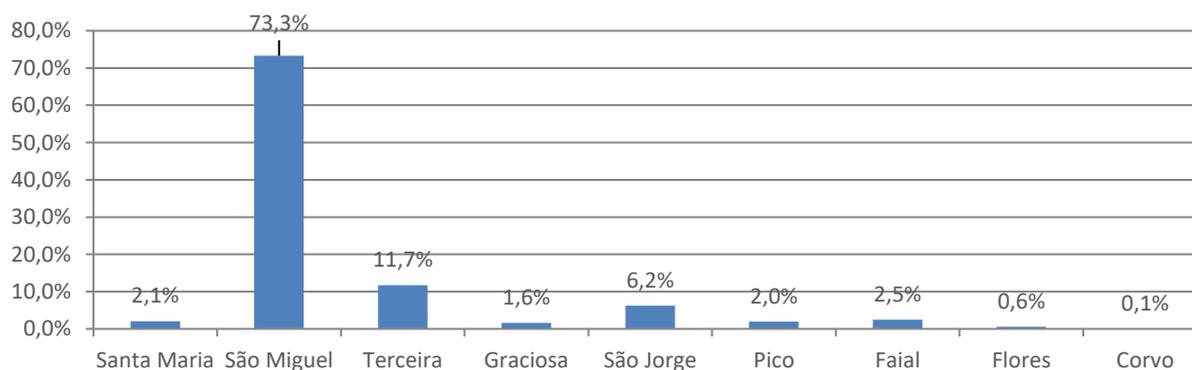
**Gráfico 68 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por sexo, Açores 2022**



Fonte: Portal da Segurança Social

A distribuição dos beneficiários do CSI concentra-se, maioritariamente, na ilha de São Miguel, com um total de 2 771, cerca de 73% do total dos Açores, seguindo-se a ilha Terceira com 443 (11,7%) e São Jorge com 236 (6,2%). As ilhas das Flores e do Corvo têm apenas 21 e dois beneficiários, respetivamente.

**Gráfico 69 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por ilha, Açores 2022**

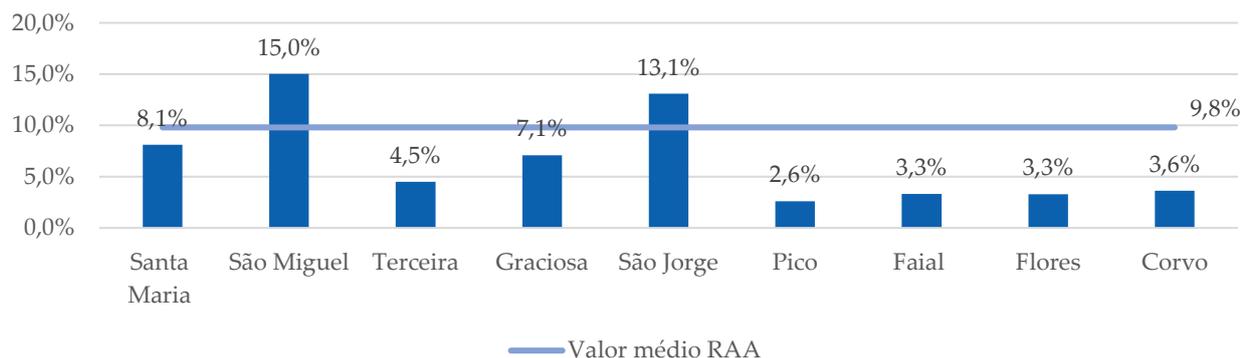


Fonte: ISSA.

Verifica-se que, nos Açores, 9,8% da população com idade  $\geq 66$  anos, usufrui de CSI. Analisando os dados por ilha, evidencia-se que a ilha de São Miguel é a que tem uma maior proporção de pensionistas<sup>32</sup> a usufruir deste complemento (15,0%), seguindo-se a ilha de São Jorge, com 13,1%. As restantes ilhas apresentam valores inferiores à média dos Açores, oscilando entre 2,6% na Ilha do Pico e 8,1% em Santa Maria.

<sup>32</sup> Considera-se para efeitos deste cálculo como "pensionista" a população com  $\geq 66$  anos de idade. Foram excluídos para este cálculo, os beneficiários do CSI com menos de 65 anos de idade.

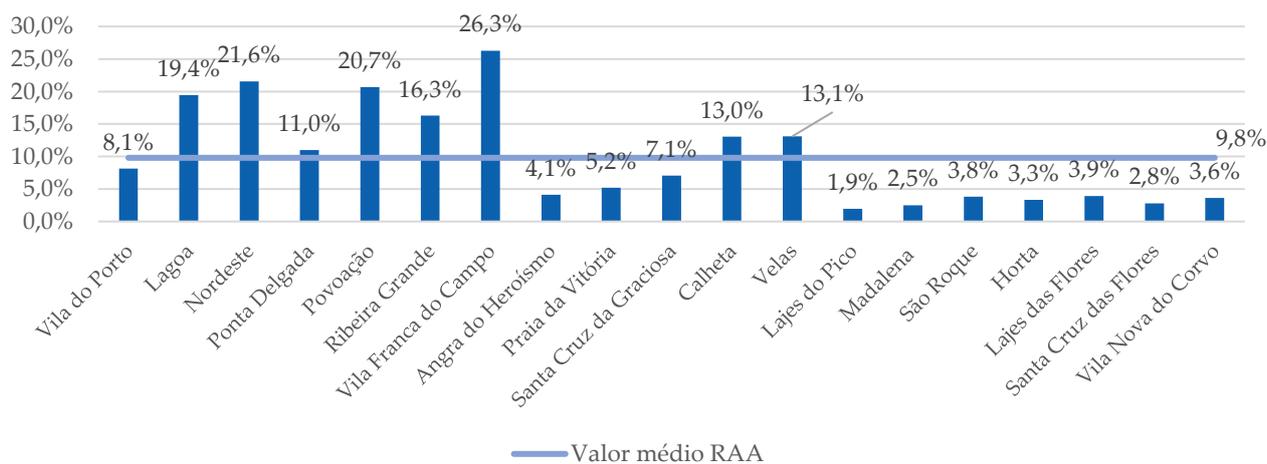
**Gráfico 70 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos<sup>33</sup>, por ilha, Açores 2022**



Fonte: Censos 2021; ISSA.

Conforme se verifica no gráfico 69, a percentagem de beneficiários do CSI face à população com idade ≥66 anos, varia de forma muito significativa entre concelhos, apresentando o valor mais baixo no de Lajes do Pico (1,9%) e o mais elevado no de Vila Franca do Campo (26,3%). Os concelhos com maiores percentagens de beneficiários situam-se na ilha de São Miguel.

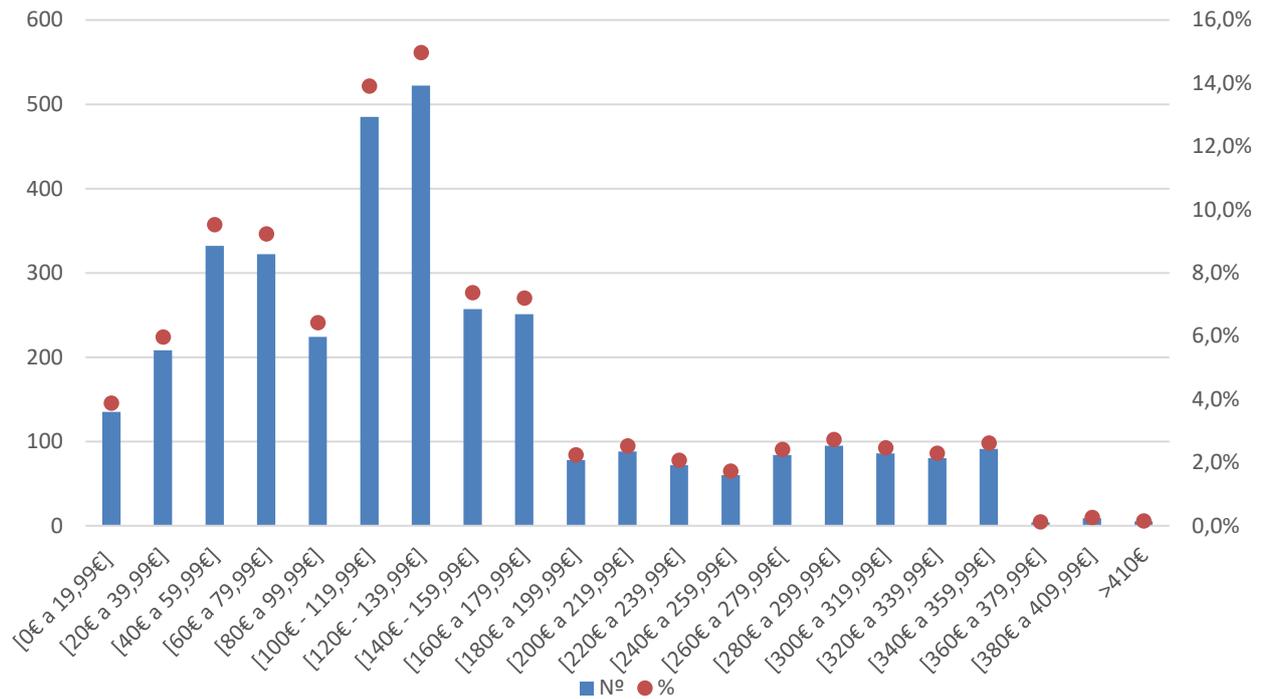
**Gráfico 71 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos, por concelho Açores 2022**



Quanto ao valor da prestação mensal, observa-se que 35,0% dos beneficiários dispõem de um complemento até 99,99€; 45,7% entre 100€ e 199,99€; 11,4% entre 200 e 299,99€ e 7,9% auferem de um complemento igual ou superior a 300€ mensais, o que revela que os mesmos se encontram numa situação socioeconómica precária. O valor modal (15,0%) situa-se no escalão entre 120,0€ e 139,99€.

<sup>33</sup> A população ≥66 anos de idade reporta-se aos Censos 2021.

**Gráfico 72 – Distribuição dos beneficiários, do CSI, por valor (intervalos) da prestação mensal, Açores - dezembro 2022**

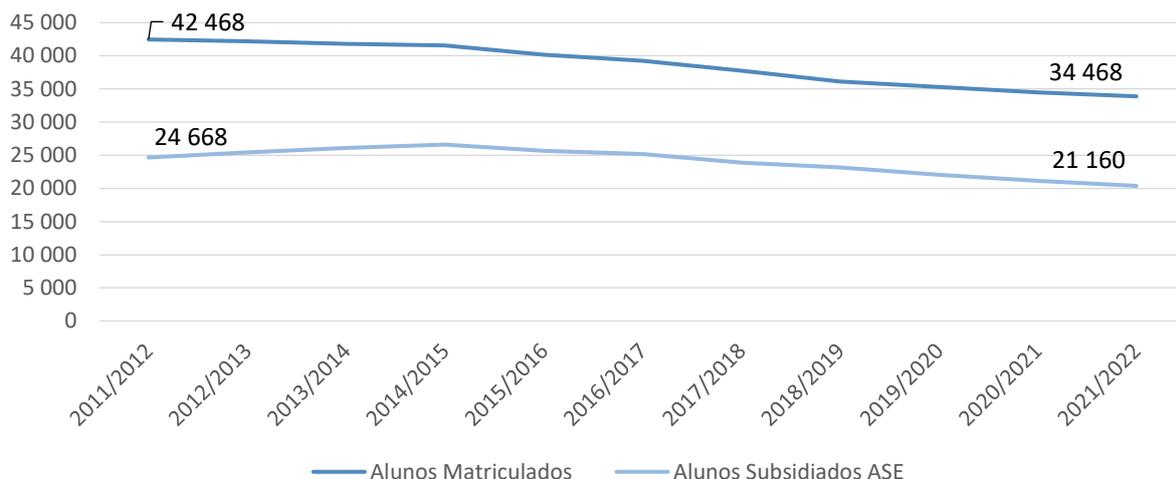


Fonte: ISSA.

Saliente-se que cerca de 8% beneficiam de mais de 300 euros/mensais, revelador da sua situação socioeconómica precária. Tal facto não dever ser alheio às questões de género a que se tem vindo a aludir.

De seguida, apresentam-se outras medidas de apoio social que, à semelhança do RSI e do CSI contribuem para a compreensão do fenómeno da pobreza na RAA. Um desses indicadores é a Ação Social Escolar (ASE). No ano letivo, 2021/2022, beneficiaram deste apoio um total de 21 160 alunos, o que representa 61,4% do total de alunos matriculados. Este valor representa um incremento de 3,3 p.p. em relação ao ano de 2011/12 no que se refere à proporção de alunos beneficiários da ASE no total de alunos.

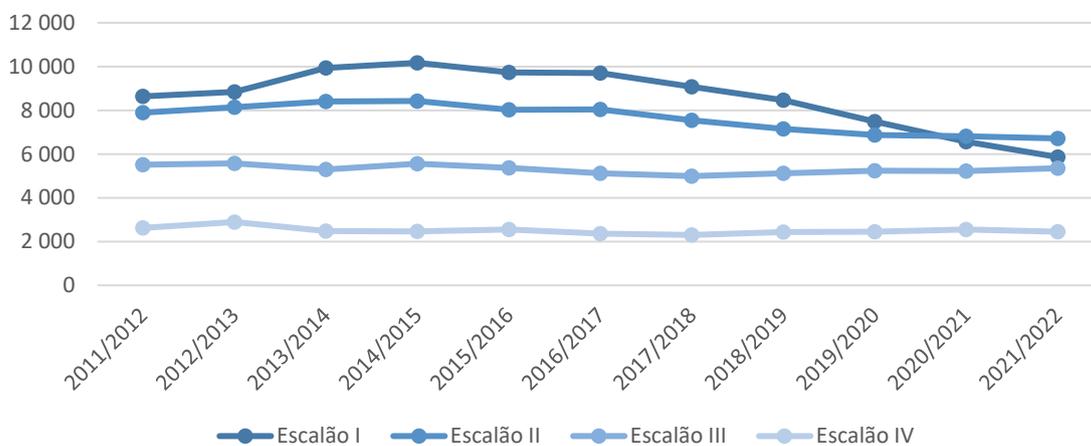
**Gráfico 73 - Evolução do número de alunos matriculados e alunos subsidiados pela Ação Social Escolar (ASE), por ano letivo - Açores**



Fonte: SREAC.

Conforme se pode observar no gráfico abaixo, o número de alunos beneficiários da ASE inseridos no 1º escalão de rendimentos manteve uma tendência de descida a partir do ano letivo 2016/17, sendo que os 3º 4º escalões mantiveram valores sem alterações significativas.

**Gráfico 74 - Evolução do número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, por ano letivo e por escalão - Açores**



Fonte: SREAC.

Na tabela abaixo indica-se os valores de referência per capita que enquadram os apoios concedidos pela Ação Social Escolar.

**Quadro 28 - Valores de referência (per capita), segundo o escalão de Ação Social Escolar (ASE) Açores 2022**

Escalões	% sobre a remuneração mínima mensal (r.m.m.g.) da R.A. Açores	Valores atuais (2022)
Escalão I	até 25% da r.m.m. da RAA	até 174,56€
Escalão II	entre 25,01% e 35% da r.m.m. da RAA	de 174,57€ a 244,39€
Escalão III	entre 35,01% e 45% da r.m.m. da RAA	de 244,40€ a 314,21€
Escalão IV	entre 45,01% e 60% da r.m.m. da RAA	de 314,22€ a 418,95€
Escalão V	mais de 60% da r.m.m. da RAA	mais de 418,95€

Fonte: SREAC: Decreto Legislativo Regional nº18/2007-A de 19 de julho de 2007

Para além das medidas acima apresentadas que permitem, simultaneamente, caracterizar a pobreza e os apoios sociais disponíveis na RAA, aos indivíduos com rendimentos mais baixos é disponibilizado um conjunto de complementos às prestações nacionais da Segurança Social, assegurado pelo orçamento regional e que mitiga a intensidade da pobreza. Referimo-nos ao acréscimo ao salário mínimo (Retribuição Mínima Mensal Garantida - RMMG); Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens (CAAFJ); Complemento Regional de Pensão (CRP) e Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID), os quais se apresentam à frente.

O Decreto Legislativo Regional nº 1/2000/A, de 12 de janeiro, instituiu na RAA um acréscimo de 5% face à Retribuição Mínima Mensal Garantida nacional. O valor para 2022, foi fixado em 740,25€, mais 5% do valor definido como salário mínimo a nível nacional de 705€ (Fonte: ISSA).

O Complemento Açoriano ao Abono de Família (CAAF) criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2008/A, de 24 de julho, tem como âmbito pessoal os residentes na RAA titulares de abono de família. O montante do complemento é fixado anualmente e abonado em 12 mensalidades, tendo um valor mensal que varia entre 3,72€ e 20,67€, tendo em conta a idade e o escalão de rendimentos dos beneficiários. Em 2022 beneficiaram deste complemento 34 720 crianças e jovens (Fonte: ISSA).

O Complemento Regional de Pensão (CRP) foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000/A, com a finalidade de compensar os baixos rendimentos dos pensionistas do regime geral de Segurança Social, residentes na RAA, que não beneficiaram com o desagravamento fiscal instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. O valor mensal do CRP varia entre 29,56€ e 84,54€ (2022) mensais, de acordo com o rendimento mensal dos pensionistas, conforme a tabela abaixo, sendo pago em 14 mensalidades. No ano de 2022 beneficiaram do CRP 32 591 pessoas (Fonte: ISSA).

Quadro 29 – Valor do Complemento Regional de Pensão, por escalão do rendimento mensal - 2022

Rendimento mensal <sup>[1]</sup>	Valor mensal
≤ 221,60€	84,54€
> 221,60€; ≤ 295,47€	73,31€
> 295,47€; ≤ 443,20€	67,40€
> 443,20 €; ≤ 640,87€	59,12€
> 640,87€; ≤ 669,23€	53,21€
> 669,23€; ≤ 708,23€	41,38€
(Pessoas com deficiência) > 708,23€; ≤ 1 722,28€	29,56€

Fonte: ISSA

O Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos vulgarmente conhecido por COMPAMID, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, destina-se especificamente à compra de medicamentos prescritos por receita médica pelo Serviço Regional de Saúde.

O COMPAMID beneficia os pensionistas residentes na Região Autónoma dos Açores, com idade igual ou superior a 65 anos ou que, independentemente da sua idade, sejam titulares de prestação social para a inclusão cujo grau de incapacidade atribuído por atestado médico multiusos seja igual ou superior a 80% ou de pensões de invalidez, e que auferam um rendimento *per capita* que não ultrapasse anualmente catorze vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, apurado de acordo com a última declaração de IRS disponível.

Têm direito ao COMPAMID as pessoas que se enquadram nos critérios acima definidos e cujo rendimento anual seja inferior a 10 363,50€. O valor anual deste complemento é de 504,23€, tendo beneficiado do mesmo, 25 689 pessoas no ano de 2022 (Fonte: ISSA).

Aborda-se de seguida os apoios concedidos pelo Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA) designados por *Subsídios de Precariedade Económica (SPE)*, os quais constituem uma prestação pecuniária de ação social que visa prestar auxílio a pessoas e famílias em situação de carência financeira, enquadrando-se nas áreas referidas abaixo:

**Carência social ou cooperação familiar:** Alimentação, despesas fixas regulares, tais como água, eletricidade, gás e aquisição de eletrodomésticos de primeira necessidade em situações urgentes;

**Ajudas técnicas:** Aquisição de óculos, aparelhos ortodônticos, ligas elásticas, cadeiras de banho, cadeiras de rodas, andarilhos, colchões anti escaras, suportes de apoio para banho e outros aparelhos na área da pessoa com deficiência;

[1] São considerados para efeitos de benefício do CRP apenas o somatório do valor das pensões.

**Habitação:** apoio económico para comparticipação de rendas habitacionais ou pagamento eventual da prestação mensal do empréstimo bancário;

**Comunidades terapêuticas:** Comparticipação de despesas relacionadas com internamento de jovens ou adultos em instituições vocacionadas para tratamento de toxicodependentes/tratamento psíquico;

**Acolhimento familiar:** Atribuição de apoio económico para despesas relacionadas com acolhimento de crianças, jovens e idosos;

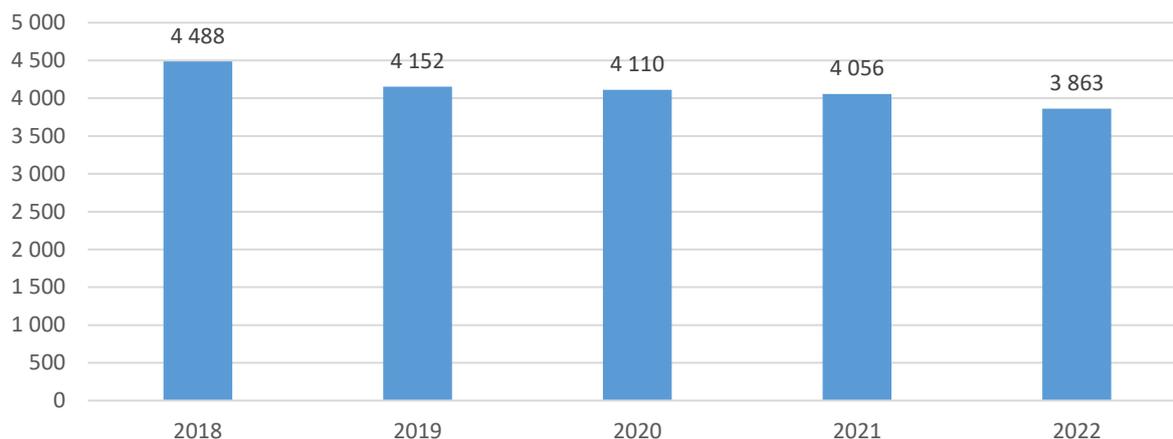
**Ação médico-social:** Comparticipação económica para despesas relacionadas com aquisição de medicação, consultas e exames médicos a título excecional e apenas quando a urgência da situação não se coaduna com a tempo de resposta do Serviço Regional de Saúde;

**Outros:** Despesas com transportes (passes para deslocação para frequência de cursos profissionais antes do primeiro pagamento da bolsa de formação; transferência de crianças e jovens para instituições de acolhimento fora da ilha de residência; passes para garantir as visitas parentais a crianças acolhidas; deslocações na ilha por motivos de saúde e em situações excecionais, etc.).

Estas prestações são normalmente atribuídas pelos técnicos do ISSA da área de residência dos utentes, destinadas, sobretudo, a satisfazer necessidades básicas das pessoas e das famílias mais carenciadas e a suprir necessidades de apoio eventual.

No período 2018-2022, o número de agregados familiares apoiados no âmbito da *precaridade económica* registou uma tendência de descida, sendo de 3 863 no ano de 2022, menos 625 (-13,9%) do que em 2018. Esta situação deve-se, em parte, ao incremento de postos de trabalho em setores de atividade relacionados com o turismo, hotelaria e restauração, bem como a atribuição de outras prestações sociais /majorações, por exemplo, prestação social para inclusão; majorações de abono de família; complemento regional de pensão, COMPAMID, apoios económicos ao pagamento de renda habitacional e outras despesas por parte das autarquias, Governo Regional e Governo da República, nomeadamente a *Garantia para a Infância*.

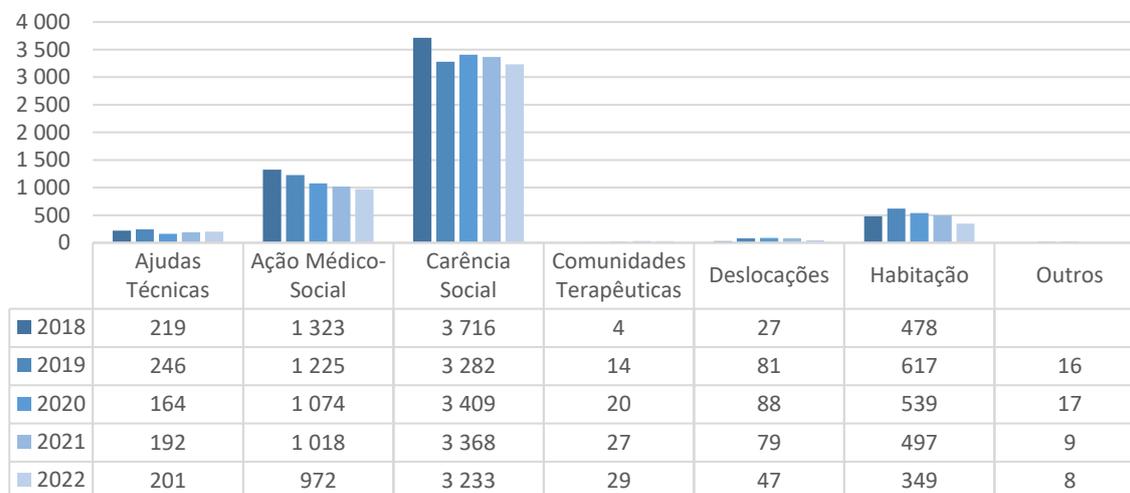
**Gráfico 75 – Agregados familiares apoiados com subsídios de precaridade económica<sup>34</sup>  
Açores 2018-2022**



Fonte: ISSA.

É sobretudo no âmbito da *carência social* que se regista o maior número de agregados familiares apoiados, seguindo-se a *ação médico-social* e os apoios para *habitação*. À exceção do apoio para a frequência de *comunidades terapêuticas*, verificou-se uma redução no número de agregados apoiados no âmbito das restantes tipologias.<sup>35</sup>

**Gráfico 76 – Agregados familiares apoiados com subsídios de precaridade económica, por tipologia do apoio, Açores 2018-2022**



Fonte: ISSA.

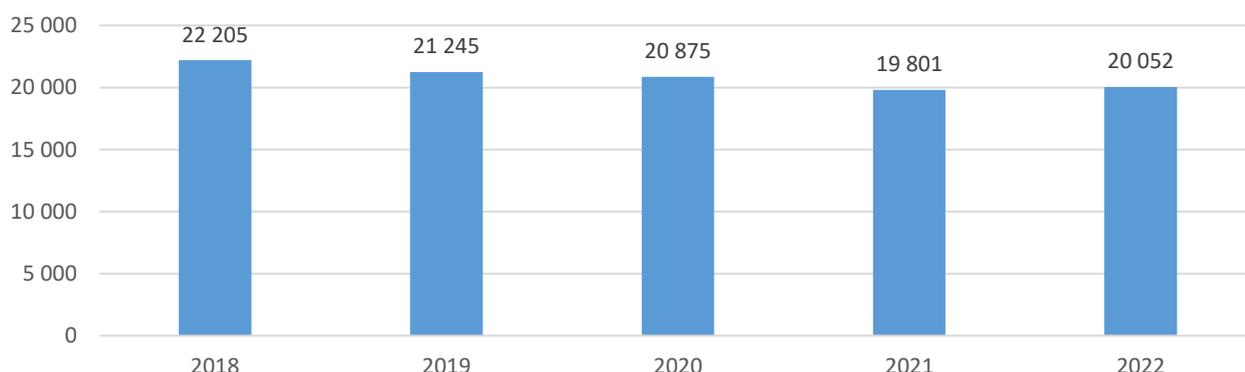
Como se pode constatar no gráfico abaixo, o número total de “subsídios”<sup>36</sup> concedidos foi de 20 052 no ano de 2022, menos cerca de 2 150 do que no início do período em análise.

<sup>34</sup> Não inclui apoios no âmbito de *Medidas em Meio Natural de Vida e Acolhimento Familiar (MMNV/AF)*.

<sup>35</sup> O mesmo agregado familiar pode ser apoiado em mais do que uma tipologia/rubrica.

<sup>36</sup> Neste caso, o número de subsídios refere-se ao número de pagamentos.

**Gráfico 77 – Nº total de subsídios atribuídos no âmbito da precaridade económica  
Açores 2018-2022**



Fonte: ISSA.

Nos dois quadros abaixo, discrimina-se, por concelho e por ilha, o número total de apoios concedidos no âmbito das principais tipologias: *ação médico-social*, *carência social*, *habitação* e *comunidades terapêuticas*.

Como vimos atrás, o maior número de famílias apoiadas são no âmbito da *carência social* e, conseqüentemente, foram concedidos o maior número de apoios – 14 929 no ano de 2022, menos do que em 2018, mas mais do que em 2021. É na ilha de São Miguel que se constata o maior número de subsídios concedidos.

**Quadro 30 - Nº total de apoios atribuídos no âmbito da precaridade económica, por tipologia e por concelho e ilha, Açores 2018-2022**

Concelho/Ilha	Ação médico social					Carência social				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Vila do Porto	172	172	174	149	152	147	145	195	221	238
<b>Santa Maria</b>	<b>172</b>	<b>172</b>	<b>174</b>	<b>149</b>	<b>152</b>	<b>147</b>	<b>145</b>	<b>195</b>	<b>221</b>	<b>238</b>
Lagoa	199	140	188	193	321	713	538	610	590	694
Nordeste	48	30	39	43	38	187	171	142	153	320
Ponta Delgada	1 941	1 828	1 719	1 738	1 643	5 996	5 471	5 749	5 497	5 175
Povoação	332	297	261	199	137	670	692	699	738	1 028
Ribeira Grande	576	516	445	432	296	1 540	1 461	1 483	1 399	1 495
Vila Franca do Campo	88	113	94	124	160	240	276	253	207	199
<b>São Miguel</b>	<b>3 184</b>	<b>2 924</b>	<b>2 746</b>	<b>2 729</b>	<b>2 595</b>	<b>9 346</b>	<b>8 609</b>	<b>8 936</b>	<b>8 584</b>	<b>8 911</b>
Angra do Heroísmo	272	242	137	125	167	2 635	2 194	2 141	2 027	2 372
Praia da Vitória	325	285	184	182	129	2 039	1 633	1 632	1 575	1 664
<b>Terceira</b>	<b>597</b>	<b>527</b>	<b>321</b>	<b>307</b>	<b>296</b>	<b>4 674</b>	<b>3 827</b>	<b>3 773</b>	<b>3 602</b>	<b>4 036</b>
Santa Cruz da Graciosa	41	15	30	38	7	286	245	230	241	242
<b>Graciosa</b>	<b>41</b>	<b>15</b>	<b>30</b>	<b>38</b>	<b>7</b>	<b>286</b>	<b>245</b>	<b>230</b>	<b>241</b>	<b>242</b>
Calheta	70	53	48	31	20	101	139	183	143	160

	Ação médico social					Carência social				
Velas	54	73	75	65	66	127	140	290	252	219
<b>São Jorge</b>	<b>124</b>	<b>126</b>	<b>123</b>	<b>96</b>	<b>86</b>	<b>228</b>	<b>279</b>	<b>473</b>	<b>395</b>	<b>379</b>
Lajes do Pico	82	28	48	15	12	99	148	92	102	100
Madalena	33	57	31	33	35	162	186	241	219	299
São Roque	21	28	24	21	31	75	103	137	134	132
<b>Pico</b>	<b>136</b>	<b>113</b>	<b>103</b>	<b>69</b>	<b>78</b>	<b>336</b>	<b>437</b>	<b>470</b>	<b>455</b>	<b>531</b>
Horta	112	140	180	107	111	732	415	631	495	506
<b>Faial</b>	<b>112</b>	<b>140</b>	<b>180</b>	<b>107</b>	<b>111</b>	<b>732</b>	<b>415</b>	<b>631</b>	<b>495</b>	<b>506</b>
Lajes das Flores	10	7	2	2	1	27	48	29	10	25
Santa Cruz das Flores	42	23	31	25	34	37	17	41	26	42
<b>Flores</b>	<b>52</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>27</b>	<b>35</b>	<b>64</b>	<b>65</b>	<b>70</b>	<b>36</b>	<b>67</b>
Vila Nova do Corvo	0	0	0	0	0	55	65	71	55	19
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>55</b>	<b>65</b>	<b>71</b>	<b>55</b>	<b>19</b>
<b>Açores</b>	<b>4 418</b>	<b>4 047</b>	<b>3 710</b>	<b>3 522</b>	<b>3 360</b>	<b>15 868</b>	<b>14 087</b>	<b>14 849</b>	<b>14 084</b>	<b>14 929</b>

Fonte: ISSA.

Para o mesmo período, o número de apoios desce no âmbito da *habitação*, mas sobe de forma expressiva no que concerne à ajuda à frequência de *comunidades terapêuticas*.

**Quadro 31 - Nº total de apoios atribuídos no âmbito da precaridade económica, por tipologia e por concelho e ilha, Açores 2018-2022**

Concelho/Ilha	Habitação					Comunidades terapêuticas				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Vila do Porto	155	100	105	69	62	0	0	0	0	0
<b>Santa Maria</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>105</b>	<b>69</b>	<b>62</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Lagoa	96	64	70	87	23	0	0	0	32	34
Nordeste	11	21	14	14	14	0	0	0	7	0
Ponta Delgada	569	1 206	459	433	255	11	28	67	91	88
Povoação	31	6	5	8	5	0	0	0	0	0
Ribeira Grande	66	94	89	87	56	0	1	7	2	17
Vila Franca do Campo	0	2	5	28	21	0	0	0	0	0
<b>São Miguel</b>	<b>773</b>	<b>1 393</b>	<b>642</b>	<b>657</b>	<b>374</b>	<b>11</b>	<b>29</b>	<b>74</b>	<b>132</b>	<b>139</b>
Angra do Heroísmo	152	121	71	64	78	0	34	43	37	18
Praia da Vitória	125	143	181	74	51	1	14	8	0	1
<b>Terceira</b>	<b>277</b>	<b>264</b>	<b>252</b>	<b>138</b>	<b>129</b>	<b>1</b>	<b>48</b>	<b>51</b>	<b>37</b>	<b>19</b>
Santa Cruz da Graciosa	15	22	56	71	34	0	0	3	0	0
<b>Graciosa</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>56</b>	<b>71</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Calheta	106	141	111	57	27	0	0	0	0	0
Velas	67	134	77	97	90	0	0	0	0	0
<b>São Jorge</b>	<b>173</b>	<b>275</b>	<b>188</b>	<b>154</b>	<b>117</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Lajes do Pico	34	48	87	39	53	0	0	0	0	0
Madalena	20	87	79	170	152	0	0	0	0	0
São Roque	21	122	111	98	63	0	0	0	0	0
<b>Pico</b>	<b>75</b>	<b>257</b>	<b>277</b>	<b>307</b>	<b>268</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Horta	92	195	213	172	171	0	0	0	1	11

	Habitação					Comunidades terapêuticas				
<b>Faial</b>	<b>92</b>	<b>195</b>	<b>213</b>	<b>172</b>	<b>171</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>11</b>
Lajes das Flores	5	13	5	11	5	0	0	0	0	0
Santa Cruz das Flores	38	46	54	22	48	0	0	0	0	0
<b>Flores</b>	<b>43</b>	<b>59</b>	<b>59</b>	<b>33</b>	<b>53</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Vila Nova do Corvo	13	13	2	6	0	0	0	0	0	0
<b>Corvo</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Açores</b>	<b>1 616</b>	<b>2 578</b>	<b>1 794</b>	<b>1 607</b>	<b>1 208</b>	<b>12</b>	<b>77</b>	<b>128</b>	<b>170</b>	<b>169</b>

Fonte: ISSA.

Importa conhecer qual o valor que cada agregado apoiado recebeu durante um ano. Conforme o quadro infra, 1 889 agregados, cerca de 50% do total de agregados, foram apoiados, num ano, com um montante igual ou inferior a 300,0€ sendo que 36% dos mesmos não receberam mais do que 200,0€ (ano de 2022). Cerca de 620 agregados (16%) foram apoiados em menos de 100,0€.

**Quadro 32 - Nº total de apoios atribuídos no âmbito da precaridade económica, por montante Açores 2018-2022**

Montante	2018	2019	2020	2021	2022	2022 (%)
<100€	1160	903	755	912	623	16%
100€ a 200€	989	920	920	808	775	20%
201€ a 300€	483	471	486	429	486	13%
301€ a 400€	351	297	292	298	329	9%
401€ a 500€	257	271	242	228	226	6%
501€ a 600€	202	195	199	188	181	5%
601€ a 700€	165	132	153	136	150	4%
701€ a 800€	131	145	147	142	150	4%
801€ a 900€	132	124	115	114	126	3%
901€ a 1000€	78	74	106	79	101	3%
1001€ a 1300€	208	188	238	213	224	6%
1301€ a 1600€	115	139	130	171	145	4%
1601€ a 1900€	82	101	98	98	110	3%
1901€ a 2200€	41	55	68	58	67	2%
2201€ a 2500€	29	37	41	50	45	1%
2501€ a 3000€	25	35	45	53	48	1%
> 3000€	3	3	0	2	3	0%
<b>Total</b>	<b>4451</b>	<b>4090</b>	<b>4035</b>	<b>3979</b>	<b>3789</b>	<b>100%</b>

Fonte: ISSA.

Para compreendermos melhor o impacto dos apoios concedidos às famílias em carência financeira, torna-se importante perceber quantas pessoas beneficiaram diretamente ou indiretamente dos mesmos. Assim, verifica-se que, dos 20 052 apoios concedidos em 2022, 8 854 (44,2%) beneficiaram uma pessoa, enquanto 21,4% beneficiaram duas, e 15,8% três, direta ou indiretamente. Apenas 8,6% auxiliaram cinco ou mais pessoas<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Exemplo: um apoio para aquisição de uma garrafa de gás beneficia todos os elementos do agregado familiar. Um apoio para aquisição de óculos beneficia "apenas" um elemento do agregado familiar.

**Quadro 33 - Nº de pessoas que beneficiaram do apoio, por ano, Açores 2019- 2022**

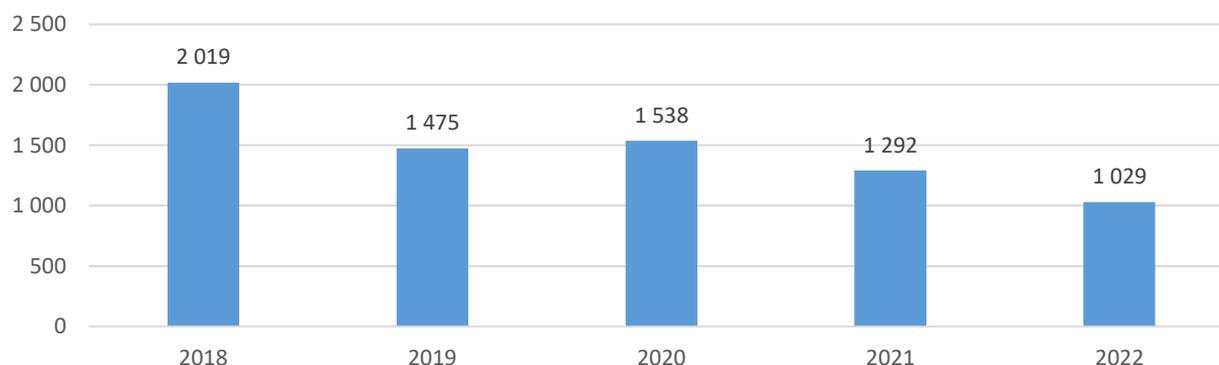
Nº de pessoas que beneficiaram do apoio	Nº de apoios/anos				
	2019	2020	2021	2022	2022 (%)
Uma	8 847	8 988	8 712	8 854	44,2%
Duas	4 027	4 608	4 241	4 285	21,4%
Três	3 219	3 537	3 289	3 167	15,8%
Quatro	2 016	2 190	2 118	2 027	10,1%
Cinco	964	1 039	932	1 120	5,6%
Seis	322	340	342	416	2,1%
Sete	111	109	98	131	0,7%
Oito	48	37	26	31	0,2%
Nove	28	21	32	13	0,1%
Dez	9	2	3	2	0,0%
Onze	3	2	4	1	0,0%
Doze	5	1	3	1	0,0%
Treze	1				0,0%
Catorze				4	0,0%
Quinze	1	1	1		0,0%
Sem informação	1 644	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21 245</b>	<b>20 875</b>	<b>19 801</b>	<b>20 052</b>	<b>-</b>

Fonte: ISSA.

De referir que das famílias/indivíduos apoiados no ano de 2022, 1 029 foram-no pela primeira vez, cerca de 50% menos do que em 2018. Sublinhe-se que 644 agregados foram apoiados permanentemente entre 2018 e 2022 (ISSA).

Se relacionarmos o número de processos com o número de pagamentos, a média regional, entre 2018 e 2022, é de 5 apoios económicos por agregado por ano, sendo que a variabilidade do número de apoios por família é elevada: do mínimo de um, a um máximo superior a 60, num ano (ISSA).

**Gráfico 78 – Nº total de agregados que receberam apoio pela 1ª vez no âmbito da precaridade económica Açores 2018-2022**



Fonte: ISSA.

Conforme os dados constantes do quadro nº 35, observa-se, na ilha de São Miguel, um muito elevado crescimento no número de pedidos de cabazes alimentares, passando de 981 no ano de 2021 para 7 152 em 2022 (mais 629%), sendo que o número de pessoas que beneficiaram desses cabazes foi de 25 615 em 2022 (mais 599,5% do que no ano anterior). Na ilha Terceira, em 2022, o número de pessoas apoiadas foi de 6 261. Não existem dados disponíveis para 2021.

**Quadro 34 - Cabazes alimentares - nº de pedidos de apoio, nº de famílias apoiadas e nº de pessoas apoiadas pelos Bancos Alimentares, por ilhas e por anos - Açores 2021-2022**

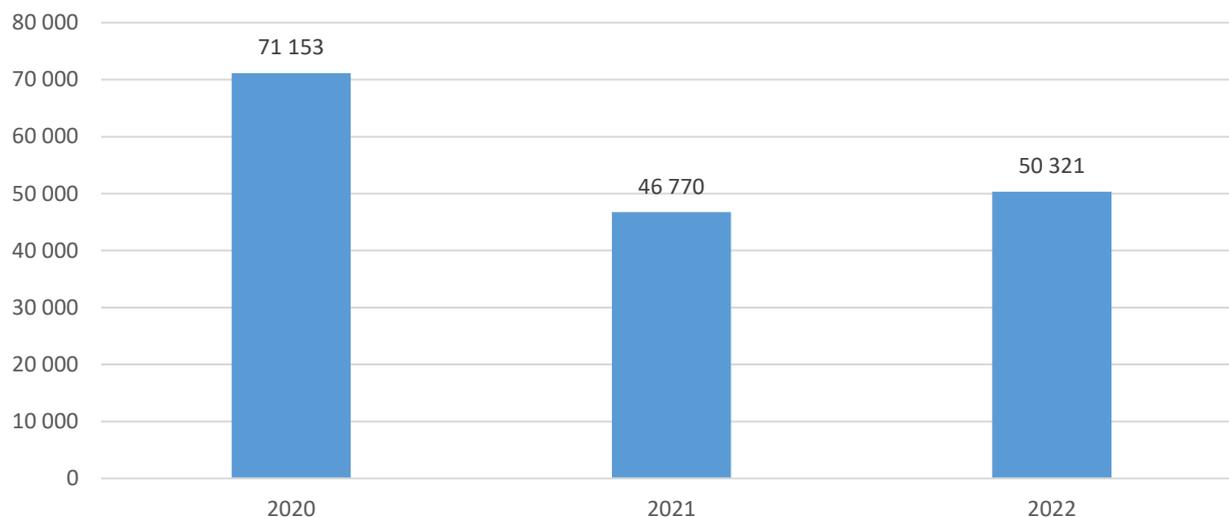
	2021	2022	Taxa de crescimento	2021	2022
	São Miguel			Terceira	
Nº de pedidos de apoio	981	7 152	629,1%	n/d	2 158
Nº de famílias apoiadas	982	1859	89,3%	n/d	2 158
N.º de pessoas apoiadas	3 662	25 615	599,5%	n/d	6 261

Fonte: ISSA.

O regime de almoço durante o período de férias e interrupções letivas, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março e regulamentada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2014/A, de 23 de julho, nasce de um período de dificuldade socioeconómica, que se refletiu através da elevada taxa de desemprego. Tem como objetivo instituir e garantir a distribuição de almoço às crianças e jovens durante os períodos de férias e interrupções letivas, com uma articulação e sinalização entre os Serviços de Ação Social e a Escola no sentido de assegurar, pelo menos, uma refeição completa, equilibrada e adequada às idades das crianças. Em 2021, forneceram-se um total de 18 645 refeições, sendo de 17 997 em 2022 (Fonte: ISSA).

Outra resposta que merece ser referida é o programa *cantinas sociais*. Esta resposta social é destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas. Entre 2020 e 2022 observa-se uma diminuição no número de refeições servidas, passando de 71 153 para 50 321.

**Gráfico 79 – Evolução do número de refeições servidas no âmbito do Programa Cantinas Sociais Açores 2020-2022**



Fonte: ISSA.

O Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), foi criado pelo Regulamento (UE) N.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11/03/2014, (para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020).

O objetivo do Fundo é o de promover a coesão social na União, reforçar a inclusão social, contribuir para reduzir a pobreza e, em última análise, erradicar as formas mais graves de pobreza na União Europeia, mediante o apoio aos dispositivos nacionais que prestam assistência não financeira, a fim de atenuar a privação alimentar e a privação material grave e/ou contribuir para a inclusão social das pessoas mais carenciadas.

A Portaria N.º 190-B/2015, de 26 de junho, alterada pela Portaria N.º 51/2017, de 2 de fevereiro e Portaria n.º 232/2018, de 20 de agosto, define o regulamento geral do FEAC e a regulamentação específica do PO APMC, nomeadamente no que respeita ao regime de acesso aos apoios a conceder no âmbito da seguinte medida:

**Medida 1** - Aquisição e distribuição de géneros alimentares;

**Tipologia de Operação 1.1** - Aquisição de Géneros Alimentares;

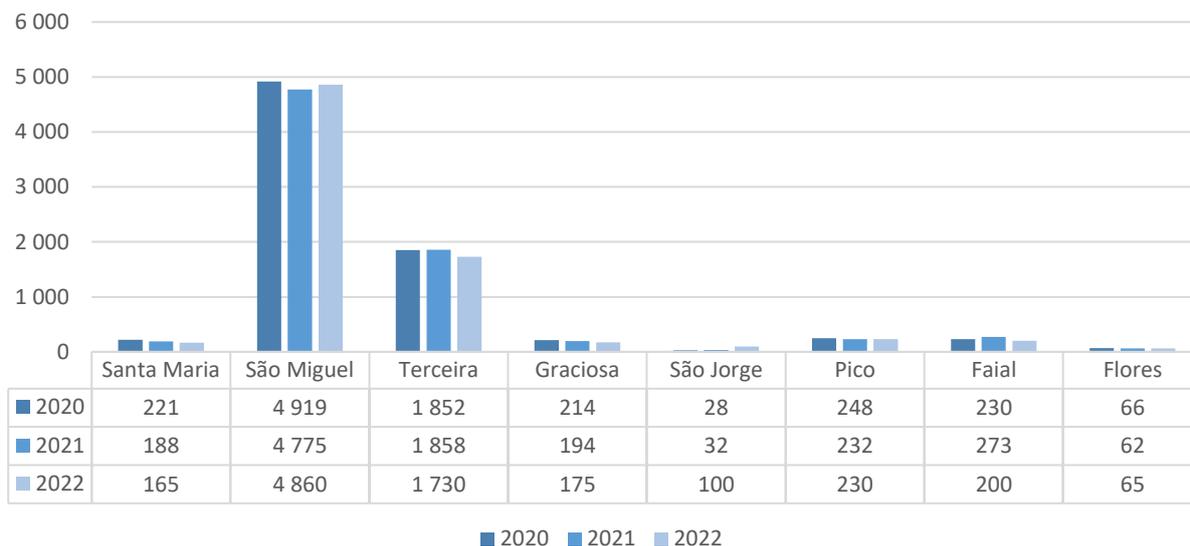
**Tipologia de Operação 1.2** - Distribuição de Géneros Alimentares.

São destinatários finais da medida de distribuição os indivíduos e/ou as famílias que se encontrem em situação de carência económica, de acordo com o conceito aplicável no âmbito do subsistema de ação social do ISSA, IPRA.

A identificação das pessoas mais carenciadas é efetuada pelo técnico de ação social que acompanha a família, o qual pode pertencer a um organismo público ou a uma organização parceira, atendendo à natureza da intervenção das Instituições Particulares de Solidariedade Social junto das comunidades.

Com base no critério de carência económica em vigor, foram apurados os totais correspondentes aos destinatários finais abrangidos nos 8 territórios. No ano de 2020 beneficiaram 7 778 pessoas e em 2022, 7 525, distribuídas pelas diferentes ilhas, conforme o quadro abaixo:

**Gráfico 80 – Beneficiários do FEAC, por ilha, Açores 2020-2022**



Fonte: ISSA.

A 1ª edição de Apoio ao Ensino Superior teve subjacente a Resolução do Conselho de Governo nº242/2021 de 11 de outubro de 2021 que previu a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, que se encontravam em situação de carência económica e que fossem residentes na RAA há pelo menos 3 anos. O objetivo deste apoio centrou-se na compensação às famílias que verificaram um decréscimo acentuado no seu rendimento familiar mensal, pela frequência no ensino superior de um ou mais elementos do agregado familiar.

Puderam candidatar-se todos os estudantes que estavam a frequentar licenciatura ou mestrado integrado, pela primeira vez, e que não pertencessem a um agregado familiar cujo rendimento fosse superior a 15 000€ (ou 9 000€ sem agregado). Foram atribuídas 150 bolsas no ano letivo 2021/2022. O valor atribuído a cada estudante foi de 2 750€. O número de Bolsas atribuídas no ano letivo 2022/2023 foi de 300.

## 8. Crianças e jovens em risco

Considerámos importante incluir neste *Diagnóstico* alguma informação relativamente às crianças e jovens sob medidas de proteção, nomeadamente sobre aqueles que foram recentemente ou são objeto de intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) dos Açores.

De acordo com a informação prestada pelo Comissariado dos Açores para a Infância (CAI)<sup>38</sup>, no ano de 2021 deram entrada nas CPCJ 2 714 processos, incluindo os transitados e reabertos, e em 2022, foram 3 128 processos (995 transitados do ano anterior, 1 567 abertos e 566 reabertos). Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma subida do número de processos entrados em 15,3% (414 processos), sendo que o aumento se verificou em quase todas as CPCJ, com exceção das CPCJ de Calheta, Praia da Vitória, Santa Cruz das Flores e São Roque do Pico. Na CPCJ do Corvo não houve movimento de processos. A 31 de dezembro de 2022, encontravam-se ativos 1 099 processos, registando-se um aumento de 9,1% (92 processos), com subidas mais significativas nas CPCJ de Ponta Delgada (48) e Angra do Heroísmo (31).

Considerando o volume global de processos entrados nas CPCJ dos Açores em 2022 (3 128), os mesmos respeitaram a 2 941 crianças e jovens, dos quais 1 996 abertos ou reabertos em 2022, e 945 transitados de anos anteriores. Regista-se que, dos 2 941 processos, em 2 460, foi deliberada a abertura e instrução de processo de promoção e proteção.

Para esta análise importa ter em conta a incidência das comunicações e das situações de perigo a elas associadas, das situações diagnosticadas e das medidas aplicadas/executadas por cada 100 crianças nos concelhos onde se encontram instaladas CPCJ.

“Importa lembrar, como referido anteriormente, que uma comunicação de uma criança em perigo poderá referir-se a uma criança já anteriormente sinalizada à CPCJ e poderá, essa mesma comunicação, conter em si, a identificação de mais do que uma situação de perigo. As comunicações são o indicador, não apenas da perceção da vulnerabilidade das crianças pela comunidade onde residem, mas principalmente da sua capacidade preventiva e atenta”.<sup>39</sup>

“Considerando as comunicações de criança ou jovem em perigo em Portugal, temos uma incidência de 2,92 comunicações por cada 100 crianças, nos territórios com CPCJ instaladas. Se analisarmos esta variável por área de abrangência das Equipas Técnicas Regionais (ETR) da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Criança e Jovens (CNPDPJ), é

---

<sup>38</sup> In: Memorando de Indicadores Sociais, dezembro de 2022, VPGA.

<sup>39</sup> In: *Avaliação da Atividade das CPCJ, Relatório Anual 2022*, Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

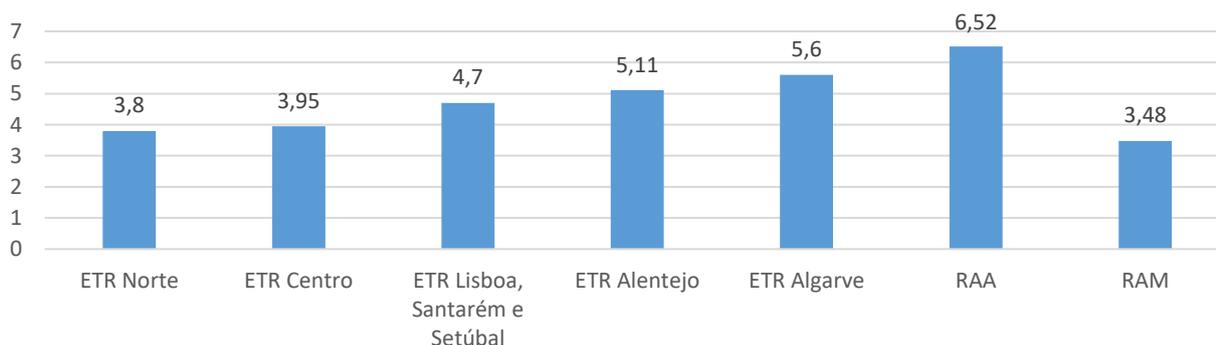
possível constatar que em Portugal Continental, à exceção da região Norte com 2,74 e do Centro, com 2,70, os restantes territórios situam-se acima do valor de referência nacional. Nas Regiões Autónomas, destacamos a Região Autónoma dos Açores com uma incidência de comunicações de 5,44 por cada 100 crianças, atingindo quase 2 vezes a média nacional e, no extremo oposto, a Região Autónoma da Madeira, que apresenta a incidência mais baixa de todas as regiões, com 2,22 comunicações por 100 crianças".<sup>40</sup>

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, referente ao ano de 2022, existe uma correspondência com a incidência das comunicações, sendo que os territórios do continente com maior incidência deste parâmetro são o Alentejo e o Algarve com 3,87 e 3,70 situações de perigo comunicadas por 100 crianças, estando acima do valor nacional que se situa nas 3,07 situações de perigo comunicadas.

De acordo com a fonte atrás citada, a RAA apresenta uma incidência de 5,47 situações de perigo comunicadas por 100 crianças, bastante inferior à RAM com 2,45 situações de perigo por cada 100 crianças. Tendo em consideração as situações diagnosticadas no ano em análise, ou seja, as situações de perigo efetivamente avaliadas como tal, a incidência a nível nacional é de 0,90 situações de perigo diagnosticadas por 100 crianças, sendo que na RAA é de 1,76.

Em 2022, e considerando o novo valor dos censos, a taxa de incidência de crianças e jovens acompanhados foi de 4,37 crianças e jovens por cada 100 residentes infantojuvenis no país, sendo que para a RAA foi de 6,5%. Esta taxa de incidência representa o número de crianças e jovens em acompanhamento pelas CPCJ no ano em análise, por cada 100 crianças e jovens residentes na área geográfica de intervenção de cada Comissão de Proteção.

**Gráfico 81 - Taxa de incidência de crianças e jovens com comunicações às CPCJ, por ETR e Região Autónoma - 2022**

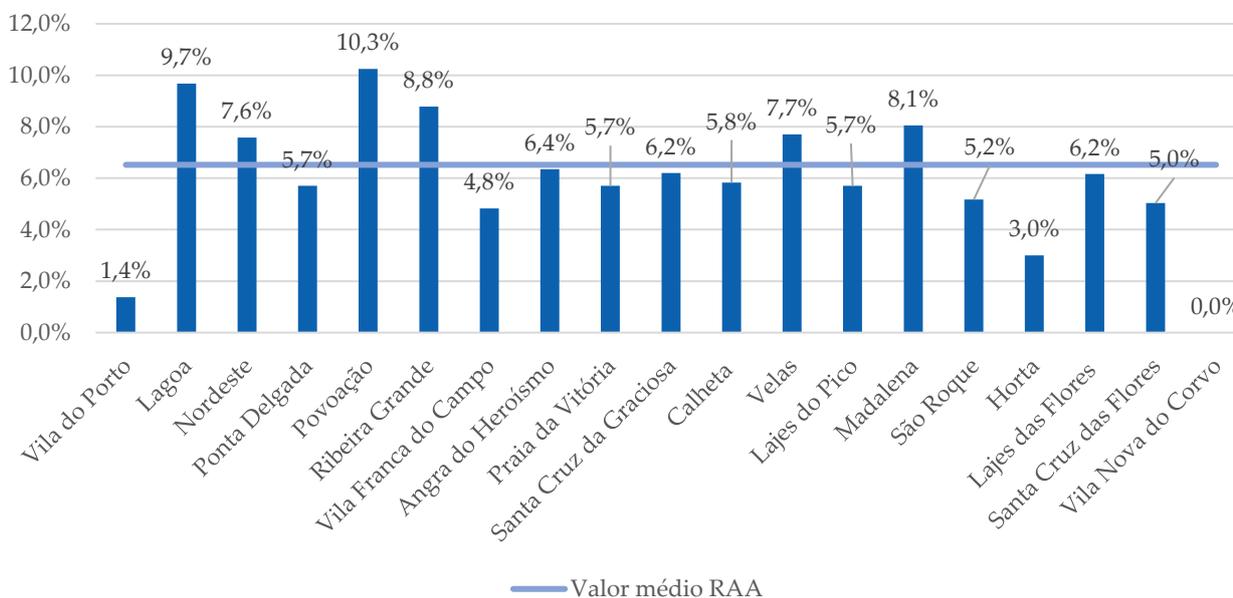


Fonte: Avaliação da Atividade das CPCJ, Relatório Anual 2022.

<sup>40</sup> In: Avaliação da Atividade das CPCJ, Relatório Anual 2022, Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Efetuada uma análise por concelho, constata-se que as maiores taxas de incidência de crianças e jovens acompanhados se observam nos concelhos de Povoação (10,3%), Lagoa (9,7%) e Madalena (8,1%).

**Gráfico 82 - Taxa de incidência de crianças e jovens com comunicações às CPCJ, por concelho - 2022**



Fonte: Avaliação da Atividade das CPCJ, Relatório Anual 2022.

No que respeita às comunicações recebidas pelas comissões, no ano de 2022 foram registadas um total de 2 455 comunicações, que reportaram 3 149 situações de perigo (mais 639 que em 2021). Continuam a ser as forças de segurança as que mais sinalizam junto das CPCJ (968 comunicações; 39,4%), seguindo-se os estabelecimentos de ensino (433 comunicações; 17,6%).

À semelhança dos anos anteriores, em 2022, mantiveram-se as quatro situações de perigo mais comunicadas às CPCJ, nomeadamente 1 028 por exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, sobretudo a exposição a violência doméstica (612); 620 por negligência, com destaque para a falta de supervisão e acompanhamento familiar (190); 581 pelo facto de a criança ou jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, com foco nos comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina (291); e 353 situações em que está em causa o direito à educação, com maior incidência no absentismo escolar (278).

Em 2022, das situações de perigo comunicadas às CPCJ dos Açores (3 149), foram diagnosticadas 791 situações de perigo enquadradas nos n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). As situações de perigo mais diagnosticadas foram a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (225), com

maior incidência as relativas à exposição a violência doméstica (143); a negligência (203), sobretudo por falta de supervisão e acompanhamento familiar (54); o facto de a criança ou jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada a (167), destacando-se os comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina (70); e as situações em que está em causa o direito à educação (139), com maior relevância para as situações de absentismo escolar (112).

No ano em análise, as CPCJ dos Açores aplicaram 628 medidas de promoção e de proteção (cautelares e não cautelares), a favor de 622 crianças e jovens, continuando a ter maior prevalência o apoio junto dos pais (503), seguindo-se o apoio junto de outro familiar (71), o acolhimento residencial (48), o apoio para autonomia de vida (4) e a confiança a pessoa idónea (2).

Das 2 460 crianças e jovens em situação de potencial perigo, as avaliações diagnósticas levadas a cabo pelas comissões (até 31 de dezembro de 2022), confirmaram que 962 se encontravam em situação de perigo efetivo, mais de metade pertencente ao sexo masculino (55,3%), com idades iguais ou superiores a 11 anos (59,5%).

Em relação à caracterização dos agregados familiares é de realçar que, num universo de 553 agregados familiares caracterizados, destacam-se 192 famílias nucleares, 175 famílias monoparentais e 68 famílias reconstituídas. Nestes agregados familiares, a mãe assumiu-se como a principal figura cuidadora em 43,2% dos processos.

No que respeita à caracterização das principais figuras cuidadoras das crianças e jovens em processo com medidas aplicadas em 2022 (719 figuras), regista-se que 71,1% era do sexo feminino e 28,9% do sexo masculino, sendo que maioritariamente com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (36,9%) e com o 2.º ciclo do ensino básico (28,1%).

Relativamente às 486 figuras cuidadoras caracterizadas ao nível da situação laboral, saliente-se que 53,7% encontravam-se empregadas (50,4% dos rendimentos da família eram provenientes do trabalho). Num universo de 537 alojamentos caracterizados, predominam as casas unifamiliares (445).

## 9. Pessoas Sem Abrigo

De acordo com o Estudo “À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores”, realizado pela Associação para a Inclusão Social - Novo Dia, existiam a 31 de dezembro de 2020, nos Açores, 493 pessoas em situação de sem-abrigo, A maioria (78,7%) estariam numa condição de sem-casa, ou seja, tinham onde dormir, mas estavam dependentes das respostas institucionais para a garantia mínima de direito à habitação (centros de alojamento temporários e/ou pagamento total ou parcial de apoio de renda). As restantes 21,3% não teriam um teto e estavam habitualmente a dormir na rua, noutros espaços públicos, em locais precários ou em dispositivos de emergência (por exemplo, num centro de alojamento de emergência).

Como se observa no quadro abaixo, a ilha de São Miguel concentra grande parte das situações de sem abrigo (75,7%), seguida da Terceira (13,4%) e do Faial (4,3%). O número reduzido de casos apresentados em Santa Maria e São Jorge representam menos de 1% das situações reportadas na região. Cerca de 70% dos sem-abrigo da RAA encontram-se no concelho de Ponta Delgada, seguindo-se o concelho de Angra do Heroísmo com 11,4%. Não se regista nenhum caso na ilha do Corvo.

**Quadro 35 - Pessoas em situação de sem abrigo, por concelho e ilha – Açores 2020**

Concelho/Ilha	Situação de sem teto		Situação de sem casa		Total	% face ao total da RAA
	Nº	%	Nº	%		
Vila do Porto	1	100%	0	0%	1	0,2%
<b>Santa Maria</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>
Lagoa	2	33%	4	67%	6	1,2%
Nordeste	1	9%	10	91%	11	2,2%
Ponta Delgada	73	21%	271	79%	344	69,8%
Povoação	0	0%	0	0%	0	0,0%
Ribeira Grande	7	58%	5	42%	12	2,4%
Vila Franca do Campo	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
<b>São Miguel</b>	<b>83</b>	<b>22%</b>	<b>290</b>	<b>78%</b>	<b>373</b>	<b>75,7%</b>
Angra do Heroísmo	14	25%	42	75%	56	11,4%
Praia da Vitória	0	0%	10	100%	10	2,0%
<b>Terceira</b>	<b>14</b>	<b>21%</b>	<b>52</b>	<b>79%</b>	<b>66</b>	<b>13,4%</b>
Santa Cruz da Graciosa	0	0%	11	100%	11	2,2%
<b>Graciosa</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>	<b>11</b>	<b>2,2%</b>
Calheta e Velas de São Jorge <sup>41</sup>	0	0%	3	100%	3	0,6%
<b>São Jorge</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>3</b>	<b>100%</b>	<b>3</b>	<b>0,6%</b>
Lajes do Pico	4	50%	4	50%	8	1,6%
Madalena	3	100%	0	0%	3	0,6%
São Roque	0	0%	0	0%	0	0,0%

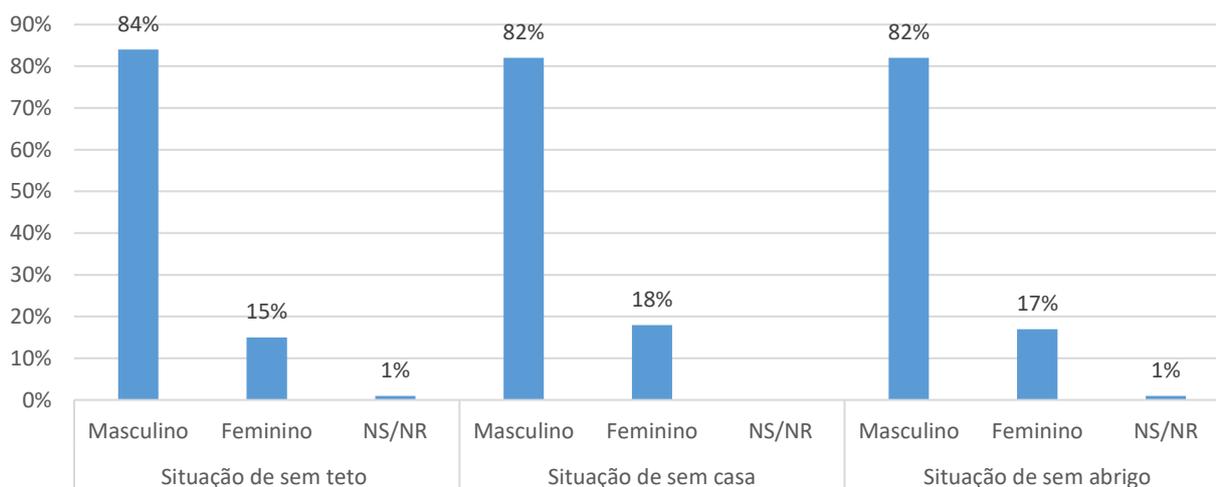
<sup>41</sup> Não estão disponíveis dados desagregados dos dois concelhos.

	Situação de sem teto		Situação de sem casa			
<b>Pico</b>	<b>7</b>	<b>64%</b>	<b>4</b>	<b>36%</b>	<b>11</b>	<b>2,2%</b>
Horta	0	0%	21	100%	21	4,3%
<b>Faial</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>21</b>	<b>4,3%</b>
Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores <sup>42</sup>	0	0%	7	100%	7	1,4%
<b>Flores</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>	<b>7</b>	<b>1,4%</b>
Vila Nova do Corvo	0	0%	0	0%	0	0,0%
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>RA Açores</b>	<b>105</b>	<b>21%</b>	<b>388</b>	<b>79%</b>	<b>493</b>	<b>100%</b>

Fonte: "À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores", Associação Novo Dia, 2020.

A grande maioria das pessoas sinalizadas no inquérito como estando em situação de sem abrigo a 31 de dezembro de 2020, são do sexo masculino (82%), sendo ligeiramente superior no caso de quem estava em situação de sem teto (84%).

**Gráfico 83 - Pessoas em situação de sem abrigo e em cada uma das condições, sem teto e sem casa, por sexo – Açores 2020 (%)**



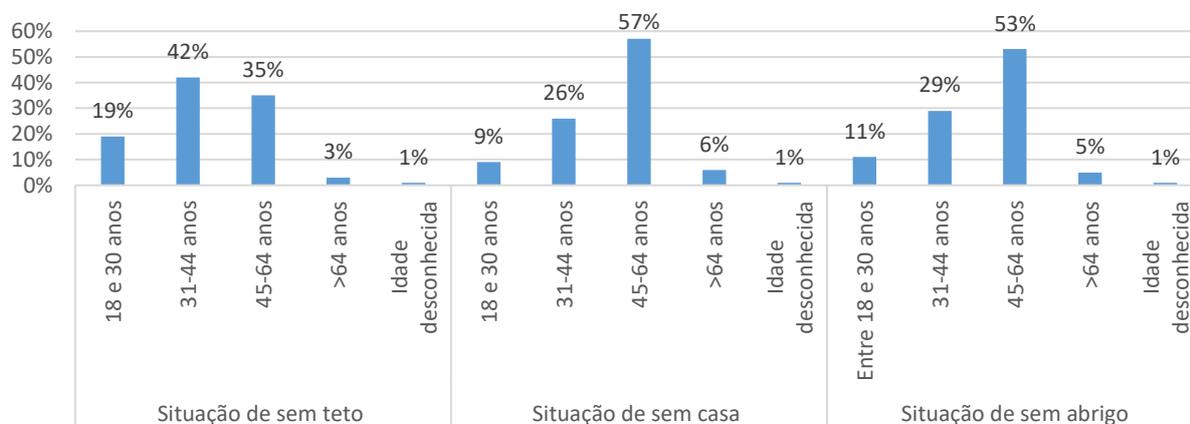
Fonte: "À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores", 2020.

No que concerne à idade, e conforme se pode verificar no gráfico abaixo, 53% das pessoas em situação de sem abrigo têm entre 45 e 64 anos, 29% entre 31 e 44 anos, 11% entre 18 e 30 anos e 5% tem mais de 64 anos de idade. Esta distribuição é similar para a condição de sem casa. Verifica-se uma deslocação para a categorias etárias mais jovens no caso da condição de sem teto, com destaque para o segmento etário dos 31 aos 44 anos de idade, que engloba 42% das pessoas nesta condição; enquanto o segmento dos 45 aos 64 anos de idade, engloba 35% das pessoas em

<sup>42</sup> Não estão disponíveis dados desagregados dos dois concelhos.

situação de sem casa. A deslocação para categorias etárias mais jovens também se reflete no segmento dos 18 aos 30 anos que engloba 19% dos casos ("À Margem- A condição dos sem abrigo nos Açores").

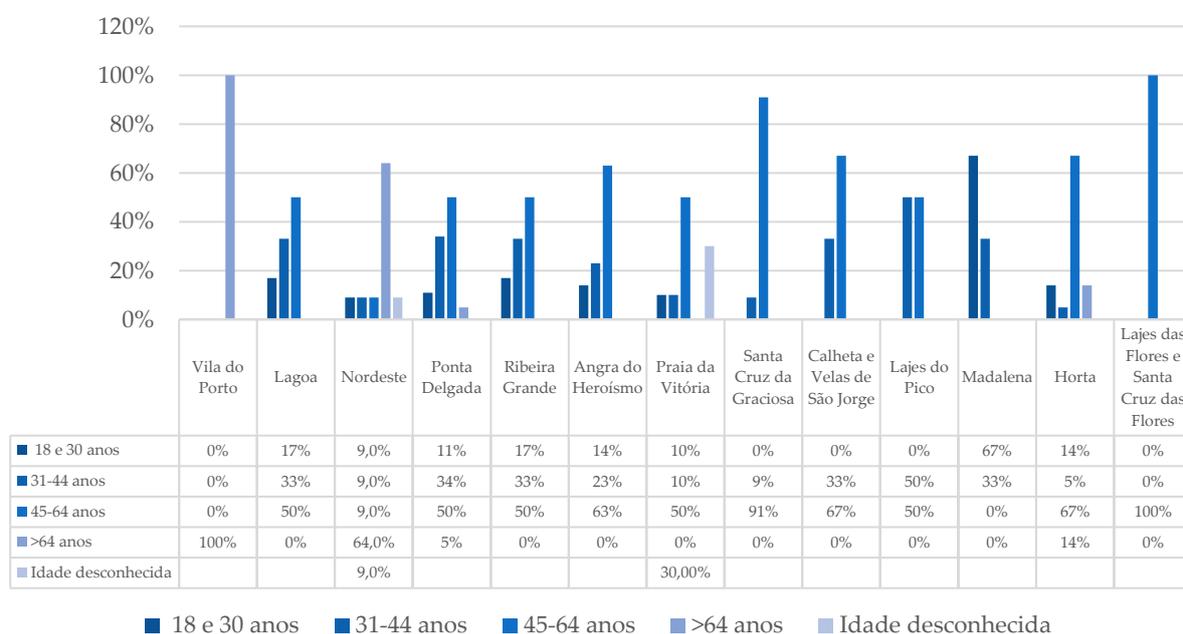
**Gráfico 84 – Pessoas em situação de sem abrigo, sem teto e sem casa, por idade – Açores 2020 (%)**



Fonte: "À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores", 2020.

Na maior parte dos concelhos, grande parte das pessoas na condição de sem abrigo têm mais de 45 anos, na Madalena do Pico todos os casos identificados referem a pessoas com menos de 30 anos (2 em 3), ou entre 31 e 44 anos.

**Gráfico 85 – Pessoas em situação de sem abrigo, por idade e por concelho – Açores 2020 (%)**

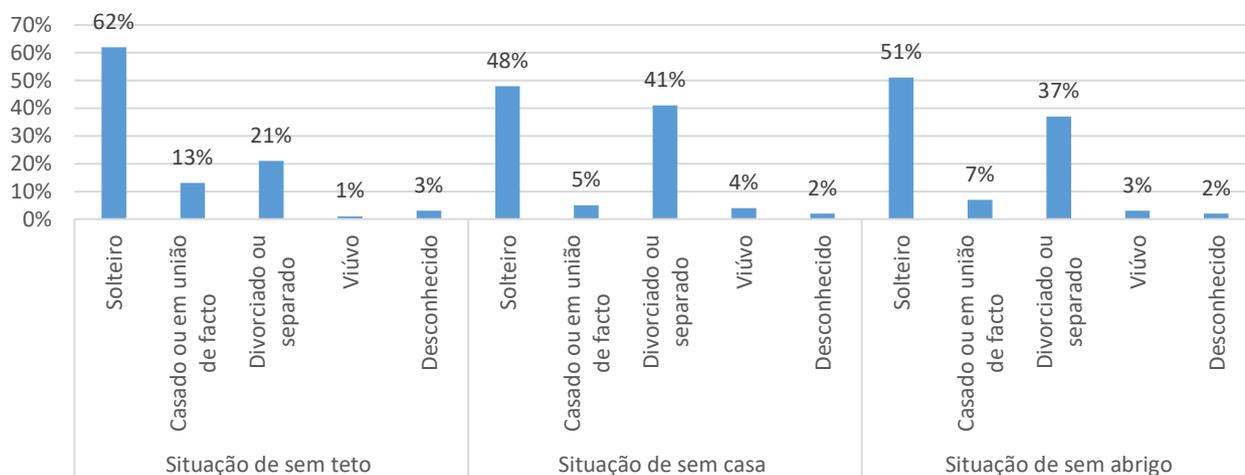


Fonte: "À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores", 2020.

Considerando o estado civil, assinala-se que 51% das pessoas que estavam nessa condição de sem abrigo eram solteiras, 37% divorciadas ou separadas; apenas 7% eram casadas ou em união de facto e 3% viúvas. Os dados relativos às situações de sem teto e sem casa são similares, assinalando-se, ainda assim, um maior peso da categoria "solteiro" entre as pessoas sem teto (62%). Na análise

por concelho, há a destacar o forte peso da categoria “divorciado/separado” nas Flores, que representa 71% do total das pessoas que estavam em situação de sem abrigo.

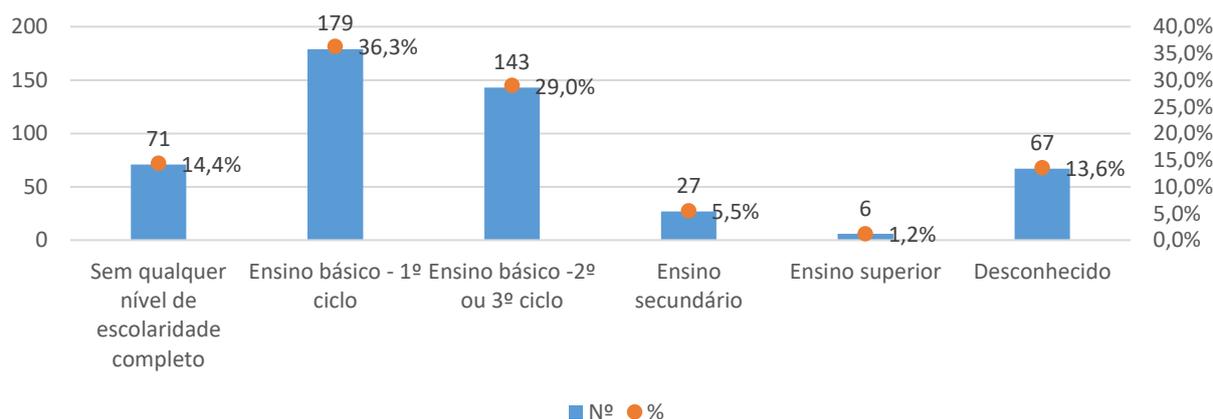
**Gráfico 86 – Pessoas em situação de sem abrigo, sem teto e sem casa, por estado civil – Açores 2020 (%)**



Fonte: “À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores”, 2020.

A partir do gráfico 85, no que concerne à escolaridade, 36% das pessoas que estariam em situação de sem abrigo tinham o 1º ciclo do ensino básico; 29%, o 2º ou 3º ciclo; 14% não tinham qualquer qualificação escolar; e 5% tinham o ensino secundário. Assinale-se que 6 das pessoas em condição em condição de sem abrigo tinham ensino superior. Não foram obtidos dados sobre a escolaridade em 14% das situações reportadas.

**Gráfico 87 – Pessoas em situação de sem abrigo, por nível de escolaridade – Açores 2020 (%)**

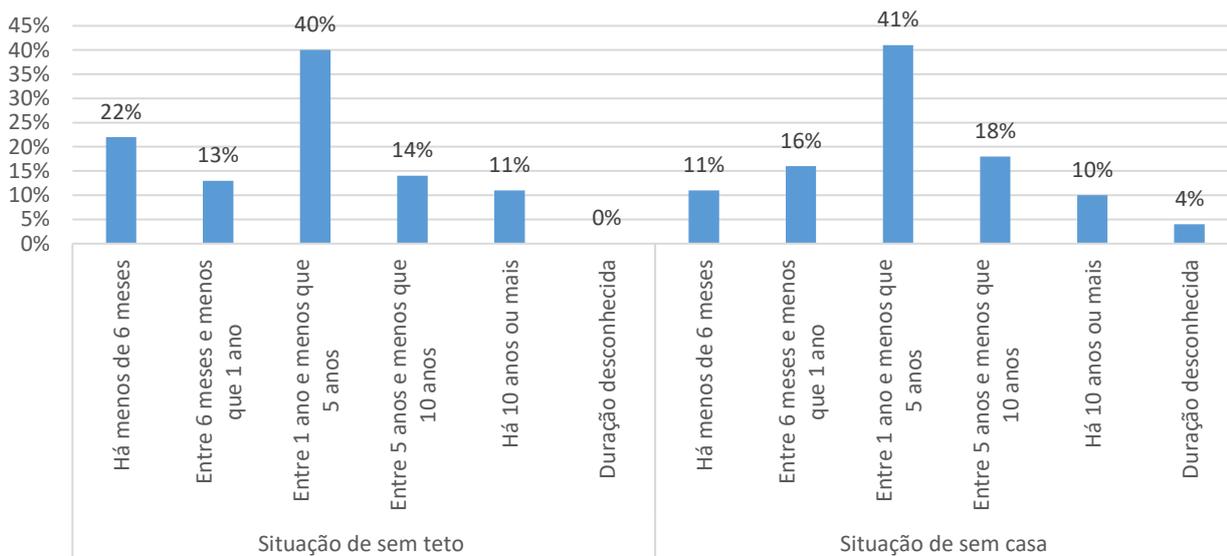


Fonte: “À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores”, 2020.

Quanto à duração, como se pode observar, 41% das pessoas estavam numa condição de sem abrigo há mais de um ano e menos de 5; e 17% há mais de 5 e menos de 10 anos. Embora 26% estivessem nesta condição há menos de 1 ano – 15% entre 6 meses e 1 ano; 11% menos de 6 meses –, não podemos deixar de sublinhar que 10% estariam há mais de dez anos nesta condição.

Esta distribuição é muito similar entre as condições de sem teto e sem casa, sendo, no entanto, de destacar que: a percentagem de duração inferior a um ano era maior no caso da condição de sem teto (35%), com um maior peso de durações inferiores a 6 meses (22%); maior peso de durações entre 5 e 10 anos no caso da condição de sem casa (18%). O peso das durações superiores a 10 anos para condição de sem teto e sem casa é de 11% e 10% respetivamente (“À Margem- A condição dos sem abrigo nos Açores”).

Gráfico 88 – Pessoas em situação de sem abrigo, por duração – Açores 2020 (%)



Fonte: “À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores”, 2020.

A leitura dos resultados do inquérito relativos à fonte de rendimentos aponta a importância de formas de solidariedade ou apoio social em situação de pobreza extrema, na garantia de um mínimo de subsistência para as pessoas que estão em situação de sem abrigo.

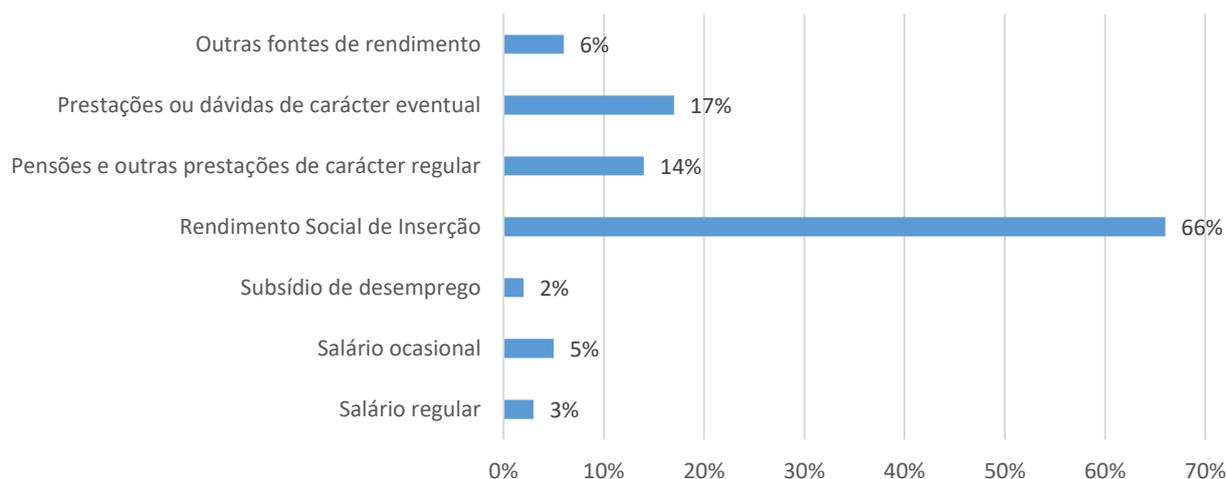
Em primeiro lugar, note-se que 66% das pessoas nesta condição beneficiavam do Rendimento Social de Inserção. Em segundo lugar, refira-se que as prestações ou dádivas de carácter pontual (monetário ou em género) seriam um recurso relevante para 17% das pessoas identificadas como estando em situação de sem abrigo.

Considerando a natureza provisória deste tipo de recursos – anual no caso do RSI, eventual nos restantes casos –, estes dados sublinham a situação de grande precariedade material em que estariam estas pessoas. Apenas 2% tinham acesso ao subsídio de desemprego - uma prestação social que, ainda assim, reveste a uma lógica de menor condicionalidade.

Esta marca de precariedade seria menor em apenas para cerca de 14% das pessoas identificadas, que usufruíam de recursos mais estáveis como pensões ou outras prestações regulares. Apenas 8% das pessoas sem-abrigo teriam rendimentos do trabalho, na sua maioria de natureza ocasional (5%).

O peso do RSI como fonte de rendimento era particularmente relevante nos maiores concelhos da ilha São Miguel - Ribeira Grande (92%), Ponta Delgada (81%) e Lagoa (50%). No entanto, com a exceção da Graciosa (36%), não ultrapassava os 30% nas restantes ilhas. De resto, assinala-se a relevância das pensões e outras prestações regulares entre as situações identificadas no Nordeste (82%); e os rendimentos associados ao trabalho, nas Flores (86%) e nas Lages do Pico (75%) - ("À Margem- A condição dos sem abrigo nos Açores").

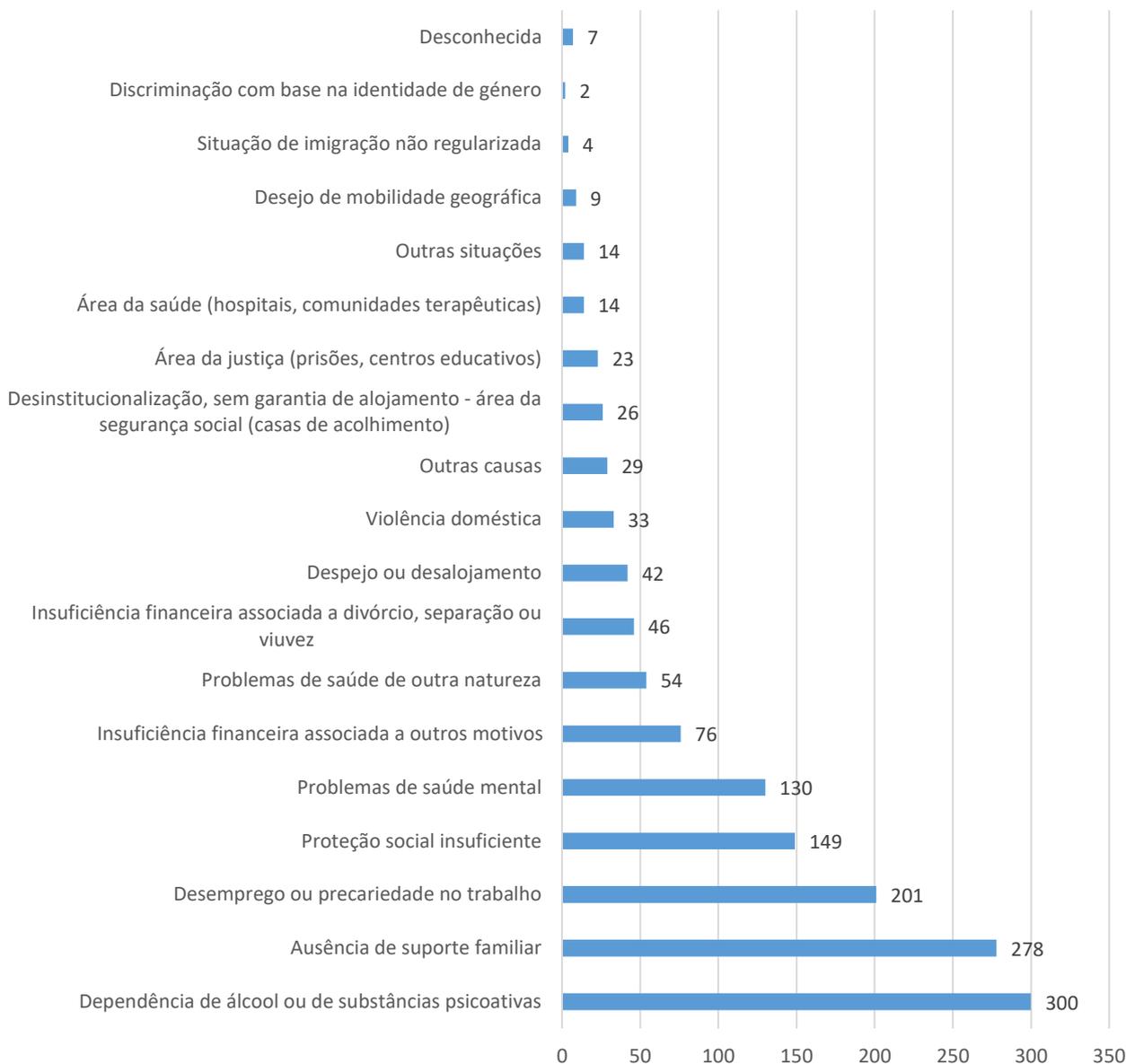
**Gráfico 89 – Pessoas em situação de sem abrigo, por fontes de rendimento – Açores 2020 (%)**



Fonte: "À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores", 2020.

Ainda de acordo com o estudo que usámos para caracterizar as pessoas sem abrigo na Região, a dependência do álcool ou de substâncias psicoativas, a ausência de suporte familiar, o desemprego ou precaridade no trabalho aparecem com as principais causas identificadas para a situação de sem abrigo.

**Gráfico 90 – Causas identificadas para a situação de sem abrigo - Açores 2020**



Fonte: "À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores", 2020.

Nos Açores, no âmbito das respostas sociais destinadas às pessoas sem abrigo, existem 18 centros de alojamento temporário; três equipas de intervenção direta; duas equipas de rua para pessoas sem abrigo, cuja distribuição geográfica, capacidade instalada e frequência consta do quadro abaixo.

O concelho da Lagoa dispõe ainda de um apartamento de reinserção social, com capacidade para 16 pessoas. Para além das respostas sociais acima referenciadas, importa referir que na área de intervenção social, da *Família e Comunidade*, encontram-se outras respostas sociais que, não sendo específicas para a problemática dos sem-abrigo, (Atendimento/Acompanhamento Social, Centro Comunitário, Ajuda Alimentar e Refeitório/Cantina Social) também prestam apoio a esta população mais vulnerável.

Para além destes apoios às respostas sociais, acrescem os apoios pecuniários, diretos, concedidos pelas Divisões e Núcleos de Ação Social no âmbito dos subsídios *precaridade económica*.

**Quadro 36 - Respostas sociais para pessoas em situação de sem abrigo, por concelho e ilha – Açores 2022**

Concelho/Ilha	Centro de Alojamento Temporário			Equipa de Intervenção Direta			Equipa de Rua para Pessoas Sem-Abrigo		
	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência
Vila do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Santa Maria</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Lagoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	1	10	7	0	0	0	0	0	0
Ponta Delgada	9	153	114	3	290	158	2	198	63
Povoação	1	8	3	0	0	0	0	0	0
Ribeira Grande	1	12	3	0	0	0	0	0	0
Vila Franca do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>São Miguel</b>	<b>12</b>	<b>183</b>	<b>127</b>	<b>3</b>	<b>290</b>	<b>158</b>	<b>2</b>	<b>198</b>	<b>63</b>
Angra do Heroísmo	1	30	23	0	0	0	0	0	0
Praia da Vitória	2	22	20	0	0	0	0	0	0
<b>Terceira</b>	<b>3</b>	<b>52</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Santa Cruz da Graciosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Graciosa</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Calheta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Velas	1	8	1	0	0	0	0	0	0
<b>São Jorge</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Lajes do Pico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Madalena	1	6	4	0	0	0	0	0	0
São Roque	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Pico</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Horta	1	6	5	0	0	0	0	0	0
<b>Faial</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Lajes das Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz das Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Flores</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Vila Nova do Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RA Açores</b>	<b>18</b>	<b>255</b>	<b>180</b>	<b>3</b>	<b>290</b>	<b>158</b>	<b>2</b>	<b>198</b>	<b>63</b>

Fonte: Carta Social, 2022, VPGR.

Nota: A "frequência" refere-se ao número de utentes à data de 30-12-2022 e não ao número de pessoas que passaram pela resposta social durante o ano.

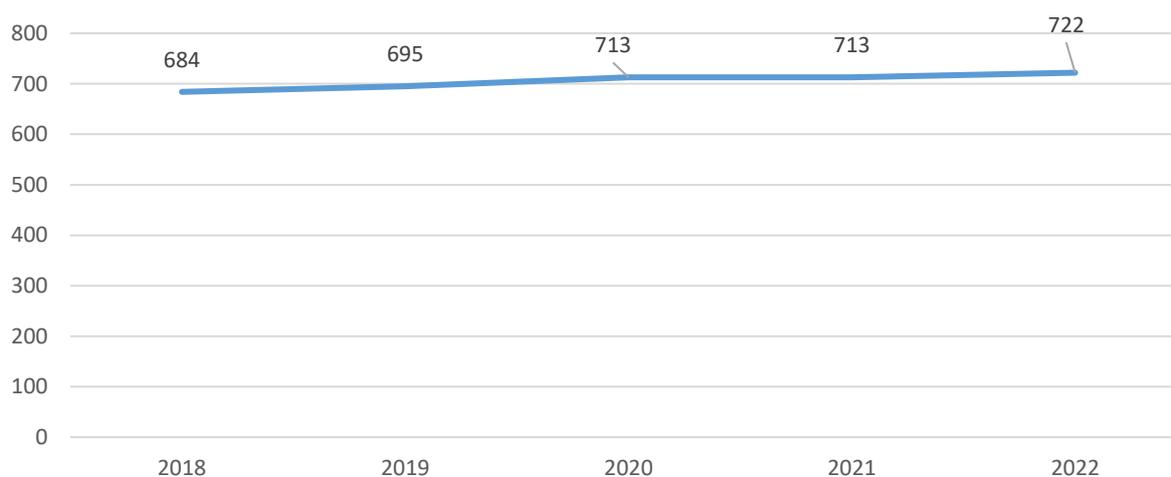
## 10. Respostas sociais no âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais dos Açores

No presente capítulo dá-se conta das principais respostas sociais que, de alguma forma, podem ir de encontra às necessidades das pessoas em situação de pobreza.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março, considera-se respostas sociais as atividades ou serviços desenvolvidos em equipamentos que concorrem para a promoção e para o desenvolvimento da proteção social, direcionados sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

O número de respostas sociais existentes nos Açores, nos últimos cinco anos, apresentou um crescimento de cerca de 6%, mais 38, passando de 684 respostas em 2018, para 722 no ano de 2022.

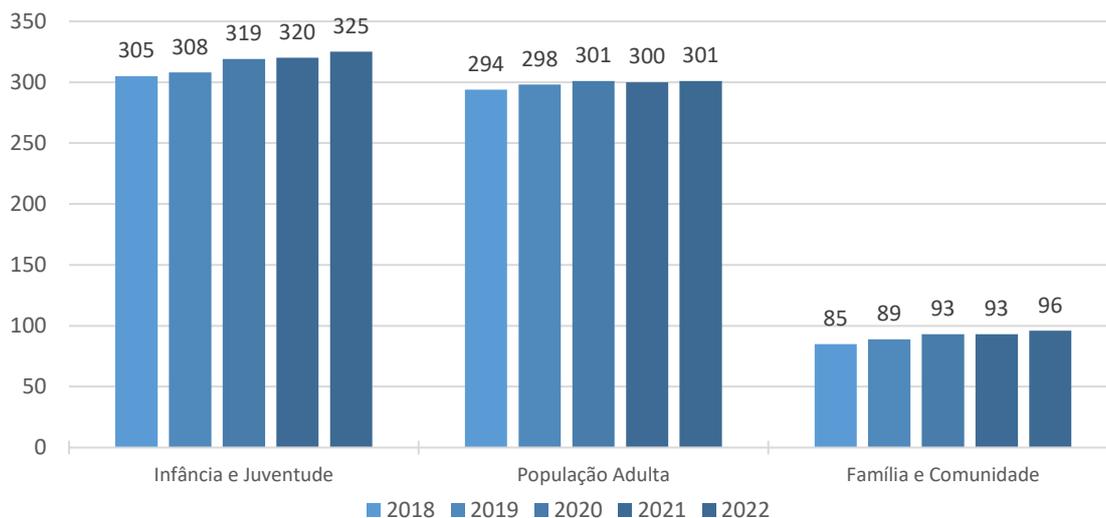
**Gráfico 91 – Evolução do número de respostas sociais da RESA, Açores 2018-2022**



Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

É na área de *Infância e Juventude* que se verifica o maior número de respostas, 325 em 2022, o que corresponde a 45% do total de respostas existentes, sendo que a área da *População Adulta*, cuja área de intervenção tem como população-alvo o apoio às Pessoas idosas, Pessoas com Deficiência, Pessoas com Doença Mental e Pessoas em situação de sem-abrigo, conta com 301 respostas sociais, correspondendo a 41,7% do total. Constatam-se assim, que as duas áreas de intervenção perfazem mais de 86% das respostas existentes.

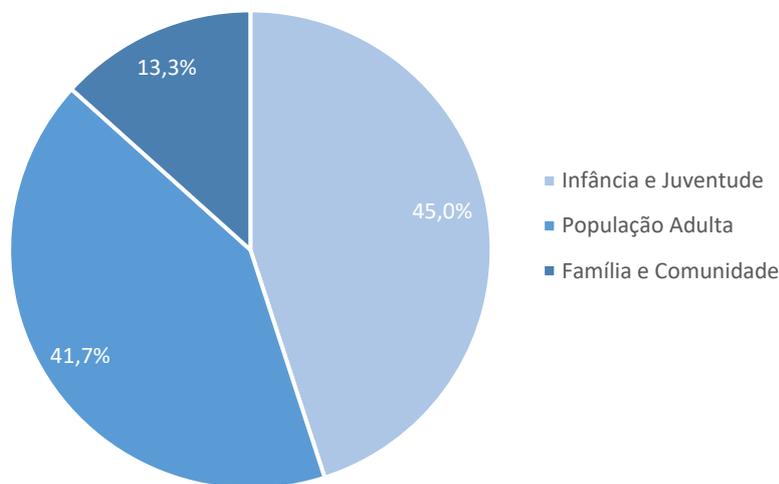
**Gráfico 92 – Evolução do número de respostas sociais, por área de intervenção social, Açores 2018-2022**



Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

As respostas sociais que visam o apoio à *Família e Comunidade*, embora representem 13,3% do total de respostas, registaram um aumento significativo no período de cinco anos, com mais 11. Foi no apoio à *Infância e Juventude* onde se verificou o maior aumento no período referido, mais 20.

**Gráfico 93 - Distribuição percentual das respostas sociais, por área de intervenção social – Açores 2022**



Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

No período em análise, verifica-se que o número de respostas sociais e a respetiva capacidade instalada e frequência registaram um crescimento, com maior expressão na capacidade instalada (+ 1 291 lugares).

Cerca de 53% das respostas protocoladas com a Segurança Social dos Açores, localizam-se na ilha de São Miguel e, conseqüentemente, mais de 50% da capacidade instalada e frequência, correspondendo ao peso da população desta ilha no total da RAA (56%).

**Quadro 37 - Evolução do número de respostas sociais, por ilha, concelho e área de intervenção social Açores 2018-2022**

Área de intervenção social	Período referência														
	2018			2019			2020			2021			2022		
	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência
Infância e Juventude	4	122	118	4	141	112	5	173	131	6	188	162	5	184	180
População Adulta	8	208	167	8	212	160	8	212	171	8	212	183	8	212	187
Família e Comunidade	1	123	119	1	123	76	1	123	110	1	123	94	1	123	114
<b>Santa Maria</b>	<b>13</b>	<b>453</b>	<b>404</b>	<b>13</b>	<b>476</b>	<b>348</b>	<b>14</b>	<b>508</b>	<b>412</b>	<b>15</b>	<b>523</b>	<b>439</b>	<b>14</b>	<b>519</b>	<b>481</b>
Infância e Juventude	189	8 613	6 787	190	8 742	6 834	195	8 699	6 428	195	8 717	6 684	195	8 922	6 853
População Adulta	119	4 491	3 201	121	4 588	3 302	122	4 602	3 113	120	4 534	2 985	121	4 633	3 170
Família e Comunidade	61	5 959	3 959	65	6 128	4 243	66	6 038	4 117	66	5 972	3 986	67	5 940	3 510
<b>São Miguel</b>	<b>369</b>	<b>19 063</b>	<b>13 947</b>	<b>376</b>	<b>19 458</b>	<b>14 379</b>	<b>383</b>	<b>19 339</b>	<b>13 658</b>	<b>381</b>	<b>19 223</b>	<b>13 655</b>	<b>383</b>	<b>19 495</b>	<b>13 533</b>
Infância e Juventude	58	2 997	2 213	60	3 046	2 301	62	3 142	2 374	63	3 173	2 474	65	3 249	2 561
População Adulta	73	3 265	2 485	74	3 296	2 476	75	3 321	2 403	75	3 315	2 355	75	3 287	2 336
Família e Comunidade	16	945	544	16	945	589	17	955	523	17	915	404	18	931	441
<b>Terceira</b>	<b>147</b>	<b>7 207</b>	<b>5 242</b>	<b>150</b>	<b>7 287</b>	<b>5 366</b>	<b>154</b>	<b>7 418</b>	<b>5 300</b>	<b>155</b>	<b>7 403</b>	<b>5 233</b>	<b>158</b>	<b>7 467</b>	<b>5 338</b>
Infância e Juventude	7	265	193	7	330	192	7	325	285	7	325	230	8	355	232
População Adulta	9	390	267	9	390	263	9	390	258	9	390	278	9	390	246
Família e Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Graciosa</b>	<b>16</b>	<b>655</b>	<b>460</b>	<b>16</b>	<b>720</b>	<b>455</b>	<b>16</b>	<b>715</b>	<b>543</b>	<b>16</b>	<b>715</b>	<b>508</b>	<b>17</b>	<b>745</b>	<b>478</b>
Infância e Juventude	13	437	342	13	472	374	13	483	364	13	500	384	13	502	369
População Adulta	17	648	419	17	663	430	17	663	449	17	663	444	17	679	446
Família e Comunidade	1	8	1	1	8	1	1	8	3	1	8	4	1	8	1
<b>São Jorge</b>	<b>31</b>	<b>1 093</b>	<b>762</b>	<b>31</b>	<b>1 143</b>	<b>805</b>	<b>31</b>	<b>1 154</b>	<b>816</b>	<b>31</b>	<b>1 171</b>	<b>832</b>	<b>31</b>	<b>1 189</b>	<b>816</b>
Infância e Juventude	12	364	256	12	364	276	13	385	272	13	398	308	14	477	387
População Adulta	33	1 257	841	32	1 273	860	32	1 292	848	33	1 327	898	33	1 327	880
Família e Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	4
<b>Pico</b>	<b>45</b>	<b>1 621</b>	<b>1 097</b>	<b>44</b>	<b>1 637</b>	<b>1 136</b>	<b>45</b>	<b>1 677</b>	<b>1 120</b>	<b>46</b>	<b>1 725</b>	<b>1 206</b>	<b>48</b>	<b>1 810</b>	<b>1 271</b>
Infância e Juventude	16	872	1 086	16	877	1 132	17	917	1 131	18	957	1 192	20	1 035	1 264
População Adulta	23	1 359	643	25	1 414	691	26	1 432	676	26	1 432	683	26	1 435	682
Família e Comunidade	5	441	332	5	441	345	7	525	359	7	451	332	7	451	336
<b>Faial</b>	<b>44</b>	<b>2 672</b>	<b>2 061</b>	<b>46</b>	<b>2 732</b>	<b>2 168</b>	<b>50</b>	<b>2 874</b>	<b>2 166</b>	<b>51</b>	<b>2 840</b>	<b>2 207</b>	<b>53</b>	<b>2 921</b>	<b>2 282</b>
Infância e Juventude	4	180	155	4	180	159	4	189	159	3	89	74	3	89	67
População Adulta	9	274	159	9	274	163	9	274	153	9	274	155	9	274	149
Família e Comunidade	1	80	10	1	80	9	1	80	9	1	80	9	1	80	9
<b>Flores</b>	<b>14</b>	<b>534</b>	<b>324</b>	<b>14</b>	<b>534</b>	<b>331</b>	<b>14</b>	<b>543</b>	<b>321</b>	<b>13</b>	<b>443</b>	<b>238</b>	<b>13</b>	<b>443</b>	<b>225</b>
Infância e Juventude	2	25	12	2	25	14	3	45	10	2	25	12	2	25	15
População Adulta	3	52	33	3	52	35	3	52	28	3	52	29	3	52	31
Família e Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Corvo</b>	<b>5</b>	<b>77</b>	<b>45</b>	<b>5</b>	<b>77</b>	<b>49</b>	<b>6</b>	<b>97</b>	<b>38</b>	<b>5</b>	<b>77</b>	<b>41</b>	<b>5</b>	<b>77</b>	<b>46</b>
<b>RA Açores</b>	<b>684</b>	<b>33 375</b>	<b>24 342</b>	<b>695</b>	<b>34 064</b>	<b>25 037</b>	<b>713</b>	<b>34 325</b>	<b>24 374</b>	<b>713</b>	<b>34 120</b>	<b>24 359</b>	<b>722</b>	<b>34 666</b>	<b>24 470</b>

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

As respostas sociais na área da *Infância e Juventude* congregam as respostas dirigidas a crianças e jovens, em função da diferenciação de cuidados, ou seja, integra as áreas das crianças e jovens em geral, crianças e jovens em situação de perigo e crianças e jovens com deficiência (estas respostas encontram-se incluídas na área da deficiência).

**Quadro 38 - Evolução do número de respostas sociais para a Infância e Juventude, capacidade e frequência, 2018-2022**

Área de intervenção social/ Resposta social	Açores														
	Nº de Respostas Sociais					Capacidade instalada					Frequência				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	<b>305</b>	<b>308</b>	<b>319</b>	<b>320</b>	<b>325</b>	<b>13 875</b>	<b>14 177</b>	<b>14 358</b>	<b>14 372</b>	<b>14 838</b>	<b>11 162</b>	<b>11 394</b>	<b>11 154</b>	<b>11 520</b>	<b>11 928</b>
<b>Crianças e Jovens</b>	<b>254</b>	<b>257</b>	<b>268</b>	<b>269</b>	<b>274</b>	<b>11 832</b>	<b>12 094</b>	<b>12 275</b>	<b>12 279</b>	<b>12 745</b>	<b>9 877</b>	<b>10 116</b>	<b>9 872</b>	<b>10 194</b>	<b>10 587</b>
Ama	5	5	5	5	5	216	224	224	220	216	151	144	141	136	134
Creche	67	69	71	71	73	2 858	3 019	3 131	3 184	3 301	2 443	2 578	2 639	2 791	2 976
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	47	46	46	46	46	2 245	2 215	2 190	2 137	2 089	1 811	1 808	1 760	1 727	1 742
Centro de Atividades de Tempos Livres	124	126	131	134	137	5 348	5 471	5 387	5 555	5 756	4 014	4 145	4 007	4 302	4 520
Centro de Atividades de Tempos Livres - Ludoteca Ambulante (resposta social, criada especificamente na RAA)	11	11	15	13	13	1 165	1 165	1 343	1 183	1 383	1 458	1 441	1 325	1 238	1 215
<b>Crianças e Jovens em Situação de Perigo</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>2 043</b>	<b>2 083</b>	<b>2 083</b>	<b>2 093</b>	<b>2 093</b>	<b>1 285</b>	<b>1 278</b>	<b>1 282</b>	<b>1 326</b>	<b>1 341</b>
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	4	4	4	4	4	440	440	440	440	440	361	342	349	367	369
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	5	5	5	5	5	337	337	337	337	337	217	205	148	181	177
Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Casa de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens (antigo Lar Infância e Juventude)	32	30	30	30	30	450	390	390	390	390	264	262	253	259	267
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)	10	12	12	12	12	816	916	916	926	926	443	469	532	519	528

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

Nos últimos 5 anos, verificou-se um aumento no número de creches na região (+6). Em 2018 eram 67, passando em 2022 para 73, refletindo-se também num aumento tanto ao nível da capacidade instalada (+443 lugares disponíveis) como da frequência (+533 utentes).

A taxa de utilização das creches nos Açores situa-se acima dos 70% em praticamente todas as ilhas dos Açores, à exceção do Corvo com 41,7%, chegando mesmo as ilhas de Santa Maria, São Miguel e Faial a atingir valores acima da média regional (93,1% e 100%), vendo assim a sua capacidade praticamente esgotada e até mesmo esgotada, como é o caso da ilha do Faial.

Nos Açores, a taxa efetiva de cobertura relativa à resposta social de creche, tem vindo a aumentar nos últimos cinco anos (+12,5 p.p.), consequência da forte aposta no alargamento destes equipamentos sociais, tendo passado de 36,5% em 2018 para 49,0% em 2022.

As creches facilitam a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; permitem assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança; pode prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado; proporcionam condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva e permite promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.

**Quadro 39 – Creche – Número de respostas sociais, capacidade instalada, frequência, taxa efetiva de cobertura, taxa potencial de cobertura e taxa de utilização, por ilha e concelho -2022**

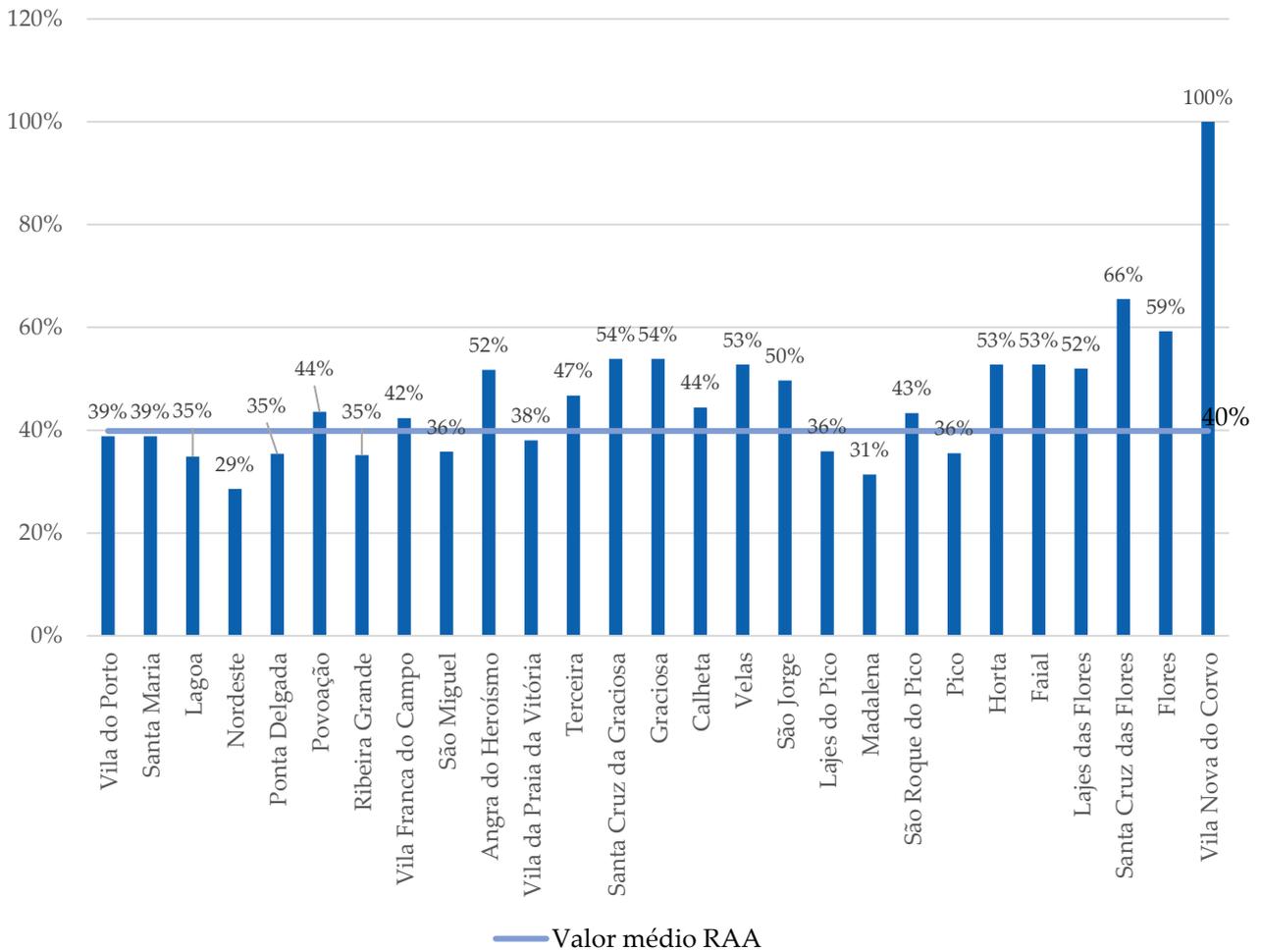
Localização Geográfica	População 0-2 anos (Censos 2021)	Nº de creches 2022	Capacidade instalada 2022	Frequência 2022	Taxa Efetiva de Cobertura	Taxa Potencial de Cobertura	Taxa de Utilização	Taxa Mínima Desejável de Cobertura
Vila do Porto	137	1	58	54	39,4%	42,3%	93,1%	50%
<b>Santa Maria</b>	<b>137</b>	<b>1</b>	<b>58</b>	<b>54</b>	<b>39,4%</b>	<b>42,3%</b>	<b>93,1%</b>	
Lagoa	415	4	159	153	36,9%	38,3%	96,2%	
Nordeste	98	1	23	23	23,5%	23,5%	100,0%	
Ponta Delgada	1 718	20	925	890	51,8%	53,8%	96,2%	
Povoação	124	2	67	57	46,0%	54,0%	85,1%	
Ribeira Grande	1 010	11	445	387	38,3%	44,1%	87,0%	
Vila Franca do Campo	248	3	118	108	43,5%	47,6%	91,5%	
<b>São Miguel</b>	<b>3 613</b>	<b>41</b>	<b>1 737</b>	<b>1 618</b>	<b>44,8%</b>	<b>48,1%</b>	<b>93,1%</b>	
Angra do Heroísmo	814	11	614	541	66,5%	75,4%	88,1%	
Praia da Vitória	459	7	250	232	50,5%	54,5%	92,8%	
<b>Terceira</b>	<b>1 273</b>	<b>18</b>	<b>864</b>	<b>773</b>	<b>60,7%</b>	<b>67,9%</b>	<b>89,5%</b>	
Santa Cruz da Graciosa	109	1	72	50	45,9%	66,1%	69,4%	
<b>Graciosa</b>	<b>109</b>	<b>1</b>	<b>72</b>	<b>50</b>	<b>45,9%</b>	<b>66,1%</b>	<b>69,4%</b>	
Calheta	78	1	57	40	51,3%	73,1%	70,2%	
Velas	110	2	85	67	60,9%	77,3%	78,8%	
<b>São Jorge</b>	<b>188</b>	<b>3</b>	<b>142</b>	<b>107</b>	<b>56,9%</b>	<b>75,5%</b>	<b>75,4%</b>	
Lajes do Pico	102	1	42	35	34,3%	41,2%	83,3%	
Madalena	160	1	58	51	31,9%	36,3%	87,9%	
São Roque do Pico	76	1	48	32	42,1%	63,2%	66,7%	
<b>Pico</b>	<b>338</b>	<b>3</b>	<b>148</b>	<b>118</b>	<b>34,9%</b>	<b>43,8%</b>	<b>79,7%</b>	
Horta	321	3	204	204	63,6%	63,6%	100,0%	
<b>Faial</b>	<b>321</b>	<b>3</b>	<b>204</b>	<b>204</b>	<b>63,6%</b>	<b>63,6%</b>	<b>100,0%</b>	
Lajes das Flores	35	1	25	19	54,3%	71,4%	76,0%	
Santa Cruz das Flores	54	1	39	28	51,9%	72,2%	71,8%	
<b>Flores</b>	<b>89</b>	<b>2</b>	<b>64</b>	<b>47</b>	<b>52,8%</b>	<b>71,9%</b>	<b>73,4%</b>	
Vila Nova do Corvo	10	1	12	5	50,0%	120,0%	41,7%	
<b>Corvo</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>50,0%</b>	<b>120,0%</b>	<b>41,7%</b>	
<b>RA Açores</b>	<b>6 078</b>	<b>73</b>	<b>3 301</b>	<b>2 976</b>	<b>49,0%</b>	<b>54,3%</b>	<b>90,2%</b>	

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

Com a revisão das novas Metas propostas em 2022 pela União Europeia, passando para 50% a taxa mínima desejável de cobertura, verifica-se que os Açores, atingem o valor proposto (54,3% em 2022), com o número de lugares disponíveis existentes, ou seja, desde 2021 que o valor da taxa potencial de cobertura, situa-se acima da meta definida pela União Europeia.

No quadro e gráfico seguintes, que toma como referência o universo das crianças de 1 e 2 anos, beneficiárias do complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens CAAFCJ, constata-se que a taxa de integração em creche de crianças beneficiárias do 1º escalão é de 28,4%, inferior à média para o total das crianças beneficiárias do CAAFCJ, com um valor de 40%.

**Gráfico 94 – Percentagem total de crianças com 1 e 2 anos de idade, beneficiárias do CAAFCJ e integradas em creche, por concelho - Açores 2022<sup>43</sup>**



Fonte: ISSA.

<sup>43</sup> Dados a janeiro de 2023.

**Quadro 40 - Crianças com 1 e 2 anos de idade, beneficiárias do CAAFCJ, integradas em creche, por escalão e por concelho e ilha - Açores 2022**

Concelhos/Ilhas	ESCALÃO 1			ESCALÃO 2			ESCALÃO 3			ESCALÃO 4			TOTAL		
	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)
Vila do Porto	19	4	21,1%	29	13	44,8%	37	15	40,5%	18	8	44,4%	103	40	39%
<b>Santa Maria</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>21,1%</b>	<b>29</b>	<b>13</b>	<b>44,8%</b>	<b>37</b>	<b>15</b>	<b>40,5%</b>	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>44,4%</b>	<b>103</b>	<b>40</b>	<b>39%</b>
Lagoa	91	19	20,9%	96	29	30,2%	108	49	45,4%	55	25	45,5%	350	122	35%
Nordeste	14	3	21,4%	29	4	13,8%	17	7	41,2%	10	6	60,0%	70	20	29%
Ponta Delgada	305	61	20,0%	319	94	29,5%	409	181	44,3%	295	134	45,4%	1328	470	35%
Povoação	24	10	41,7%	38	15	39,5%	28	11	39,3%	11	8	72,7%	101	44	44%
Ribeira Grande	233	65	27,9%	262	86	32,8%	264	95	36,0%	105	58	55,2%	864	304	35%
Vila Franca do Campo	44	13	29,5%	67	23	34,3%	52	26	50,0%	33	21	63,6%	196	83	42%
<b>São Miguel</b>	<b>711</b>	<b>171</b>	<b>24,1%</b>	<b>811</b>	<b>251</b>	<b>30,9%</b>	<b>878</b>	<b>369</b>	<b>42,0%</b>	<b>509</b>	<b>252</b>	<b>49,5%</b>	<b>2909</b>	<b>1043</b>	<b>36%</b>
Angra do Heroísmo	109	44	40,4%	137	66	48,2%	184	100	54,3%	148	89	60,1%	578	299	52%
Vila da Praia da Vitória	58	24	41,4%	78	32	41,0%	102	36	35,3%	91	33	36,3%	329	125	38%
<b>Terceira</b>	<b>167</b>	<b>68</b>	<b>40,7%</b>	<b>215</b>	<b>98</b>	<b>45,6%</b>	<b>286</b>	<b>136</b>	<b>47,6%</b>	<b>239</b>	<b>122</b>	<b>51,0%</b>	<b>907</b>	<b>424</b>	<b>47%</b>
Santa Cruz da Graciosa	17	11	64,7%	21	11	52,4%	21	9	42,9%	19	11	57,9%	78	42	54%
<b>Graciosa</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>64,7%</b>	<b>21</b>	<b>11</b>	<b>52,4%</b>	<b>21</b>	<b>9</b>	<b>42,9%</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>57,9%</b>	<b>78</b>	<b>42</b>	<b>54%</b>
Calheta	4	1	25,0%	15	3	20,0%	24	14	58,3%	11	6	54,5%	54	24	44%
Velas	5	2	40,0%	32	16	50,0%	33	20	60,6%	21	10	47,6%	91	48	53%
<b>São Jorge</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>33,3%</b>	<b>47</b>	<b>19</b>	<b>40,4%</b>	<b>57</b>	<b>34</b>	<b>59,6%</b>	<b>32</b>	<b>16</b>	<b>50,0%</b>	<b>145</b>	<b>72</b>	<b>50%</b>
Lajes do Pico	5	1	20,0%	19	5	26,3%	30	9	30,0%	24	13	54,2%	78	28	36%
Madalena	21	6	28,6%	29	9	31,0%	44	13	29,5%	24	9	37,5%	118	37	31%
São Roque do Pico	11	3	27,3%	17	8	47,1%	14	6	42,9%	18	9	50,0%	60	26	43%
<b>Pico</b>	<b>37</b>	<b>10</b>	<b>27,0%</b>	<b>65</b>	<b>22</b>	<b>33,8%</b>	<b>88</b>	<b>28</b>	<b>31,8%</b>	<b>66</b>	<b>31</b>	<b>47,0%</b>	<b>256</b>	<b>91</b>	<b>36%</b>
Horta	25	7	28,0%	54	28	51,9%	70	40	57,1%	67	39	58,2%	216	114	53%
<b>Faial</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>28,0%</b>	<b>54</b>	<b>28</b>	<b>51,9%</b>	<b>70</b>	<b>40</b>	<b>57,1%</b>	<b>67</b>	<b>39</b>	<b>58,2%</b>	<b>216</b>	<b>114</b>	<b>53%</b>
Lajes das Flores	7	2	28,6%	8	5	62,5%	4	2	50,0%	6	4	66,7%	25	13	52%
Santa Cruz das Flores	5	1	20,0%	6	5	83,3%	10	7	70,0%	8	6	75,0%	29	19	66%
<b>Flores</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>25,0%</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>71,4%</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>64,3%</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>71,4%</b>	<b>54</b>	<b>32</b>	<b>59%</b>
Vila Nova do Corvo	3	3	100,0%			0,0%	1	1	100,0%			#DIV/0!	4	4	100%
<b>Corvo</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>100%</b>
<b>RA Açores</b>	<b>1000</b>	<b>280</b>	<b>28,0%</b>	<b>1256</b>	<b>452</b>	<b>36,0%</b>	<b>1452</b>	<b>641</b>	<b>44,1%</b>	<b>964</b>	<b>489</b>	<b>50,7%</b>	<b>4 672</b>	<b>1 862</b>	<b>40%</b>

Fonte: ISSA

Nos últimos cinco anos, os centros de atividades de tempos livres (CATL), registaram um crescimento de 11% na RAA, mais 12, sendo que a capacidade e frequência acompanharam este aumento em 8% e 13% respetivamente (mais 408 lugares e 506 utentes). De referir que as ilhas das Flores e Corvo não possuem esta resposta social (Carta Social 2022). Todas as ilhas que possuem CATL, registam taxas de ocupação acima, ou relativamente próximas dos 80%, significando a proximidade entre a capacidade instalada e a frequência.

**Quadro 41 - Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – Número de respostas sociais, capacidade instalada, frequência, taxa efetiva de cobertura, taxa potencial de cobertura e taxa de utilização, por concelho e ilha - Açores 2022**

Concelho/Ilha	População 6-10 anos (Censos 2021)	Nº de CATL's	Capacidade instalada	Frequência	Taxa Efetiva de Cobertura	Taxa Potencial de Cobertura	Taxa de Utilização
Vila do Porto	240	4	126	126	52,5%	52,5%	100,0%
<b>Santa Maria</b>	<b>240</b>	<b>4</b>	<b>126</b>	<b>126</b>	<b>52,5%</b>	<b>52,5%</b>	<b>100,0%</b>
Lagoa	776	9	367	340	43,8%	47,3%	92,6%
Nordeste	194	10	210	150	77,3%	108,2%	71,4%
Ponta Delgada	3 283	34	1572	1152	35,1%	47,9%	73,3%
Povoação	266	10	345	252	94,7%	129,7%	73,0%
Ribeira Grande	1 908	19	915	697	36,5%	48,0%	76,2%
Vila Franca do Campo	528	6	320	250	47,3%	60,6%	78,1%
<b>São Miguel</b>	<b>6 955</b>	<b>88</b>	<b>3 729</b>	<b>2 841</b>	<b>40,8%</b>	<b>53,6%</b>	<b>76,2%</b>
Angra do Heroísmo	1 506	14	770	614	40,8%	51,1%	79,7%
Praia da Vitória	876	5	189	179	20,4%	21,6%	94,7%
<b>Terceira</b>	<b>2 382</b>	<b>19</b>	<b>959</b>	<b>793</b>	<b>33,3%</b>	<b>40,3%</b>	<b>82,7%</b>
Santa Cruz da Graciosa	197	4	105	83	42,1%	53,3%	79,0%
<b>Graciosa</b>	<b>197</b>	<b>4</b>	<b>105</b>	<b>83</b>	<b>42,1%</b>	<b>53,3%</b>	<b>79,0%</b>
Calheta	143	2	60	42	29,4%	42,0%	70,0%
Velas	221	2	70	59	26,7%	31,7%	84,3%
<b>São Jorge</b>	<b>364</b>	<b>4</b>	<b>130</b>	<b>101</b>	<b>27,7%</b>	<b>35,7%</b>	<b>77,7%</b>
Lajes do Pico	191	2	103	61	31,9%	53,9%	59,2%
Madalena	314	4	100	97	30,9%	31,8%	97,0%
São Roque do Pico	161	1	40	41	25,5%	24,8%	102,5%
<b>Pico</b>	<b>666</b>	<b>7</b>	<b>243</b>	<b>199</b>	<b>29,9%</b>	<b>36,5%</b>	<b>81,9%</b>
Horta	692	11	464	377	54,5%	67,1%	81,3%
<b>Faial</b>	<b>692</b>	<b>11</b>	<b>464</b>	<b>377</b>	<b>54,5%</b>	<b>67,1%</b>	<b>81,3%</b>
Lajes das Flores	48	0	0	0	0,0%	0,0%	n. a.
Santa Cruz das Flores	92	0	0	0	0,0%	0,0%	n. a.
<b>Flores</b>	<b>140</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	n. a.
Vila Nova do Corvo	17	0	0	0	0,0%	0,0%	n.a
<b>Corvo</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	n.a
<b>RA Açores</b>	<b>11 653</b>	<b>137</b>	<b>5 756</b>	<b>4 520</b>	<b>38,8%</b>	<b>49,4%</b>	<b>78,5%</b>

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

Na área da *População Adulta*, inserem-se as respostas sociais que visam assegurar a prevenção e reparação das situações de carência e dependência, assegurando especial proteção aos grupos mais vulneráveis, designadamente das pessoas idosas; pessoas com deficiência; pessoas com doença mental e pessoas em situação de sem abrigo.

Constata-se um crescimento no número de respostas sociais no período 2018-2022 (+7), registando-se um crescimento na capacidade instalada (+345 lugares) e uma diminuição na frequência (-88 utentes). É a ilha de São Miguel que dispõe do maior número de respostas sociais para a população adulta (121) seguindo-se a Terceira (75), Pico (33) e Faial (26).

No ano de 2022, a Região passou a dispor de mais duas respostas sociais para as pessoas idosas quando comparamos com o ano de 2018, com conseqüente crescimento no número de lugares disponíveis (+79 lugares).

Ao nível do número de respostas, o maior crescimento verifica-se nos centros de dia (+3) e nas estruturas residenciais para idosos (+2).

**Quadro 42 - Evolução do número de respostas sociais para a População Adulta, capacidade e frequência Açores 2018-2022**

Área de intervenção social/ subárea de intervenção social	Respostas Sociais					Capacidade instalada					Frequência				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
<b>POPULAÇÃO ADULTA</b>	<b>294</b>	<b>298</b>	<b>301</b>	<b>300</b>	<b>301</b>	<b>11 944</b>	<b>12 162</b>	<b>12 238</b>	<b>12 199</b>	<b>12 289</b>	<b>8 215</b>	<b>8 380</b>	<b>8 099</b>	<b>8 010</b>	<b>8 127</b>
<b>Pessoas idosas</b>	<b>235</b>	<b>238</b>	<b>238</b>	<b>237</b>	<b>237</b>	<b>10 091</b>	<b>10 139</b>	<b>10 143</b>	<b>10 104</b>	<b>10 170</b>	<b>6 607</b>	<b>6 623</b>	<b>6 440</b>	<b>6 416</b>	<b>6 461</b>
Serviço de Apoio Domiciliário	40	40	40	41	41	3 000	3 000	3 011	3 032	3 147	1 739	1 728	1 753	1 836	1 903
Apoio Domiciliário Integrado	2	2	1	1	1	110	110	40	40	40	26	11	5	5	5
Centro de Convívio	132	133	132	130	129	4 984	4 956	4 947	4 872	4 832	3 158	3 067	2 945	2 794	2 714
Centro de Dia	24	26	26	26	27	532	559	585	600	600	326	401	356	364	398
Centro de Noite	2	2	2	2	2	23	23	16	16	16	10	13	16	13	16
Residências	3	3	3	3	3	71	71	71	71	71	49	48	47	47	51
Estrutura Residencial para Idosos	32	32	34	34	34	1 371	1 420	1 473	1 473	1 464	1 299	1 355	1 318	1 357	1 374
<b>Pessoas com deficiência</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>1 528</b>	<b>1 692</b>	<b>1 764</b>	<b>1 764</b>	<b>1 778</b>	<b>1 285</b>	<b>1 445</b>	<b>1 402</b>	<b>1 420</b>	<b>1 471</b>
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social	15	14	14	14	14	596	595	595	595	595	499	504	442	468	471
Serviço de Apoio Domiciliário	0	0	3	3	3	0	0	39	39	39	0	0	0	0	0
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	16	15	15	15	15	592	590	590	590	590	524	519	524	524	517
Lar Residencial	12	12	12	12	12	135	135	144	144	147	120	124	132	133	134
Transporte de Pessoas com Deficiência	8	10	10	10	10	205	372	396	396	407	142	298	304	295	349
<b>Pessoas com doença mental</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>127</b>	<b>133</b>	<b>133</b>	<b>133</b>	<b>143</b>	<b>126</b>	<b>132</b>	<b>116</b>	<b>126</b>	<b>132</b>
Fórum Sócio -Ocupacional	2	2	2	2	3	95	95	95	95	105	95	95	84	91	100
Unidade de Vida Protegida	4	4	4	4	4	32	33	33	33	33	31	32	31	30	28
Unidade de Vida Autónoma	0	1	1	1	1	0	5	5	5	5	0	5	1	5	4
<b>Pessoas em situação de sem abrigo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	<b>197</b>	<b>180</b>	<b>141</b>	<b>48</b>	<b>63</b>
Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo	2	2	2	2	2	198	198	198	198	198	197	180	141	48	63

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

Os serviços de apoio domiciliário prestam cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária (*Nomenclaturas – Respostas Sociais, Direção-Geral da Segurança Social 2022*).

A Região Autónoma dos Açores conta 41 serviços de apoio domiciliário, distribuídos por todos os concelhos, os quais têm uma capacidade instalada para 3 147 utentes e uma frequência de 1 903. Quando comparamos a evolução a partir de 2018, verificamos que a capacidade instalada e a frequência aumentaram 4,9% e 9,4% respetivamente (+147 lugares e +164 utentes).

A taxa efetiva de cobertura média na RAA é 4,9% (cerca de 1 p.p. abaixo da taxa mínima desejável de cobertura). Contudo, verificamos valores muito díspares entre os diferentes concelhos, a variar entre 2,5% no concelho de Lagoa e 10,3% nas Velas. De salientar as baixas taxas de cobertura nos concelhos de Lagoa (2,5%), Ponta Delgada (3,3%), Lajes do Pico (3,6%) e Vila Franca do Campo (3,7%).

**Quadro 43 - Serviço de Apoio Domiciliário – Número de respostas sociais, capacidade instalada, frequência, taxa efetiva de cobertura, taxa potencial de cobertura e taxa de utilização, por ilha e concelho Açores 2022**

Concelho/Ilha	População total (Censos 2021)	População ≥ 65 anos (Censos 2021)	Nº de SAD's	Capacidade instalada	Frequência	Taxa Efetiva de Cobertura	Taxa Potencial de Cobertura	Taxa Mínima Desejável de Cobertura
Vila do Porto	5 406	945	1	40	40	4,2%	4,2%	6,0%
<b>Santa Maria</b>	<b>5 406</b>	<b>945</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,2%</b>	
Lagoa	14 189	1 820	1	46	45	2,5%	2,5%	
Nordeste	4 368	924	1	110	51	5,5%	11,9%	
Ponta Delgada	67 229	10 102	8	591	329	3,3%	5,9%	
Povoação	5 791	1 001	1	100	72	7,2%	10,0%	
Ribeira Grande	31 388	3 341	2	250	166	5,0%	7,5%	
Vila Franca do Campo	10 323	1 539	1	60	57	3,7%	3,9%	
<b>São Miguel</b>	<b>133 288</b>	<b>18 727</b>	<b>14</b>	<b>1 157</b>	<b>720</b>	<b>3,8%</b>	<b>6,2%</b>	
Angra do Heroísmo	33 771	6 511	4	483	333	5,1%	7,4%	
Praia da Vitória	19 463	3 572	3	225	185	5,2%	6,3%	
<b>Terceira</b>	<b>53 234</b>	<b>10 083</b>	<b>7</b>	<b>708</b>	<b>518</b>	<b>5,1%</b>	<b>7,0%</b>	
Santa Cruz da Graciosa	4 090	890	2	118	54	6,1%	13,3%	
<b>Graciosa</b>	<b>4 090</b>	<b>890</b>	<b>2</b>	<b>118</b>	<b>54</b>	<b>6,1%</b>	<b>13,3%</b>	
Calheta	3 437	813	2	130	82	10,1%	16,0%	
Velas	4 936	1 031	2	179	106	10,3%	17,4%	
<b>São Jorge</b>	<b>8 373</b>	<b>1 844</b>	<b>4</b>	<b>309</b>	<b>188</b>	<b>10,2%</b>	<b>16,8%</b>	
Lajes do Pico	4 340	1 079	1	100	39	3,6%	9,3%	
Madalena	6 319	1 262	1	80	62	4,9%	6,3%	
São Roque do Pico	3 220	684	3	135	57	8,3%	19,7%	
<b>Pico</b>	<b>13 879</b>	<b>3 025</b>	<b>5</b>	<b>315</b>	<b>158</b>	<b>5,2%</b>	<b>10,4%</b>	

Concelho/Ilha	População total (Censos 2021)	População ≥ 65 anos (Censos 2021)	Nº de SAD's	Capacidade instalada	Frequência	Taxa Efetiva de Cobertura	Taxa Potencial de Cobertura	Taxa Mínima Desejável de Cobertura
Horta	14 331	2 857	4	417	179	6,3%	14,6%	
<b>Faial</b>	<b>14 331</b>	<b>2 857</b>	<b>4</b>	<b>417</b>	<b>179</b>	<b>6,3%</b>	<b>14,6%</b>	
Lajes das Flores	1 408	292	1	36	22	7,5%	12,3%	
Santa Cruz das Flores	2 020	387	2	33	20	5,2%	8,5%	
<b>Flores</b>	<b>3 428</b>	<b>679</b>	<b>3</b>	<b>69</b>	<b>42</b>	<b>6,2%</b>	<b>10,2%</b>	
Vila Nova do Corvo	384	59	1	14	4	6,8%	23,7%	
<b>Corvo</b>	<b>384</b>	<b>59</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>6,8%</b>	<b>23,7%</b>	
<b>RA Açores</b>	<b>236 413</b>	<b>39 109</b>	<b>41</b>	<b>3 147</b>	<b>1 903</b>	<b>4,9%</b>	<b>8,0%</b>	

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

Em 2022, a RAA passou a contar com 27 centros de dia. Apenas as ilhas Graciosa, Flores e Corvo, não dispõem desta resposta social. É o concelho de Angra do Heroísmo que regista o maior número de centros de dia (5), seguido da Ribeira Grande e Ponta Delgada (4).

No que se refere à taxa efetiva de cobertura dos centros de dia, as mesmas variam entre 0,2% no concelho das Lajes do Pico e 3,6% no de Velas, sendo o valor médio regional de 1,0%, menos 3,5 p. p. do que a taxa mínima desejável de cobertura (4,5%).

**Quadro 44 - Taxas de cobertura das Centros de Dia, por ilha e concelho - Açores 2022**

Concelho/Ilha	Nº de Centros de Dia 2022	Capacidade instalada 2022	Frequência 31-12-2022	Taxa Efetiva de Cobertura 2022	Taxa Potencial de Cobertura 2022	Taxa Mínima Desejável de Cobertura
Vila do Porto	1	20	20	2,1%	2,1%	<b>4,5%</b>
<b>Santa Maria</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,1%</b>	
Lagoa	1	12	12	0,7%	0,7%	
Nordeste	1	12	12	1,3%	1,3%	
Ponta Delgada	4	90	65	0,6%	0,9%	
Povoação	1	10	4	0,4%	1,0%	
Ribeira Grande	4	161	88	2,6%	4,8%	
Vila Franca do Campo	0	0	0	0,0%	0,0%	
<b>São Miguel</b>	<b>11</b>	<b>285</b>	<b>181</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,5%</b>	
Angra do Heroísmo	5	115	57	0,9%	1,8%	
Praia da Vitória	2	25	17	0,5%	0,7%	
<b>Terceira</b>	<b>7</b>	<b>140</b>	<b>74</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,4%</b>	
Santa Cruz da Graciosa	0	0	0	0,0%	0,0%	
<b>Graciosa</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	
Calheta	1	20	14	1,7%	2,5%	
Velas	2	40	37	3,6%	3,9%	
<b>São Jorge</b>	<b>3</b>	<b>60</b>	<b>51</b>	<b>2,8%</b>	<b>3,3%</b>	
Lajes do Pico	1	5	2	0,2%	0,5%	
Madalena	1	10	6	0,5%	0,8%	
São Roque do Pico	0	0	0	0,0%	0,0%	

Concelho/Ilha	Nº de Centros de Dia 2022	Capacidade instalada 2022	Frequência 31-12-2022	Taxa Efetiva de Cobertura 2022	Taxa Potencial de Cobertura 2022	Taxa Mínima Desejável de Cobertura
<b>Pico</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,5%</b>	
Horta	3	80	64	2,2%	2,8%	
<b>Faial</b>	<b>3</b>	<b>80</b>	<b>64</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,8%</b>	
Lajes das Flores	0	0	0	0,0%	0,0%	
Santa Cruz das Flores	0	0	0	0,0%	0,0%	
<b>Flores</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	
Vila Nova do Corvo	0	0	0	0,0%	0,0%	
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Açores</b>	<b>27</b>	<b>600</b>	<b>398</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,5%</b>	

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

A Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), anteriormente designada como Lar de Idosos, constitui-se como uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem.

De realçar que o concelho de Angra do Heroísmo é o que dispõe do maior número de ERPI (8), enquanto o concelho de Ponta Delgada, com mais população idosa, conta com apenas quatro respostas.

A taxa de ocupação na maior parte das ERPI está próxima dos 100%, chegando mesmo os concelhos de Calheta, em São Jorge e, o concelho da Madalena e São Roque do Pico, a ter a sua capacidade esgotada. O concelho de Vila Nova do Corvo, apresenta a taxa de ocupação mais baixa (64%).

No que se refere à TEC, o valor médio regional é de 3,6%, próxima da taxa mínima desejável de cobertura (4%), sendo os valores mais baixos nos concelhos de Ponta Delgada (1,5%) e Praia da Vitória (2,0%) e os mais elevados nos de Vila Nova do Corvo (15,3%) e Santa Cruz das Flores (10,3%). Verifica-se assim uma discrepância considerável das taxas de cobertura (efetiva e potencial) entre os diferentes concelhos.

Quadro 45 - Taxas de cobertura das Estruturas Residenciais para Idosos - Açores 2022

Concelho/Ilha	População ≥ 65 anos (Censos 2021)	Nº de ERPI	Capacidade instalada	Frequência	Taxa Efetiva de Cobertura	Taxa Potencial de Cobertura	Taxa Mínima Desejável de Cobertura
Vila do Porto	945	2	69	63	6,7%	7,3%	4%
<b>Santa Maria</b>	<b>945</b>	<b>2</b>	<b>69</b>	<b>63</b>	<b>6,7%</b>	<b>7,3%</b>	
Lagoa	1 820	1	48	46	2,5%	2,6%	
Nordeste	924	1	55	50	5,4%	6,0%	
Ponta Delgada	10 102	4	161	151	1,5%	1,6%	
Povoação	1 001	1	46	44	4,4%	4,6%	
Ribeira Grande	3 341	4	167	159	4,8%	5,0%	
Vila Franca do Campo	1 539	2	46	39	2,5%	3,0%	
<b>São Miguel</b>	<b>18 727</b>	<b>13</b>	<b>523</b>	<b>489</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,8%</b>	
Angra do Heroísmo	6 511	8	335	305	4,7%	5,1%	
Praia da Vitória	3 572	2	85	71	2,0%	2,4%	
<b>Terceira</b>	<b>10 083</b>	<b>10</b>	<b>420</b>	<b>376</b>	<b>3,7%</b>	<b>4,2%</b>	
Santa Cruz da Graciosa	890	2	92	89	10,0%	10,3%	
<b>Graciosa</b>	<b>890</b>	<b>2</b>	<b>92</b>	<b>89</b>	<b>10,0%</b>	<b>10,3%</b>	
Calheta	813	1	30	30	3,7%	3,7%	
Velas	1 031	1	81	80	7,8%	7,9%	
<b>São Jorge</b>	<b>1 844</b>	<b>2</b>	<b>111</b>	<b>110</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,0%</b>	
Lajes do Pico	1 079	2	51	50	4,6%	4,7%	
Madalena	1 262	1	74	74	5,9%	5,9%	
São Roque do Pico	684	1	30	30	4,4%	4,4%	
<b>Pico</b>	<b>3 025</b>	<b>4</b>	<b>155</b>	<b>154</b>	<b>5,1%</b>	<b>5,1%</b>	
Horta	2 857	1	81	77	2,7%	2,8%	
<b>Faial</b>	<b>2 857</b>	<b>1</b>	<b>81</b>	<b>77</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,8%</b>	
Lajes das Flores	292	1	33	30	10,3%	11,3%	
Santa Cruz das Flores	387	1	37	28	7,2%	9,6%	
<b>Flores</b>	<b>679</b>	<b>2</b>	<b>70</b>	<b>58</b>	<b>8,5%</b>	<b>10,3%</b>	
Vila Nova do Corvo	59	1	14	9	15,3%	23,7%	
<b>Corvo</b>	<b>59</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>15,3%</b>	<b>23,7%</b>	
<b>RA Açores</b>	<b>39 109</b>	<b>37</b>	<b>1 535</b>	<b>1 425</b>	<b>3,6%</b>	<b>3,9%</b>	

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

No âmbito das *Pessoas com Deficiência*, as respostas sociais têm como objetivos promover a valorização pessoal, o desenvolvimento de autoestima e de autonomia e a integração social.

Nos Açores, existem as seguintes respostas sociais: Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI); Lar Residencial; Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD); Transporte de Pessoas com Deficiência e Serviço de Apoio Domiciliário.

O número total de respostas sociais para as pessoas com deficiência passou de 51 para 54 no período em análise. A capacidade instalada e a frequência tiveram um crescimento significativo de mais 250 lugares e 186 utentes, respetivamente.

À exceção dos concelhos de Lajes do Pico, São Roque do Pico, Lajes das Flores e de Vila Nova do Corvo todos possuem pelo menos uma resposta social para este público-alvo, registando-se o maior número nos concelhos de Ponta Delgada (19) e de Angra do Heroísmo (6).

**Quadro 46 - Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência, capacidade instalada e frequência, por ilha e concelho, Açores 2018-2022**

Concelho/Ilha	Período de referência														
	2018			2019			2020			2021			2022		
	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas Sociais	Capacidade Instalada	Frequência
Vila do Porto	1	25	19	1	25	17	1	25	18	1	25	19	1	25	14
<b>Santa Maria</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>14</b>
Lagoa	1	25	25	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30
Nordeste	3	41	34	4	61	56	3	53	40	3	53	46	3	53	47
Ponta Delgada	18	663	620	17	746	666	19	795	628	19	795	650	19	806	706
Povoação	2	32	31	2	32	28	2	34	27	2	34	26	2	34	24
Ribeira Grande	4	131	95	4	131	92	4	131	103	4	131	101	4	132	102
Vila Franca do Campo	1	70	50	2	118	102	2	118	100	2	118	89	2	118	107
<b>São Miguel</b>	<b>29</b>	<b>962</b>	<b>855</b>	<b>30</b>	<b>1 118</b>	<b>974</b>	<b>31</b>	<b>1 161</b>	<b>928</b>	<b>31</b>	<b>1 161</b>	<b>942</b>	<b>31</b>	<b>1 173</b>	<b>1 016</b>
Angra do Heroísmo	5	152	125	5	152	130	6	162	135	6	162	133	6	162	134
Praia da Vitória	2	40	39	2	45	42	3	55	42	3	55	42	3	57	44
<b>Terceira</b>	<b>7</b>	<b>192</b>	<b>164</b>	<b>7</b>	<b>197</b>	<b>172</b>	<b>9</b>	<b>217</b>	<b>177</b>	<b>9</b>	<b>217</b>	<b>175</b>	<b>9</b>	<b>219</b>	<b>178</b>
Santa Cruz da Graciosa	1	10	7	1	10	7	1	10	7	1	10	7	1	10	5
<b>Graciosa</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>5</b>
Calheta	1	25	20	1	25	23	1	25	24	1	25	24	1	25	24
Velas	3	41	34	3	41	36	3	41	36	3	41	36	3	41	30
<b>São Jorge</b>	<b>4</b>	<b>66</b>	<b>54</b>	<b>4</b>	<b>66</b>	<b>59</b>	<b>4</b>	<b>66</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>66</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>66</b>	<b>54</b>
Lajes do Pico	1	35	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Madalena	2	47	47	3	87	87	3	96	95	3	96	96	3	96	96
São Roque do Pico	1	7	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Pico</b>	<b>4</b>	<b>89</b>	<b>62</b>	<b>3</b>	<b>87</b>	<b>87</b>	<b>3</b>	<b>96</b>	<b>95</b>	<b>3</b>	<b>96</b>	<b>96</b>	<b>3</b>	<b>96</b>	<b>96</b>
Horta	4	134	112	4	139	118	4	139	106	4	139	110	4	139	97
<b>Faial</b>	<b>4</b>	<b>134</b>	<b>112</b>	<b>4</b>	<b>139</b>	<b>118</b>	<b>4</b>	<b>139</b>	<b>106</b>	<b>4</b>	<b>139</b>	<b>110</b>	<b>4</b>	<b>139</b>	<b>97</b>
Santa Cruz das Flores	1	50	12	1	50	11	1	50	11	1	50	11	1	50	11
<b>Flores</b>	<b>1</b>	<b>50</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>50</b>	<b>11</b>									
<b>RA Açores</b>	<b>51</b>	<b>1 528</b>	<b>1 285</b>	<b>51</b>	<b>1 692</b>	<b>1 445</b>	<b>54</b>	<b>1 764</b>	<b>1 402</b>	<b>54</b>	<b>1 764</b>	<b>1 420</b>	<b>54</b>	<b>1 778</b>	<b>1 471</b>

Os centros de atividades e capacitação para a inclusão (CACI)<sup>44</sup> constituem-se como uma das respostas sociais mais importantes para as pessoas com deficiência “destinados a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade”. (Nomenclaturas – Respostas Sociais, Direção-Geral da Segurança Social 2022).

À semelhança dos últimos anos, a RAA dispunha em 2022, de 15 CACI, com uma capacidade instalada e frequência de 590 e 517, respetivamente. Os concelhos de Lagoa, Lajes do Pico, São Roque do Pico e as ilhas das Flores e Corvo não dispõem desta resposta social.

**Quadro 47 - Evolução do número de centros de atividades e capacitação para a inclusão, da capacidade instalada e frequência, por ilha e concelho, Açores 2018-2022**

Concelho/Ilha	Período de referência														
	2018			2019			2020			2021			2022		
	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência
Vila do Porto	1	25	19	1	25	17	1	25	18	1	25	19	1	25	14
<b>Santa Maria</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>14</b>
Lagoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	1	25	20	1	25	20	1	25	20	1	25	23	1	25	23
Ponta Delgada	3	162	161	2	145	140	2	145	138	2	145	135	2	145	133
Povoação	1	20	19	1	20	16	1	20	15	1	20	14	1	20	13
Ribeira Grande	2	90	69	2	90	66	2	90	77	2	90	76	2	90	76
Vila Franca do Campo	1	70	50	1	70	54	1	70	52	1	70	53	1	70	59
<b>São Miguel</b>	<b>8</b>	<b>367</b>	<b>319</b>	<b>7</b>	<b>350</b>	<b>296</b>	<b>7</b>	<b>350</b>	<b>302</b>	<b>7</b>	<b>350</b>	<b>301</b>	<b>7</b>	<b>350</b>	<b>304</b>
Angra do Heroísmo	1	50	44	1	50	48	1	50	49	1	50	49	1	50	50
Praia da Vitória	1	30	30	1	35	33	1	35	33	1	35	33	1	35	34
<b>Terceira</b>	<b>2</b>	<b>80</b>	<b>74</b>	<b>2</b>	<b>85</b>	<b>81</b>	<b>2</b>	<b>85</b>	<b>82</b>	<b>2</b>	<b>85</b>	<b>82</b>	<b>2</b>	<b>85</b>	<b>84</b>
Santa Cruz da Graciosa	1	10	7	1	10	7	1	10	7	1	10	7	1	10	5
<b>Graciosa</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>5</b>
Calheta	1	25	20	1	25	23	1	25	24	1	25	24	1	25	24
Velas	1	20	20	1	20	20	1	20	18	1	20	18	1	20	15
<b>São Jorge</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>43</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>42</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>42</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>39</b>
Lajes do Pico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Madalena	1	35	35	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40
São Roque do Pico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Pico</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>40</b>									
Horta	1	30	30	1	35	35	1	35	33	1	35	33	1	35	31

<sup>44</sup> A designação de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) foi substituída pela designação Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), regulamentados pela Portaria n.º 70/2021, de 26 de março.

Concelho/Ilha	Período de referência														
	2018			2019			2020			2021			2022		
	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência
<b>Faial</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>31</b>
Lajes das Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz das Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Flores</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Vila Nova do Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RA Açores</b>	<b>16</b>	<b>592</b>	<b>524</b>	<b>15</b>	<b>590</b>	<b>519</b>	<b>15</b>	<b>590</b>	<b>524</b>	<b>15</b>	<b>590</b>	<b>524</b>	<b>15</b>	<b>590</b>	<b>517</b>

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

O Lar Residencial é uma “resposta social destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade, que se encontrem impedidas, de residir no seu meio familiar. Esta resposta social tem com objetivo: contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos residentes; promover estratégias de reforço de autoestima pessoal e da capacidade para a organização das atividades de vida diária; promover ou manter a funcionalidade e a autonomia do residente; facilitar a integração em outras estruturas, serviços ou estabelecimentos mais adequados ao projeto de vida dos residentes; promover a interação com a família e com a comunidade”. (Nomenclaturas – Respostas Sociais, Direção-Geral da Segurança Social 2022).

**Quadro 48 - Evolução do número de Lares Residenciais, capacidade instalada e frequência, por ilha e concelho, Açores 2018-2022**

Localização Geográfica	Período de referência														
	2018			2019			2020			2021			2022		
	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência
Vila do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Santa Maria</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Lagoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	1	8	7	1	8	8	1	8	7	1	8	6	1	8	8
Ponta Delgada	4	49	46	4	49	47	4	49	46	4	49	47	4	49	46
Povoação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Grande	1	6	6	1	6	6	1	6	6	1	6	6	1	7	7
Vila Franca do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>São Miguel</b>	<b>6</b>	<b>63</b>	<b>59</b>	<b>6</b>	<b>63</b>	<b>61</b>	<b>6</b>	<b>63</b>	<b>59</b>	<b>6</b>	<b>63</b>	<b>59</b>	<b>6</b>	<b>64</b>	<b>61</b>
Angra do Heroísmo	1	15	12	1	15	12	1	15	13	1	15	12	1	15	13
Praia da Vitória	1	10	9	1	10	9	1	10	9	1	10	9	1	12	10
<b>Terceira</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>23</b>

Localização Geográfica	Período de referência														
	2018			2019			2020			2021			2022		
	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência	Respostas sociais	Capacidade Instalada	Frequência
Santa Cruz da Graciosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Graciosa</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Calheta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Velas	2	21	14	2	21	16	2	21	18	2	21	18	2	21	15
<b>São Jorge</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>15</b>
Lajes do Pico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Madalena	1	12	12	1	12	12	1	21	20	1	21	21	1	21	21
São Roque do Pico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Pico</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
Horta	1	14	14	1	14	14	1	14	13	1	14	14	1	14	14
<b>Faial</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
Lajes das Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz das Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Flores</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Vila Nova do Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Corvo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RA Açores</b>	<b>12</b>	<b>135</b>	<b>120</b>	<b>12</b>	<b>135</b>	<b>124</b>	<b>12</b>	<b>144</b>	<b>132</b>	<b>12</b>	<b>144</b>	<b>133</b>	<b>12</b>	<b>147</b>	<b>134</b>

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

As respostas sociais no âmbito da *Família e Comunidade* constituem um conjunto de serviços ou equipamentos sociais que têm como objetivo ajudar as pessoas e famílias com vulnerabilidade ou fragilidade social e económica, designadamente as famílias e comunidade em geral, pessoas com comportamentos aditivos e pessoas vítimas de violência doméstica. (*Segurança Social: Família e Comunidade, 2022*).

No ano de 2022 existiam, na RAA, 96 respostas sociais dirigidas à *Família e Comunidade*, (mais 3 do que no ano anterior e mais 11 do que em 2018), com uma capacidade instalada total para 7 539 lugares e uma frequência de 4 415 utentes. De salientar que as ilhas Graciosa e Corvo não dispõem de nenhuma resposta neste âmbito.

**Quadro 49 - Evolução do número de respostas sociais para a Família e Comunidade, capacidade instalada e frequência, por área de intervenção e subtipologia, Açores, 2018-2022**

Área de intervenção social/subárea de intervenção social	Respostas Sociais					Capacidade Instalada					Frequência				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
<b>FAMÍLIA E COMUNIDADE</b>	<b>85</b>	<b>89</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	<b>96</b>	<b>7 556</b>	<b>7 725</b>	<b>7 729</b>	<b>7 549</b>	<b>7 539</b>	<b>4 965</b>	<b>5 263</b>	<b>5 121</b>	<b>4 829</b>	<b>4 415</b>
<b>Família e Comunidade em Geral</b>	<b>73</b>	<b>77</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	<b>84</b>	<b>6 901</b>	<b>7 070</b>	<b>6 994</b>	<b>6 814</b>	<b>6 820</b>	<b>4 674</b>	<b>4 951</b>	<b>4 725</b>	<b>4 404</b>	<b>4 013</b>
Atendimento/Acompanhamento Social	18	19	17	18	18	2 610	2 710	2 540	2 530	2 550	1 844	1 974	1 921	1 956	1 911
Centro Comunitário	38	40	44	42	45	3 825	3 925	3 981	3 821	3 801	2 492	2 671	2 537	2 147	1 790
Centro de Férias e Lazer	0	0	1	1	1	0	0	34	34	34	0	0	0	0	0
Refeitório/Cantina Social	1	1	1	1	1	100	100	100	100	100	54	53	54	53	52
Centro de Alojamento Temporário	14	16	16	17	18	206	255	259	249	255	124	173	133	171	180
Ajuda Alimentar	2	1	1	1	1	160	80	80	80	80	160	80	80	77	80
<b>Pessoas com comportamentos aditivos</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>242</b>	<b>242</b>	<b>322</b>	<b>322</b>	<b>306</b>	<b>134</b>	<b>114</b>	<b>203</b>	<b>198</b>	<b>166</b>
Equipa de Intervenção Direta	2	2	3	3	3	210	210	290	290	290	121	105	195	190	158
Apartamento Reinserção Social	2	2	2	2	1	32	32	32	32	16	13	9	8	8	8
<b>Pessoas vítimas de violência doméstica</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>413</b>	<b>413</b>	<b>413</b>	<b>413</b>	<b>413</b>	<b>157</b>	<b>198</b>	<b>193</b>	<b>227</b>	<b>236</b>
Estrutura de Atendimento	4	4	4	4	4	360	360	360	360	360	136	173	176	206	208
Casa de Abrigo	4	4	4	4	4	53	53	53	53	53	21	25	17	21	28

Fonte: Carta Social 2022, VPGR.

## Conclusão

Do anteriormente exposto, importaria, agora, salientar os aspetos mais relevantes.

A evolução da economia regional, medida através do Produto Interno Bruto (PIB), per capita tem seguido a tendência nacional, todavia ainda bastante abaixo do valor médio do país, o mesmo acontecendo com o rendimento disponível bruto das famílias e com o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. O poder de compra na RAA tem vindo a convergir com o resto do país, observando-se, no entanto, uma disparidade assinalável entre os vários concelhos da Região

Os Açores são, em termos globais, a região mais jovem do país e com maior percentagem de agregados familiares com cinco ou mais elementos. Contudo, regista-se uma distribuição bastante desigual no que se refere à proporção de jovens e idosos nas diferentes ilhas e concelhos. Porém, e de acordo com os Censos 2021 a RAA tem vindo a perder população em todas as ilhas. Releva que algumas ilhas e concelhos apresentam índices de envelhecimento muito elevados, com acentuada perda de população, e em marcado contraste com o caso da ilha de São Miguel.

De acordo com os indicadores de saúde utilizados no presente Diagnóstico, verificamos que a esperança média de vida à nascença, a taxa de fecundidade na adolescência, a prevalência de obesidade e de excesso de peso nas crianças e a situação em matéria de drogas e toxicodependência apresentam valores preocupantes.

No que se refere à Educação nos Açores, os progressos alcançados são notórios, mas continuam a verificar-se níveis elevados de retenção no ensino regular, com maior expressão no 3º ciclo e no ensino secundário. É, no entanto, a ainda muito elevada taxa de abandono precoce de educação e de formação, com um valor quatro vezes superior à média nacional, a maior preocupação neste âmbito.

Relativamente ao mercado de trabalho, constata-se que o número de desempregados e de pessoas a receber prestações de desemprego tem vindo a decrescer, acompanhado por uma redução da taxa de desemprego, apresentando-se, em 2022 com um valor igual à média nacional, (6,0%). De salientar a descida muito acentuada no número de ocupados.

Em 2022, a taxa de desemprego (valor médio), entre os jovens dos 15 aos 24 anos foi de 17,5%, agora abaixo da média nacional (19,0%). Por sua vez, a taxa de desemprego dos jovens dos 25 aos 34 anos tem vindo a descer, apresentando, também, valores próximos da média do país (7,3% face a 8,0% no todo nacional).

Acresce, ainda, referir que a taxa de jovens com idades entre 15 e 24 anos não empregados, que não estão integrados em qualquer contexto de educação ou formação (NEEF) era de 16,7%, valor muito superior à média nacional (9,4%). Todavia, os dados do desemprego jovem dos Açores devem ser lidos com acrescida prudência, atendendo à exiguidade da amostra do INE referente a esta população.

De salientar ainda que é na RAA que se observa a menor proporção de população ativa com ensino secundário e superior e, inversamente, com a maior percentagem com apenas o ensino básico.

A partir dos dados do ICOR verifica-se que nos anos de 2021 e de 2022, regista-se uma nova subida da taxa de risco de pobreza após transferências sociais. Neste último ano, embora tenha havido uma ligeira ascensão do valor médio nacional (0,6 p.p.), na RAA foi de 1 p.p., ficando esta ainda a uma distância de 9,1 p.p. em relação ao todo nacional. Continuam as regiões autónomas dos Açores e da Madeira a apresentar as taxas de risco de pobreza mais elevadas, sendo que se verificou uma tendência inversa quando comparadas, com subida na RAA e descida na RAM.

O risco de pobreza ou exclusão social diminuiu em quase todas as regiões NUTS II, com exceção da Região Autónoma dos Açores e da Área Metropolitana de Lisboa.

A percentagem de pessoas em privação material e social severa, entre 2022 e 2023, reduziu-se em todas as regiões do país, à exceção da Área Metropolitana de Lisboa e dos Açores, fixando-se ainda em mais do dobro da média nacional.

Em 2022, a proporção da população com menos de 65 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral per capita muito reduzida foi de 2,6 p.p. acima da média nacional. No caso dos Açores, o índice de Gini para 2022, foi superior à média nacional e o mais elevado por regiões.

Recorrendo aos dados do RSI, como indicador de pobreza, a distribuição territorial é claramente desigual. O peso dos beneficiários do RSI face à população total é, na RAA, de 4,1%, (dezembro de 2022), oscilando entre os valores mais elevados, registados na ilha de São Miguel - com destaque para o concelho de Ribeira Grande - e os mais baixos, verificados nas ilhas de São Jorge, Pico, Faial e Flores. Destaca-se, no entanto, a muito significativa descida do número de beneficiários, entre os anos de 2017 e 2022, menos 9 196, equivalendo a cerca de menos 49%, tendo-se atingido o valor mais baixo desde que foi criada esta prestação social.

Analisando os dados do RSI e também o CSI, observa-se que é na ilha de São Miguel, e de forma mais intensa em alguns concelhos, que se acentuam os indicadores de pobreza, nomeadamente entre as crianças e jovens e entre os idosos. É nesta ilha, com cerca de 56% da população da Região, que se concentram 82% dos beneficiários de RSI e 73% dos beneficiários de CSI.

É ainda de salientar os apoios eventuais concedidos pelo ISSA nomeadamente no âmbito da carência social, ação médico social e habitação – entre outros – abrangendo em 2022, mais de 3 800 agregados familiares, envolvendo mais de 20 000 pagamentos. Releve-se, no entanto, que 16% foram apoiados em menos de 100,0€ neste mesmo ano.

Os cabazes alimentares com um crescimento muito expressivo, o programa cantinas sociais, o regime de almoço durante o período de férias e interrupções letivas, o FEAC e todos os complementos regionais às pensões e abono de família são instrumentos que procuram mitigar a pobreza.

Por último é de referir o problema das pessoas sem abrigo com um crescimento muito significativo na ilha de São Miguel e o consumo de substâncias psicoativas a exigirem uma intervenção específica.

O progresso socioeconómico verificado na RAA nas últimas décadas foi muito significativo. Contudo, os Açores ainda apresentam indicadores que urge aproximar dos valores médios nacionais. Acresce ainda que, como demonstraram os dados utilizados neste documento, a Região é social e economicamente muito heterogénea.

No entanto, nada impede que este Diagnóstico venha a ser complementado com mais estudos que ajudem a ajustar as políticas, a desenvolver novas medidas e, até, como contributo para a avaliação do próprio *Plano*. Analisar um problema complexo numa sociedade complexa e em constante mutação implica a realização de múltiplos momentos de recolha de informação, de reflexão sobre o que esta nos diz e de avaliação dos resultados das intervenções realizadas.

## Glossário<sup>45</sup>

**Adulto equivalente:** resultado obtido pela divisão do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família. É utilizada a escala de equivalência modificada da OCDE, a qual “atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro do agregado”. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição do agregado.

**Desempregado** – Indivíduo com idade entre os 15 e os 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) ativo na procura de um trabalho remunerado ou não, ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para aceitar um trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros públicos de emprego ou agências privadas com o mesmo fim; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada por: 1) desejo de trabalhar; 2) vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

**Edifício** – Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

**Empregado** - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho pelo mínimo de uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou perspetivando um benefício ou ganho familiar monetário ou em géneros; b) detinha um emprego e, mesmo não se encontrando ao serviço, mantinha com este uma ligação formal; c) tinha uma empresa, mas não se encontrava a exercer por um período transitório em função de uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

---

<sup>45</sup> INE, SREA, PORDATA, EUROSAT.

*Erro! Utilize o separador Base para aplicar Cabeçalho 1 ao texto que pretende que apareça aqui.*

**Esperança média de vida à nascença** – Número médio de anos que se estima que uma pessoa, à nascença, venha a viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

**Família clássica** - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

**Fogo** – Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente, constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.

**Habitação social** – Habitação a custos controlados que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos.

**Índice de dependência demográfica** - Quociente entre a população com menos de 15 anos e mais de 65 e a população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

**Índice de envelhecimento** - Quociente entre a população com 65 e mais anos e a população com menos de 15 anos.

**Índice de Gini** - Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

**Índice de rejuvenescimento da população ativa** - Quociente entre a população com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e a população entre 55 e os 64 anos.

**Índice sintético de fecundidade** - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou em grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente, um ano civil). O nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos é de 2,1 crianças por mulher.

**Nados-vivos** - criança que nasce com vida.

**NUT II** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos, correspondente a sete regiões: Norte, Centro, Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

**Ocupados** – Trabalhadores integrados em programas de emprego ou formação profissional, com exceção dos programas que visem a integração direta no mercado de trabalho.

**PIB (Produto Interno Bruto)** - Valor agregado final, a preços de mercado, sem transações intermediárias, de todos os bens e produtos finais produzidos dentro do território de um país ou estado. O PIB “per capita” é o resultado da divisão do PIB pela respetiva população.

**População ativa-** Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se população ativa a população empregada e desempregada, à procura de novo ou do primeiro emprego.

**População desempregada** - População entre os 15 e os 74 anos de idade que, num período de referência, não tem trabalho remunerado ou outro, estando apta e disponível para trabalhar imediatamente e que é ativa na procura de emprego.

**População empregada** - População com 15 ou mais anos de idade que desempenha uma atividade económica. Considera-se população empregada, a população a exercer uma profissão ou a fazer formação profissional e que mantém um vínculo com a entidade empregadora, assim como os militares de carreira.

**População residente** - Pessoas que, independentemente de no momento de observação (zero horas do dia de referência) estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou aí mantêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

**Privação material severa:** Falta de pelo menos quatro dos nove indicadores utilizados para medir a privação material.

**Privação material:** o indicador geral de privação material baseia-se num conjunto de nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, considerando-se em privação material todos os indivíduos que não tenham acesso a pelo menos três daqueles itens. São eles os indivíduos: 1) sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) com atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; 6) sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; 7) sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; 8) sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; 9) sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas. (INE, em articulação com Eurostat - SILC).

*Erro! Utilize o separador Base para aplicar Cabeçalho 1 ao texto que pretende que apareça aqui.*

**Retribuição Mínima Mensal Garantida** - Corresponde ao valor da retribuição mínima mensal anteriormente designada por *salário mínimo*. Definida pelo artigo 266º do Código do Trabalho.

**Taxa bruta de pré-escolarização** - Relação percentual entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar e o número de crianças da população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

**Taxa de abandono escolar** - Relação percentual entre população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, e a população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos.

**Taxa de abandono precoce de educação e formação** - Relação percentual entre o número indivíduos com idades entre os 18 e 24 anos que não concluíram o ensino secundário e que não se encontram a frequentar o sistema educativo ou formação profissional e o número de indivíduos nesse grupo etário.

**Taxa de atividade (15 e mais anos)** - Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade).

**Taxa de atividade (tomando como referência a população total)** - Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população.

**Taxa de atividade feminina** - Taxa que permite definir o peso da população feminina ativa sobre o total da população.

**Taxa de crescimento natural** - Diferença entre nados vivos e óbitos em relação à população média.

**Taxa de desemprego** - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

**Taxa de desemprego jovem** - Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário.

**Taxa de desistência** - Relação percentual entre o número de alunos que não reúnem condições para se inscrever no ano letivo seguinte, por não terem frequentado, até ao final, o ano de escolaridade em que se encontravam inscritos e o número de alunos matriculados nesse ano letivo.

**Taxa de emprego da população em idade ativa** - Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos).

**Taxa de fecundidade geral** - Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10<sup>3</sup>) mulheres em idade fértil).

**Taxa de fecundidade na adolescência** – Número de nascimentos por cada 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.

**Taxa de mortalidade** - Óbitos por 1000 habitantes (população média).

**Taxa de mortalidade infantil** - Óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos.

**Taxa de natalidade** - Número de nados vivos observados durante um determinado período de tempo, normalmente o ano civil, referido à população média desse período (habitualmente número de nados vivos por 1 000 habitantes).

**Taxa de retenção** - Relação percentual entre o número de alunos que não pode transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados nesse ano letivo.

**Taxa de risco de pobreza** - Proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de pobreza, o qual corresponde a 60 % do rendimento nacional mediano por adulto equivalente. A taxa de risco de pobreza pode ser calculada 1) antes de qualquer transferência social (inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, excluindo as pensões de velhice e de sobrevivência); 2) após transferências relativas a pensões (inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência); 3) após transferências sociais (inclui rendimentos do trabalho, outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais, nomeadamente apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego e/ou combate à exclusão social).

**Taxa de transição** - Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados nesse ano letivo.

**Taxa de variação homóloga** - A variação homóloga compara o nível da variável entre o trimestre corrente e o mesmo trimestre do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afetada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num trimestre específico.

**Taxa de variação trimestral** - A variação trimestral compara o nível da variável entre dois trimestres consecutivos. Embora seja um indicador que permite um acompanhamento corrente do progresso da variável, o cálculo desta taxa de variação é particularmente influenciado por efeitos de natureza sazonal e outros mais específicos, localizados num dos trimestres comparados ou em ambos.

**Trabalhador por conta de outrem** - Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

*Erro! Utilize o separador Base para aplicar Cabeçalho 1 ao texto que pretende que apareça aqui.*

**Trabalhador por conta própria** - Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem, em alguns casos, ser membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

## Siglário

**CAAF CJ** – Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens

**COMPAMID** – Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos

**COSI** – Childhood Obesity Surveillance Initiative

**CRP** – Complemento Regional de Pensão

**CS** – Centro de Saúde.

**CSI** – Complemento Solidário para Idosos

**DGEEC** – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

**ICOR** - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional

**IDEF** - Inquérito às Despesas das Famílias

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**ISSA** – Instituto da Segurança Social dos Açores

**M** - Mulheres

**RA** – Região Autónoma

**Po**- Provisório

**RAA** – Região Autónoma dos Açores

**RAM** - Região Autónoma da Madeira

**RESA** – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais dos Açores

**RMMG** – Remuneração Mínima Mensal Garantida

**RSI** – Rendimento Social de Inserção

**SREAC** – Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais

**TEC** – Taxa efetiva de cobertura

**USI** – Unidade de Saúde de Ilha

## Bibliografia

Diogo, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.

Diogo, Ana e Diogo Fernando (2013), *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*, Lisboa, Mundos Sociais.

Diogo, Fernando (2013), *Activos altamente desqualificados e insucesso do sistema de ensino* in Diogo, Ana e Diogo Fernando, *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 45-69.

Diogo, Fernando Palos, Ana Cristina, Diogo, Ana, Tomás, Licínio e Silva, Osvaldo (2016), *Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho (2014-2016)*, Relatório apresentado ao Governo Regional dos Açores.

Diogo, Fernando Palos, Ana Cristina, e Silva, Osvaldo (2017), *A escolarização nos Açores: tendências recentes*, comunicação apresentada ao XI Encontro de Sociologia dos Açores, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

Dubar, Claude (1997), *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.

Dubet, François (2000), *Les inégalités multipliées*, Paris, Ed. L'aube.

Lalanda Gonçalves, Rolando (Coord.), Diogo, Ana, Palos, Ana Cristina, Diogo, Fernando e Caldeira, Suzana, *Os jovens açorianos: percursos escolares e profissionais, Relatório final*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (2010).

Palos, Ana Cristina (2012), *Educação* in Rocha, Gilberta, Palos, Ana Cristina, Diogo, Fernando e Tomás, Licínio, *Dinâmica demográfica, educação, emprego e desigualdades sociais nos Açores - 2014 a 2020*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais, pp. 48-101.

Pedrosa, Anabela Fernandes Araújo, *Gravidez e Transição para a Maternidade na Adolescência - Determinantes individuais e psicossociais da ocorrência de gravidez e da adaptação*. Estudo com adolescentes da Região Autónoma dos Açores. Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2009.

Outras publicações consultadas:

*Relatório Único 2021*, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

*Estatísticas da Pesca*, INE 2022.

*Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, INE, 2019.

*A Situação no País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, Relatório Anual 2021*, SICAD.

*À Margem – A condição dos sem abrigo nos Açores*, Associação Novo Dia, 2020.

*Melhor Pesca, Mais Rendimento - Medidas Estratégicas para o Setor da Pesca dos Açores 2015-2020, Governo dos Açores 2015.*

*Rendimento e Condições de Vida, Destaque, INE, novembro de 2023.*

# PLANO REGIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E A CIDADANIA (PRISC) 2024-2028

MAPA ANALÍTICO  
DOCUMENTO DE REFERÊNCIA  
PARA A ELABORAÇÃO DO PRISC

DEZEMBRO DE 2023

José Manuel Mendes (coord.)

Catarina Frade

Fernanda Jesus

Fernando Fontes

José Borges Reis

Raquel Ribeiro

Sílvia Portugal



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo Regional



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

**Um Presente  
e um Futuro  
Dignos para todos  
e para todas**

# Índice

<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Parte I Enquadramento</b>	<b>3</b>
2.1. Dimensão da Pobreza na Região Autónoma dos Açores	3
2.2. Território e População	4
2.3. Saúde e Qualidade de Vida	5
2.4. Economia, Trabalho, Emprego e Rendimento	8
2.5. Medidas de Apoio Social e Combate à Pobreza	10
<b>3. Parte II Contextualização Teórica e Experiências Internacionais de Referência</b>	<b>13</b>
3.1. Contextualização Teórica	13
3.2. Experiências Internacionais de Referência	20
3.3. O Child Tax Credit nos Estados Unidos da América	20
3.4. O Programa Bolsa Família no Brasil	21
3.5. O Caso Francês	22
<b>4. PARTE III A Pobreza e a Exclusão Percecionadas e Vividas: Os Painéis de Cidadãos e as Entrevistas Semiestruturadas</b>	<b>24</b>
A Pobreza e a Exclusão Percecionadas	27
4.1. Os Painéis de Cidadãos/ãs	27
4.1.1. Definição e enquadramento da pobreza e exclusão social	27
4.1.2. Reflexões sobre a causalidade da pobreza e exclusão social	29
4.1.3. Lacunas na intervenção sobre a pobreza e exclusão social	30
4.1.4. Propostas para atuação na área da pobreza e exclusão social	34
4.2. AS ENTREVISTAS	37
4.2.1. Relação com sistema e seus agentes: da ajuda ao assistencialismo, da gratidão ao ressentimento	40
4.2.3. Carência económica: a luta pelo fim do mês	46
4.2.3. Saúde física e mental	48
4.2.4. Emprego: vontade de trabalhar vs. família, falta de oferta adequada	53
4.2.5. Presente e futuro: a esperança nos filhos e na educação	55
<b>5. Referências Bibliográficas</b>	<b>58</b>

# 1. Introdução

O *Modelo Analítico - Documento de Referência para a Elaboração do PRISC* é um complemento ao *Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania (PRISC)*, contendo a componente analítica e concetual que informa o PRISC e a lógica das dimensões estratégicas definidas e das medidas propostas.

Perante a vasta literatura existente sobre a história, causas e dinâmicas de aumento ou diminuição da prevalência da pobreza e da exclusão social, sobre as políticas públicas e os públicos-alvo, as formas de elaboração dos programas de intervenção e os sistemas de avaliação da eficácia dessas políticas, tornava-se imperioso apresentar de forma rigorosa as opções tomadas na construção do PRISC.

Por outro lado, a partir dos vários programas oficiais e políticas mobilizados para a diminuição da pobreza e da exclusão social em diferentes países e contextos sociopolíticos, era fundamental perceber os pressupostos de cada um desses programas e políticas, das respetivas filosofias de atuação, do seu carácter abrangente ou não, e das abordagens institucionais privilegiadas para a atuação no terreno e na relação com a pessoas e os agregados a serem beneficiados.

O documento está dividido em três partes distintas. Numa primeira parte procede-se à apresentação sucinta do enquadramento estatístico da situação atual da Região Autónoma dos Açores, permitindo uma avaliação crítica da situação demográfica, económica e social prevalente. O documento aborda as seguintes temáticas: a) dimensão da pobreza na região autónoma dos açores; b) território e população; c) saúde e qualidade de vida; d) economia, trabalho, emprego e rendimento; e, e) medidas de apoio social e combate à pobreza.

A segunda parte do documento consiste na apresentação da contextualização teórica e na análise das experiências internacionais de referência utilizadas na elaboração do PRISC.

Quanto ao quadro teórico, as medidas a apresentar são orientadas pela teoria da mudança e pela teoria realista, que estruturam os modelos lógicos de explicitação dos parâmetros de definição e implementação das medidas, bem como dos respetivos resultados a médio e longo prazo e dos impactos previstos.

A operacionalização do PRISC recorreu também aos resultados cruciais do projeto da *All Together for Dignity/ Fourth World* em associação com investigadores da Universidade de Oxford, partindo de uma pertinente reconcetualização da pobreza, dos seus mecanismos de visibilização e das modalidades de resposta. Este modelo assentou no envolvimento de pessoas em situação de pobreza em todas as faes da investigação, e resultou num modelo analítico alicerçado em nove dimensões: três dimensões nucleares, a saber, o “sofrimento”, o “conflito” e o “desempoderamento”; e as restantes seis dimensões: “falta de trabalho decente”; “rendimentos insuficientes e instáveis”; “privação material e social”; “contribuições não reconhecidas”; “maus-tratos institucionais”; e, “maus-tratos sociais”.

Em complemento, a teoria das prevalências e penalizações permitiu ancorar os princípios básicos na definição das medidas do PRISC, relevando a centralidade dos

fatores políticos e das configurações institucionais no delinear de políticas de diminuição da pobreza e exclusão social eficazes, consequentes e duradoras.

A segunda parte integra também uma análise crítica dos programas para a pobreza e a exclusão social em três países: nos Estados Unidos, no Brasil e na França. No caso dos Estados são analisados o papel e o impacto da *Child Tax Credit* na redução da pobreza das crianças em 2021 e 2022. Para o Brasil, o programa Bolsa Família é também analisado e a forma como as medidas delineadas contribuíram para uma diminuição significativa dos agregados em situação de pobreza. Por último, centramo-nos no caso da França, pela exemplaridade e consistência na configuração da estratégia e no plano para a diminuição da pobreza e da exclusão social.

Estes exemplos internacionais são de grande importância para a fixação de boas práticas e para a focalização do campo de atuação do PRISC.

A terceira parte do presente documento reporta os resultados agregados dos painéis de cidadãos/ãs realizados nas diferentes ilhas dos Açores e das entrevistas aplicadas. O material analisado revela, a partir dos painéis, as perceções de cariz institucional sobre as causas e dinâmicas da pobreza e da exclusão social nos Açores, enquanto as entrevistas nos devolvem as vivências, as experiências, as vozes e as perspetivas de quem está em situação de pobreza e tem um conhecimento profundo dos fatores que condicionam e marcam o seu quotidiano e as suas histórias, bem como as dinâmicas e processos institucionais que podem ser de proximidade ou de grande afastamento e incoerência.

## 2. Parte I

### Enquadramento

Nesta parte do Mapa Analítico, e partindo do Diagnóstico de Suporte ao Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania elaborado pelo Núcleo de Estudos e Planeamento da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores (Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023), procede-se à sistematização dos principais dados relativos aos indicadores necessários para compreender a pobreza na Região Autónoma dos Açores (RAA).

#### *2.1. Dimensão da Pobreza na Região Autónoma dos Açores*

Nos últimos anos a evolução dos indicadores de pobreza em Portugal evidenciou uma trajetória favorável, apesar do impacto negativo provocado pela pandemia da COVID-19 (Farinha Rodrigues, 2023; Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2023) e da atual crise inflacionária (INE, 2023).

No contexto da União Europeia, tendo por base o Inquérito para as Condições de Vida e Rendimento de 2022 (dados de 2021), Portugal posiciona-se abaixo da média europeia (20,1% e 21,6%, respetivamente), sendo o 13º país com maior taxa de pobreza ou exclusão social<sup>1</sup>, com mais de 2 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2023). Apesar da taxa de risco de pobreza ou exclusão social se ter mantido em 2022 nos 20,1% a nível nacional (INE, 2023a), a distribuição da taxa de pobreza ou exclusão social não é homogénea no território nacional.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a região que apresenta valores mais baixos nos dados publicados em 2018 e 2022 (16,5% e 14,5%, respetivamente), seguida das regiões do Alentejo (21,1% e 18,1%), Centro (22,8% e 18,7%), Norte (23,0% e 23,9%) e Algarve (23,2% e 25,7%). As regiões autónomas dos Açores (RAA) e da Madeira (RAM) apresentaram as taxas mais elevadas, sendo que a RAA evoluiu de 31,9% para 30,2% enquanto a RAM passou de 36,5% para 30,3% (cf., Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 46). Contudo, nos dados publicados em 2023 a AML e a RAA têm um aumento de 3,9 p.p. e 1,1 p.p., passando para 18,3% e 31,4%, respetivamente, enquanto as restantes regiões continuam a trajetória de descida (INE, 2023a).

Também no que refere à taxa de pobreza monetária após transferências sociais verificou-se uma diminuição da mesma a nível nacional entre 2017 e 2021, de 17,3% para 16,4%. Partindo do valor mais elevado, foi na RAA onde se verificou uma maior descida no período assinalado (6 p.p., cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 26). Os dados de 2022, publicados em novembro de 2023, revelam um aumento a nível nacional, para 17,0% impulsionado sobretudo pelo aumento de 4,3 p.p. na AML

---

<sup>1</sup> A taxa de pobreza ou exclusão social é um indicador síntese utilizado pelo sistema estatístico da União Europeia no âmbito da estratégia Europa 2030 para caracterizar as famílias e as pessoas que se encontram em pelo menos uma destas três situações: em situação de pobreza monetária; em situação de privação material e social severa; baixa Intensidade laboral (cf. Farinha Rodrigues, 2023).

e de 1,0 p.p. na RAA (INE, 2023a). Contudo, se se atender às linhas de pobreza regionais, que têm em consideração os rendimentos medianos das regiões<sup>2</sup>, em 2021 a RAA encontrava-se apenas a 1,2 p.p. da taxa de risco de pobreza nacional (17,6% e 16,4%, respetivamente), apresentando uma redução de 4 p.p. entre 2017 e 2021 (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 27). Em 2022 sobe 3,1 p.p. para 20,7% (INE, 2023a).

Relativamente ao indicador **taxa de privação material e social severa**, verificou-se a maior diminuição na RAA entre 2018 (13,6%) e 2022 (9,8%), apesar do aumento de 1,1 p.p. entre 2021 (8,7%) e 2022. No entanto, a RAA continua a ser a região com valores mais elevados (média nacional 5,3%). Apenas no que refere ao indicador da “intensidade laboral per capita muito reduzida” a RAA apresenta em 2022 o segundo valor mais elevado, inferior à RAM, com 7,6% e 8,8%, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráficos 47 e 48).

## ***2.2. Território e População***

A RAA é constituída por um arquipélago de nove ilhas situado a cerca de 1600 km a oeste de Portugal continental. As nove ilhas, organizadas em 19 municípios/concelhos que englobam 155 freguesias, apresentam um grau significativo de heterogeneidade a diversos níveis, nomeadamente a nível populacional. Segundo os Censos de 2021, 56,4% da população açoriana residia na ilha de **São Miguel** e 22,5% na ilha **Terceira**, enquanto os restantes 21,1% residia nas outras sete ilhas (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo).

A RAA representa cerca de 2,3% da população nacional e constitui a região mais jovem do país. Contudo, à semelhança da maioria das restantes regiões do país, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, perdeu população em todas as ilhas entre 2011 e 2021. Apenas o concelho de Madalena do Pico registou um crescimento populacional (4,5%), sendo os concelhos de Nordeste (-11,5%) e de Santa Cruz das Flores (-11,8%) os que mais perderam população. Na década anterior (2001-2011), apesar de um crescimento a nível global de 2%, já se havia verificado uma diminuição da população residente na grande maioria dos concelhos, contrariado pelo crescimento populacional significativo na Ribeira Grande (12,8%), em Ponta Delgada (4,5%), Praia da Vitória (3,9%) e Lagoa (2,2%).

Apesar da população residente ter diminuído, o número de famílias aumentou de 81 715 para 85 301 entre 2011 e 2021. Contudo, é de salientar que a RAA é a região do país com um menor número de famílias constituídas por apenas uma pessoa (20,3%, face a 24,8% a nível nacional) e a maior percentagem de famílias compostas por cinco ou mais pessoas (9,6%, sendo a média do país de 5,6%). É de salientar ainda a heterogeneidade dos concelhos e ilhas ao nível do tipo de famílias e distribuição etária. Destaca-se a ilha de São Miguel como a mais jovem, com 13,4% da população

---

<sup>2</sup> “A linha de pobreza regional corresponde à proporção de habitantes nessa região que vivem com rendimentos monetários disponíveis equivalentes inferiores a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes dessa mesma região” (Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023)

com menos de 15 anos (no concelho de Ribeira Grande a proporção é de 18,8%), enquanto os concelhos mais envelhecidos, com maior proporção de pessoas com 65 anos ou mais, se encontram nas Lajes do Pico (24,9%) e na Calheta (23,7%).

Relativamente à dimensão do agregado familiar, destaca-se a Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo como os concelhos com maior proporção de famílias com 5 ou mais pessoas (17,2%, 15,0% e 14,4%, respetivamente), todos na ilha de São Miguel, e a ilha das Flores com maior proporção de famílias de uma só pessoa (29,5%).

No que refere aos indicadores demográficos relativos a 2022, a taxa de natalidade (número de nascimentos por 1 000 habitantes) na RAA é ainda superior à média nacional (8,6‰ e 8,0‰, respetivamente) enquanto a taxa de mortalidade é inferior à média nacional (11,3‰ e 11,9‰ respetivamente). Neste sentido, a taxa de crescimento efetivo é também ela ligeiramente superior à média nacional (0,48% e 0,44%, respetivamente).

Os índices de envelhecimento e de rejuvenescimento da população ativa evidenciam a já referida “juventude” da RAA relativamente à média nacional. Contudo, é de salientar que, contrariando esta tendência, a taxa de fecundidade na RAA em 2022 foi inferior (36,5%) à nacional (38%), sendo as ilhas Graciosa e Corvo as que apresentam uma taxa de fecundidade geral superior (46,9% e 44,9%, respetivamente).

É de salientar ainda que a taxa de fecundidade na adolescência é muito superior à nacional (10,9% para 6,2% respetivamente), ainda que tenha havido uma diminuição drástica deste indicador, de 32,9% em 2007 para 10,9% em 2022. A RAA é ainda a segunda região do país, a seguir ao Alentejo (12,1%), com maior número de nascimentos de mães adolescentes. Este fenómeno verifica-se maioritariamente na ilha de São Miguel (72,6%).

### ***2.3. Saúde e Qualidade de Vida***

Apesar da esperança média de vida à nascença ter aumentado 2,54 anos entre 2010 e 2022 (75,86 e 78,4, respetivamente), a RAA apresenta ainda um valor abaixo da média nacional (80,96) e o mais baixo de todas as regiões do país (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 13).

No que refere aos problemas de saúde, é de salientar a grande prevalência de doenças hereditárias, nomeadamente a doença de Machado-Joseph<sup>3</sup>. Enquanto no continente corresponde a 3,1 por 100 000 habitantes, na RAA é de 41,6 por 100 000 habitantes (1 em cada 239 na ilha das Flores). Esta doença, de aparecimento tardio (entre os 35 e os 40 anos) caracteriza-se pela perda progressiva das funções motoras, levando à morte (Rocha, 2022). Segundo dados do Inquérito Regional de Saúde (2015), a existência de doenças genéticas no seio familiar era uma realidade para 11% dos inquiridos (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023). A taxa de mortalidade por

---

<sup>3</sup> A doença de Machado-Joseph, ou ataxia espinocerebelar 3 (SCA3), é uma doença neurodegenerativa que pertence ao grupo das doenças de poliglutamina (poliQ). É causada pela expansão de uma repetição CAG na região codificante do gene ATXN3 (cf. Rocha, 2022).

malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas é na RAA de 3,4 por 100.000 habitantes face a 2,0 em Portugal (INE, 2023d).

Segundo o mesmo inquérito regional, o principal problema de saúde é a obesidade, afetando mais de metade da população (obeso 27,5%; pré-obeso 36,5%), seguido das alterações psicológicas (32%) e problemas decorrentes de atividades profissionais pesadas e/ou repetitivas (30%). Os dados relativos à obesidade infantil revelam que, após um período de redução entre 2008 e 2013, esta voltou a aumentar atingindo os 22,8% em 2022. Pelo contrário, a RAA apresentada a mais elevada percentagem de nados-vivos com baixo peso: 9,8% em 2022 face a 8,5% no continente e 8,2% na RAM (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 22).

Outro problema de saúde refere-se aos comportamentos aditivos, que tende a apresentar níveis superiores na RAA relativamente ao resto do país. Dados do INE (2023d) revelam que o número de óbitos por abuso de álcool foi em 2021 de 3,4 por 100 000 habitantes na RAA, por comparação a 2,4 na RAM e 0,9 no total do país.

No que refere ao acesso aos serviços de saúde, é de salientar que apesar da taxa de cobertura de médico de família ser de 92,5% na RAA, as ilhas Graciosa e Terceira apresentam taxas bastante inferiores, 65,5% e 88,5%, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 9).

Relativamente ao serviço hospitalar, dados do INE (2023b) indicam que o número de camas nos hospitais por 100.000 habitantes manteve-se relativamente estável entre 2018 e 2021, quer na RAA quer no restante território nacional. A RAA apresenta um valor significativamente superior comparativamente com as restantes regiões (675,5 face a 348,3 no país) à exceção da RAM (823,3). Contudo, apenas 45,92% dessas camas se encontram no serviço público de saúde (65,98% no país, 50,07% na RAM). Com efeito, dos 9 hospitais existentes na RAA apenas 3 são públicos (INE, 2022), localizados em Angra do Heroísmo (Terceira), Horta (Faial) e Ponta Delgada (São Miguel). Os 6 hospitais privados localizam-se também em Ponta Delgada (4) e Angra do Heroísmo (2).

No que refere às condições de **habitação**, os dados dos Censos 2011 e 2021 sugerem que a qualidade de conservação da habitação existente na RAA é ligeiramente melhor do que a média nacional. Em 2011, 78,7% dos edifícios clássicos não necessitavam de reparação (71,1% no total do país) enquanto apenas 2,7% tinham necessidade de grandes reparações (4,4% no país). Em 2021, a proporção de edifícios sem necessidade de reparação diminuiu para 65,4% e 64,2%, respetivamente, evidenciando o desgaste do parque habitacional e a diminuição de construção nova no período intercensitário (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 37).

Também a qualidade da habitação não é homogénea nas diferentes ilhas do arquipélago (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 18). Em 2021, a ilha do Faial apresentava a maior proporção do parque habitacional sem necessidade de reparação (78,6%), seguida de São Miguel (70,6%), enquanto que as ilhas Graciosa, Pico e Flores apresentavam o parque habitacional mais degradado (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 18). Estas três últimas ilhas também apresentam os valores mais elevados de sublocação (72,4%, 67,5%, 64,5%) juntamente com a Terceira (67,5%) e São Jorge (66,9%). Pelo contrário, as ilhas com maior sobrelocação são Corvo

(24,7%), São Miguel (21,2%) e Santa Maria (18,3%), acima da média regional de 17,4%. Ao nível do concelho, destacam-se Ribeira Grande (25,8%), Lagoa (25,3%), Corvo (24,7%) e Vila Franca do Campo (23,7%).

Quanto aos fogos de habitação social, os dados de 2015 do Inquérito à Caracterização da Habitação Social revelam que as únicas duas regiões com valores acima da média nacional (de 1 157 fogos por 100.000 habitantes) eram a RAM (2 143) e a AML (1 854), seguindo-se a região Norte (1 164) e a RAA com 1 037 fogos (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 40).

Ao nível da distribuição da habitação social nas diferentes ilhas, os dados revelam maior concentração na Ribeira Grande (6,1%), em Vila Franca do Campo (4,3%) e Lagoa (3,8%), não havendo qualquer edifício de habitação social na ilha do Corvo e menos de 1% em Santa Maria (0,3%), São Jorge (0,5%), Pico (0,3%) e Flores (0,8%). É de salientar ainda o elevado número de fogos de habitação vagos na ilha Terceira (289), sobretudo na Praia da Vitória (221), e de agregados com rendas em atraso (326). Na ilha de São Miguel também se destaca o número de agregados com rendas em atraso em Ponta Delgada (335) e Ribeira Grande (278) e de fogos ocupados ilegalmente, 10 e 13, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadros 19 e 20).

Em 2022 candidataram-se 170 pessoas a habitação social, na sua maioria adultos (37,6% entre os 31 e 40 anos) do sexo masculino (73%). Ao programa Grave Carência Habitacional Açores 2022 candidataram-se 169 pessoas, tendo sido celebrados apenas 68 contratos (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 25).

No que refere às **pessoas em situação de sem-abrigo**, existem dados apenas relativos a 31 de dezembro de 2020, que identificaram 493 pessoas, a maioria das quais (78,7%) em situação de sem-casa<sup>4</sup>. A maioria das pessoas em situação de sem-abrigo encontra-se no concelho de Ponta Delgada (69,8%) na ilha de São Miguel, seguindo-se Angra do Heroísmo (11,4%), na ilha Terceira. São na sua maioria do sexo masculino (82%), com o 1º ciclo do ensino básico (36%) ou nenhuma escolaridade (14%), sendo que 41% se encontra nesta situação de 1 a 5 anos. Mais de metade (66%) recebia o RSI. A dependência do álcool ou de substâncias psicoativas, a ausência de suporte familiar e o desemprego ou precariedade laboral foram identificadas como as causas da situação em 300, 278 e 201 casos, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 35 e Gráfico 89).

---

<sup>4</sup> Pessoas que têm onde dormir, mas estão dependentes de respostas institucionais (e.g., centros de alojamento temporário). As restantes 21,3% encontram-se sem-teto, isto é, a dormir na rua ou em espaços públicos ou alojamentos de emergência).

## 2.4. Economia, Trabalho, Emprego e Rendimento

A evolução da economia regional dos Açores, apesar de registar valores sempre inferiores à média nacional, tem seguido a evolução da tendência nacional, tanto ao nível da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita como do rendimento disponível bruto das famílias ou do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

No que refere ao rendimento disponível bruto das famílias por habitante este era, em 2017, de 12 773€ para o total do país, 12 547€ para a RAA e 12 498€ para a RAM, tendo evoluído para 13 751€, 13 532€ e 12 893€ em 2020, respetivamente. Já no que se refere ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, é de destacar que em 2018 a RAA apresentava o terceiro valor mais elevado no contexto das diferentes regiões, a seguir à AML e à RAM (1 065€, 1 440€ e 1 096€, respetivamente). Contudo, é na RAA que se verifica o menor crescimento médio entre 2018 e 2021 (11% a nível nacional vs. 6% na RAA), apresentando em 2021 um ganho médio apenas superior à região do Algarve (1 126€ e 1 106€, respetivamente).

O poder de compra na RAA tem vindo a convergir com o resto do país, passando de 65,5% da média nacional em 2000 para 88,0% em 2019. Contudo, observa-se uma grande disparidade entre os vários concelhos da Região, com Ponta Delgada (108,0%), Angra do Heroísmo (96,1%) e Horta (90,7%) a apresentarem os valores de poder de compra mais elevados, e Nordeste (61,9%), Povoação (66,3%) e Vila Franca do Campo (66,1%) os valores mais baixos (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 7).

Por outro lado, e apesar da evolução positiva entre 2017 e 2021, a RAA continua a ser a região do país com **maiores desigualdades de rendimento**, avaliada tanto pelo índice de Gini<sup>5</sup> como pelo rácio S80/S20<sup>6</sup>, que expressa a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com mais rendimentos e a parte auferida pelos 20% de menores rendimentos (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráficos 49 e 50). Esta situação não se alterou em 2022, apesar do aumento da desigualdade em todas as regiões (exceto no Alentejo), sendo o mesmo muito expressivo na AML (cf. INE, 2023a).

No que refere ao tecido empresarial, os dados sobre as empresas que se encontram na situação de entidades empregadoras (que tenham ao seu serviço trabalhadores regulados pelo Código do Trabalho e pela legislação dele decorrente) há a registar uma diminuição (-11,3%) no número total de empresas na região entre 2010 e 2021, de 5 831 para 5 172 (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023). Contudo, verifica-se um aumento face a 2018, altura em que existiam 5101 empresas a exercer atividade nos Açores (tendo apenas 205 sede fora dos Açores).

---

<sup>5</sup> Entre 2017 e 2021 o Coeficiente de Gini na RAA diminuiu de 37,9 para 34,8. Em 2021 os valores para as restantes regiões eram: Norte: 31,2; Centro: 31,5; AML: 31,4; Alentejo: 30,8; Algarve: 31,8; RAA: 34,8; RAM: 32,4 (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

<sup>6</sup> Diminuiu de 7,3 em 2018 para 6,0 em 2021 (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

No que refere aos setores de atividade, os dados do Relatório Único de 2018<sup>7</sup> e 2021<sup>8</sup> do Observatório do Emprego e Formação Profissional da RAA revelam alguma constância no peso dos diferentes setores de atividade no período considerado, quer ao nível do número de empresas quer ao nível do número de pessoas nos estabelecimentos. O setor com maior número de empresas e de pessoas empregadas é o comércio e reparação de veículos automóveis (25,43% e 22,85% em 2018 e 2021, respetivamente). Este setor teve uma diminuição face a 2018, sobretudo devido à diminuição do peso do comércio a retalho em 1,97 p.p. e 1,80 p.p., respetivamente. O segundo setor com maior peso é o alojamento, restauração e similares (16,05% e 12,12%, respetivamente), seguido pelo setor da construção (9,07% e 9,54%, respetivamente). O setor Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca reúne 9,03% das empresas, mas apenas 3,10% das pessoas empregadas, enquanto o setor Atividades de saúde humana e apoio social abarca 6,50% das empresas e 12,34% das pessoas empregadas.

Relativamente aos valores da taxa de desemprego, os valores são similares à média nacional, revelando uma evolução positiva (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 11). Contudo, é merecedor de atenção o número de jovens com idades entre 16 e 34 anos não empregados/as, que não estão integrados/as em qualquer contexto de educação ou formação (**NEEF**) e que era em 2022 de 16,7%, valor muito superior à média nacional de 9,4% (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 17).

Em 2022, e no que se refere ao peso da população ativa por nível de escolaridade completo, constata-se que é a RAA aquela que apresenta a segunda menor percentagem de população ativa com ensino secundário e pós-secundário (26,8%) e a menor com ensino superior (22,4%), no contexto nacional (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 12).

Também no que diz respeito à **educação**, apesar da melhoria nos últimos anos, a RAA é a região do país com níveis mais baixos de escolaridade. Segundo dados do INE, a taxa de escolaridade de nível básico completo<sup>9</sup> era de 57,3% (comparando com 73% no continente e 62,8% na RAM) em 2018, tendo evoluído para 64,9% em 2022 (80,4% no continente; 70,9% na RAM). No que refere à taxa de escolaridade de ensino superior<sup>10</sup>, esta evoluiu de 15,2% em 2018 para 16,9% em 2022, sendo 23,2% no Alentejo, 24,1% na RAM, 25,1% no Algarve, 25,6% no Norte, 28,5% no Centro e 38,7% na AML.

Quanto à taxa de **abandono escolar**, apesar dos enormes avanços, a RAA continua a apresentar valores superiores à média nacional (em 2011, 2,51% e 1,7%, respetivamente). Por seu lado, a taxa de abandono escolar precoce de educação e

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://portal.azores.gov.pt/documents/36580/1731267/RU+2018+-+VF+-+29-04-2020+RT.pdf/31958414-8e19-3081-01d5-d50885d13d64?t=1605286416418>

<sup>8</sup> Disponível em

<https://portal.azores.gov.pt/documents/36580/1731267/Relat%C3%B3rio+%C3%9Anico+2021.pdf/95978564-b9de-be98-c2e2-466d4327e438?t=1680692599973>

<sup>9</sup> (População residente com idade entre 20 e 64 anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo/ População residente com idade entre 20 e 64 anos)\*100.

<sup>10</sup> (População residente que concluiu o nível de ensino superior/ População residente com idade entre os 25 e os 64 anos)\*100.

formação<sup>11</sup> constitui um dos piores indicadores relativos à educação nos Açores, uma vez que a mesma, embora tenha vindo a diminuir de forma significativa, é ainda mais de quatro vezes superior à média nacional, sendo em 2022 de 26,5% e 6,0%, respetivamente. Saliente-se que este indicador, nos Açores, piorou de 2021 para 2022, subindo 3,3 p.p. Também quando se compara a taxa de retenção e desistência do ensino básico verifica-se que a RAA apresentava, no ano letivo 2012/13, um valor de 18,2%, ou seja, 7,8 p.p. acima da média nacional (10,4%). Apesar da redução assinalável nos últimos anos, no ano letivo 2020/21 era ainda de 6,4% (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

Relativamente à taxa de pré-escolarização, esta aumentou 6,3 p.p. nos últimos 10 anos. No ano letivo 2021/22, a RAA apresentava uma taxa de pré-escolarização (98,4%) praticamente idêntica à média nacional, 98,4% e 98,3%, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 23).

## ***2.5. Medidas de Apoio Social e Combate à Pobreza***

Os apoios sociais têm por objetivo mitigar e diminuir o risco de pobreza e os seus efeitos. Segundo os dados sobre proteção social do Eurostat (*ESSPROS\_Social Protection*) referidos pelo Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza (2023), Portugal apresentou em 2020 uma despesa com prestações da proteção social per capita (em Paridade de Poder de Compra) inferior à média da União Europeia a 27, ocupando o 12º lugar dos países com menor despesa per capita.

No que refere à evolução e abrangência dos apoios sociais na RAA, é de salientar a **diminuição expressiva do número de beneficiários do RSI entre 2017 e 2022**, de 18 862 para 9 666 (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 57). Apesar da diminuição de beneficiários ser uma tendência a nível nacional, a região do Algarve e a RAM registaram um aumento de beneficiários entre 2018 e 2022 e entre 2018 e 2021, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 65). Contudo, e apesar da expressiva diminuição, em 2022 a RAA continua a destacar-se por ser a região com um maior número de beneficiários por 1000 habitantes em idade ativa, 70,2 por comparação a 27,9 no Continente e 29,5 na RAM. A maior proporção de beneficiários de RSI no contexto da população residente verifica-se na ilha de São Miguel, sobretudo na Ribeira Grande (9%), Lagoa (5,4%), Nordeste (5,4%) e Ponta Delgada (5,2%), verificando-se também uma maior proporção de crianças e jovens. Apesar do elevado número de beneficiários, o valor da prestação mensal, por agregado, é o menor no contexto das diferentes regiões do país (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

Relativamente aos apoios destinados à **população idosa**, e concretamente ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), apesar de um ligeiro aumento de 2018 a 2020 (de 3 741 para 3 904) em 2022 existiam 3 780 beneficiários na RAA, na sua maioria mulheres (77,4%). A maior proporção de beneficiários em relação à população com 66

---

<sup>11</sup> Percentagem de homens ou mulheres, entre os 18 e os 24 anos, que deixou de estudar sem completar o ensino secundário.

ou mais anos é de 15,0% em São Miguel e de 13,1% em São Jorge, apresentando as restantes ilhas um valor inferior à média regional (9,8%). Nos dados por concelho, destacam-se Vila Franca do Campo (26,3%), Nordeste (21,6%), Povoação (20,7%) e Lagoa (19,4%). A maioria dos/as beneficiários/as (45,7%) recebe uma prestação entre 100€ e 199,99€, 35% até 99,99€ e apenas 7,9% auferem um complemento igual ou superior a 300€ mensais (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 71). No ano 2022 beneficiaram ainda do Complemento Regional de Pensão idosos e do Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos idosos 32 591 e 25 689 idosos, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

Relativamente às **crianças**, em 2022 beneficiaram do complemento Açoriano ao Abono de Família 34 720 crianças e jovens. No que refere à Ação Social Escolar (ASE), no ano letivo 2021/22, 61,4% dos alunos matriculados beneficiou deste apoio, mas enquanto os beneficiários do 3º e 4º escalão têm-se mantido relativamente constantes, houve uma diminuição do número de alunos subsidiados no 2º e principalmente no 1º escalão a partir do ano letivo 2016/17 (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Gráfico 73).

O Instituto da Segurança Social dos Açores atribui ainda **Subsídios de Precariedade Económica** (SPE), que consistem em prestações pecuniárias para auxílio a pagamentos de despesas várias (e.g., água e eletricidade, aquisição de óculos e aparelhos ortodônticos, rendas, consultas médicas). Entre 2018 e 2022 verificou-se uma diminuição de 13,9% no número de agregados apoiados nas diferentes tipologias, à exceção do apoio para frequência de comunidades terapêuticas, que teve uma subida. A maioria dos agregados (50%) recebeu um montante anual igual ou inferior a 300€. Contudo, é de salientar o aumento exponencial do número de pedidos de cabazes alimentares de 2021 para 2022, de 981 para 7 152, respetivamente (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

Nos anos letivos de 2021/22 e 2022/23 foram atribuídas 150 e 300 bolsas, respetivamente, de 2 750€ a estudantes do ensino superior em situação de carência económica.

No que refere às respostas sociais no âmbito da **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais**, verificou-se um aumento de cerca de 6% no número de respostas entre 2018 e 2022. As respostas ao nível da Infância e Juventude (e.g., creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres) aumentaram de 305 para 325. Os apoios para a População Adulta (apoio a pessoas idosas, com deficiência e sem-abrigo) passou de 294 para 301, e à Família e Comunidade (e.g., apoio a pessoas com comportamentos aditivos e vítimas de violência doméstica) de 85 para 96 (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023).

De salientar que apesar da taxa de utilização das creches na RAA se situar acima de 70% (acima dos 90% em Santa Maria, São Miguel e Faial), e da taxa de cobertura efetiva de creches ter aumentado 12,5 p.p. entre 2018 e 2022, esta é de apenas 49,0% na globalidade da RAA. Os Centros de Atividades de Tempos Livres apresentam uma taxa efetiva de cobertura de 38,8% e de utilização de 78,5% (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadros 39 e 41).

No que refere ao apoio à População Adulta, os dados sobre os Serviços de Apoio Domiciliário revelam uma taxa efetiva de cobertura de 4,9% face a uma taxa mínima desejável de 6%, mas com grande diversidade ao nível dos diferentes concelhos e ilhas. A situação é ainda mais crítica no que refere aos Centros de Dia, com uma taxa de cobertura efetiva de 1% face a 4,5% mínima desejável. Contudo, apesar da baixa oferta disponível, a maioria dos Centros não esgota a capacidade instalada. Pelo contrário, no que refere às Estruturas Residenciais para Idosos, a taxa de ocupação está próxima dos 100%, sendo a taxa de cobertura de 3,6% (4% mínimo desejável). É de salientar a mais baixa taxa de cobertura (1,5%) no concelho com maior população idosa, Ponta Delgada, com apenas 4 estruturas residenciais, e no extremo oposto Vila Nova do Corvo com 15,3% (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadros 43 a 45).

Relativamente ao apoio das Pessoas com Deficiência, os dados não fornecem indicadores de cobertura, mas entre 2018 e 2022 verificou-se um aumento da capacidade instalada de mais 250 lugares. Apenas quatro concelhos (Lajes do Pico, São Roque do Pico, Lajes das Flores e Vila Nova do Corvo) não possuem qualquer resposta social (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 46).

Por último, nas respostas dirigidas à Família e Comunidade houve um aumento do número de respostas de 85 para 96 entre 2018 e 2022, sendo de salientar que de uma capacidade instalada de 7 539 lugares em 2022 a frequência ficou-se pelos 4 415. As ilhas Graciosa e Corvo não dispõem de nenhuma resposta neste âmbito (cf. Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023, Quadro 49).

## **3. Parte II**

# **Contextualização Teórica e Experiências Internacionais de Referência**

### ***3.1. Contextualização Teórica***

A proposta do Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania (PRISC) é orientada pela teoria da mudança e pela teoria realista, que estruturam o modelo lógico para a perspetivação e operacionalização das diferentes prioridades e áreas de intervenção formuladas.

A teoria da mudança tem sido amplamente mobilizada na definição de políticas públicas orientadas para os mais variados objetos de intervenção. Carol Weiss é uma das autoras de referência (1997; 1998; 2000). Do seu ponto de vista, a noção de “teoria” deve ser entendida como “um conjunto de crenças ou suposições que fundamentam a ação, e esse é exatamente o significado apropriado para discutir a avaliação baseada na teoria” (Weiss, 1997: 503). Tal quer dizer que esse modelo se baseia na ideia de que as convicções e pressupostos em que assenta uma intervenção podem ser expressos numa sequência faseada de causas e efeitos.

De acordo com a autora, essa abordagem permite definir a sequência de etapas das medidas a implementar, e em que sentido a mudança se produzirá. Este modelo de análise permite “especificar não apenas o quê quanto ao resultado de um programa de ação, mas também o como e o porquê, [representando] um esforço para examinar os mecanismos através dos quais os programas influenciam diferentes fases do comportamento dos participantes” (Weiss, 2000: 35).

Importa, assim, prestar atenção àquilo que os agentes – estando envolvidos e sendo considerados relevantes – imaginam ser o trajeto entre um ponto de partida e um ponto de chegada, bem como as suas convicções sobre o que é mais ou menos crítico nesse trajeto, pois disso poderá depender o sentido da evolução do programa (Weiss, 2000: 39-40). A tônica nas fontes de incerteza constituintes da zona de mediação (“linkage”) que vai da intenção ao resultado é, por isso, especialmente salientada pela autora. Essa tônica é central à teoria da mudança e ao seu contributo para a renovação da formulação das políticas públicas.

Esta teoria procurou ir além de uma noção simplista de input-output e, em vez disso, exigia que os planeadores declarassem explicitamente como esperavam que um programa funcionasse, tornando assim explícitas as suas suposições implícitas. Isso permite entender melhor o que está a ser implementado e porquê, fazendo conexões claras entre uma determinada intervenção e os seus resultados. Ao tornar explícita a lógica subjacente de uma iniciativa, ela pode ser questionada, avaliada e revista de modo sistemático à medida que vai sendo implementada (Reinholz e Andrews, 2020: 2).

De acordo com Daniel Reinholz e Tessa Andrews (2020), a aplicação de um modelo lógico na definição de um programa ou política – que explique em detalhe os recursos que são afetos a cada medida, as atividades realizadas para produzir

resultados e os respetivos indicadores de concretização – é uma tarefa integrada na teoria da mudança. Apesar de haver perspetivas que entendem que o modelo lógico nem sempre torna explícitas as presunções sobre o processo de mudança em apreciação, conferindo à teoria da mudança um maior poder explicativo, estes autores defendem que o modelo lógico tem margem para articular diferentes fatores contextuais que convergem no esforço de identificar o como e o porquê da mudança.

Embora a sua forma típica de esquematizar a informação seja mais simples e rígida, trata-se de um modelo que pode ser um instrumento particularmente útil “para um resumo rápido e para uma comunicação mais fácil com [as] partes interessadas” (Reinholz e Andrews, 2020: 5). Os autores sintetizam algumas componentes essenciais da teoria da mudança e da sua potencialidade como modelo de análise para a produção de políticas públicas:

COMPONENTES DA TEORIA DA MUDANÇA	DESCRIÇÃO
Contexto	Identificar, descrever e relacionar as partes de um sistema
Resultados, condições e racionalidades	O que se pretende atingir, que passos intermédios são necessários e porquê
Indicadores	Mensuração dos resultados e das condições para determinar se estão a ser atingidos
Intervenções	Atividades requeridas para atingir um resultado particular
Pressupostos	Conhecimento implícito sobre o contexto e sobre como funciona a mudança

Fonte: Daniel L. Reinholz e Tessa C. Andrews (2020: 5), tradução nossa.

Frequentemente articulada com a teoria da mudança, a teoria realista impulsionada por Ray Pawson (2006) é uma importante contribuição para a definição, implementação e avaliação das políticas públicas. Partindo do estudo da formação da política pública “baseada na evidência”, a perspetiva realista radica as condições de emergência dessa forma de governar num “consenso sobre o aparelho básico da explicação científico-social” (Pawson, 2006: 18). Tal significa que se deposita na ciência social a expectativa de aportar dados, categorias e formas de inteligibilidade relevantes para a prática de regulação política, envolvendo interrogações sobre a natureza da causalidade, a constituição das relações, a estratificação dos grupos ou a origem da mudança social. De acordo com o autor, a política pública baseada na evidência é dominada por uma pergunta: “o que é que funciona?”.

Esta pergunta cria uma ponte entre a teoria realista e a teoria da mudança social, na medida em que o propósito da intervenção é produzir mudança. Importa, a partir daí, questionar o que significa “funcionar” (o quê, como, porquê, para quem), o que reconduz às interrogações-chave: “como é que os programas sociais produzem os seus efeitos? Como é que as intervenções intervêm? Qual é a natureza da causalidade no

mundo da política pública?” (Pawson, 2006: 20). Para responder a estas perguntas, o contributo da teoria realista para a definição das políticas públicas ancora-se em três conceitos essenciais: contexto, mecanismo e resultado (Pawson, 2006: 25).

O objetivo é identificar “o que funciona, para quem, em que aspetos, em que medida, em que contexto e como, recorrendo regularmente à fórmula Contexto-Mecanismo-Resultado para estabelecer e afinar hipóteses. [...] [Esta fórmula] explica como é que Mecanismos (causais) interagem com as características de um Contexto de modo a gerar Resultados” (Feeny, Westhorp e Williams, 2021: 23, 25).

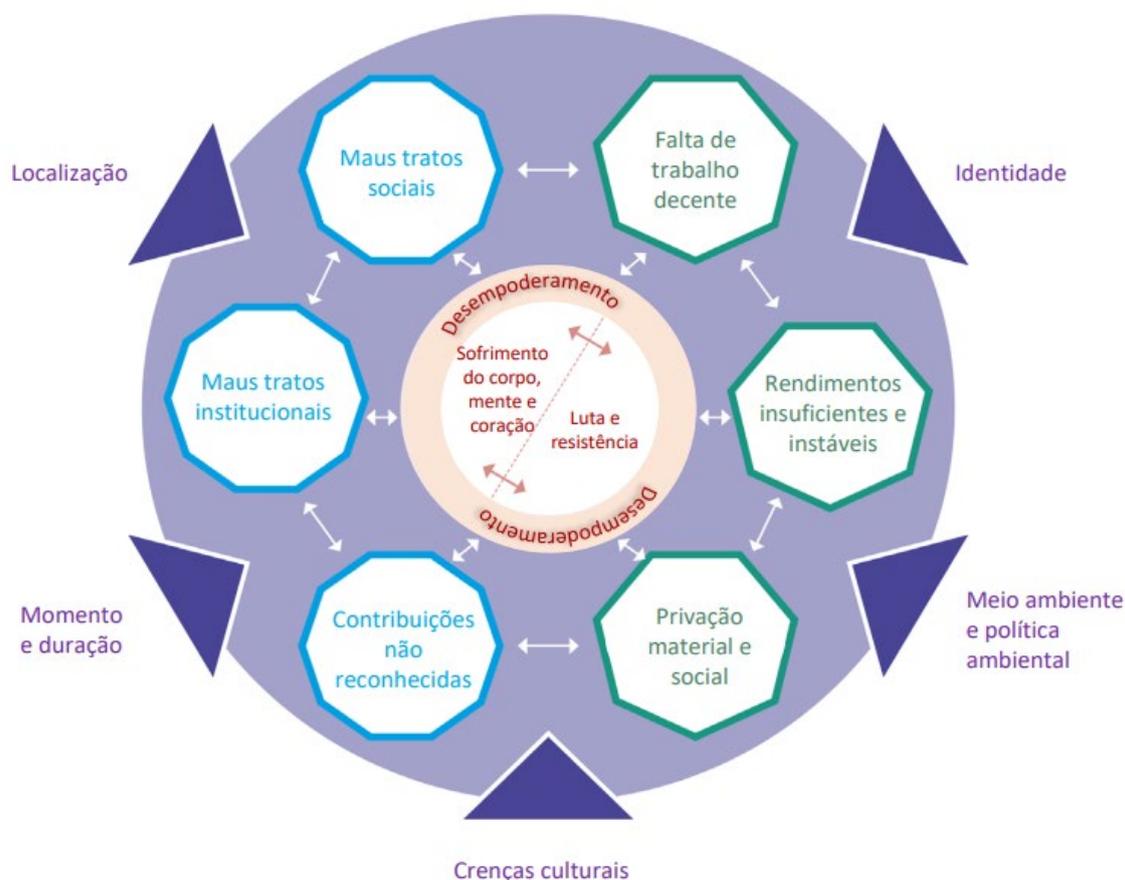
Alguns conteúdos-chave da teoria da mudança e da teoria realista fornecem ideias para um trabalho coproduzido (envolvendo responsáveis políticos, atores institucionais, indivíduos e comunidades vulneráveis) de reconcetualização do objeto (pobreza e exclusão social) e para um exercício de reconstrução participativa da política pública.

Resultante de um consenso internacional sobre a importância de ampliar o reconhecimento público das múltiplas dimensões da pobreza, o objetivo global de “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” definido pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi o ponto de partida para o lançamento de um projeto de reaproximação à pobreza como problema, iniciado em 2016 e desenvolvido através de uma parceria entre o movimento internacional ATD (“All Together for Dignity”) Fourth World e um conjunto de investigadores da Universidade de Oxford. Este projeto envolveu o estudo da pobreza em seis países de realidades sociais, económicas, políticas e culturais muito distintas – Bangladesh, Bolívia, França, Tanzânia, Reino Unido e Estados Unidos –, e contribuiu para uma reconcetualização da pobreza, seus mecanismos de visibilização e modalidades de resposta. Este contributo ambicionava superar um acervo crescente de críticas aos princípios e eficácia dos modelos convencionais de enquadramento político dos fenómenos e de recolha de dados, formatando assim a ideia de pobreza enquanto objeto de regulação institucional (Masiero e Das, 2019).

O estudo ATD Fourth World/Oxford visou corresponder a um objetivo específico da Agenda 2030: “garantir processos de tomada de decisão sensíveis, inclusivos, participativos e representativos a todos os níveis”. Para o efeito, orientou a sua estratégia pelo “envolvimento de pessoas em situação de pobreza em todas as fases da investigação, de modo a promover a sua representação significativa nas equipas de pesquisa nacionais” (Bray *et al.*, 2020: 1). Desse trabalho de envolvimento metodológico surgiu um consenso em torno de nove dimensões da pobreza consideradas comuns aos seis países estudados, sendo que, como salientado pelos autores, apenas três dessas dimensões estão previstas nos índices de pobreza multidimensional.

As três dimensões que os participantes consideram como o núcleo da pobreza são o “sofrimento”, o “conflito” e o “desempoderamento”, experiências que recobrem nexos e intersecções de ordem variada com as restantes seis dimensões: “falta de trabalho decente”; “rendimentos insuficientes e instáveis”; “privação material e social”; “contribuições não reconhecidas”; “maus tratos institucionais”; e, “maus tratos sociais”. Trata-se de dimensões que se manifestam de forma específica em função do

local, do momento, das especificidades culturais, identitárias e ambientais. Os autores esquematizam os seus resultados da seguinte forma:



Fonte: Bray *et al.*, 2020: 5.

Este conjunto de dimensões afiguram-se desafiantes para repensar prioridades estratégicas, áreas de intervenção, ações e medidas e indicadores de concretização no quadro do Plano Regional para Inclusão Social e Cidadania (PRISC) (reequacionando a importância do rendimento, trabalho, saúde, educação, habitação, participação e coesão). Requerem, por isso, um projeto de construção local de um modelo lógico e realista de mudança que tem nas metodologias participativas um trunfo heurístico para promover simultaneamente a inovação e a transformação social.

Este conjunto de dimensões emergiram da aplicação de uma metodologia participativa ancorada num princípio de “confluência de conhecimento e práticas” (“merging of knowledge and practices”), inspirado na proposta desenvolvida pelo movimento internacional ATD Fourth World. Esta proposta foi sintetizada num documento de referência – Diretrizes para a Confluência de Conhecimento e Práticas no trabalho com pessoas em situação de pobreza e exclusão social –, e assenta na ideia de que há uma clivagem histórica e estrutural entre os autores (governamentais, técnicos, académicos) e os destinatários (pessoas em situação de pobreza e exclusão social) da política pública. Nessa perspetiva, os autores tendem a propor soluções baseadas na sua própria análise das causas da pobreza, detendo um conhecimento reconhecido pela sociedade, que pode ser comunicado e que foi construído ao longo

do tempo. Ou seja, “eles conhecem as regras do jogo [e], devido ao seu estatuto e funções, têm o poder de/para agir, influenciar outros e tomar decisões” (ATD Fourth World, s/d: 1). Os destinatários, em contrapartida, porque o seu conhecimento vivido da pobreza não é reconhecido, tendem a ser colocados na posição de quem deve contribuir para soluções que outros imaginaram para si. Daqui resulta a convicção de que “esta falha em levar em consideração o conhecimento das pessoas que vivem em situação de pobreza é uma das razões para o fracasso dos programas de combate à pobreza” (ATD Fourth World, s/d: 1). Em suma:

Um pré-requisito na luta contra a pobreza e a exclusão social é o reconhecimento das pessoas que vivem em situação de pobreza como atores por direito próprio. Reconhecer o papel que as pessoas que vivem em situação de pobreza podem desempenhar significa também reconhecer o conhecimento adquirido com a experiência de vida que trazem consigo e sem o qual outros tipos de conhecimento (conhecimento acadêmico ou conhecimento prático) são 'incompletos' e eventualmente ineficazes, podendo mesmo ter o efeito contrário àquele que é inicialmente pretendido (ATD Fourth World, s/d: 1).

A prossecução deste projeto geral de envolvimento metodológico e propositivo no trabalho de formulação, concretização e avaliação da política pública desenvolvida em nome do combate à pobreza requer, de acordo com as diretrizes apresentadas pelo ATD Fourth World, a conjugação de um conjunto de condições epistemológicas e procedimentais para evitar a perversão ou esvaziamento do método participativo.

Esta questão é particularmente enfatizada por Agathe Osinski (2021), ao comparar o referido estudo do ATD Fourth World / Oxford com um estudo anterior, de natureza igualmente participativa, promovido pelo Banco Mundial. Nessa comparação, a autora procurou explorar em que medida cada um dos estudos: terá contribuído para capacitar os participantes e envolvê-los na investigação; abriu espaço para que agissem através de alianças “pró-pobres”; favorecia o reconhecimento e/ou combate das relações de poder; e mostrava capacidade prática para alcançar resultados transformadores.

De acordo com o seu balanço, tendo ambos os projetos uma natureza participativa, “a pesquisa do ATD Fourth World seguiu uma abordagem metodológica mais exigente, baseando-se numa participação mais profunda e intensa das pessoas em situação de pobreza em todas as fases do processo de pesquisa” (Osinski, 2021: 1). Terá sido, em larga medida, essa diferença de conceção e estruturação do envolvimento participativo que, segundo a autora, permitiu, fazer emergir novas dimensões da pobreza, legitimá-las como domínio específico de sentido e inscrevê-las na agenda política como objeto relevante.

Essa constatação vem reforçar a importância de, como referido anteriormente, atender às condições epistemológicas e procedimentais apontadas nas diretrizes do ATD Fourth World. Essas condições podem ser resumidas da seguinte forma:

<b>Pré-requisitos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estar consciente de que a mudança é necessária</li> <li>• ver cada pessoa como detentora de conhecimento</li> <li>• não deixar ninguém sozinho</li> <li>• ver cada pessoa como parte da equipa de investigação</li> </ul>
<b>Condições de implementação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• presença genuína das pessoas em situação de pobreza</li> <li>• identificar os diversos tipos de conhecimento a partilhar</li> <li>• participantes devem ser mutuamente independentes</li> <li>• criação de grupos de referência</li> <li>• criar um espaço seguro e confiável</li> <li>• contrato de confidencialidade</li> </ul>
<b>Condições de diálogo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• atenção à diferença de linguagens e de lugares de enunciação</li> <li>• papel crucial dos mediadores/tradutores de sentido</li> </ul>
<b>Fusão de saberes e de práticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• potenciação da experiência de cada um</li> <li>• adequação do ritmo e do tempo necessário para o processo</li> <li>• co-produção</li> </ul>

Fonte: Guidelines for the Merging of Knowledge and Practices when working with people living in situations of poverty and social exclusion (ATD Fourth World, s/d).

Este guia tem subjacente a ideia de que a confluência de saberes e experiências significa “expor-se ao conhecimento e à experiência do outro para construir um conhecimento mais completo e maior que a soma das partes” (ATD Fourth World, s/d:5).

Sendo certo que a necessidade de reconstrução do conhecimento – na sua relação com a governabilidade – não é apenas um problema de ignorância ou escassez de informação, mas também de disputa e antagonismo social (interesses materiais e visões concorrenciais), esta proposta não está isenta de problemas, pelo que será necessária uma reflexão aprofundada sobre o significado, pressupostos e implicações que a sua aplicação permite antecipar. Alguns desses problemas resultam, nomeadamente, da tentação apriorística de conceber tanto o mundo técnico-político quanto a experiência da pobreza como realidades estáticas, fechadas e homogêneas, atribuindo-lhes um conjunto de presunções (discursivas e estratégicas) que só a entrada em ação da metodologia participativa permite descortinar e problematizar (para um conjunto de estudos e relatórios recentes sobre a pobreza em Portugal, ver Carvalho *et al.*, 2022; Carvalho, Fonseca, e Peralta, 2023; Peralta, Carvalho e Fonseca, 2022; Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2023).

As propostas de medidas incluídas no Plano Regional de Inclusão Social e Cidadania (PRISC) centram-se nas componentes sistemática e sistémica da pobreza nos Açores, e não diretamente nas pessoas pobres. A atenção é colocada nas políticas, nas instituições e nas lógicas de poder, e não nos comportamentos individuais, culturais e sociais, dos indivíduos. Esta mudança de abordagem tem um longo respaldo na literatura sobre o tema da pobreza, embora seja menos mobilizada e informe um número relativamente baixo de políticas públicas a nível internacional.

Na elaboração do PRISC inspirámo-nos sobretudo nas propostas teóricas e analíticas de Douglas Brady (Brady, 2019; 2023; Brady e Bostic, 2015; Brady, Finnigan e Hübgen, 2017). Douglas Brady e a sua equipa propõem uma abordagem baseada no estudo dos riscos de pobreza a partir de um quadro analítico que releva da comparação das prevalências (proporção da população com um determinado risco) e das penalizações (probabilidade acrescida de pobreza associada com um determinado risco) (Brady, Finnigan e Hübgen, 2017).

A conclusão mais relevante dos estudos comparativos realizados a nível internacional por estes autores é de que há uma maior variação nas penalizações do que nas prevalências (Brady, Finnigan e Hübgen, 2017: 754). E essas variações são explicáveis por fatores políticos, que incluem a generosidade das políticas sociais (Scruggs e Ramalho Tafoya, 2022; Taylor-Gooby, Leruth e Chung, 2018), a opção política de penalizar determinados riscos de pobreza, os recursos e as lógicas de poder existentes e a configuração das instituições presentes no campo da pobreza e da inclusão social (Brady, 2023: 14; McCabe, 2023) (para uma análise atualizada da variação geográfica da pobreza e da vulnerabilidade nos Estados Unidos recorrendo ao quadro analítico das prevalências e penalizações, ver Nicholson, 2023).

Em complemento a estas propostas, Kaitlin Alper, Evelyne Huber e John Stephens reforçam a importância de estudar a pobreza a partir das suas componentes estruturais e políticas, sendo de salientar o papel das políticas e das instituições relacionadas com o mercado de trabalho (2021: 26). Estes autores concluem que as únicas medidas inovadoras nos últimos 25 anos nas políticas sociais prendem-se com o investimento social na conciliação entre os agregados familiares e o trabalho e a ativação para a educação e o trabalho (Alper, Huber e Stephens, 2021: 27). Das mais importantes conclusões destes autores é que os principais determinantes na redução da pobreza são os direitos sociais (generosidade do Estado nos apoios sociais para os que têm menos de 65 anos, salário mínimo e subsídios e licenças parentais, por exemplo), mais do que as variáveis de necessidade associadas às pessoas e aos agregados (variáveis demográficas e económicas que aumentam a pobreza na componente dos rendimentos).

### **3.2. Experiências Internacionais de Referência**

As propostas e medidas constantes do PRISC beneficiaram de um aprofundamento comparativo com outras experiências internacionais (para o caso do plano de ação português, ver Presidência do Conselho de Ministros, 2023). Este Plano consiste em seis eixos de intervenção, 14 objetivos estratégicos e mais de 270 atividades, que contribuem para a concretização da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2015, aprovada em 2021).

Embora sejam múltiplas as experiências internacionais de elaboração de estratégias de redução da pobreza, centramo-nos neste documento em três exemplos: os Estados Unidos da América com o *America Rescue Plan Act* (ARPA) (Plano de Resgate Americano) e, especificamente, com um novo figurino do *Child Tax Credit* (Crédito Fiscal para Crianças) que vigorou em 2021 e 2022; o Brasil, com o programa Bolsa Família; e, por último o caso francês com a *Stratégie Nationale de Prévention et de Lutte contre la Pauvreté* (Estratégia nacional para a prevenção e a luta contra a pobreza), implementada em 2018, e a sua revisão no *Pacte des Solidarités* (Pacto das Solidariedades), que entra em vigor em janeiro de 2024.

### **3.3. O Child Tax Credit nos Estados Unidos da América**

O *Child Tax Credit* foi criado nos Estados Unidos em 1997, durante a administração de Bill Clinton. Os critérios de aplicação e os montantes do *Child Tax Credit* foram revistos em 2021, no âmbito do plano mais abrangente *America Rescue Plan Act* (ARPA), este último pensado pela Administração de Joe Biden para a recuperação da economia norte-americana pós-COVID 19. A novidade no figurino do *Child Tax Credit* prendia-se com a inclusão de todos os agregados norte-americanos, mesmo aqueles onde ninguém exercia atividade profissional, o aumento dos montantes a atribuir, e a subida do limite de rendimentos auferidos por ano por agregado. Assim, ficavam abrangidos, sem penalizações, todos os agregados compostos por dois adultos e com rendimentos anuais até 150.000 dólares, e 112.500 dólares em agregados monoparentais. Os montantes a transferir foram de 3.600 dólares para crianças até 6 anos de idade, e de 3.000 dólares para crianças e jovens dos 7 aos 17 anos. Outra novidade era que as transferências eram processadas mensalmente.

A generosidade social desta política social, tanto na abrangência dos agregados beneficiários como nos montantes envolvidos, resultou na saída da situação de pobreza de mais de 5 milhões de crianças nos Estados Unidos em 2021 (Parolin, Collyer e Curran, 2022a; Parolin *et al.* 2021b). A taxa de pobreza infantil nos Estados Unidos em 2021 foi de 5.2%, a mais baixa desde que há registos oficiais, caindo do valor de 9.7% em 2020 (Creamer *et al.*, 2022: 1).

Embora a maioria republicana do Congresso norte-americano tenha alterado o *Child Tax Credit* em 2023, revertendo a sua universalidade e abrangência, o importante é referir que a aplicação do mesmo em 2021 e 2022 demonstrou a eficácia das políticas

públicas na redução da pobreza, com efeitos muito mais englobantes a nível dos agregados e das pessoas no que se refere à segurança económica e alimentar (Collyer *et al.*, 2022) e às estratégias educacionais (Jabbari *et al.*, 2023).

As medidas aplicadas pelo Child Tax Credit e os seus efeitos, mesmo no curto prazo, demonstram que sempre que há vontade política e a mobilização de recursos significativos a pobreza não é uma fatalidade, e sim a consequência de opções políticas concretas e de processos sociais e económicos específicos.

Embora a literatura sobre os benefícios de uma política de redução da pobreza orientada para as crianças e os adolescentes seja vasta, o artigo inspirador da política implementada pelo Child Tax Credit nos Estados Unidos em 2021 é da autoria de H. Luke Shaefer e da sua equipa (Shaefer *et al.*, 2018). Os autores propunham um abono universal para crianças, constatando que a alta taxa de pobreza infantil nos Estados Unidos não derivava só das condições demográficas ou do mercado de trabalho, mas sobretudo de escolhas nas políticas sociais. Os princípios da proposta eram os seguintes: universalidade, acessibilidade, níveis de pagamento adequados e apoios mais generosos para a primeira infância (Shaefer *et al.*, 2018: 23).

As vantagens deste abono, pago mensalmente, assentavam na criação de uma fonte básica de apoio monetário, um rendimento de base, para todas as famílias com crianças, na constituição de uma rede de segurança, dado que o abono não seria reduzido à medida que os rendimentos aumentassem e, por último, o mesmo não seria uma base para a estigmatização social por não depender das condições de recursos dos agregados (Shaefer *et al.*, 2018: 37).

### ***3.4. O Programa Bolsa Família no Brasil***

O programa Bolsa Família foi instituído no governo Lula da Silva em 2003, e consiste na transferência condicional de rendimento (Conditional Cash Transfer), isto é, obriga os agregados abrangidos a cumprirem certos requisitos nas áreas da saúde, da educação e da assistência social. Em 2021, com o governo Jair Bolsonaro, o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil, sendo reposto, com novas vertentes de aplicação, no novo governo de Lula da Silva em 2023.

A versão de 2023 do programa Bolsa Família alterou os limites oficiais de definição de pobreza e de pobreza extrema e aumentou os montantes atribuídos, instituindo apoios para crianças e jovens muito semelhantes aos aplicados pela administração Joe Biden nos Estados Unidos. As novas medidas retiraram em 2023 cerca de 18.5 milhões de agregados da situação de pobreza extrema (Silva *et al.*, 2023).

O livro organizado por Tiago Silva (2018) é o melhor trabalho de avaliação do programa Bolsa Família no período entre 2003 e 2016. Centra-se nos mecanismos de governação do programa (descentralização e fiscalização da aplicação) e nos seus impactos na saúde, educação, mercado de trabalho e condições materiais de vida. Um dos principais fatores de sucesso do programa relaciona-se com a sua focalização, ou seja, incidir sobre as famílias pobres e extremamente pobres de forma eficiente e efetiva (Silva *et al.*, 2018).

O programa Bolsa Família diminuiu de forma significativa a pobreza, a pobreza extrema e as desigualdades no Brasil, sendo que os 20% mais pobres antes das transferências recebiam cerca de 70% dos recursos do programa. No período em análise, assistiu-se a uma redução de cerca de 15% no número de pobres, e de mais de 25% no número de extremamente pobres (Souza *et al.*, 2018: 180) (para uma análise da evolução favorável da pobreza monetária no Brasil de 2000 a 2020, ver Souza, 2022. Para uma perspectiva mais crítica, ver Silva, Hasenclever e Soares, 2022).

Souza *et al.* concluem, de forma significativa, que “Na melhor das hipóteses, em função da volatilidade de renda das famílias, seria recomendável inclusive aumentar o número de famílias beneficiárias para minimizar os “erros de exclusão”, mesmo que isso implique algum crescimento nos “erros de inclusão” (Souza *et al.*, 2018: 181).

Mais importante ainda, realçam que o que impediu que o programa Bolsa Família tenha sido mais eficaz no combate à pobreza e à desigualdade foi o valor modesto dos benefícios atribuídos aos agregados em situação de pobreza.

### ***3.5. O Caso Francês***

O caso francês é referido por nós, não tanto pelos resultados obtidos na redução da pobreza, mas sim pela qualidade e estruturação da estratégia proposta, que permitiu um trabalho de avaliação anual da sua implementação de grande rigor. A *Stratégie Nationale de Prévention et de Lutte contre la Pauvreté* foi aprovada em 2018 na presidência de Emmanuel Macron, tendo como horizonte temporal de execução o período de 2018 a 2022. Constava de cinco áreas temáticas e de 35 medidas, tendo sido elaborada após uma longa experiência participativa e de consulta a diferentes associações e instituições (Ministère des Solidarités et de la Santé, 2018). As cinco áreas temáticas eram as seguintes: primeira infância e educação (com 10 medidas); saúde (5 medidas); acompanhamento, formação e emprego (10 medidas); alojamento (3 medidas); e, direitos sociais (7 medidas).

As áreas temáticas definidas e a centralidade conferida à efetivação dos direitos sociais, à política habitacional ou à prevenção e resposta ao sobreendividamento, revelavam o carácter holista da estratégia. A estratégia focalizava-se nas pessoas ou nos agregados em situação de pobreza, mas privilegiava uma abordagem maximizadora e territorializada dos públicos a abranger.

Na terceira avaliação da estratégia realizada em 2022, concluiu-se que os dados disponíveis não permitiam aferir do impacto da mesma na redução da pobreza desde 2109, sendo realçado o papel dos apoios extraordinários ativados devido à pandemia da COVID-19 na estabilização da pobreza monetária (Comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté, 2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

Neste exercício avaliativo cabe referir o recurso inovador a um painel de 30 cidadãos representativo do conjunto da população francesa, que produziu um documento autónomo sobre cada uma das áreas e medidas (Comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté, 2022d: 67-77).

O final do período de execução da Stratégie em 2022, conduziu o estado francês a elaborar um novo plano, apresentado em 2023, e que vigorará de 2023 a 2027. O novo plano, intitulado Pacte des Solidarités, apresenta quatro áreas temáticas, num total de 20 medidas. Essas áreas temáticas são: prevenir a pobreza e lutar contra as desigualdades desde a infância (5 medidas); ampliar a política de acesso ao emprego para todos (6 medidas); lutar contra a grande exclusão, com base nos direitos (4 medidas); construir uma transição ecológica solidária (5 medidas) (Ministère des Solidarités et des Familles, 2023).

O Pacte des Solidarités inova ao incorporar a temática da transição ecológica como área de atuação mas, na sequência das opções definidas na anterior Stratégie, mantém um carácter holístico e não focalizado.

## 4. PARTE III

# A Pobreza e a Exclusão Percecionadas e Vividas: Os Painéis de Cidadãos e as Entrevistas Semiestruturadas

Atendendo às preocupações analíticas inspiradas numa teoria lógica e realista da mudança, o programa de redefinição participativa da pobreza e exclusão social como objeto de política pública no contexto açoriano assenta na combinação de diversas ferramentas de recolha de dados convencionais (análise documental, reenquadramento dos indicadores estatísticos), realização de entrevistas individuais a pessoas em situação de pobreza e painéis de cidadãos.

A análise documental é um método qualitativo que se baseia nos acervos documentais como fonte para conhecer determinado fenómeno, pelo que é útil em fenómenos onde esses acervos são abundantes, como é característico das organizações burocráticas e nomeadamente dos aparatos estatais que, com a consolidação ao longo do séc. XX do chamado Estado-Providência, foram centralizando tarefas de proteção social como o combate à pobreza. Perante o abundante acervo de documentação da administração pública sobre pobreza nos Açores, é incontornável o uso deste método como uma das abordagens ao objeto de estudo. As fontes documentais fornecem dados relevantes sobre o contexto da pesquisa, questões a colocar, dados suplementares, um referencial para detetar a mudança e o desenvolvimento, bem como uma forma de verificar factos e teses (Bowen, 2009: 29-31).

Em objetos de estudo onde há outras fontes além das documentais, como é o caso, esta técnica emprega-se por regra em combinação com outras técnicas qualitativas como forma de triangulação de informação, por forma a detetar discrepâncias nas fontes e consolidar um corpo de dados empiricamente fiável. Por conseguinte, os dados da análise documental foram atentamente confrontados e articulados com os dados obtidos nas entrevistas e painéis de cidadãos.

A análise documental foi a base para a atualização do Diagnóstico de Suporte que acompanha e complementa este Mapa Analítico, com a inclusão de dados, sempre que possível, ao nível dos concelhos das nove ilhas (Núcleo de Estudos e Planeamento, 2023). Foram incorporados os dados de uma série de documentos e fontes relevantes, entre eles:

- Cartas Sociais dos Açores de 2020 e 2021.
- Complemento Social do Idoso.
- Complemento Açoriano ao Abono de Família para crianças e jovens (CAAF).
- Apoio a propinas e bolsas de estudo no Ensino Superior.
- Dados sobre habitação e condições dos alojamentos.
- Taxas de escolarização dos 3-5 anos e abandono escolar.
- Dados sobre saúde e taxas de cobertura.
- Dados sobre precariedade social.

- Plano de Emergência Alimentar (cantinas sociais).
- Regime de almoço durante o período de férias e interrupções letivas.
- Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAC).
- Banco Alimentar.
- Dados sobre o endividamento das famílias.
- Dados sobre pessoas com deficiência.
- Dados sobre pessoas sem abrigo e respostas institucionais.

Com as entrevistas, segunda técnica de recolha prevista, pretende-se acima de tudo aceder à experiência vivida e percecionada da pobreza, nomeadamente das pessoas que vivem nessa situação e também nos agentes institucionais encarregados de a combater.

Como se afirma numa resenha das tendências recentes nos estudos sobre pobreza nos EUA, "uma abordagem multidimensional da pobreza muda o foco da contagem de pobres para o retrato da experiência vivida da privação" (Desmond e Western, 2018: 308), e captar essa experiência exige o emprego de métodos qualitativos.

A entrevista não-estruturada é uma técnica com evidentes vantagens para captar a experiência vivida das pessoas: (1) a colocação de questões abertas seguida da escuta paciente e sem constrangimentos ajuda a captar o significado que as pessoas atribuem à sua experiência, que pode estar tanto naquilo que dizem como nos silêncios e omissões, difíceis de captar por outros métodos; (2) ao instigar os entrevistados a contar as suas histórias e refletir sobre temas amplos, estimula-se neles a autoreflexão e aprendizagem, reforçando a sua participação na pesquisa como sujeitos e não meros objetos; (3) o caráter aberto da entrevista pode estimular um diálogo entre participantes, investigadores e o público em geral, se as conversas forem generosamente reproduzidas na publicação final (Simons, 2014: 462).

Os painéis de cidadãos, terceira e última técnica de recolha prevista, complementam a análise documental e entrevistas com as vantagens características desta metodologia: recolha mais rápida e alargada de informação (face a entrevistas), captação de padrões de interação pessoal e de grupo na produção de pontos de vista sobre o fenómeno, potencial para estimular a voz própria dos/as inquiridos/as e, por essa via, potenciar processos de aprendizagem coletiva, superando os constrangimentos e inibições que estes/as podem sentir em situação de entrevista.

As origens desta metodologia remontam à "entrevista focada" proposta por Robert Merton em 1946 nos EUA como forma económica de obter hipóteses para testar empiricamente, ainda num quadro positivista e individualista em que o fator grupo não era visto como fonte de conhecimento relevante em si, mas simplesmente uma aglomeração de indivíduos que tornava mais económica a recolha de hipóteses a testar para chegar mais rapidamente à "verdade", obtida essencialmente por métodos quantitativos (Merton e Kendall, 1946; Merton, Fiske e Kendall, 1990).

Nos anos 1960 o marketing empresarial, atraído pelo fator baixo custo, apropriou-se do método, que por essa altura se tornou mais conhecido como focus group, para desenvolver estratégias comerciais. Da década de 1970 em diante, a

academia e círculos militantes de diversa índole começaram a adotar esta técnica numa direção muito distinta destas origens governamentais e empresariais. Virando da dimensão "focada" para a dimensão "grupo", este movimento concentrou-se na dinâmica do grupo em si, visto já não como um mero "mercado alvo" de sujeitos passivos, mas como um coletivo com dinâmica e autonomia própria capaz de produzir conhecimento, num quadro já não positivista mas influenciado pelo construtivismo social, na linha de Peter Berger e Thomas Luckman.

Para dar um exemplo, os círculos de estudos propostos por Paulo Freire no Brasil da década de 1970 davam espaço para o próprio grupo definir os tópicos de discussão, pois para Freire o essencial era dar aos membros do grupo ferramentas e autonomia para discutir os seus problemas e encontrar soluções, e a verdade criava-se no próprio processo de diálogo do grupo. Esta viragem para o grupo enquanto sujeito, em vez de mero objeto, marcou a evolução do método desde então, com desdobramentos em numerosas áreas de pesquisa social (Kamberelis e Dimitriadis, 2014).

Em suma, esta metodologia participativa visa potenciar o envolvimento dos atores tanto na reinterpretação dos processos sociais que subjazem à representação dominante da pobreza como na coprodução de pistas para mostrar e resolver problemas e tensões. É um exercício-proposta que pretende reconfigurar as múltiplas finalidades e mediações através das quais operam as políticas públicas.

No âmbito do presente estudo, foram realizadas 10 entrevistas em São Miguel e 5 na ilha Terceira e realizados 4 painéis de cidadãos: nas ilhas Terceira, Faial, Pico e São Miguel. Os painéis tinham em média 10 participantes, com representantes de instituições e organizações de solidariedade social, jornalistas, especialistas nas áreas das políticas sociais e pessoas em programas de apoio social.

## ***A Pobreza e a Exclusão Percecionadas***

### ***4.1. Os Painéis de Cidadãos/ãs***

Inspirados nas pistas operacionais das teorias da mudança e realista que apontam para a coprodução da reconceptualização do objeto de trabalho e da reconstrução da política pública de intervenção, e seguindo o exemplo metodológico francês do estudo de avaliação da pobreza, realizámos na Região Autónoma dos Açores quatro painéis de cidadãos/as. Participaram no total 21 cidadãs e 17 cidadãos.

Os painéis tiveram lugar durante o mês de junho de 2023 nas ilhas da Terceira (Angra do Heroísmo, 10 participantes), Faial (Horta, 10 participantes), Pico (Madalena, 10 participantes) e São Miguel (Ponta Delgada, 8 participantes). Os painéis tiveram a participação de atores-chave e especialistas nas temáticas da pobreza e da exclusão social, quer pela intervenção institucional que dinamizam, quer pelo conhecimento que a sua área de atuação propicia. Pudemos contar com cidadãos/as das áreas da educação, saúde, ação social, poder local, empresarial, e pessoas beneficiárias ou ex-beneficiárias de apoios sociais.

Foi aplicada uma análise temática aos contributos dos/as diferentes participantes, com agrupamento em quatro dimensões que seguidamente se expõem: definição e enquadramento da pobreza e exclusão social; reflexões sobre a causalidade da pobreza e exclusão social; lacunas na intervenção sobre a pobreza e exclusão social; sugestões de intervenção sobre a pobreza e exclusão social.

#### ***4.1.1. Definição e enquadramento da pobreza e exclusão social***

Os/as participantes dos painéis partilharam as suas perspetivas sobre o fenómeno da pobreza, a sua multicausalidade e as suas complexas interconexões com outros fenómenos sociais, começando por identificar as dimensões da pobreza. Emergem dos discursos três dimensões. As duas primeiras distinguem-se quanto à sua natureza e parecem enquadrar desiguais tipologias de agregados familiares em situação de pobreza, embora muitas vezes se façam concomitantemente sentir naqueles/as socialmente apelidados como “pobres”. Trata-se da pobreza económica, material e da pobreza de valores, ou, como foi em mais de um discurso rotulada, “pobreza de espírito”.

Aflora nos discursos dos/as cidadãos/ãs a associação de uma causalidade externa à primeira dimensão, no sentido de uma fatalidade que impende sobre o indivíduo ou família, do momento presente ou herança histórica de uma condição de pobreza; e de uma causalidade interna à segunda dimensão, vinculando-a a valores familiares e características individuais de personalidade, que bloqueiam os fatores de mudança. Como terceira dimensão aparece a pobreza envergonhada, identificando-se aqui como pobres aqueles/as que trabalham mas cujo rendimento não permite fazer face a todas as despesas ordinárias ou a acontecimentos inesperados, como a avaria

do automóvel, a subida das taxas de juro, o aumento do preço da alimentação, entre outros.

Apesar das diferentes áreas de atuação e papéis sociais, os/as participantes encontravam-se bastante informados/as sobre o posicionamento da Região Autónoma dos Açores [RAA], e da sua ilha em particular, face à dimensão nacional e até internacional no que aos indicadores de pobreza diz respeito. Reportando à realidade conhecida pelos/as participantes, foram referidas associações (bidirecionais) da pobreza aos comportamentos aditivos, aos elevados níveis de obesidade infantil, à desestruturação familiar e ao fraco rendimento escolar das crianças. Decorrente sobretudo da análise à segunda dimensão da pobreza, de cariz sociopsicológico, encontramos a associação da pobreza a uma sociedade do ócio e da preguiça e à desvalorização do trabalho e desprestígio de certas funções laborais.

Das representações de pobreza apresentadas fazem também parte pessoas ou agregados prolongadamente beneficiários do Rendimento Social de Inserção [RSI], cidadãos/as que migram entre ilhas conduzidos pela procura de apoios sociais mais avultados, e pessoas que, embora tendo casa e, portanto, não configurem situações de sem abrigo, mais visíveis aos olhos de quem avalia pobreza e impositivas para quem sobre ela intervém, habitam em casas com muito más condições e encontram-se sem recursos para as reabilitar.

Com referência à realidade da RAA, aparece a chamada de atenção para os indicadores de pobreza, devido à dificuldade em se medir a pobreza estritamente pelos rendimentos declarados, uma vez que nas ilhas é comum haver um complemento do rendimento pelo trabalho na vinha ou agricultura, providenciando produtos para consumo próprio ou venda, bem como a realização de trabalhos informais no turismo ou na pesca. É, no entanto, necessário analisar quem tem acesso à realização desses trabalhos, uma vez que a posse de terra, a posse de competências, a disponibilidade de tempo ou até de condições físicas variam substancialmente entre as pessoas nos diferentes contextos do arquipélago. Parcialmente desalinhados com esta ideia, outros discursos afirmam que a produção agrícola para consumo próprio é atualmente muito baixa.

O enquadramento da exclusão social fez-se sobretudo pela referência à população idosa, com bastantes alusões ao envelhecimento da população e ao isolamento dos/as idosos/as, alguns/as em condições de debilidade financeira, mas não necessariamente. Foram identificadas situações de pessoas idosas a cuidar de outras pessoas idosas por falta de resposta social, bem como de idosos/as cuja falta de recursos financeiros não lhes permite comprar toda a medicação prescrita, optando pela toma “dia sim, dia não”.

A compreensão dos processos de exclusão social obriga a analisar desigualdade que os originam. Na RAA, a desigualdade parece evidenciar-se nos cuidados de saúde, inter e intra-ilha, sobretudo ao nível das respostas de saúde primária, embora também existam desequilíbrios ao nível das especialidades médicas acessíveis nas diferentes ilhas.

#### **4.1.2. Reflexões sobre a causalidade da pobreza e exclusão social**

Nos discursos dos/as participantes podemos também identificar perspetivas sobre as origens das situações de pobreza e exclusão social e sobre os fatores de mais forte agenciamento destas condições. Agrupámos as reflexões sobre este tema nos subgrupos temáticos família, indivíduo e sociedade; emprego, economia e investimento; educação e informação.

##### *4.1.2.1. Família, indivíduo e sociedade*

A família, pela sua posição privilegiada na forma como os valores sociais se integram em disposições individuais, é quase unanimemente referida como núcleo central para a compreensão (e intervenção) das situações de pobreza e exclusão. São numerosas as referências a uma pobreza cíclica e intergeracional, que reproduz padrões de paternidade prematura, abandono escolar, desemprego, comportamentos de adição e violência, generalizada falta de expectativas e objetivos de vida. A falta de ambição, de motivação para ser mais e melhor aparece como um dos grandes entraves à quebra deste ciclo, perpetuado por uma sociedade de assistencialismo remediativo e não preventivo. O insucesso ou abandono escolar surge numa forte associação a famílias que não dão valor à escola, cuja frequência está fortemente dependente do recebimento de subsídios, só acontecendo por requisito dos mesmos.

O papel da família é assim valorizado como transmissor de valores e pilar de apoio e orientação para as gerações mais novas. A falta de apoio à parentalidade na criação de condições de sucesso para o exercício deste papel reforça o crescimento do número de situações de pobreza e exclusão social.

##### *4.1.2.2. Emprego, economia e investimento*

É unânime a referência aos baixos salários e ao elevado custo de vida como causadores de situações de pobreza, agravando as condições dos que menos têm e colocando no limiar da pobreza mesmo quem trabalha e engrossa as franjas da pobreza envergonhada. Nas quatro ilhas auscultadas é sublinhada a dificuldade no acesso à habitação (falta de casas e casas muito caras), a inflação e o turismo, como potenciador destas adversidades.

A economia local é vista como demasiado centrada no turismo e vulnerável à sazonalidade deste mercado e há uma falta de investimento público nas atividades locais (ex. pescas), gerando uma oferta laboral instável e precária, embora não diminuta. De facto, se quanto ao número crescente de empregos disponíveis há relativo acordo entre os/as participantes dos painéis, as opiniões sobre as condições de acesso aos mesmos estão longe da consensualidade. Se, por um lado, existe a perspetiva de que os/as desempregados/as escolhem, por ausência de motivação para os trabalhos disponíveis ou por vantagem financeira da condição de beneficiários/as de rendimentos sociais, não ir trabalhar, registam-se também vozes que chamam a atenção para a falta de condições de muitos/as açorianos/as em idade ativa para ocupar os empregos existentes: ou porque estão doentes, ou porque não

têm formação adequada, ou porque são cuidadores/as de idosos ou de crianças sem resposta social em horário compatível com o trabalho, ou porque não conseguem uma habitação perto do local onde existe a vaga de trabalho, entre outras.

#### *4.1.2.3. Educação e informação*

A difícil integração no mercado de trabalho aparece muito associada à baixa escolarização e à falta de metas pessoais e motivação que esta origina. A causalidade atribuída ao sistema educativo manifesta-se sobretudo pela identificação de uma rigidez curricular ao nível do ensino básico, que impede a adaptação da resposta educativa a crianças sem interesse pela escola, à inaptidão da resposta ao nível do ensino profissional, e à débil resposta para crianças com necessidades educativas especiais, que se confrontam com as dificuldades em serem integradas em turmas do ensino regular e com a pouca capacidade de resposta por parte das IPSSs.

Para além das fragilidades criadas por um sistema educativo incapaz de manter os seus alunos e capacitar os/as cidadãos/as, estes veem-se confrontados com o desconhecimento dos apoios existentes para situações de pobreza ou exclusão, e/ou pela dificuldade em perceber os requisitos ou regras para o acesso aos mesmos. Esta falta de informação aparece identificada sobretudo respeitando à população idosa.

#### *4.1.3. Lacunas na intervenção sobre a pobreza e exclusão social*

As reflexões dos/as cidadãos/as participantes incidiram também na identificação de falhas na intervenção em situações de pobreza e exclusão social, que podemos agrupar nas seguintes áreas temáticas: apoios sociais; cultura intra e inter institucional; funcionamento e condições das instituições de apoio social; educação; saúde; emprego; e formas de intervenção social.

##### *4.1.3.1. Apoios sociais*

O RSI aparece como o apoio mais conhecido pelos/as participantes e que, para eles/elas, falha em duas grandes dimensões. Em primeiro lugar, o RSI é visto como tendo montantes baixos, insuficientes para o dia-a-dia dos indivíduos ou famílias. Em segundo lugar, é perspetivado como um obstáculo a uma ação individual na procura de emprego ou resolução da debilidade financeira (lógica da responsabilização individual): por um lado, a certeza do rendimento cria uma desmotivação para o trabalho; por outro, a aquisição de rendimentos de trabalho anula a elegibilidade para o apoio, o que faz com que muita gente não procure trabalho ou, tendo-o, o faça pela via informal.

Relativamente à generalidade dos apoios sociais, RSI e outros, os/as participantes apontam algumas lacunas quanto à sua natureza e à sua atribuição. Apoando-se em casos pessoal ou institucionalmente conhecidos, constata-se desigualdades e injustiças no recebimento dos apoios: há quem não consiga mesmo trabalhar e receba poucos apoios, há quem consiga trabalhar e, por receber muitos apoios, não trabalhe porque não compensa. Da crítica aos critérios de atribuição dos

apoios faz também parte a desaprovação da atribuição dos apoios exclusivamente ao que menos têm, originando que as pessoas não queiram ter nada para poder receber, ou se vejam obrigadas a ocultar posses ou rendimentos.

Genericamente, critica-se a dispersão de subsídios e a não integração dos mesmos numa base comum para que se saiba quantos apoios e de que tipo recebe cada pessoa ou família e concretamente desaprova-se a avaliação da elegibilidade para alguns apoios sociais através da análise do IRS do ano anterior, que deixa de fora pessoas que vivem situações de dificuldade ocorridas recentemente e que acabam por se prolongar pela falta de ajuda.

Embora não sendo uma perspetiva alargada, referiu-se também o aproveitamento político da atribuição de rendimentos sociais, cuja publicitação ou promessa de majoração servem efeitos de campanha eleitoral.

#### *4.1.3.2. Cultura intra e inter institucional*

É praticamente unânime a ideia de que a intervenção institucional é estigmatizante para as famílias e a ideia de que as instituições de intervenção social são paternalistas, se impõem-se às famílias que são invadidas por técnicos e programas múltiplos, cada um com as suas exigências. É também largamente criticada a fraca articulação entre instituições para uma resposta atempada, integrada e não sobreposta, aos reais problemas das pessoas.

Os/as participantes constataam que tem havido por parte da RAA um investimento em técnicos e em equipamentos, mas muito numa lógica meramente reativa. Relativamente às instituições, de uma forma alargada regista-se uma crítica à intervenção assistencialista e não preventiva, havendo discursos, em menor número, que avançam uma explicação sociocultural acerca de um meio onde se valoriza a subserviência e o pedido do favor. Na área da saúde prefere-se intervir na doença a promover a saúde, na área socioeconómica prefere-se atribuir apoios ao desemprego em vez de se apostar na criação de empregos ajustados às capacidades e interesses das pessoas.

Os cuidados de saúde primária são vistos como o “parente pobre da saúde”, em muitas localidades há falta de instalações para desenvolver atividades que aproximariam os/as cidadãos do sistema e contribuiriam para uma alteração da sua situação de pobreza ou exclusão social.

Aparece também nos discursos a desaprovação do excesso de burocracia na atribuição dos apoios, com relatos de situações onde se perde o apoio pela falta de um papel ou falha de um prazo, mais preocupante porque falamos de comunidades pouco escolarizadas, mal informadas e com um grau de agenciamento pequeno. De notar ainda a referência à inexistência de legislação na área da economia social como uma das lacunas da intervenção.

4.1.3.3. *Funcionamento e condições das instituições de apoio social*

Uma vez que boa parte dos/as participantes são dirigentes ou funcionários/as de instituições de apoio social, foi possível uma visão privilegiada sobre aquilo que, no que às suas condições e ao seu funcionamento diz respeito, corre menos bem e pode obstaculizar a intervenção em situações de pobreza e exclusão social.

Uma das lacunas prende-se com a falta de financiamento para a pluralidade e diversidade de intervenções que são pedidas às instituições, sobretudo na área da deficiência. A insuficiência de financiamento origina uma falta de recursos, sejam eles equipamentos ou recursos humanos, para trabalhar individualmente com cada família e responder a cada necessidade particular. Os/as funcionários/as das instituições de apoio social estão envelhecidos e não há uma perspetiva de renovação, dado que os jovens não encontram atrativos para permanecer ou regressar à RAA.

Nesta reflexão emerge ainda a ideia do peso da máquina assistencialista, com a sinalização de que por vezes as instituições alocam mais recursos ao seu funcionamento do que à resolução da problemática em que pretendem intervir. Ainda referente ao *modus operandi* institucional, critica-se a perda de autonomia das Juntas de Freguesia na ação social, atribuindo-se à centralização dos serviços uma morosidade na resposta aos problemas.

Para a população idosa e com deficiência existe, para a totalidade dos/as participantes que se pronunciaram sobre este tema, uma insuficiente resposta social. Os lares de idosos não têm capacidade para acolher toda a população que deles precisa, existem centros de dia, mas faltam respostas para o período da noite e não existe um plano estratégico para a longevidade. As respostas de institucionalização de idosos/as foram pensadas para utentes com ainda alguma mobilidade, autonomia e saúde, mas a realidade mostra que atualmente, pelo aumento da esperança média de vida, os utentes são pessoas cada vez mais velhas e com comorbidades, necessitando de cuidados de saúde e assistência que as instituições não estão preparadas para dar, nem têm financiamento para tal.

As pessoas com deficiência não veem atendidas a totalidade das suas necessidades. Ou porque não há capacidade de atuar em todas as esferas do seu quotidiano (a título de exemplo, muitas vezes existe resposta educativa adaptada em período de horário letivo, mas não de tempos livres), ou porque a particularidade da sua condição exige uma resposta especialmente adaptada, onerosa para as IPSS em termos de custos em equipamentos e recursos humanos. Sugere-se que o Governo Regional seja sensibilizado para os custos acrescidos de integração destes/as utentes.

Também para a generalidade das crianças da Região é referida uma insuficiente resposta social no período pós-letivo, após o encerramento da escola as famílias não têm onde deixar os filhos e o cuidado às crianças limita a capacidade de procurar e aceitar trabalhos em determinados intervalos horários, desvantagem especialmente relevante num mercado laboral crescente de ofertas na área da hotelaria e turismo, onde se trabalha à noite, fins-de-semana e feriados.

#### 4.1.3.4. *Sistema Educativo*

As principais lacunas atribuídas ao sistema educativo prendem-se com o reduzido número de psicólogos/as nas escolas, impossibilitando a concretização de programas de combate ao abandono escolar e de aproximação das famílias à escola, com as constantes alterações na política educativa, que multiplicam a legislação aplicável às escolas e os pedidos que a estas são feitos, e com os desafios criados pela subida da escolaridade obrigatória. A este último respeito, aparece com especial relevância a situação das crianças com necessidades especiais, uma vez que as escolas não estão preparadas para as receber em ciclos de estudo de crescente exigência e as instituições que as acolhem, e que lhes podem dar formação, tendo capacidade instalada para tal, não podem certificar estes/estas alunos/as. Falta uma articulação entre estas instituições e a escola no desbloqueio dos obstáculos à certificação formativa.

#### 4.1.3.5. *Saúde*

Na área da saúde emergem sobretudo problemas de falta de resposta, de acesso, e de desigualdades territoriais. O acesso aos cuidados de saúde primários é demorado em muitas regiões. Há uma baixa capacidade de resposta pública a situações de saúde mental e toxicod dependência, chega a esperar-se dois anos por uma consulta de psicologia. Há poucos enfermeiros de família em comunidades envelhecidas e com vulnerabilidades. Falta, também, de uma rede de cuidados continuados que dê resposta atempada às populações.

#### 4.1.3.6. *Emprego*

Algumas medidas de promoção da empregabilidade foram sinalizadas e avaliadas nos painéis. Registam-se críticas aos programas de emprego, que pela sua configuração e requisitos específicos aproximam a oferta e a procura laboral, mas não potenciam uma verdadeira inserção das pessoas no mercado de trabalho. Os Programas Operacionais são vistos como uma solução que não promove alterações estruturais, uma vez que apesar de permitirem que os jovens acedam mais fácil e rapidamente ao mercado de trabalho, são usadas pelas empresas como uma via de aquisição de trabalhadores que exige menores responsabilidades e menos custos.

Num dos painéis refletiu-se sobre o trabalho socialmente útil, lembrando-se a existência de legislação que o regula, pese embora a inércia das empresas, que não se candidatam a estes programas.

#### *4.1.3.7. Formas de Intervenção Social*

Outras lacunas foram identificadas na intervenção em situações de pobreza e exclusão social, que não se agregam nos temas acima expostos e/ou se referem a circunstâncias mais vastas de organização social. É transversal aos painéis o desagrado pela contínua realização de estudos e criação de planos, em diferentes áreas, que acabam por nunca ser postos em prática, bem como o carácter temporalmente limitado de programas de reconhecida efetividade na resposta aos problemas sociais, que pelo fim do seu financiamento forçam o regresso dos/as utentes à anterior condição de debilidade e os/as colocam à mercê de expectativas criadas agora não satisfeitas.

A falta de intervenção no sistema familiar e social que condiciona comportamentos individuais é também referida como obstáculo a uma mudança que se quer eficaz e duradoura. À ativação de meios para uma resposta individual (por exemplo o acolhimento institucional de uma criança, ou o tratamento de desintoxicação de uma pessoa toxicodependente) não se agrega uma ação concertada sobre o meio de atuação social do indivíduo, que ao regressar se depara com as mesmas problemáticas.

A insuficiente resposta institucional na área do envelhecimento, da deficiência ou dos cuidados de saúde reforça a necessidade de uma mobilização individual para o cuidado, e a ativação dessa resposta limita a capacidade do/a cuidador/a para o trabalho ou mesmo para a prossecução de estudos, criando ou reforçando situações de pobreza. Os discursos dos participantes revelam essa preocupação e há mesmo quem refira que o estatuto do Cuidador Informal se encontra muito aquém das necessidades.

Emerge, também, como falha na resposta a situações de pobreza e exclusão social a falta de transportes públicos capazes de dar resposta às reais necessidades das pessoas.

#### *4.1.4. Propostas para atuação na área da pobreza e exclusão social*

Nesta secção apresentamos a lista por tópicos temáticos das propostas de atuação e intervenção relacionadas com as situações de pobreza e exclusão social na Região Autónoma dos Açores que foram mencionadas pelos/as participantes nos painéis de cidadãos. Os tópicos foram agrupados nas seguintes áreas temáticas: apoios sociais; instituições de apoio social; educação; emprego e investimento; saúde; habitação; grupos excluídos; sociedade.

##### *4.1.4.1. Apoios sociais*

- Conceção de formas de retribuição social para os beneficiários dos apoios sociais. A sugestão mais lançada foi retribuir através do trabalho (muito referido).

- Envolvimento das pessoas que recebem apoios sociais na comunidade, capacitando-as, fazendo-as sentirem-se úteis e responsabilizando-as. As pessoas desempregadas ou com subsídios podiam, por exemplo, ser cuidadoras de outros.
- Alteração da arquitetura legal de atribuição dos apoios sociais tornando possível a atribuição de apoios a pessoas que trabalham, mas cujo rendimento é manifestamente baixo (muito referido).
- Articulação institucional nos apoios concedidos e no acompanhamento de proximidade, dado que as soluções pré-desenhadas não servem todos os indivíduos. As respostas têm de ser integradas e articuladas, e uma possível solução seria a indicação de um gestor de caso para cada família apoiada (permite uma interligação institucional e uma melhor alocação de recursos).
- Aposta nas respostas de proximidade e no acompanhamento individualizado por parte dos técnicos.
- Mulheres como ponto privilegiado na atribuição dos apoios sociais nos agregados familiares.

#### 4.1.4.2. *Instituições de apoio social*

- Desburocratização da assistência, aproximando as instituições das pessoas.
- Desburocratização dos procedimentos de instituições que vivem da solidariedade gratuita/voluntariado das pessoas.
- Trabalho em rede e articulação institucional, que permita a centralização de recursos.
- Promoção de encontros interinstitucionais, permitindo o diálogo dos técnicos e troca de experiências.
- Criação de mecanismos de avaliação das entidades que prestam apoio social.
- Obrigatoriedade de certificação no âmbito da gestão de qualidade e da sustentabilidade por parte das IPSSs. Criação de uma cultura de exigência e de controlo.
- As instituições precisam de instruções que sejam claras, sucintas e direcionadas, e não de estratégias de teor mais geral ou abstrato.

#### 4.1.4.3. *Educação*

- Valorização do papel da educação como “elevador social” (muito referido)
  - investimento em cursos de formação
  - aposta na formação ao longo da vida
  - valorização de competências adquiridas fora da educação formal
- Fortalecimento da relação escola-família e criação de uma cultura de valorização da educação (muito referido).
- Criação de cursos profissionais que correspondam às necessidades da economia local e aos interesses dos cidadãos (ex. pescas, mecânica).
- Aposta numa educação mais prática, de valorização das pessoas, do saber-fazer, com menos pendor académico.

- Criação de estratégias para cativar o interesse dos jovens pela escola.

#### 4.1.4.4. *Emprego e investimento*

- Combate à pobreza através do rendimento, ou seja, pela promoção do emprego.
- Flexibilização das regras de acesso à profissão (exemplo dos programas ocupacionais).
- Incentivo à criação do próprio trabalho, por exemplo com a criação de microempresas na área da pesca ou das vinhas.
- Ajuda às empresas para que remunerem melhor os seus funcionários e criem incentivos, por exemplo seguros de saúde, e recebam como trabalhadores pessoas das comunidades mais desfavorecidas, depois de um processo de formação prévia.

#### 4.1.4.5. *Saúde*

- Saúde escolar com um papel mais interventivo e ativo localmente.

#### 4.1.4.6. *Habitação*

- Habitação social.
- Investimento do Estado na construção de habitação a custos controlados.
- Discriminação positiva na aquisição de habitação, a preços controlados, para pessoas que exerçam atividade localmente.

#### 4.1.4.7. *Grupos excluídos (idosos, pessoas com deficiência, crianças institucionalizadas)*

- Dinamização de encontros intergeracionais que diminuam a solidão dos/as mais velhos/as e promovam a integração e capacitação dos/as mais novos/as.
- Criação de equipas de cuidados ao domicílio para a população idosa, com equipas multidisciplinares.
- Integração de todas as crianças com deficiência em CACIs (Centros de Actividades e Capacitação para a Inclusão), aumentando a faixa etária de abrangência. Criação de mais vagas nestes centros.
- Incentivo à comunidade para o contacto com pessoas excluídas, nomeadamente pessoas com deficiência, para que estas se tornem visíveis.
- Criação de casas de transição e autonomia na resposta à promoção e proteção de crianças institucionalizadas, nos locais onde elas não existam. Promoção da sua autonomia, para que não regressem, após uma institucionalização, ao meio de origem.

#### 4.1.4.8. *Sociedade*

- Aposta na intervenção na infância.
- Valorização do indivíduo e do seu papel na comunidade, criando oportunidades para que os cidadãos/as se sintam úteis, integrados, acolhidos (ex. idosos a ensinar os mais novos; atribuição de tarefas/empregos que as pessoas consigam desempenhar).
  - O desporto é uma das áreas identificadas como válida para a criação de oportunidades de valorização das capacidades individuais.
  - No caso dos idosos, foi sugerido aliar a ocupação de tempos livres e atividades de lazer à atribuição de um rendimento.
- Responsabilização das famílias pelo investimento no futuro dos/as filhos/as.
- Identificação da pobreza envergonhada, sinalização das pessoas que não pedem ajuda, que muitas vezes exercem uma atividade profissional, mas o rendimento obtido não permite fazer face a todas as despesas.
- Fortalecimento dos laços de proximidade intracomunitários, para que ao apoio institucional se agregue o apoio da comunidade local. Importante na deteção das necessidades e na construção de soluções.
- Territorialidade. Conhecimento da realidade local e mapeamento rigoroso dos lugares onde é necessário atuar e de quem necessita de apoio.
- Trabalho no terreno, para o desenho dos planos e para a sua aplicação.
- Publicitação de casos de sucesso oriundos de comunidades socialmente mais excluídas.
- Após uma avaliação dos projetos, os que se revelarem eficazes devem ser mantidos através de um compromisso institucional do Governo Regional, sob pena da situação melhorar durante a vigência do projeto, mas depois regressar aos níveis pré-projeto, para além de serem defraudadas as expectativas dos/as cidadãos/ãs.
- Utilização das novas tecnologias (ex. jogos digitais) para trabalhar valores, por exemplo, no seio da família.

## **4.2. AS ENTREVISTAS**

Prosseguindo o objetivo proposto no início do estudo de captar a pobreza enquanto experiência vivida e experimentada subjetivamente, primeiramente pelas pessoas nessa situação e em segunda instância pela sociedade em redor, a investigação incluiu no trabalho de campo entrevistas e painéis de cidadãos. No respeitante às entrevistas, a equipa de investigação realizou, em junho de 2023, 15 entrevistas nas ilhas de São Miguel (10) e Terceira (5) a cidadãos em situação de pobreza. Contactou-se telefonicamente as pessoas, explicando os objetivos do estudo e requerendo a marcação de entrevista em hora e local da sua preferência. Conforme a preferência expressa, as entrevistas realizaram-se por vezes no domicílio, por vezes em espaços públicos, como Juntas de Freguesia ou espaços de restauração e hotelaria.

Como é comum, neste tipo de recolhas, houve recusas no telefonema inicial, bem como a posteriori faltas de comparência no local e data combinados, resultando do processo um conjunto de 15 entrevistas a analisar.

As entrevistas constituem um conjunto de texto extenso (cerca de 300 páginas), onde se encontra uma grande diversidade de situações de vida, de visões de presente e de futuro, esperanças, angústias etc. espelhadas numa diversidade de discursos. Estes são reveladores das perceções dos sujeitos, e, nesse sentido, úteis para compreender a experiência vivida da pobreza. São numerosos os momentos em que as/os entrevistadas/os revelam lucidez, clarividência, sofisticação analítica assinaláveis na compreensão da sua realidade pessoal, e da realidade social mais ampla.

Um primeiro passo na interpretação do conjunto passa pelos dados pessoais dos entrevistados sobre sexo, idade, escolaridade e agregado familiar.

Quadro 1. Caracterização sociodemográfica dos/as entrevistados/as

Sexo	Idade	Escolaridade	Filhos
F	30s	6	3 Cr
F	30s	6	2 Be, 2 Cr
F	30s	9	1 Be, 1 Cr, 1 Ado
F	30s	6	1 Be, 3 Cr, 1 Ado
M	30s	4	2 Cr
M	50s	-	4 Adu
M	60s	12+	-
F	40s	6	1 Adu
M	60s	9	n/a
F	50s	4	10 Adu
M	50s	6 (9)	3 Adu
F	40s	4	2 Ado, 2 Adu
F	50s	6	1 Ado, 2 Adu
F	30s	6	1 Ado, 2 Adu
F	-	9	1 Ado

Notas:

1. Escolaridade: 4 até à 4ª classe, 6 até ao 6º ano, 9 até ao 9º ano etc.
2. Filhos: (Be) bebé até 2 anos, (Cr) criança 3-12 anos, (Ado) adolescente 13-17 anos, (Adu) Adulto 18+ anos

No conjunto de entrevistas há mais mulheres que homens (10 mulheres, 5 homens). Do ponto de vista etário, há 6 entrevistados/as na faixa dos 30s (30-39 anos), 2 nos 40s, 5 nos 50s, e 2 nos 60s. O grau de escolaridade mais comum é o 5-6º ano (7

casos), seguido do 8º-9º (3 casos) e da 3ª classe (2 casos). Casos atípicos incluem um entrevistado na faixa dos 30-39 anos que não completou o ensino básico e dizia não saber ler nem escrever, e um caso de secundário completo. O número de filhos é superior à média nacional: 3 a 4 filhos é a norma, chegando num caso extremo a 10 filhos, havendo em segunda linha 3 casos de 1-2 filhos.

Um dado relevante do ponto de vista interpretativo diz respeito à situação económico-laboral no presente e passado. Quase todas as pessoas estão atualmente no desemprego, variável fundamental na pobreza. Uma parte vê-se nesta situação após ter trabalhado e não poder continuar por motivo de doença, situação de quase todos os homens (E6, E9, E11) e algumas mulheres (E10, E15, talvez E8), ou para cuidar de crianças/familiares (E4, E12); uma outra parte não teve um emprego pago, tipicamente mulheres que casaram e se dedicaram à vida doméstica (E1, E2, E14 começou a trabalhar pela primeira vez há poucos meses).

Uma limitação a ressaltar é que não se encontra diretamente nos/as entrevistados/as situações de pobreza no trabalho, realidade que se sabe relevante nos Açores e cujos testemunhos enriqueceriam a informação obtida. Esta realidade encontra-se todavia indiretamente nos casos de 3 mulheres cujos maridos trabalham sem que a família deixe por isso de estar em situação de pobreza.

A maior parte das pessoas recebe RSI (9 casos em 15), algumas pediram e viram recusado o RSI, revés que gera discursos amargos e cáusticos (E1, E14). Um segundo grupo recebe subsídio de desemprego (3 casos). As mães com filhos à sua guarda somam ao RSI os abonos de família como fonte suplementar de rendimento.

A realidade vivida da pobreza surge nas entrevistas marcada pelas divisões de género da sociedade, que podem ser tipificadas em três categorias: mulheres desempregadas por doença ou cuidado de familiares; mulheres domésticas com rendimentos incertos em luta para manter o agregado familiar à tona; homens desempregados por doença, amiúde potenciada por consumos de álcool e drogas.

Como qualquer tipificação, há desvios e exceções. Um homem nos 30-39 anos sem historial de trabalho assalariado (fora em programas de curta duração) devido à falta de instrução, não refere problemas de álcool ou drogas no seu historial; uma mulher que deixou de trabalhar por doença, dedicou-se a uma intensa atividade cívica e social que contrasta com os testemunhos mais habituais de isolamento, solidão e depressão.

Quadro 2. Situação perante o trabalho e rendimento dos agregados dos(as) entrevistados/as

Rendimentos	Trab	Trab cônjuge
abono	desemp	pecuária (assal.)
RSI, abono	desemp	desemp (construção)
SD	desemp	
RSI, abono	desemp, biscates	desemp, biscates, pescas, construção
RSI, abono	desemp	
RSI	desemp	
-	empregado	
SD	desemp	construção
RSI	desemp	n/a
RSI, apoio à renda, complementos, pensão do marido	desemp, ex-cozinheira	
SD	desemp	
RSI, abono, complemento, pensão do marido	desemp	
RSI, abono, apoio à renda, 1 pensão filha	desemp	
salário	limpezas	pescas
RSI	desemp	

Nota: SD subsídio de desemprego

Nos pontos seguintes, exploramos alguns temas que sobressaíram nos discursos: relação polarizada com o sistema de apoio e seus agentes; carência económica agudizada pela inflação; saúde física e mental; perspetivas de emprego entre vontade de trabalhar e impedimentos familiares e de oferta; sociabilidades e perspetivas de futuro.

#### ***4.2.1. Relação com sistema e seus agentes: da ajuda ao assistencialismo, da gratidão ao ressentimento***

Um aspeto que perpassa no discurso das entrevistadas e entrevistados é a polarização de atitudes face aos técnicos de assistência social e, por vezes, mais amplamente, ao sistema de apoios sociais. Há um contraste marcado entre, por um lado, discursos positivos sobre os técnicos, de boa relação, reconhecimento, consideração; e, por outro lado, discursos marcadamente negativos sobre decisões

vistas como arbitrárias de concessão ou recusa de apoios, ou queixas sobre intrusão excessiva na vida pessoal e atentados à dignidade.

**Pelo lado positivo, vemos em relações à figura da assistente social testemunhos de reconhecimento de atenção, cuidado, dedicação para com o beneficiário, atribuindo contrariedades à hierarquia:**

São todas muito educadas e simpáticas. Claro que aquilo não está na mão delas, têm os seus superiores. É assim mesmo, não fazem mais porque não podem. Por acaso têm sido muito atenciosas comigo. (...) Agora tenho uma assistente social que me começou a tratar destas situações das papeladas para a invalidez e não sei quê, porque eu na altura estava outra vez a entrar numa depressão ... Sim, vai comigo à junta médica e às voltas que for necessário. Outra senhora doutora também vai comigo agora sobre esta situação amanhã para os óculos, à Caritas ... Estou muito grato, elas não têm feito mais porque não podem. Às vezes fico descontente porque há coisas que se podia fazer e não se faz, mas pronto, é assim. Roma não se fez toda num dia, não é? (E6)

Isso através dela não tenho razão de queixa, muito boa pessoa, atende as pessoas e tudo. Ela também... não é por ela porque ela faz o pedido, está a perceber? É através da chefe, a chefe é que manda. Se fosse por ela, ela ajudava, porque ela quer ver sempre a gente bem, e ela está sempre em cima, e dá muitos conselhos. Isso através dela não tenho razão de queixa. Mas deviam era ajudar mais, está a perceber? (E4)

Eu tenho a minha assistente social já há quinze anos ... É a mesma, é boa ... Gosto dela. Elas podem ajudar, [mas] aquilo elas têm ordens dali de dentro. (E12)

**Há também testemunhos positivos de prontidão e rapidez na resposta a solicitações por partes de assistentes sociais:**

[a assistente social] é que vai dizendo o que eu tenho que fazer ... todas as vezes que eu preciso de falar com ela ou ela precisa de falar comigo, a gente liga-se. É só um telefonema.

E ela está disponível, atende logo?

Sim, sim, só se ela estiver para fora aí no exterior é que já não vai falar comigo. (E13)

Oh, eu gosto como ela trabalha, também já lhe disse ... A minha assistente anterior ajudou-me com uma máquina de roupa porque eu estava grávida ... estava a lavar a roupa de todos à mão, porque a minha máquina avariou... Aí eles deram-me a máquina. Sim senhor, eu não paguei. Sou sincera, não paguei. Foi ela que passou o vale, eu levantei e fui lá pagar para poder trazer a máquina. (E2)

**Por outro lado, sobressaem queixas sobre arbitrariedade e intrusão que vão da incompreensão ao ressentimento e hostilidade.**

A pressão que as assistentes sociais fazem sobre nós... O meu filho não é maltratado mas eles querem saber as vacinas, elas querem saber a escola, elas querem entrar nas nossas casas, abrir os frigoríficos ... querem ver se temos a casa limpa ... eu fui várias vezes ameaçada de corte do RSI porque não as quero na minha casa. A lei não obriga a essa pressão ... eles invadem a nossa vida, a nossa privacidade. Até chegou a um ponto de querer ver se a nossa cama está limpa! (E15)

Ela quer saber quanto dinheiro eu faço em compras ... quanto dinheiro se faz de compras, quantas garrafas de gás gastas, quanta luz... temos de dizer quanto de luz pagamos, quanta água... isso tudo temos de mostrar ... E quando eu digo [que] pago 45€ de TvCabo... ela diz que isto é um bem de luxo. "Oh senhora, o meu filho está na escola, há trabalhos para fazer. É preciso internet!", certo? (E15)

**A sensação de monitorização e controlo estende-se da esfera doméstica até à própria esfera social:**

Elas entram nos cafés a tirar informações, elas entram nas lojas a saber o que é que nós gastámos e o que não gastámos ... E não podia comprar produtos de higiene. O banho não é um bem essencial? É isso que elas fazem. Verem se as camas estão limpas ... Não é só comigo, é com várias pessoas. (E15)

**A relação entre beneficiária e assistente produz visões de personalização e de controlo social na prestação de apoios:**

essa senhora acho que tem um problema comigo em específico ... é conforme a cara do freguês. Se eu agradar, tudo bem, e a coisa que elas mais gostam é a passagem de informação de outras pessoas, que é para poderem atuar. Elas usam-me para isco para outras pessoas. (E15)

... quem é beneficiário do RSI é muito chato. Para além da discriminação, que somos discriminados por isso... elas fazem muita pressão. Muita pressão que às vezes nem o dinheiro compensa ... a pressão psicológica que é tudo. Porque nós parece que somos monitorizados, a nossa vida está sempre monitorizada. (E15)

**Mais disseminadas são ideias de *arbitrariedade*: decisões concretas de conceder ou recusar ajuda vistas como injustas, incompreensíveis, sintoma de irrazoabilidade, discricionariedade, venalidade da assistente social ou do sistema no seu todo. Queixas deste tipo são mais vincadas em quem viu ajudas recusadas e se sente por essa via injustiçado.**

... eu entreguei os papéis, indeferido. Pego naquilo, rasgo e meto ao lixo. Não vale a pena pedir mais vez nenhuma, que já pedi três vezes... elas ajudam quem querem e se for preciso elas ajudam pessoas que nem sequer foram ver o processo da pessoa, quando é que ganha, quanto é que não ganha ... Elas não vão ver. Gostam da pessoa, fazem os papéis. (E1)

Mas se quiser pode notar e pode botar lá fora, o que eu estou a falar é a verdade. A assistente aqui ajuda quem quer. Isto é minha opinião. (E11)

a gente pede a ajuda a ela, ela diz que o dinheiro que a gente recebe dá bem para a gente. Não dá. Hoje em dias as coisas estão tão caras ... o dinheiro vai-se embora e é num instante. Ela disse que o dinheiro dá bem para a gente. Dá bem para ela, que ela trabalha. (E5)

Não é fácil, penso que aqui como em qualquer lugar nem todas as assistentes sociais trabalham direito ... elas dão o dinheiro a quem não precisa e aqueles que mais precisam não têm. (E13)

**Além do poder de conceder ajuda, a arbitrariedade é sentida também como o poder de cortar ilegitimamente uma ajuda existente:**

Elas mandam cartas convocatórias que a inspeção diz que... na carta consta “se não comparecer é cortado”, é retirado o apoio. E nós sabemos de antemão que aquelas cartas que nos são enviadas, no caso é [instituição social] ... Mas como no caso ela é assistente social e trabalha para aquela instituição, as cartas vinham. Até que chegou ao ponto de nós nos informarmos e aquilo não era legal. (E15)

**Este sentimento latente de injustiça na atribuição de apoios sociais, motivado por critérios administrativos opacos aos beneficiários/as e que os separam entre incluídos e excluídos num paradigma de escassez, induz por vezes sentimentos de concorrência e antagonismo face a outras pessoas que recebem apoios.**

Eu é que pago os meus medicamentos. Está bem que tenho um apoiozinho ... da reinserção social, estão a dar 50, sei que há quem receba mais que isso, quem receba 70, 100, 150... Mas isso não sei se é derivado às doenças, são lá coisas que eles é que sabem... Eles é que sabem porque é que eles recebem essas coisas, eu às vezes até tento confrontar certas provas que eu tenho de prestar... posso estar a ofender porque não estou dentro do assunto, eles é que sabem porquê... "Ai ele recebe 150, ele e o irmão recebem os dois 300 ou 400, e eu sozinho recebo só 50 porquê?!" (E6)

**Neste quadro de ceticismo, pode surgir uma ideia de eficácia seletiva. O mesmo sistema que se considera arbitrário e injusto para umas coisas, noutras considera-se bastante eficaz, por exemplo no combate à violência doméstica:**

Claro que tem, minha amiga ... Aqui a violência doméstica estão sofrendo porque querem, porque a Segurança Social ajuda. Isso estão prontos para ajudar, isso é verdade. Quando há muito maltrato a Segurança Social anda logo em cima, entra com o tribunal, corre o divórcio, cada um vai para o seu lado. Isso é verdade. Tem muita gente aí que sobrevive é da Segurança Social. Ajudam a quem eles pedem, mas tem muita gente que não tem apoios.

**Neste paradigma de concorrência e escassez surgem discursos sobre pessoas que "mereciam menos" e outras que "mereciam mais" ajuda, em função, normalmente, da idade avançada ou do trabalho:**

Porque é o seguinte: há pessoas que são novas, nunca trabalharam e ganham... se for bem visto com os apoios e tudo o que lhes dão acabam por receber isso ou mais que isso. E nunca trabalharam, nunca descontaram nem nada. Eu fiz serviço militar obrigatório, eu já trabalhei, já fiz bastantes descontos... (E6)

elas dão o dinheiro a quem não precisa e aqueles que mais precisam não têm. (...) Acho que deviam dar mais importância aos idosos nesse caso, que há idosos a receber cento e tal euros de pensão, que nem sequer dá para a medicação. Haviam de dar mais apoio a eles, a pessoas no meu caso, como eu que não posso trabalhar e que agora está dependente dos filhos (E13)

A minha mãe é viva, o meu pai é vivo, é doente dos diabetes, não pode trabalhar, a minha mãe nunca trabalhou, tomou conta da gente e dos netos. O meu pai sempre trabalhou, foi para a reforma daquela... da velhice. Ele tinha os descontos todos, recebe uma miséria. As pessoas do rendimento recebem mais que aquilo dos anos de quem trabalhou a vida toda. Antigamente não fazias descontos... (E9)

a gente vai ao Facebook e a gente vê ... e eu digo, "eu que nunca tenho nada". Não é só eu, muita gente por aqui. Ajudam pessoas que têm dois ordenados em casa e pessoas que têm só o RSI não têm direito a nada. Eu sou contra isso, porque se a pessoa vive do RSI é porque tem necessidade. (E1)

**Esta dicotomia mercedores/desmercedores encontra-se até nos testemunhos mais críticos da intrusão e controlo nas vidas dos/as beneficiários/as:**

Pessoas que recebem o RSI ... há muita gente que não merece. Porque fazem mau uso, a verdade é essa. Mas como se diz, pelo tronco paga a rama. (E15)

**Em alguns casos, mormente em quem não recebe RSI, estes sentimentos extravasam para uma crítica mais amarga aos que recebem RSI, vistos como pessoas desmerecedoras, que não usam adequadamente o dinheiro, que não querem trabalhar, que, por outro lado, e algo paradoxalmente, têm capacidade para se aproveitarem do sistema em benefício próprio:**

Eu quero entender, as pessoas do rendimento recebem 700€, 800€ e não se levantam da cama, estão a dormir até ao meio-dia, se for preciso. E o meu levanta-se para ganhar 630€, às cinco da manhã para entrar em casa de noite, quase que não vê os filhos... o Governo não vê isso. (E1)

Porque não são pessoas para o trabalho! Se o trabalho não for a elas, elas não vão a ele. A senhora se vir estão no cabeleireiro, estão na piscina. E a gente onde é que está? Trabalhando. Porquê? Porque a gente não tem apoios de ninguém ... Porque as pessoas precisam, é verdade ... precisam sim senhor, mas para esse dinheiro vais ter de trabalhar. A Junta não faz porquê? Porque não tem trabalhadores. Aquelas pessoas do rendimento não querem, começam-se a rir. (E8)

**Visto do outro lado, há testemunho de como beneficiários de RSI sentem e sofrem com este estigma:**

Em primeiro lugar, muita discriminação em relação às pessoas que recebem o rendimento social de inserção. O que nós mais vemos é “você que vão trabalhar”, “nós é que descontamos para vocês” ... a população em geral, “Ah, o pessoal do rendimento social de inserção, que está em casa sem fazer nada”. E às vezes não é assim, porque se a gente está é porque a gente precisa e se há gente que está em casa como eu, eu também estou em casa, [é] porque eu tenho uma depressão crónica. (E15)

**Estigma e crítica ao estigma podem até coexistir na mesma pessoa. E1, a espaços cáustica com os beneficiários de RSI que "não querem trabalhar", por outro lado afirma:**

Mas é mal visto pedir apoio?

É. Mas há as pessoas que vão com as bocas caladas sem ninguém ver na rua, entra para dentro. Mas quando vêm começam a desdenhar, começam a falar mal, "Ah foi pedir apoio, não tem nada para comer, foi pedir comida"... Pessoas assim... Há bons e há ruins. (E1)

**Por vezes, esta crítica é matizada com um reconhecimento de que a lógica de incompatibilidade entre apoios sociais e salário desincentiva a procura de trabalho, pois ter emprego implica a perda de RSI que não é compensada pelos baixos salários e condições oferecidas:**

... tem muito pessoal desempregado que querem trabalhar e não têm. E também tem muitos que não querem porque estão a receber os rendimentos. Eu sou sincera, tem muita gente que está vivendo do rendimento e esses não querem trabalhar porque se recebem o rendimento não podem trabalhar. (E14)

há várias pessoas que recebem RSI e estão a trabalhar, elas limpam casas e os maridos a trabalhar em terras a receber o RSI. Para não descontar, não aparece na Segurança Social. Não trabalham e têm direito ao RSI. E muitas recebem o RSI com os maridos a trabalhar. Eu queria fazer igual a ver se era aprovado, mas não fui.

**Em freguesias marcadas por problemas de tráfico de droga e delinquência juvenil, esta visão negativa, concorrencial, dos outros em dificuldades alarga-se a uma visão negativa da juventude, vista além dos atributos anteriores como ociosa e licenciosa:**

os jovens que estão a receber o rendimento mínimo aproveitam-se disso para não trabalhar. Está a tirar a vez a certas pessoas e se eles têm saúde bastante, há trabalho para quem quer... não trabalham porque não querem, porque estão a receber bem do rendimento mínimo. (E13)

Estão em casa dos pais, os filhos. Quem é que quer trabalhar? ... Não querem trabalhar. Quando é que o seu pai chegou ao pé de si, "olha aqui meu filho, olha aqui umas chaves dum carro?". E aqui, 16-17 anos andam aí de BMs. Ó senhor, pelo amor de Deus, isto já não é antigamente. Namorava-se a namorada à janela, isto agora é... (E11)

#### **4.2.3. Carência económica: a luta pelo fim do mês**

A sensação de carência económica, de luta para chegar ao fim do mês com as contas pagas, é premente num conjunto significativo de testemunhos, nomeadamente, no grupo que denominámos “mulheres em luta para manter o agregado familiar à tona”. A gestão do orçamento surge como uma preocupação quotidiana que obriga as pessoas a uma ginástica logística e financeira permanente, fonte de desgaste psíquico:

630€ o que é que dá para sustentar uma casa com rendas e tudo, cinco pessoas para comer?! Não dá! (E1)

Além da casa o senhor recebe o RSI e os abonos. É pouco?

Então, não é? O que eu recebo a gente... compra as coisas para as crianças, é o mais importante. Tenho dois bebês que usam fraldas e tudo. Com o preço das fraldas, com o preço do leite... Depois a gente faz as contas da água, da luz ... Oh, senhor, eu para ser sincero... [a assistente social] disse que o dinheiro que a gente recebe dá bem para a gente. Não dá. É verdade, não dá! Hoje em dias as coisas estão tão caras ... a gente compra as fraldas, compra coisas e tudo para as crianças, o dinheiro vai-se embora e é num instante. (E5)

Depois de ter a bebé, é muita despesa, é as fraldas, é o leite, que bebe leite de lata, é muito caro, é dezanove euros e tal cada lata ... A gente começa a separar dinheiro para a água, para a luz, para a renda, para as despesas, e não dá. Chego a meio do mês e não tenho. (E12)

Oh, senhor, com 400€, a alimentação está caríssima ... a alimentação está caríssima, os estudos... Eu não consigo. Eu tenho de fazer das tripas coração. [Se] quem recebe 800€, o ordenado mínimo, não consegue, quem é que consegue viver com 400€? (E15)

Eu recebia 80€ da minha medicação. Quando comecei a trabalhar [...], eles tiraram-me os 80€ da medicação. Eu gasto com a medicação 200€, tenho várias doenças, tenho de tomar comprimidos para o sangue circular pelas veias, são logo 28€ uma caixa ... eu não tenho possibilidades de comprar. Eu tenho muita medicação que não tomo porque eu não tenho como comprar. (E14)

**As dificuldades financeiras obrigam à criatividade e engenho das pessoas, em estratégias de gestão e de sacrifício pessoal para a mitigar, particularmente para dar uma sensação de normalidade às crianças:**

... eu pago o meu padeiro para ter nem que seja o pão, para uma pessoa poder comer, que os meus filhos comem a sua sopinha. Mesmo que eu não tenha em casa eu vou buscar ali na terra e faço com os legumes as sopinhas para eles. Mas eu tenho de comer pelo menos um pão. Eu tenho de deixar a sopa para eles mas é isso que não é compreendido. Eu pago a minha renda, depois ela [assistente social] diz “O que é que fazes ao dinheiro?”, e eu “Estou-lhe dizendo a resposta, você está-me perguntando o que é que eu faço ao dinheiro porquê?”, “É porque posso”. (E2)

A gente lá se desenrasca com um papo-seco ou uma coisa assim, agora as crianças não. As crianças têm de ter a sua sopinha, as suas coisinhas, e para aquilo que as coisas estão aqui, caríssimas... (E4)

Eu sou uma pessoa que não sou de estar parada. Eu nunca espero para a gente receber ... Eu recebo, pago as minhas coisas todas, o que sobrar faço compras, e depois das algas que a gente apanha... De 2 em 2 semanas ou de 3 em 3 a gente vende, e depois faço mais compras para casa. Depois o que sobrar eu vou arrumando: alguma coisa que

aconteceu, hospital ou coisas assim, eu tenho sempre ali ... Tipo, desde que "aumentarem" as coisas a gente aperta mais para dentro, está a perceber? (E4)

É assim, comida não pode faltar, porque na minha geração éramos muito pequeninos e tínhamos de pedir esmola para comer, porque não tínhamos. A gente não tinha e eu não quero que aconteça isso com os meus filhos, alimentação tem de ter sempre. (E12)

E como é que consegue gerir os seus 400€ para alimentar três pessoas? Desculpe perguntar...

A esticar, a esticar...

E se houver um mês que não dá, como é que é?

Não se come as três, come-se as duas. (...) Se não se comer três, duas come-se. (E15)

**A complexa engenharia financeira para gerir orçamentos reduzidos e satisfazer necessidades básicas é algo que se observa ser, sobretudo, atribuição e competência das mulheres. As responsabilidades domésticas, materiais, emocionais e de cuidado geram situação de desgaste físico e psicológico que se reflete fortemente na saúde das mulheres.**

**A gestão do orçamento doméstico, por outro lado, potencia uma consciência arguta da realidade económica, política e social mais vasta. Em particular, a inflação, que se agravou muito a partir de 2022, é um problema agudamente sentido, e relatado, por vezes, com uma enorme precisão contabilística.**

Um pacote de esparguete eu comprava 44 cêntimos, agora pago 76 ou 80. O nível de vida dobrou! Eu pagava pelo óleo alimentar do mais barato 1,29 e hoje em dia é 2 euros e tal, quase 3 euros. Dobraram os preços. O nível de vida subiu mais de 50%, a gente fica... (E2)

A gente chegava a comprar packs de seis de leite dez dez vezes por mês, que eles bebem muito, eles adoram beber leite ... Desde que aumentou o preço, hoje em dia eu não compro... Eu compro 6, 7 e quando acaba, é como eu digo, no Banco Alimentar dão 2-3 embalagens. Aquilo já dá para ir orientando. Mas quando recibes tens de ir pagar às pessoas que tu deves e tornas outra vez a ficar sem nada. Tu sabes quando ele recebe porque paga, passados 2-3 dias já estás com a corda apertada outra vez. (E2)

As massas a gente ia aos Continentes e estavam baratíssimas ... agora está tudo caríssimo. Só o óleo é um disparate, é 3 euros e tal, 4 euros e tal—que é isso, eu não sei onde vamos parar com isso? Desta maneira não vai dar, senhor. (E4)

A gente fazia cento e tal euros de compras e vinha um disparate de compras. Agora cento e tal euros de compras, vêm só 3-4 sacos. (E4 )

Mas se olhar agora, o dinheiro é sempre igual e está tudo, tudo... Não é só eu a falar, é toda a gente. E ainda levantam os preços do pão, dos ovos, do leite, da manteiga... (E11)

A alimentação está muito cara, isso é um disparate para se comer ... nunca vi preços como está aí... Tem muita casinha que está a passar muita necessidade... A gente vai às compras com 50€ e não traz nada, nada... os detergentes da casa estão caríssimos, é lixívia, é detergentes caros... sou pobre mas tenho de limpar a casa. (E14)

Este conhecimento próximo e detalhado do problema da inflação nos bens de primeira necessidade aprofunda-se por vezes em reflexões perspicazes sobre política fiscal ou a conjuntura geopolítica. E4 por exemplo critica o IVA zero, medida introduzida pelo governo nacional no verão de 2023, e deseja o fim da guerra Rússia-Ucrânia, que considera a grande causa do surto inflacionista.

O que é que serve o IVA zero? ... Não notei diferença, não serve de nada. Uma caixa de leite, a gente mesmo que ponha a 1,25 euros, só tirou 5 cêntimos, é 1,20 ... O pão é a mesma coisa ... Quando chegar outubro daí vai ser para pior. Aí é que vai ser desgraças! (E4)

Desde que entrou essa guerra ficou tudo caro. Foi óleos, foi azeites, isso é um disparate! ... Foi uma diferença enorme.

Pode ser que entretanto a guerra acabe e que isto baixe.

Pois, eu queria! ... Então que acabasse que era para ver se isso baixava (E4).

#### ***4.2.3. Saúde física e mental***

As referências a problemas de saúde física e mental atravessam a quase totalidade das entrevistas, fazendo deste um dos temas mais transversais no discurso das entrevistadas e entrevistados. Uma vez como causa de pobreza, outras vezes como consequência, por vezes ambas em simultâneo, as narrativas apresentam uma linha de divisão de género relativamente clara. Nos homens as drogas, e especialmente o álcool, surgem amiúde no discurso como causas de perda de emprego e queda na pobreza, que tende a agravar esses problemas. Nas mulheres, sobressai maior ênfase em problemas de saúde mental, com queixa de "nervos", ansiedade, depressão, associados à clausura no espaço doméstico, embora também haja testemunhos de abandono do emprego por doença (em particular da coluna) ou de toxicodependências no passado.

Quadro 3. Problemas de saúde reportados pelos/as entrevistados/as

Problemas de Saúde	
F	depressão
F	esquizofrenia
F	-
F	-
H	-
M	doença psiquiátrica, ossos, coração
M	-
F	coluna, depressão, "nervos"
M	amputação, álcool e drogas
F	coluna; 2 cancros
M	coluna, dentes, álcool, crises hepáticas
F	-
F	coluna, depressão, ansiedade
M	depressão, tensão alta
F	depressão, tentativas de suicídio

Uma realidade específica dos Açores que merece menção, representada em duas entrevistas, é a dos deportados americanos: homens açorianos que cresceram desde a infância nos EUA com a família lá emigrada e que na idade adulta, por cometerem crimes naquele país, foram de lá expulsos para os Açores sem direito a retorno, mal dominando a língua portuguesa, vendo-se como que aprisionados numa terra sua, mas onde se sentem estrangeiros. Drogas e álcool são problemas também associados no imaginário açoriano a este grupo, de que os dois entrevistados afirmam ter sofrido no passado.

Eu saí daqui muito novinho, senhor, só o que eu conhecia lá fora... eu não conhecia nada aqui, e quando cheguei aqui isto era ... Até chorei, era só vacas no caminho, era pessoal a andar com burros com latas de leite atrás...

O senhor estranhou muito.

Muito, muito, muito, muito. Isto aqui é um passo mais devagar. Lá a gente...

(...) E depois, decidi que tinha de...

Eu não decidi, eu fiz mal e eles é que mandaram-me para cá. [deportado duas vezes dos EUA]

(...) Mas o seu sonho ficou sempre... a sua cabeça está sempre na América?

E vai estar sempre. O meu coração, tudo o que eu aprendi, tudo... vai estar sempre lá. A minha raiz é aqui, mas... (E11)

**Este entrevistado sofreu de alcoolismo ao longo de vários anos de trabalho nos Açores, e embora o tenha superado, restaram sequelas hepáticas, agravadas por problemas de coluna e dentários:**

Eu tenho problemas com a coluna, eu tenho problemas... Eu bebia muito, não vou mentir ao senhor, bebia muito. Arreventou-me o fígado duas vezes, e a fazer força arreventou-me varizes no peito. Isto foi uma coisa de perigo de vida.

**Nos outros entrevistados de sexo masculino, encontramos o mesmo padrão de uma vida de trabalho, formal e informal, prejudicada por problemas de álcool e drogas. Um outro deportado americano, que foi fazendo biscates informais de jardinagem e mudanças, acabou por ter um membro amputado:**

O meu trabalho, o que eu gostava mais era... mudar mobílias, mesas, televisões, tudo... e jardineiro.

Depois teve um acidente?

É, de droga. Por causa dele é que eu vim para aqui [de um irmão também crescido nos EUA e vindo para os Açores] e comecei também na droga, depois. Ele foi-se embora... não foi por causa disso, foi mais por causa de uma pessoa... Eu estava no café, bebendo. Daí eu comecei a ter mais problemas, senão eu não tinha problemas. Eu comecei a andar com eles e daí foi.

(...) Mas deixou completamente de beber, tomou essa decisão...

Desde 2001. Também não gostava muito, mesmo nos Estados Unidos não gostava muito. Eu bebia mais era misturas. Mas quando eu parei foi para sempre, não queria ter mais problemas. (E9)

**Um outro entrevistado relata uma longa carreira de trabalhos, interrompida por um episódio psiquiátrico com internamento há cerca de uma década:**

Servente na construção. Ganhava muito dinheiro! Tive tantos patrões, havia muitas obras, o abalo [sismo de 1980] tinha destruído muito ... E então na altura arranjava muito trabalho, muito patrão, ofereciam-me dinheiro, eu era bom trabalhador, comia muito bem, tinha muita força e era um bom trabalhador ... Trabalhei alguns anos de pedreiro. Trabalhei também na pintura, já trabalhei em oficinas, já trabalhei para a comissão de festas aqui, na Câmara ... Os contratos que eu tive foi na construção da Doca da Praia, em Santa Maria, que eu já estive nas ilhas quase todas ... Fui trabalhando aqui e acolá. Há muito tempo que não trabalho, já há uns anos. Ia muito, mergulhava também... (E6)

Prontos, tenho andado um bocado despistado, estou a precisar de apoio psiquiátrico... Essa é que me está a afetar mais, mas já está a tratar disso... Porque tive um problema grave há uns anos atrás, e nunca mais consegui compensar isto. Houve uma altura que até um doutor me disse que estavam muito felizes ... raramente tinham tido algum utente que tivesse recuperado tão rápido de um problema grave como eu estava. Porque eu não reconhecia o que lia, eu fugia, eu cantava, eu fazia tudo assim muito depressa ... E eu em questões às vezes de minutos também era capaz de estar ou a rir, ou a cantar, ou a sonhar, ou a chorar, ou até atirar-me assim contra a parede como se estivesse tudo bem, ou estivesse-me a divertir, e no entanto não estava bem, pronto... (E6)

Em contraste, nas mulheres a tônica do discurso é em maleitas de ordem psíquica associadas à clausura no espaço doméstico, embora também haja testemunhos de abandono do emprego por doença (em particular da coluna), e pontualmente de toxicodependências no passado. Seja por ter de abandonar um emprego, seja por nunca ter trabalhado fora de casa, o cansaço de assegurar quase sempre a sós as tarefas domésticas e de cuidado de crianças e outros familiares, junto com a falta de uma vida social e momentos de lazer além-casa, leva a queixas de nervos, ansiedade, depressão etc., combatidos amiúde com níveis altos de medicação.0

Tenho depressão. Tomo diazepam e alprazolam. O alprazolam é para eu relaxar durante o dia e é o diazepam de noite. Tenho uma depressão já há cinco anos.

(...) *Mas estar fechada em casa também não ajuda à sua depressão.*

Pois, eu chega a noite e quero é dar gritos ... Gritar mesmo de mim, eu quero é gritar, vir para o quintal e grito, grito, grito. Mas é mesmo da minha depressão, quando eu estou muito tempo fechada.

(...) Eu grito, grito até parar. Depois dá-me ataque de ansiedade, fico a tremer, quero falar e não posso, depois é só [demonstra hiperventilação] ... “T: vai para o quarto!”, já sabe o que é e leva os meninos. Já sabe quando dá-me assim os calores o que é que eu quero ... Isso é situações que o meu marido não está em casa e ... só me passa pela cabeça “se me acontece agora qualquer coisa aqui como é dos meus filhos, como é que faço com os meus filhos?”. (E1)

Eu sou doente, eu faço muita medicação para as tensões altas, tenho depressão crónica e não tenho direito a medicação nem nada porque eu trabalho, estou a trabalhar há quatro meses [pela primeira vez]. (E14)

**Ter trabalhado no passado pouca diferença parece fazer. Entre mulheres domésticas em luta para manter o agregado familiar à tona, como nos testemunhos anteriores, e mulheres atiradas para o desemprego por doença ou para cuidar de familiares, como nos testemunhos seguintes, as queixas pouco diferem no essencial. Uma entrevistada que trabalhou na restauração desabafa:**

Foi quando eu vim do Porto. Eles não me deram incapacidade porque eles diziam que isto está bom. Eu disse “está bom para ti, porque estas dores não as tens tu”. (...) Não mereço sofrer, não tenho tempo para estar a sofrer. Uma pessoa tem depressão, pronto, já desde 2000... que tomo medicação para os nervos e tudo. A vida que não está como a gente quer, pronto. Está tudo em baixo.

(...) Às vezes mais vale andar sempre bêbada. Mas o mal é que a gente bebe num dia, também no outro dia anda de dores de cabeça e trabalhar não pode. Eu não posso beber porque tomo muita medicação para os nervos, tenho gastrite, tenho depressão, é o diabo a quatro que eu tenho. Nem digo tudo o que eu tenho de doença.(E8)

**Outra entrevistada, após mais de três décadas de trabalho na restauração, na indústria alimentar e no setor social, sofrendo de problemas de coluna e penando para conseguir pensão por falta de descontos:**

Estou a tentar entrar mas como eu não tenho muitos anos de caixa não me querem dar. Pela doença passei mas pelos anos de caixa... tenho só três anos de caixa e o mínimo é cinco anos. Estive a trabalhar em [IPSS] que não me davam caixa ... última vez foi na padaria ... trabalhei lá durante anos e ele nunca me deu a caixa. Portanto está a ser difícil darem a pensão.

*(...) A senhora faz alguma forma de reabilitação, fisioterapia, qualquer coisa assim?*

Não, não ... É andar.

*E costuma andar por aí?*

Agora não. Já tinha começado mas parei. Estou muito fechada em casa, estou com depressão. É tudo junto, depressão e ansiedade.

*Mas faz bem sair...*

Ah pois faz, mas quero-me amarrar em casa. Não quero sair, só mesmo o necessário, pagar as contas ou ir ali à venda, de resto... (E13)

**No mesmo sentido, uma entrevistada com uma vida de trabalho como empregada doméstica, no cuidado de idosos, na hotelaria:**

... eu também estou em casa, porque eu tenho uma depressão crónica. E eu tenho tido muitas recaídas, muitas mesmo ... aliás eu não posso estar fechada em casa 24 horas, porque também não é bom. Por causa disso eu tenho várias tentativas de suicídio, etc. (...) Trabalhava para o (nome) que é o dono da tabacaria ... já trabalhei com idosos, já fui funcionária particular do senhor P, a tratar dos pais dele.

*E descontava, tinha um contrato?*

Não...

*(...) E começou a trabalhar aos 12?*

Sim. A gente limpava casas, a gente tomava conta de crianças que são abandonadas pelos pais ... há famílias que recorrem a instituições para trabalho, eu cheguei ao continente para tomar conta de uma idosa ... Sempre trabalhei a minha vida toda, sempre, sempre, sempre... (E15)

**Mesmo uma entrevistada sem problemas de saúde diagnosticados ou medicados, que trata diariamente do marido reformado por doença, lamenta:**

Pronto, se fizerem uma festa aqui a gente vai. Ontem houve, mas eu não estava muito bem-disposta e não queria tomar comprimidos, não. Agora eu prefiro estar em casa, mas eu fico um bocadinho mais isolada ... Às vezes é... Vou para a casa de banho e fico lá um bocadinho, não tenho de fazer nada lá mas...

*Para respirar, para ter um bocadinho de sossego...*

É, já são muitos anos, já... Depois a minha mente fica toda baralhada.

*Toma alguma medicação para ajudar com isso?*

Não.

*Nunca falou com o médico de família?*

Eu já falei, já. Mas quem tem pessoas doentes é ela. Há pessoas piores do que eu. (E12)

#### **4.2.4. Emprego: vontade de trabalhar vs. família, falta de oferta adequada**

Nas atitudes perante o emprego, sobressai em geral vontade e disponibilidade para trabalhar nas pessoas em idade ativa e sem impedimentos de saúde, todavia contrariada por queixas de falta ou desadequação da oferta, particularmente face às limitações que a vida familiar impõe sobre as mulheres.

Em relação à oferta de trabalho nos Açores, há ideias diversas entre por um lado falta de trabalho, ou de trabalho adequado à oferta formativa existente, e por outro lado abundância de trabalho "para quem queira":

eu fico possuída porque é assim, a gente não tem um Estado... pedem para a gente tirar aqueles cursos. E depois as pessoas vão procurar do curso que eles tirem e não há. Não há empregos. A que é que vão concorrer? A limpezas ou varrer caminhos. É a pura realidade ... O meu marido uma vez disse "para que é que eu tirei o curso? Para que é que eu fiquei dois anos na escola fechado, para tirar esse curso? Para quê?". O nosso Estado está cego, é a pura realidade. (E3)

Sempre trabalhei a minha vida toda, sempre, sempre, sempre... Infelizmente, também a nível de trabalho não temos muito, a verdade é essa. (E15)

##### **Em sentido inverso,**

Se quiserem mesmo trabalhar, procuram e acham, há sempre trabalho para quem quiser trabalhar. (E13)

Quem não trabalha agora... quem não trabalha agora é porque não quer ... Há trabalho aos pontapés, eu não vou mentir, há trabalho aos pontapés ... Há obras, há pintura ... há tudo. jardinagem, trabalhar em jardins... cortar relva, fazer tudo. (E11)

eu falo por mim, eu conheço gente que quer trabalhar ... vejo no Facebook e mando para a rapariga e a rapariga vai trabalhar para os hotéis, porque os hotéis estão pedindo muito. Os hotéis, alojamentos locais, estão a pedir muito. Agora, que agora é maré alta. (E3)

**Mas mesmo onde há trabalho não há garantia de acesso a uma vida digna. Há entrevistadas cujos maridos trabalham nas pescas e agropecuária sem que isso retire a família da pobreza:**

Porque o meu marido é pescador, está a trabalhar, mas quem é pescador não ganha dinheiro suficiente para sustentar uma casa de jeito. Pagar luzes, água, Tv Cabo, renda de casa, alimentação, não está fácil. Eu estava aflita. A vida de pescador é péssima, não ganha dinheiro suficiente. O meu marido está mais em casa do que no mar... (E14)

O [filho] mais velho diz que quer ser lavrador. Isso para a vida dele eu não queria também, porque é a vida do pai e é um horário muito... Não vai ser fácil para ele, não vai sair, não vai ter horas de sair... (E1)

**Um dos entrevistados em idade ativa, homem ainda jovem e apto ao trabalho, manifesta vontade de trabalhar quem vem vendo frustrada ao longo de uma década,**

Eu estou inscrito aqui há onze anos e também não me dão um emprego. Às vezes eles têm uns programas para ganhar um salário mínimo. Era bom para mim, também desistia do rendimento ...

*E o senhor estava disposto a trabalhar em quê?*

O que aparecesse ... O que aparecesse. A ser chamado para ir para a escola, eu vim sempre. A ser chamado para ali, eu vim sempre. Eu nunca lhes nego as coisas. Também posso não gostar do rendimento. (E5)

**A falta de instrução prejudica este entrevistado, embora refira que há outros em situação pior que trabalham:**

(...) elas [assistentes sociais] sabem também, às vezes se eu lhes der uma palavra para um serviço, para ganhar um salário mínimo, a gente fica sem o rendimento... Elas dizem que dão o nome e que eles não chamam. Já tanta vez que eu fui à entrevista, nunca me chamaram ... Perguntam que classe é que eu tenho. Digo a verdade, que tenho o primeiro ano. Eles não chamam... Eles dizem depois que vão chamar e nunca chamam. *Acha que é por causa da escola?*

Não, eu acho que não, porque eu conheço pessoas que é pior do que eu, nem o nome sabem assinar (E5)

**Nas mulheres ainda em idade ativa e com possibilidades de trabalhar, o tom é análogo:**

Já cheguei a dizer ao meu marido, “se houvesse restauração que chamasse mulheres eu ia”. Não chamam. Não sei, mas não chamam.

(...) *Por exemplo os trabalhadores da fábrica, ganham melhor?*

Ganham. Já eu vi. Até já dei por acaso o meu nome ali. Não tem vaga, está tudo cheio. Quando estivesse alguma para baixa, alguma desistir ... Eu ia. Ia durante a noite. Tratava da vida de casa, tudo normal, deixava os meninos já tratados, tomava conta dos filhos, tratava da mochila do meu marido, ia trabalhar e depois ia-me deitar. (E1)

Os hotéis, alojamentos locais, estão a pedir muito. Agora, que agora é maré alta.

*Mas se lhe aparece uma oportunidade num hotel que a aceitasse...*

Eu ia. (E3)

Mesmo doente eu vou trabalhar, seja aquilo que for mas eu vou. Eu vou, eu não quero saber, vou. Às vezes o meu marido diz “fica em casa”... Não fico em casa não senhor, porque em casa não me dão dinheiro, não me pagam o ordenado para estar em casa. (E8)

**No entanto, esta disponibilidade choca com as limitações de horários e disponibilidade impostas pela vida familiar, para a qual há pouca recetividade dos empregadores e respostas sociais:**

a minha [conhecida] trabalha num hotel. Ela quer que eu vá trabalhar com ela mas o horário para mim é complicado ... Porque é das duas às dez. E das duas às dez o meu marido está trabalhando ainda e não tenho ninguém que fique com os meninos. (E1)

se eu saio a gente não tem mais ninguém, eu tenho de tomar conta das crianças ... E isso impede-me de fazer aquilo que eu gosto, gosto muito de fazer [...] É uma arte que eu ganho bem e isto tudo dos meus filhos impede-me de trabalhar ... Eu trabalho ao dia e trabalho a orçamento. Eu gostava de ter trabalho numa firma, mas eu não posso ... porque as condições são essas, se ela sai eu tenho de ficar com os meninos, se eu saio ela tem de ficar com os meninos. (E2)

Eu já fui chamada para trabalhar numa casa, num hotel, mas eu expliquei a situação, que eu só posso da manhã, não posso à noite. Tive que levar papéis da minha filha, que a menina era autista. Há uns que compreendem e outros que não. (E3)

#### ***4.2.5. Presente e futuro: a esperança nos filhos e na educação***

As narrativas e as vidas narradas centram-se sobretudo no presente, no enfrentamento quotidiano das dificuldades materiais e de saúde, na procura de soluções pontuais para problemas estruturais e duradouros. É difícil para as pessoas entrevistadas construir expectativas de futuro. No entanto, sobressai, sobretudo nos discursos das mulheres, uma visão da sua descendência como uma hipótese de mudança. Os/as filhos/as catalisam nas entrevistadas um apego emocional, uma noção de missão na vida e projeção no futuro que ajuda a prosseguir perante as dificuldades e angústias do dia-a-dia e a construir sonhos. É de ressaltar a valorização positiva da educação, a importância atribuída aos estudos dos/as filho/as como via para inverter a vida de pobreza e promover mobilidade social – a expectativa generalizada de as/os ver estudar e "ser alguém na vida", "ter o que eu não tive" etc. Não se encontra um só comentário desvalorizador da educação, ao contrário da percepção da população pobre expressa por alguns cidadãos nos painéis.

*Eles andaram na escola?*

Andaram, eles fizeram... eu trabalhava para os meus filhos terem os estudos ... Os mais velhos, os primeiros foram estudar para São Miguel, tirar os seus cursos... Porquê? Porque a minha sogra morava lá ... Sempre dei [bem com a sogra] ... Ela dizia "não, mandas os pequenos para cá para fazer os estudos ... ajudo a pagar-lhes os estudos, tu dás metade, eu dou metade, e os pequenos comem aqui e têm dormida e tudo, ... só ajudas a pagar as propinas, essas coisas todas". Eles graças a Deus estudaram tudo, todos estudaram. (E10)

Elas sem escola não vão a lado nenhum. Elas têm mesmo de estudar para ter um emprego em condições. Pelo menos que seja melhor que a mãe, não vai andar a limpar a casa dos outros. Portanto, eu dou muita importância aos estudos, dou. (E13)

Ter um curso... para ser dependente de si mesmo, também. O mais velho diz que quer ser lavrador. Isso para a vida dele eu não queria também... Pronto, a minha filha é diferente, a minha filha quer ser enfermeira. (E1)

Eu nem falo por mim, eu gostava de dar uma vida melhor às minhas filhas. Não quero que elas fiquem como eu estou neste momento. Desempregada, a receber um subsídio desemprego de 369€ ... Senão a trabalhar e ganho o ordenado mínimo ... eu gostava que elas tivessem mais do que eu não tive. Gostava que elas tivessem o seu curso (E3)

No mesmo sentido, uma entrevistada revela que deixou de estudar jovem, apesar de gostar da escola, por sentir discriminação de classe, e hoje empenha-se em transmitir aos seus filhos a importância de aproveitar as oportunidades num tempo com mais possibilidades:

Eu gostava! Mas na altura da minha mãe a gente tinha muitas dificuldades, a gente morava em barracas ... Queria uma mochila, os nossos pais não trabalhavam ... a gente levava num saco de asa... E depois que isso começou... Eu não quis estudar mais.

*As outras crianças começaram a gozar?*

Pois, a ter mochilas e essas coisas todas. Eu não quis estudar mais ... E agora tenho de dar melhor aos meus filhos ... A minha filha tem 8 anos e já vai para o 4º ano, nunca perdeu um ano. Meu filho de 14 anos já está no 6º ano, o meu de 11 anos já vai para o 5º ano. Só através da escola... eu então estou sempre a ensinar ... a mãe na altura—é o que eu digo aos meus filhos—não tinha. Porque a gente era em sacos de plástico, era debaixo de chuva, e agora vocês têm tudo às portas, têm carreiras, têm os transportes que vêm buscar... (E4)

#### **Analogamente:**

Eu gostava de ter estudado mais, mas depois também não consegui. O meu filho graças a deus vai para o décimo ano, tem quinze anos ... se eu dissesse agora ao meu filho “para de estudar e vai trabalhar” o meu filho ia trabalhar, mas eu não quero isso, quero que o meu filho conclua os estudos para trabalhar, para ter a sua vida, para ter as suas coisas e não depender disto, não depender de ninguém. Porque eu estou criando o meu filho para isso. Para ser independente, para ter as suas coisas, trabalhar para ter as suas coisas... (E15)

**Bastante mais vincada nos testemunhos femininos, esta valorização da educação também se encontra no masculino:**

*Gostava que as suas filhas na escola seguissem mais estudos?*

Aquilo é um futuro para elas, não é? ... Eu não quero que as minhas filhas também seja assim, eu quero o bem para elas ... Eu saí lá da escola tinha para aí uns dez anos...

Conheci um rapaz que... o pai dele tinha um barco e eu ia com eles [para o mar pescar]. Ia com ele e tudo, se aparecia a polícia marítima eu escondia-me. Eu não tinha idade, não é... [E5]

Num caso, a valorização não é centrada nos filhos mas no próprio. Um entrevistado com mais de 50 anos e o 6º ano, desempregado, voltou a estudar, gosta das aulas e ambiciona atingir o 9º ano:

*Eu não percebi exatamente que tipo de aulas é que... são aulas de português? Para aprender a escrever?*

Aulas de português vem atrás, mas isto agora é informática, computadores e tudo... Eu mal sei trabalhar com um telemóvel e agora já estou no computador.

*Mas consegue ligar e já se desenrasca.*

Já sei ligar ... E de vez em quando o ratozinho mexo para ali...

*Mas o seu objetivo é ter o nono ano?*

Não me importava nada. Sem o nono ano quem é que... um homem vai? E com minha idade, mesmo com o nono ano, ou o 12º...

*Sim... Mas tem este gosto, gosta destas aulas?*

Gosto, gosto, gosto.

**Noutros testemunhos masculinos sobre filhos, porém, pontificam antes relatos sentidos, arrependidos, pesarosos, de afastamento de filhos e filhas. O seguinte desalenta-se com o afastamento de sua filha, imposto pela mãe:**

A mãe não quer. A gente já fomos através do tribunal, eu já tentei pagar, dar um bocadinho à pequena, porque aquilo é minha filha, é o meu sangue... E o juiz mandou ordem, e até hoje ela... Eu estou já há dois ou três anos para trás e vi a pequena ... chamei a pequena e a pequena veio ter comigo. Dei-lhe cinquenta euros que tinha na algibeira. A mãe chegou ali, tirou o dinheiro e mandou-me para a cara. Percebe? “A gente não quer nada de ti” ... Eu já passei tanta coisa nessa vida. (E11)

**Um entrevistado, que sofre de problemas psiquiátricos, transparece tristeza pela relação distante que tem com os filhos, que moram na mesma cidade:**

Às vezes sinto falta de um apoiozinho, sinto falta de um carinho, uns afetozinhos... Tenho os meus filhos e filhas, uma delas é que não temos grande relação, outra também a gente encontra-se de vez em quando...

*O senhor vai a casa delas?*

Não, não vou. Encontramo-nos assim, não vou a casa delas ... tá tudo aqui nas zonas da [...]. Mas eles têm a sua vida todos, e ninguém têm hipóteses de... Prontos, está tudo muito caro, e uns têm outros estão sem trabalho, é assim mesmo... Eles têm a sua vida, eu tenho a minha. (E6)

## 5. Referências Bibliográficas

- Alper, Kaitlin, Huber, Evelyne, & Stephens, John (2021). Poverty and social rights among the working age population in post-industrial democracies. *Social Forces*, 99(4), 1710–1744.
- ATD Fourth World (s/d). *Guidelines for the Merging of Knowledge and Practices when working with people living in situations of poverty and social exclusion*. Disponível em: <https://www.atd-fourthworld.org/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/2021-09-08-ATDFourthWorld-GuidelinesMergingKnowledge.pdf>
- Bowen, Glenn A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40.
- Brady, David (2019). Theories of the causes of poverty. *Annual Review of Sociology*, 45, 155–175.
- Brady, David (2023). Poverty, not the poor. *Science Advances*, 9(34), eadg1469. <https://doi.org/10.1126/sciadv.adg1469>.
- Brady, David, & Bostic, Amie (2015). Paradoxes of social policy: Welfare transfers, relative poverty, and redistribution preferences. *American Sociological Review*, 80(2), 268-298.
- Brady, David, Finnigan, Ryan, & Hübgen, Sabine (2017). Rethinking the risks of poverty: A framework for analyzing prevalences and penalties. *American Journal of Sociology*, 123(3), 740-786.
- Bray, Rachel; De Laat, Marianne; Godinot, Xavier; Ugarteg, Alberto; Walker, Robert (2019). *The hidden dimensions of poverty*. Pierrelaye: International Movement ATD Fourth World.
- Bray, Rachel; De Laat, Marianne; Godinot, Xavier; Ugarteg, Alberto; Walker, Robert (2020). Realising poverty in all its dimensions: a six-country participatory study. *World Development*, 134, 1-10.
- Carvalho, Bruno, Esteves, Mariana, Fonseca, Miguel, & Peralta, Susana (2022). Pobreza no trabalho: O papel dos rendimentos e da situação familiar. Carcavelos: Nova School of Business and Economics. Disponível em: [https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202022/Nota2022\\_WP\\_18out.pdf](https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202022/Nota2022_WP_18out.pdf)
- Carvalho, Bruno, Fonseca, Miguel, & Peralta, Susana (2023). Portugal e o elevador social: Nascer pobre é uma fatalidade? Carcavelos: Nova School of Business and Economics. Disponível em: [https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/Nota\\_2023\\_InterG\\_Oct17.pdf](https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/Nota_2023_InterG_Oct17.pdf)
- Collyer, Sophie, Gandhi, Jill, Garfinkel, Irwin, Ross, Schuyler, Waldfoegel, Jane, & Wimer, Christopher (2022). The effects of the 2021 Monthly Child Tax Credit on child and family well-being: Evidence from New York City. *Socius*, 8, 1-28.
- Comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté (2022a). *Troisième rapport annuel du comité d'évaluation de la*

*stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté. Dossier de Présentation*. Paris: France Stratégie. Disponível em: <https://www.strategie.gouv.fr/publications/evaluation-de-strategie-nationale-de-prevention-de-lutte-contre-pauvrete-rapport-2022>

Comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté (2022b). *Troisième rapport annuel du comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté. Rapport 2022*. Paris: France Stratégie.

Comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté (2022c). *Troisième rapport annuel du comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté . Les 35 mesures: suivi et évaluation 2022*. Paris: France Stratégie.

Comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté (2022d), *Troisième rapport annuel du comité d'évaluation de la stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté . Compléments au rapport 2022*. Paris: France Stratégie.

Creamer, John, Shrider, Emily, Burns, Kalee, & Chen, Frances (2022). *Poverty in the United States: 2021*. U.S. Census Bureau, Current Population Reports. Washington (DC): U.S. Government Publishing Office. Disponível em: <https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2022/demo/p60-277.pdf>

Desmond, Matthew, & Western, Bruce (2018). Poverty in America: New Directions and Debates. *Annual Review of Sociology*, 44(1), 305–318.

Eurostat (2021a). *Glossary: At risk of poverty or social exclusion (AROPE)*. Statistics Explained. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At\\_risk\\_of\\_poverty\\_or\\_social\\_exclusion\\_\(AROPE\)](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At_risk_of_poverty_or_social_exclusion_(AROPE))

Eurostat (2021b). *Glossary: At risk of poverty rate (AROP)*. Statistics Explained. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At-risk-of-poverty\\_rate](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At-risk-of-poverty_rate)

Eurostat (2021c). *Glossary: Severe material and social deprivation rate (SMSD)*. Statistics Explained. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/SEPDF/cache/99141.pdf>

Eurostat (2021d). *Glossary: Persons living in households with low work intensity*. Statistics Explained. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Persons\\_living\\_in\\_households\\_with\\_low\\_work\\_intensity](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Persons_living_in_households_with_low_work_intensity)

Farinha Rodrigues, Carlos (2023). *A pobreza e a desigualdade estão a aumentar?* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/pobreza-e-desigualdade-estao-aumentar>

Jabbari, Jason, Anglum, Cameron, Roll, Stephen, & Hamilton, Leah (2023). The Child Tax Credit, educational investments, and the american dream: A moderated mediation analysis. *Socius*, 9, 1-14.

- Kamberelis, George, & Dimitriadis, Greg (2014). Focus Group Research: Retrospect and Prospect”, in P. Leavy (Ed.), *The Oxford handbook of qualitative research* (pp. 315–340). Oxford University Press.
- Masiero, Silvia; Das, Soumyo (2019). Datafying anti-poverty programmes: implications for data justice. *Information, Communication & Society*, 22, 7, 916-933.
- Ministère des Solidarités et de la Santé (2018). *Stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté. Investir dans les solidarités pour l’émancipation de tous*. Disponível em:  
[https://sante.gouv.fr/IMG/pdf/strategie\\_pauvrete\\_vfhd.pdf](https://sante.gouv.fr/IMG/pdf/strategie_pauvrete_vfhd.pdf)
- Ministère des Solidarités et des Familles (2023). *Pacte des solidarités*. Disponível em:  
[https://solidarites.gouv.fr/sites/solidarite/files/2023-09/Pr%C3%A9sentation\\_Pacte%20des%20solidarit%C3%A9s\\_Lutte%20contre%20la%20pauvret%C3%A9\\_2023.09.18.pdf](https://solidarites.gouv.fr/sites/solidarite/files/2023-09/Pr%C3%A9sentation_Pacte%20des%20solidarit%C3%A9s_Lutte%20contre%20la%20pauvret%C3%A9_2023.09.18.pdf)
- McCabe, Brian (2023). Ready to rent: Administrative decisions and poverty governance in the housing choice voucher program. *American Sociological Review*, 88(1), 86-113.
- Merton, Robert, & Kendall, Patricia (1949). The focused interview. *American Journal of Sociology*, 51(6), 541-557.
- Merton, Robert, Lowenthal, Marjorie & Kendall, Patricia (1990). *The focused interview. A manual of problems and procedures*. Glencoe, IL: The Free Press (edição original de 1956).
- Nicholson, D. Adam (2023). Poverty, prevalences, and penalties in U.S. States, 1993-2016. *The Sociological Quarterly*, 64(2), 339-366.
- Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza (2023). *Pobreza e exclusão social. Relatório 2023*. Porto: EAPN Portugal.
- Osinski, Agathe (2021). From consultation to coproduction: a comparison of participation in poverty research. *Journal of Participatory Research Methods*, 2(1), 1-29.
- Parolin, Zachary, Collyer, Sophie, Curran, Megan, & Wimer, Christopher (2021a). *The potential poverty reduction effect of the American Rescue Plan*. Center on Poverty and Social Policy, Columbia University. Disponível em:  
<https://static1.squarespace.com/static/610831a16c95260dbd68934a/t/6116a31bcb768c23269b1efe/1628873499958/Poverty-Reduction-Analysis-American-Rescue-Plan-CPSP-2021.pdf>
- Parolin, Zachary, Collyer, Sophie, Curran, Megan, & Wimer, Christopher (2021b). *The initial effects of the expanded Child Tax Credit on material hardship*.” NBER Working Paper No. 29285. Disponível em:  
<http://www.nber.org/papers/w29285>.
- Parolin, Zachary, Collyer, Sophie, Curran, Megan (2022). *Sixth Child Tax credit payment kept 3.7 million children out of poverty in December*. Poverty and Social Policy Brief6(1).Disponível em:  
<https://static1.squarespace.com/static/610831a16c95260dbd68934a/t/61ea09>

926280d03df62aa31d/1642727841927/Monthly-poverty-December-2021-CPSP.pdf

- Pawson, Ray (2006). *Evidence-based policy: A realist perspective*. London: Sage.
- Peralta, Susana, Carvalho, Bruno, & Fonseca, Miguel (2022). Portugal, Balanço Social 2022. Relatório Anual. Carcavelos: Nova School of Business and Economics. Disponível em:  
[https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/NSBE-Relat%F3rio\\_Balan%E7o\\_Social\\_2022.pdf](https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/NSBE-Relat%F3rio_Balan%E7o_Social_2022.pdf)
- Presidência do Conselho de Ministros (2023). *Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023, 17 de outubro. Disponível em: [https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2023/10/rcm126\\_2023.pdf](https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2023/10/rcm126_2023.pdf)
- Reinholz, Daniel L.; Andrews, Tessa C. (2020). Change theory and theory of change: what's the difference anyway? *International Journal of STEM Education*, 7(2), 1-12.
- Scruggs, Lyle, & Ramalho Tafoya, Gabriela (2022). Fifty years of welfare state generosity. *Social Policy & Administration*, 56(5), 791–807.
- Shaefer, H. Luke, Collyer, Sophie, Duncan, Greg, Edin, Kathryn, Garfinkel, Irwin, Harris, David, Smeeding, Timothy, Waldfogel, Jane, Wimer, Christopher, & Yoshikawa, Hirokazu (2018). A universal child allowance: A plan to reduce poverty and income instability among children in the United States. *RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, 4(2), 22–42.
- Silva, Chesil, Hasenclever, Lia, & Soares, Marcia (2022). Contribuições das políticas de transferências de renda não contributivas: Um panorama da pobreza no Brasil, in *Open Science Research IX* (pp. 998-1009), Capítulo 68. Editora Científica Digital. Disponível em:  
<https://www.editoracientifica.com.br/artigos/contribuicoes-das-politicas-de-transferencias-de-renda-nao-contributivas-um-panorama-da-pobreza-no-brasil>
- Silva, Tiago (Org.) (2018). *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Enap Escola Nacional de Administração Pública.
- Silva, Tiago, Evangelista, Caroline, Nunes, Hugo, Sousa, Marconi, & Cotta, Tereza (2018). Programa Bolsa Família: Uma estratégia de focalização bem-sucedida, in Tiago Silva (Org.), *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)* (pp. 191-224). Brasília: Enap Escola Nacional de Administração Pública.
- Silva, Tiago, Vale, Ricardo, Cricci, Bruna, Ibarra, Gabriel, & Posadas, Josefina (2023). *Novo Bolsa Família: Desafios e oportunidades para 2023*. Washington, DC: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e Banco Mundial.
- Simons, Helen (2014). Case study research: In-depth understanding in context, in P. Leavy (Ed.), *The Oxford handbook of qualitative research* (pp. 455–470). Oxford University Press.
- Souza, Pedro (2022). A evolução da pobreza monetária no Brasil no século XXI, in Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Políticas sociais*:

*acompanhamento e análise* (pp. 538-566). Brasília: IPEA, Boletim 29.

Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/17/BPS\\_29.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/17/BPS_29.pdf)

Souza, Pedro, Osorio, Rafael, Paiva, Luis, & Soares, Sergei (2018). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos, in . Tiago Silva (Org.), *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)* (155-190). Brasília: Enap Escola Nacional de Administração Pública.

Taylor-Gooby, P., Leruth, B., & Chung, H. (2018). Numbers and attitudes towards welfare state generosity: A survey experiment. *Political Studies*, 66(4), 1017-1037.

Weiss, Carol H. (1997). How can theory-based evaluation make greater headway? *Evaluation Review*, 21, 501-524.

Weiss, Carol H. (1998). *Evaluation. Methods for studying programs and policies*. New York: Prentice Hall.

Weiss, Carol H. (2000). Which links in which theories shall we evaluate? *New Directions for Evaluation*, 87, 35-45.